**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
USP**

**Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia
PIPGE
(EP, FEA, IEE, IF)**

**AQUELES QUE VIVEM NAS MARGENS, ÀS MARGENS DA DECISÃO:
CONTROVÉRSIAS SOBRE O USO DOS RIOS E DAS TERRAS RIBEIRINHAS
PARA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA.**

Francisco del Moral Hernández

**São Paulo
2006**

FRANCISCO DEL MORAL HERNÁNDEZ

Aqueles que vivem nas margens, às margens da decisão: controvérsias sobre o uso dos rios e das terras ribeirinhas para geração hidrelétrica.

Dissertação apresentada ao Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (Escola Politécnica/Faculdade de Economia e Administração/Instituto de Eletrotécnica e Energia/Instituto de Física,) para a obtenção do título de Mestre em Energia.

Orientador: Prof. Dr. Célio Bermann

São Paulo

2006

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.**

Moral Hernández, Francisco del.

Aqueles que vivem nas margens, às margens da decisão:
controvérsias sobre o uso dos rios e das terras ribeirinhas
para geração hidrelétrica.

a expansão hidrelétrica./ Francisco del Moral
Hernández ; orientador Célio Bermann, 2006.

204p. : il.; 30cm.

Dissertação (Mestrado – Programa Interunidades de
Pós-Graduação em Energia) – EP / FEA / IEE / IF da
Universidade de São Paulo.

1. Usinas Hidrelétricas – aspectos sociais 2. Atingidos
por Barragens 3. Movimentos Sociais 4. Democracia
participativa 5. Espaços Públicos. I.Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA INTERUNIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA
EP – FEA – IEE - IF

FRANCISCO DEL MORAL HERNANDEZ

“Aqueles que Vivem nas Margens, às Margens da Decisão: Controvérsias sobre o Uso dos Rios e das Terras Ribeirinhas para Geração Hidrelétrica”

Dissertação defendida e aprovada em 01/12/2006 pela Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Célio Bermann – PIPGE-IEE/USP
Orientador e Presidente da Comissão Julgadora

Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Séva Filho - UNICAMP

Prof. Dr. Ricardo Frota de Albuquerque Maranhão - UAM

Dedico esta dissertação à memória de meus pais, o Sr. Paco e Dona Juliana. Meu pai e minha mãe, imigrantes europeus que foram, de certo modo foragidos da ditadura Franquista e suas conseqüências econômicas, desde que aqui chegaram, tiveram seus filhos, se esforçaram ao limite em estimular-lhes o conhecimento e estudos formais e não formais. Eles próprios com baixa escolaridade, mas com muito gosto pelas leituras (científicas inclusive) sempre encararam o estudo e conhecimento como algo fundamental para se chegar a dias melhores. Através deles tive acesso à enciclopédia Conhecer, que folheava ao lado de meu pai após sua chegada do trabalho. Isto fez diferença. Entendiam o estudo, o conhecimento teórico e prático não como instrumentos para criar "reis na barriga" mas apenas... para bem conversar.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são vários. Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho, algumas delas não têm dimensão de quanto ajudaram. Esforçar-me-ei em tentar nomear várias delas que através de detalhes, da hospitalidade e no contato durante o processo de entrevistas, mostraram uma disposição e entusiasmo para conversar (com alguém que lhes era desconhecido) sobre assuntos que fazem parte, de longa data, de suas trajetórias. A generosidade de alguém esquecido deverá prevalecer face a algum lapso de memória.

A todos os entrevistados que me acolheram com hospitalidade e abertura para a conversa.

Professor Cláudio de Mauro que me recebeu em feriado de Páscoa, como se fosse um colega de longa data, abrindo as portas de sua casa no meio de sua corrida eleitoral, candidato que era, à época, ao governo do Estado de São Paulo pelo Partido Verde (PV). Estendo o agradecimento a sua esposa pelo acolhimento.

Franklin Gonçalves da FNUCUT, Temístocles Marcelos Neto da Comissão de Meio ambiente da CUT. Dispuseram de tempo em meio aos encontros, reuniões, dissídios, campanhas salariais. Adriana Ramos, diretora do Instituto Sócio Ambiental, que me recebeu com entusiasmo, me trouxe explicações sobre a atuação do ISA e me forneceu material bibliográfico. Ao Roberto Pereira D'Araújo por esclarecer aspectos dos meandros da reestruturação das empresas elétricas.

Prof. Dr. Paulo Figueiredo da Unimep, ambientalista e militante, pessoa simples e esperançosa de que as coisas melhorem. Glenn Switckes do International Rivers Network pela entrevista forte e sincera que concedeu, lhe devo um café. Luis Pinguelli Rosa que no meio de suas atribulações de pessoa solicitada para falar sobre grandes temas, se dispôs a um bate-bapo recheado de sinceridade e objetividade.

Ao pessoal da coordenação do MAB (especialmente Cervinski, Dalla Costa e Marco Antonio) que fizeram o convite para a participação no II encontro do Movimento dos Atingidos por Barragens, oportunidade na qual, além de entrevistar seus dirigentes, tive contato com o povo camponês, agricultores, colonos, jovens entusiasmados em buscar um Brasil mais justo, pessoas que se organizam no movimento, que vieram dos quatro cantos do país. Ali me “caiu mais uma ficha”. Não podemos cair no conto da carochinha que cotidianamente os meios de comunicação parecem evidenciar: os movimentos camponeses no Brasil, citando nomes, o MST e o MAB, não são os “diabos” pintados nas capas das maiores (e *piores*, grifo meu) revistas brasileiras. Os movimentos são constituídos por suas lideranças

e por suas bases de pés no chão e olhar atento para a vida e para as brechas que nela aparecem para continuar sobrevivendo.

Neste período de entrevistas tive a felicidade de encontrar a hospitalidade e companhia do amigo Libério, que em meio a seu desenvolvimento de Tese de Doutorado sobre a Tragédia da Gameleira, me hospedou, ciceroneou e me colocou ao lado de vários segredos da belíssima cidade de Belo Horizonte e da zona rural de Sabará.

Aos amigos Padilha e Kiki que tiveram a delicadeza e paciência de me abrigar em Brasília, mesmo durante as turbulências do seu dia a dia no Palácio do Planalto.

Aos amigos Luli, Flávia e à pequenina Sofia que cedeu seu quarto colorido na Ilha do Governador enquanto estive por lá.

A Virginia e Emilio pela hospedagem freqüente, atenciosa, carinhosa e sempre disponível.

À Edna que entusiasmada com o tema que estudo, pois além do interesse intelectual, tem parentes no Vale do Jequitinhonha atingidos por barragens, pôs à minha disposição artigos de jornais, um guia de leitura “para ler Habermas” sabendo da complexidade da obra do autor, e ainda pelas dicas de documentários como o “Tocantins, rio afogado”. Ao Damiro que sabendo que este tema de pesquisa versa sobre terras ribeirinhas me trouxe material sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco.

Aos amigos Gustavo e Márcia, William e Marcela e Ciro (entusiasta das câmaras setoriais), pela compreensão pelos meus muitos não aos convites para sair e jogar conversa fora....

À Renata e Marco pelo socorro na utilização do acesso à internet nos momentos mais necessários.

Ao grande amigo Vitor Negrete, hoje nos vendo de cima.

A minha família: cunhadas, cunhados, irmão, irmã e sobrinhos, que negligencieei em vários momentos, faltando a encontros, convites, viagens.

Aos professores e colegas do PIPGE - IEE que através de conversas e aulas enriqueceram a visão de conjunto do porquê estudar as várias percepções da utilização da energia e recursos naturais. A Rosa e a Adriana, ambas da Secretaria de Pós - Graduação, que sempre facilitaram o caminho para lidar com a burocracia. No jogo contra a burocracia, sem elas, no máximo, empataríamos. Agradeço à CAPES pelo financiamento de bolsa de estudos durante o período da pesquisa.

Meus agradecimentos quanto à orientação dirigem-se ao Prof. Dr. Célio Bermann, paciente, rigoroso na condução da pesquisa, muito eficaz nas sugestões de pesquisa de campo e por sua disposição pedagógica em orientar sem monopolizar as conversas com seu conhecimento, de longa data, sobre o tema proposto. À banca examinadora no exame de qualificação: Prof Dr. Ricardo Maranhão, por suas sugestões e indicações para trazer a dissertação a um porto seguro nos seus níveis de inteligibilidade e clareza, necessários para o leitor futuro e ao Prof. Dr. Oswaldo Sevá pelas intervenções francas e instigadoras durante a qualificação, nas discussões posteriores e também, sem esquecer, das aulas na Pós - Graduação em Planejamento Energético – Unicamp, onde me ensinou, através de sua honestidade intelectual, a colocar e representar o homem e a natureza nos diagramas técnicos, nos diagramas de representação dos processos industriais, nos artigos e resenhas.

Meu agradecimento especialíssimo à minha esposa Valéria Aroeira Garcia, que testemunhou momentos de mau humor, ansiedade e falta de compartilhamento nas tarefas do lar que me competiam, mas com seu entusiasmo (e sua companhia em vários momentos do trabalho de campo) me garantiu o aconchego emocional para que este trabalho se realizasse.

"Dando continuidade ao projeto de usinas hidrelétricas na quantidade que está sendo estudada pelos cientistas, não tem como continuar tendo rio vivo né! Nós vamos ter vários lagos. Eu quero fazer um apelo à classe científica brasileira pra que tentem modificar o projeto desse número muito grande de usinas hidrelétricas a serem construídas na Bacia Amazônica. Porque a Amazônia é a riqueza do nosso continente!"

Maria Lúcia Quilombo, moradora de Porto Nacional - TO, no documentário Tocantins, Rio Afogado.

RESUMO

MORAL HERNÁNDEZ, F. D. **Aqueles que vivem nas margens, às margens da decisão: controvérsias sobre o uso dos rios e das terras ribeirinhas para geração hidrelétrica.** 2006. 204 p. Dissertação de mestrado. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. Universidade de São Paulo.

Esta dissertação desenvolve a idéia de um processo de "destituição da fala" de grupos sociais, indígenas, camponeses, ribeirinhos, ameaçados e atingidos por barragens e grupos da sociedade organizada como os sindicatos que representam os trabalhadores das empresas elétricas e organizações não governamentais que discordam da maneira como vem se conduzindo o processo de expansão da oferta de eletricidade através da construção de hidrelétricas. Fazemos dois retrospectos. O primeiro, das lutas sociais por democracia nos últimos 30 anos. O segundo, um histórico da consolidação das empresas elétricas, relacionando-o com a história política brasileira e as relações entre interesses privados e ações de governo. Revela-se uma relação autoritária, pouca participação pública, centralismo decisório e fundamentalmente a prevalência dos interesses capitalistas nos projetos hidrelétricos. O viés autoritário, sendo herança histórica, molda a maneira como até hoje a discussão sobre como a oferta de eletricidade se desenvolve. Os resultados da pesquisa de campo e análise de entrevistas com dirigentes do movimento social organizado, sindicalistas e integrantes da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) revelam a grande distância entre a produção de diagnósticos, reflexões, expectativas das organizações sociais, organizações não governamentais e uma efetiva incorporação desta produção na discussão sobre novos, antigos e futuros projetos hidrelétricos. Há pouco reconhecimento público e institucional das entidades e movimentos sociais que, a despeito de terem propostas e acúmulo de experiências sobre empreendimentos mal sucedidos, reivindicações sobre o passivo social e ambiental das obras já instaladas, não tomam parte dos processos de discussão e decisão. Esta ausência do processo se materializa como elemento de não-reconhecimento e comprometedor da dignidade de ação política destes agrupamentos sociais. A ampliação de espaços de discussão é tratada ao nível teórico e prático a partir da voz dos entrevistados e nos servindo dos estudos das ciências políticas sobre a constituição de esferas públicas, sobre ação comunicativa e sobre a teoria dos movimentos sociais. Dois exemplos internacionais são trazidos para reflexão: o debate público sobre energia no Quebec e o gerenciamento da utilização dos cursos d'água e das margens dos rios na Holanda. O

processo de criminalização dos movimentos sociais é identificado como um obstáculo à idéia de que se crie, na opinião pública, espaço para se discutir de maneira ampla o uso dos rios, das águas e terras ribeirinhas. Conclui-se este trabalho de dissertação apontando algumas oportunidades políticas e frentes de atuação através das quais os movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, podem ampliar o espaço de discussão. A participação nos comitês de bacias, exploração das heterogeneidades nos espaços de governo, alianças entre movimento sindical, movimentos sociais e ONGs e a importância dos ciclos de protesto diante de um cenário de criminalização dos movimentos sociais podem, concomitantemente, ampliar espaço e juntar forças para denunciar e se contrapor ao esgotamento dos recursos naturais e à expropriação autoritária e acelerada das terras dos pequenos proprietários, pescadores e moradores ribeirinhos que a instalação de uma quantidade enorme de empreendimentos hidrelétricos vem consolidando.

Palavras-chave: Usinas hidrelétricas - aspectos sociais, espaços públicos, democracia participativa, movimentos sociais, atingidos por barragens.

ABSTRACT

MORAL HERNÁNDEZ, F. D. **Those who live at the riversides, aside from the decision making: controversies about the use of rivers and the riverside lands for hydroelectric power generation.** 2006. 204 p. Master Dissertation. Inter-unities Graduate Program in Energy. University of São Paulo.

This Dissertation develops the idea of a process of suppression of the voice of social groups, indigenous peoples, rural workers, riverside populations, those threatened by or victims of Dams construction, and groups of the organized society such as those unions that represent the workers of the electricity companies and non government organizations that disagree with the way how the process of expansion of the electricity supply is being conducted through the construction of hydroelectric plants. We present two retrospective overviews. The first one addresses the social movements in their fight for democracy in the last 30 years. The second one addresses the history of the consolidation of the electricity companies, relating it to the Brazilian politics history and the relationship between private interests and government actions. It is revealed an authoritarian relationship, a small public participation, a centralized decision systems and, essentially, the prevailing of the capitalist interests in the hydroelectric projects. The authoritarian bias, an historic heritage, shapes the way how the discussion on electricity supply developed until the present. The results of the field research and the analysis of the interviews of leaders of the organized social movements, union leaders, and members of the national coordination of the "Dam Affected People Movement" - Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), reveal a large gap between the production of diagnostic analysis, expectances of the social organizations and non government organizations, and any substantial incorporation of this production in the discussion of new, previous and future hydroelectric projects. There is little public and institutional recognition of those organizations and social movements, which, in spite of having proposals, experiences on projects with bad outcomes, and demands on the social and environmental liability of the plants already in operation, do not take part in the discussions of the decision making process. The expansion of the discussion arenas is addressed at the theoretical and practical levels, having as base materials the interviews conducted during the field research and political sciences studies on the constitution of public spheres, on the communicative action, and on the theory of social movements. Two international examples are brought to discussion: the public debate on Energy in the Quebec Province, and the management of the use of the

riverside space in the Netherlands. The process of criminalization of the social movements is identified as an obstacle to the idea of creating, in the public opinion, spaces for a comprehensive discussion on the use of rivers, of the water, as well as of the river side lands. This dissertation concludes with the identification of political opportunities and directions of action through which the social movements, unions, and non-government organizations can expand the space for discussion. The participation in river basin committees, the exploration of heterogeneous spaces of government, alliances among the unions movement, social movements and NGOs, and the importance of cycles of protest in a scenario of criminalization of social movements can, all together, expand the space and add strengths to make public and to fight against the exhaustion of natural resources and the fast and authoritarian expropriation of lands of small rural owners, fishers and riverine inhabitants, which is being consolidated by the large development of hydroelectric enterprises.

Keywords: hydropower dams - social aspects, public spaces, participative democracy, social movements, dam affected peoples.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E PERGUNTAS-CHAVE QUE MERECEM SER NORTEADORAS DE REFLEXÃO.....	16
1.1 Investigação de campo: Pesquisa junto a movimentos sociais, segmentos sociais e profissionais envolvidos na temática e discussões relativas à oferta de eletricidade e suas consequências.....	19
1.2 Uma síntese dos locais e tipos de pesquisa.....	20
 2 UM RETROSPECTO DAS LUTAS POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS NOS ÚLTIMOS 30 ANOS. SÍNTESE DA TOMADA DA CENA PÚBLICA POR NOVOS PERSONAGENS E ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS.....	23
2.1 Espaços públicos no Brasil: algumas distinções entre conceitos às vezes tidos como sinônimos.....	28
2.2 A construção de uma esfera pública de discussões sobre a oferta da hidreletricidade e seus impactos. Utilizando teorias para possíveis restituições de falas discordantes.....	32
2.3 Auxílio de uma metáfora geométrica: a esfera pública e os recursos políticos que os grupos sociais podem dispor.....	35
2.4 O vocabulário consagrado na indústria elétrica, nas burocracias associadas e uma proposição inicial de modelo de debate público.....	37
 3 O AMBIENTE ECONÔMICO, POLÍTICO E HERANÇA HISTÓRICA DO PROCESSO DE ELETRIFICAÇÃO: BLOCOS NO PODER, INFLUÊNCIAS E INTERESSES	40
3.1 Herança autoritária	40
3.2 Breve histórico da eletricidade no Brasil e forças políticas e econômicas associadas ao processo de eletrificação.....	48
 4 PARTICIPAÇÃO X DELIBERAÇÃO: OPORTUNIDADES POLÍTICAS, DIAGNÓSTICOS E EXPECTATIVAS NA VOZ DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	53
4.1 Comentário sobre a representação política no Brasil	53

4.1.1 O papel do movimento sindical.....	55
4.1.2 Conceitos do Marxismo e visão de classe.....	57
4.1.3 Influências no <i>modus operandi</i> do movimento sindical ligado às empresas elétricas.....	58
4.1.4 Consentimento, resistência, hegemonia, coerção, organização em tempos de precarização, terceirização e desemprego nas empresas elétricas	63
4.1.5 Comparação entre posturas dos vários sindicatos.....	66
4.2 O movimento sindical e as discussões relacionadas à energia e ao meio ambiente	67
4.2.1 Posturas sindicais observadas.....	72
4.2.2 Licenciamento ambiental e, ainda, a democratização de instâncias de tomada de decisão.....	73
4.2.3 Organização sindical, formas de resistência e nuances de atuação em grande território.....	77
4.2.4 Alianças (táticas ou estratégicas) entre o movimento ambiental e o sindicalismo?.....	82
4.3 Movimentos sociais e organizações não governamentais: reconhecimento público de questões controversas. A luta pelo reconhecimento.....	89
4.3.1 Questões controversas.....	91
4.3.1.1 Divergências explícitas entre o modelo vigente e as proposições dos movimentos sociais.....	92
4.3.1.2 Questões objetivas ligadas ao reconhecimento.....	94
4.3.2 Como tornar mais públicas as discussões: especulações conceituais.....	100
4.4 A importância dos protestos em um cenário de criminalização dos movimentos sociais: maniqueização dos debates, supressão de dissensos.....	104
4.4.1 O entendimento do protesto e seu papel.....	113

5 REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS DE ESTADO E COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS: ÉTICA OU ESTÉTICA PARTICIPATIVA ?.....

5.1. O CNPE - Conselho Nacional de Política Energética, composição e controvérsias sobre sua atuação.....	118
5.1.1 Críticas de alguns setores do movimento social com respeito à composição e atuação do CNPE e alguns pleitos referentes à condução da política energética.....	119
5.1.2 A crítica do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto ao mandato e operação do CNPE.....	123

5.2 Oportunidades políticas no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas.....	128
5.2.1 Reflexões sobre a contribuição dos comitês de bacia para o processo de tomada de decisão e controle por parte da sociedade sobre a gestão das águas	129
5.2.2 Comitês de Bacia e a geração de eletricidade: olhando para o norte do país e para as grandes e polêmicas obras associadas à indústria intensiva em eletricidade.....	137
 6 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS : OS CASOS DE DEBATE PÚBLICO SOBRE ENERGIA NO QUEBEC E O GERENCIAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA E DAS MARGENS DOS RIOS NA HOLANDA - O "RIJKSWATERSTAAT"	 142
6.1 Debate público sobre energia na província do Quebec	142
6.2 A Holanda e o 'Rijkswaterstaat'	151
 7. CONCLUSÕES.....	 156
 8. BIBLIOGRAFIA.....	 170
 ANEXO A — ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	 185
ANEXO B — ENTREVISTAS REALIZADAS.....	187
ANEXO C — QUADRO DE POSTURAS SINDICAIS.....	188

1. INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E PERGUNTAS-CHAVE QUE MERECEM SER NORTEADORAS DE REFLEXÃO.

O tema referente à participação de setores da sociedade brasileira em processos decisórios e consultivos é bastante atual e ramificado. Atual, pois parece estar associado a um estágio recente, em certo grau consolidado, de democracia formal (re – estabelecimento de eleições livres, liberdade sindical e partidária, no caso do Brasil) associado em seguida a um processo de esforço de criação de espaços públicos onde o poder de Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade ⁽¹⁾. Ramificado porque são várias as áreas do Estado brasileiro, da administração direta, espaços locais e regionais de decisão nos quais se observa propaganda e expectativas cada vez maiores por esta participação (ao menos no campo das intenções declaradas), além de alguns exemplos implementados de experiências participativas.

Nas duas últimas décadas, a idéia de gestões participativas e consultas públicas para a tomada de decisão (muito impulsionadas por questões ambientais, por práticas participativas na elaboração de orçamentos públicos participativos e audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental) vêm ganhando destaque no ideário do senso comum. Alguns exemplos destas ramificações, como os conselhos gestores ligados ao SUS (área de saúde), Fóruns Nacionais de Reforma Urbana, Fóruns de ONGs na discussão de Agendas 21 locais, fazem com que nos motivemos a pensar em possibilidades de discussões públicas e estabelecimento de políticas originadas da discussão mais ampla entre órgãos de decisão e a sociedade também na área de energia. Abrindo mais a ramificação, agora em nossa área de estudo e conjecturando sobre possibilidades e temáticas, poderíamos pensar sobre como se processam as discussões dos possíveis impactos sócio-ambientais de grandes instalações (apenas como exemplos poderíamos nos referenciar aos casos da Barragem de Sobradinho, Tucuruí, Itaparica, projeto de Belo Monte, Serra da Mesa, Cana Brava e em discussões mais recentes como o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco) como se originam e se desdobram processos dos empreendimentos, como são trabalhadas as questões de licenciamento ambiental e respectivos estudos de impacto, como se discute na sociedade a pressão sobre uso das águas e recursos naturais, como se desenvolve a discussão sobre tarifas e operação de reservatórios.

---

¹ DAGNINO, Evelina (org). "Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil". São Paulo. Ed. Paz e Terra 2002.

Do que foi dito, é possível perceber que há um grande número de caminhos investigativos. Cada um deles revelará seus limites, possibilidades, obstáculos institucionais, políticos, operacionais e motivados por distintos interesses econômicos.

O que se coloca como hipótese da pesquisa é uma participação insuficiente dos movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos, populações de atingidos e grupos indígenas nas discussões sobre o processo de expansão de obras hidrelétricas e uso das águas e terras ribeirinhas. Por que esta hipótese se configura em um problema? Esta insuficiência pode se configurar em um processo da “destituição da fala” ⁽²⁾ de segmentos sociais envolvidos e interessados na discussão sobre política energética e suas consequências sociais e ambientais, principalmente no tocante às obras hidrelétricas. Esta ausência de espaço de discussão e ausência de fala impede a participação mais ampla da sociedade, produção ampliada de propostas para o setor e a própria manifestação de contrariedades com respeito ao que já existe e ao que se planeja que venha a existir. Parte-se de um pressuposto que os chamados movimentos sociais, comunidades organizadas de quilombolas e agrupamentos indígenas não estão incorporados de maneira orgânica nas discussões presentes e futuras sobre a produção de hidreletricidade e seus impactos. Sua participação fundamentalmente restringe-se a manifestações motivadas por litígios definidos, em especial quando algum empreendimento em fase de execução ou planejamento se configura como elemento de conflito entre agrupamentos sociais, interesses econômicos e interesses governamentais.

Pretende-se verificar a hipótese de ampliação da discussão pública sobre processo decisório do setor energético e fazer reflexões sobre dificuldades e possibilidades de participação de grupos da sociedade ligados aos chamados movimentos sociais, organizações não governamentais e sindicatos em discussões contemporâneas ligadas ao processo de expansão da oferta hidrelétrica. Os casos internacionais de participação pública no debate sobre energia e utilização dos rios e terras ribeirinhas existem e nos servem para efeito de comparação e reflexão. Duas perguntas-chave são colocadas: (1) Há possibilidades de construção e reflexão coletivas de propostas para alguns dos conflitos e projetos (a serem identificadas como espaços de possibilidades) haja vista a existência de interesses tão ramificados e possivelmente antagônicos no setor de energia? (2) Há perspectivas de deliberações públicas ampliadas neste setor?

---

² Ver OLIVEIRA, Francisco de. **“Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”**. In: OLIVEIRA, Francisco de Oliveira e PAOLI, Maria Célia (orgs) – O sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Destas perguntas a pouco colocadas derivam-se outras possíveis: se há oportunidades políticas, elas são suficientes para questionar o modelo de desenvolvimento tal como sugerem o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Instituto Sócio Ambiental (ISA) e a comissão de meio ambiente da Central Única dos Trabalhadores CNMA-CUT? Estas oportunidades políticas são capazes de identificar e aproveitar fissuras e contradições estruturais no modelo de desenvolvimento estabelecido?

Quando se pensa na possibilidade de constituição de um espaço público de discussão sobre temas ligados à expansão hidrelétrica não se deve deixar de pensar no papel que os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, organizações não governamentais, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “militantes” do setor elétrico vêm desempenhando e podem desempenhar. A organização social aqui é entendida não só como sindicatos e organizações, mas como o conjunto de espaços das instâncias do movimento social, fóruns e mesmo lideranças que utilizam a sua representação como elemento vetor de discussão pública de temas-assuntos referentes à vida do setor elétrico, dos rios, das terras ribeirinhas das águas e das comunidades.

A expansão das instalações de geração hidrelétrica não apenas mobiliza e altera a vida de batalhões de trabalhadores que participam das obras de construção civil e montagem eletromecânica, como também altera a dinâmica de vida dos moradores no entorno e no alcance de grandes obras (trabalhadores na agricultura, trabalhadores da pesca artesanal, trabalhadores de agricultura sertaneja de vazante que plantam milho, feijão e mandioca). Moradores que se tornarão migrantes conforme as águas sobem e os expulsam e que terão de tocar a vida em algum outro canto. Afeta também os grupos indígenas e suas nações que trabalham, vivem e se organizam sem necessariamente ter seus objetos e produtos de trabalho circunscritos ao conceito “moderno” de valor de troca. Fiquemos apenas nos exemplos que atingem diretamente a vida humana, mesmo que não sejam os únicos.

Uma pergunta, que nos parece essencial, e aflora nas indagações iniciais é como os rumos da política energética e a discussão pública de temas são influenciados pelo movimento social? A questão ambiental relativa a novos empreendimentos do setor é discutida?

1.1 Investigação de campo: Pesquisa junto a movimentos sociais, segmentos sociais e profissionais envolvidos na temática e discussões relativas à oferta de eletricidade e suas consequências.

Quanto ao método, optou-se por coleta de entrevistas pessoais junto a entidades, conselheiros, personalidades da vida acadêmica, da vida operacional, movimentos sociais que participam do debate sobre energia (que por vezes se traduzem em conflitos sociais). Além das entrevistas efetivou-se coleta e investigação nos acervos das entidades (informes oficiais das organizações, atas, resoluções de seminários, congressos). A coleta de depoimentos nos parece fundamental para entender as possibilidades de construção de canais de participação política a partir da própria manifestação e percepção do problema pelos agrupamentos sociais e personalidades individuais e coletivas identificadas no decorrer da pesquisa.

O comparecimento às audiências públicas em casos selecionados permite ao pesquisador além da coleta de entrevistas, depoimentos, constatar *in loco* como se dá a dinâmica de discussões e representatividade social em instâncias decisórias. A participação como observador durante o 2º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens além de propiciar o contato com lideranças e integrantes do movimento, tendo a possibilidade de entrevistá-los, permite obter presencialmente informações sobre aspectos organizativos e de formulação de propostas.

Já o estudo sobre a dinâmica de funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas permite colocar o pesquisador em contato com um ambiente de discussão que vem despertando interesse quanto ao surgimento de novas instâncias decisórias, moldadas por outros contornos geográficos distintos dos contornos político-administrativos e que se coloca como espaço de possibilidade-necessidade de incluir discussões sobre o uso da água para fins de geração de energia.

A subjetividade, que certamente estará presente nos depoimentos, é um instrumento de conhecimento, logo deve ser preservada às últimas consequências (estamos interessados nas percepções dos entrevistados com respeito à temática sugerida na entrevista). Temos como pretensão aprender com a visão e vivência dos entrevistados. O recorte (seleção de trechos) sobre o depoimento coletado será o momento em que este esforço será colocado à prova.

A escolha em investigar percepções e posicionamentos de organizações e movimentos sociais dentre as várias possibilidades e existência de outros grupos sociais que interagem com a discussão na área de energia não é fortuita: parte do pressuposto do pesquisador (devidamente contextualizado e justificado, dando assim contornos e limites na análise) de que os grandes esforços de democratização, constituição de esferas públicas de discussão e

aumentos das liberdades democráticas no Brasil tiveram contribuição importantíssimas da ação dos movimentos sociais, organizações daqueles que menos parcela de poder institucionalizado que ao lado de parte de parlamentares, jornais, bispos escritores, artistas, artistas, professores, advogados, protagonizaram movimentos como o “Diretas Já” ou apoiaram movimentos grevistas como o dos metalúrgicos do ABC nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, época de forte repressão ao movimento sindical e de pouca liberdade de associação política. Trata-se, assim, de um recorte interpretativo e investigativo.

Busca-se verificar o quão distantes os pleitos das organizações sociais identificadas no trabalho estão de uma situação desejável, qual seja, uma participação mais efetiva dos chamados movimentos sociais nos espaços de decisão e planejamento dentro de um espaço público de discussão da área de energia elétrica com caráter potencialmente deliberativo. Esta verificação será amparada pelo estudo teórico realizado no capítulo II que procura o entendimento de conceitos da ciência política quanto à teoria dos movimentos sociais, sociedade civil, construção de esferas públicas e modelos teóricos sobre esferas públicas de discussão associadas ao conceito de democracia deliberativa.

1.2 Uma síntese dos locais e tipos de pesquisa

Instituto Sócio Ambiental - ISA

Visita ao acervo do Instituto na cidade de São Paulo e entrevista com Adriana Ramos em Brasília. O objetivo é entrar em contato com o setor de documentação e com a produção dos pesquisadores do instituto. Parte do esforço de atuação do ISA está direcionado ao estudo e acompanhamento de impactos sócio-ambientais de obras hidrelétricas bem como acompanhamento e estudos em áreas de risco às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, por exemplo. Este instituto se propõe “defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos”⁽³⁾.

IRN, International Rivers Network.

É uma rede internacional que se ocupa com a preservação dos cursos d'água e atua politicamente através de estudos, publicações e campanhas fazendo reflexões sobre o uso sustentável da água. A escolha desta entidade nesta investigação se deve à sua grande inserção no debate sobre a construção de hidrelétricas (grandes, médias e pequenas) ao redor do

---

³ Nota: informações obtidas em consulta ao sítio www.sociambiental.org.br, Instituto Sócio Ambiental em Dezembro de 2004.

mundo. Esta ONG norte americana com sede em Berkeley, Califórnia se projeta internacionalmente no intercâmbio e articulação dos movimentos de atingidos por barragens. Tem estrutura de funcionamento em rede, com sítio eletrônico acessível por www.irn.org.br. Tem publicação bimestral (World Rivers Review) que compila, noticia e divulga estudos, documentos e notícias sobre empreendimentos hidrelétricos ao nível mundial e comprometimento de rios e comunidades por construção de barragens. Participa no grupo de trabalho de energia (GT Energia) do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS e participa efetivamente em campanhas contra a instalação de Hidrelétricas no Xingu e no rio Madeira, para citar alguns exemplos de atuação. Um dos seus diretores (Glenn Switkes) tem residência em São Paulo e é responsável pela articulação na área da América Latina.

Isto posto, se desperta o interesse por entrevista e consulta ao acervo tentando entender como a rede se organiza, como tenta influir na discussão sobre os rumos do setor elétrico e como vislumbra que se amplie a discussão sobre política energética e suas consequências .

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

É uma organização nacional dos atingidos por barragens. Teve origem nas comissões regionais de atingidos por barragens (no início dos anos 80) que criaram uma articulação nacional cujos espaços nacionais de deliberação eram congressuais, organizavam plenárias e compunham uma coordenação nacional. Em 1991 foi criado o MAB no 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. É um movimento notadamente de base camponesa, uma organização que tem propostas para o setor elétrico, acompanha as discussões gerais sobre o setor e acaba sendo um exemplo de força social viva que poderia ser exemplificado como ator social que exercita a reflexividade (contestabilidade pública) sobre aspectos da política energética. O movimento além de lutar por indenizações, reparações e reassentamentos dos trabalhadores rurais que perdem as terras, procura produzir alertas sobre danos sociais e ambientais relativos a empreendimentos hidrelétricos (já identificados e sistematizados pelo próprio movimento e até mesmo pela Comissão Mundial de Barragens). Propõe em seus documentos a diversificação da matriz energética, planejamento específico para localidades isoladas e seus usos finais e se envolvem nas discussões sobre tarifas e política energética. Buscam dados e apoio técnico de pesquisadores junto a universidades, se posicionam quanto à política de tarifas e estabelecem comparações sobre o regime de tarifas

mundiais. É um movimento social que tem buscado o entendimento do discurso e vocabulário mais técnico e tenta influenciar a opinião pública. ⁽⁴⁾

SINDICATOS, ligados à área de energia – Sinergia - CUT, Eletricitários de São Paulo, Sindieletro-MG, Federação Nacional dos Urbanitários (FNUCUT).

A CNMA-CUT (Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores) representa a central sindical no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS, participa também no GT Energia e se articula com outros setores sindicais no que diz respeito à política energética e seus impactos econômicos, sociais e ambientais. A CNMA - CUT procura dialogar sobre o modelo de desenvolvimento com outras federações nacionais (FUP - Federação Única dos Petroleiros, FNQ – Federação Nacional dos Químicos, FNU – Federação Nacional dos Urbanitários). Defende um modelo de desenvolvimento que não esteja ancorado na exportação de recursos naturais e produtos eletrointensivos.

SINERGIA-CUT/SP. Escolha devido à sua extensa base territorial (cerca de 1000 municípios), facilidade no acesso ao acervo de boletins e dados e devido à conjugação de atividades no espaço micro e macro (no nível local e regional e articuladas com a CUT nacional e suas federações).

A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNUCUT é uma federação orgânica à CUT, atua junto aos fóruns e coletivos da categoria na área de energia (eletricidade, gás e nuclear) em suas lutas gerais e específicas. Fomenta análises e estudos econômicos, financeiros e tecnológicos da indústria elétrica nacional, gás canalizado e nuclear. Representa os trabalhadores nas empresas de geração transmissão e distribuição de energia elétrica, os trabalhadores nas empresas de gás e nas empresas afins à energia nuclear ao nível federal. Atua na promoção das campanhas salariais e reivindicatórias unificadas em conjunto com as demais secretarias da FNU – CUT.

O SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO: Sindicato filiado à CGT - Central Geral dos Trabalhadores. Com ampla base sindical (uma das maiores bases sindicais do setor elétrico) este sindicato está ligado a uma outra corrente sindical que não a corrente hegemônica do sindicalismo brasileiro a CUT. Estes dois motivos obrigam o esforço de pesquisa em seus documentos sindicais e posicionamentos públicos. Pouca informação está contida em formato eletrônico (páginas da web) o que prejudicou a coleta de informações.

---

⁴ ver TEORIA & DEBATE (2004), revista de periodicidade bimestral da Fundação Perseu Abramo que trouxe neste número entrevista com o dirigente do Movimento dos Atingidos por Barragens Marco Antonio Trierweiler.

2. UM RETROSPECTO DAS LUTAS POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS NOS ÚLTIMOS 30 ANOS. SÍNTESE DA TOMADA DA CENA PÚBLICA POR NOVOS PERSONAGENS E ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS.

Como foi mencionado no capítulo introdutório, a participação da sociedade aparece de maneira bastante ramificada acompanhada de expectativas cada vez maiores por participação. Parece ser de domínio do senso comum que uma maior participação da sociedade é característica benéfica, simultaneamente para consolidar a democracia e para melhorar as condições de controle sobre políticas públicas, sobre a ação do Estado e sobre a qualidade dos serviços públicos concedidos (energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto e outras concessões). A possibilidade de uma maior participação, entretanto, é uma realização histórica: hoje um conjunto de fatores pode possibilitar um alargamento da participação mais ampla de grupos sociais em seus destinos, amanhã outro conjunto de fatores pode modificar o cenário de hoje e o cenário passado, certamente, é distinto do atual.

Um retrospecto das lutas por liberdades democráticas nos últimos 30 anos revelará ⁽⁵⁾ eventos importantes tendo dois expoentes que merecem ser destacados. O primeiro deles diz respeito às greves metalúrgicas no ABC Paulista e o segundo, ao movimento conhecido como Movimento pelas Diretas Já: passeatas, comícios organizados por comissões pluripartidárias, amplo movimento de massa que tomou conta de várias praças públicas. Comícios gigantescos apoiados por sindicatos, movimentos populares, personalidades, parlamentares, igrejas, associações de classes e partidos políticos de oposição. Movimento que objetivava restabelecer a democracia no Brasil por meio das eleições diretas para Presidente da República. No que se segue, buscaremos uma breve periodização desde meados da década de 1970.

A experiência autoritária do regime militar instalado em 1964 marcou profundamente a sociedade brasileira que, insatisfeita com os resultados econômicos e políticos do regime, mostrou clara contraposição ao governo militar que após o golpe de 1964, restringiu, através

---

⁵ Para os propósitos desta retrospectiva foram consultadas as obras listadas adiante. Fazemos a alusão no título desta seção ao título do livro de Eder Sader. Obras consultadas: GOHN, Maria da Glória. **“História dos movimentos e lutas Sociais”**. Edições Loyola, São Paulo, 1995; SADER, Eder. **“Quando novos personagens entraram em cena”**. 2ª edição Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ. 1995; OLIVEIRA, Francisco de. **“Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”**. In: OLIVEIRA, Francisco de Oliveira e PAOLI, Maria Célia (orgs) – **O sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999; CARVALHO, Maria do Carmo. A.A. **“Participação Social no Brasil Hoje”**. Papers 98 Instituto Pólis. São Paulo, novembro de 1998; OLIVEIRA, Francisco. **“Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no limiar do Século XXI”**. Rio de Janeiro. FASE/PIC 1994; ARBIX, Glauco. **“Uma aposta no futuro. Os primeiros anos da Câmara setorial da indústria automobilística”**. São Paulo, Scritta 1996.

de força policial, por atos administrativos, pela força da censura, pela tutela sindical inclusive através da nomeação das diretorias pelo próprio governo que tolhia a liberdade de atuação dos sindicatos, liberdade de imprensa, liberdade de organização e banimento de lideranças partidárias, sociais e intelectuais críticos ao golpe de Estado.

Posteriormente à chamada crise do Petróleo de 1973 o Governo Militar começava a sofrer perda de sua base legitimadora; a inflação começava a aparecer, as classes médias percebiam seu poder de compra enfraquecer e as eleições de 1974 mostraram o partido da oposição, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, vencer as eleições.

Em 1975 ocorre a criação da Pastoral da Terra - CPT - apoiando e organizando vários movimentos sociais no campo, principalmente no sul do país. O nordeste brasileiro já tinha visto o surgimento das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base, uma opção de parcelas da Igreja Católica pela atuação no meio popular, tentando articular ações para melhoria das condições de existência dos segmentos mais pobres da população.

A luta pela anistia política em 1976, que ao lado das greves do ABC Paulista no final da mesma década, teve repercussão internacional, mostra uma dimensão mais pública e intensa no debate político que antecedeu a Constituinte de 1988. Movimentos populares e sociais, movimento sindical, pastorais, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência são exemplos de parcelas da população que se contrapunham em ações e discursos à forma centralizada e autoritária do exercício do poder público (marca do Estado brasileiro, de longa data, mas acentuada durante o regime militar do pós -1964).

A década de 1970 (com grande intensidade o ano de 1978) revela uma efervescência no surgimento de movimentos organizados ⁽⁶⁾.

As Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais da Igreja, grupos de mães e grupos de luta contra a carestia manifestam ações em várias regiões do país. Na ausência de espaços institucionais de negociação de conflitos manifestos, as discussões de temas ligados à moradia, creches, raça, gênero, tornam-se espaços e questões públicas e lugares para a ação política, distintas das organizações sindicais e partidárias mesmo que estes dois conjuntos comumente apoiassem os movimentos destes “novos sujeitos”.

Há o surgimento de um Movimento Sindical renovado, protagonista das greves metalúrgicas do ABC paulista cujas greves de maior impacto datam de 1978. Em 1979 ocorreu a criação do movimento dos Sem Terra, com sua propagação ao longo dos anos 1990

---

⁶ Cf. GOHN, Maria da Glória. "**História dos movimentos e lutas Sociais**". Edições Loyola, São Paulo, 1995.

consolidando-se como a maior frente de luta camponesa pela terra neste período que escolhemos periodicizar. A criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, no município de Itá, Santa Catarina, foi uma das primeiras iniciativas de organização mais coesa entre os trabalhadores atingidos por barragens, que contou com apoio de sindicatos rurais e de organizações das igrejas católicas e luteranas fortemente vinculadas com a questão dos pequenos agricultores.

Ainda nos anos 1970 surgem movimentos de organização no interior de favelas, como oposição às desocupações violentas e a real necessidade de urbanização face o aumento do número deste tipo de aglomerações urbanas, apoiados por religiosos e agentes pastorais (posteriormente foi criada a Pastoral das Favelas). A necessidade de revelar a existência de uma parte urbana colocada à margem dos serviços públicos fez com que surgisse o Fórum Nacional de Reforma Urbana e, antes dele, um forte movimento de professores e profissionais da saúde luta por creches nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo.

Nos anos 1980 a idéia de federalização e articulação nacional se soma à disseminação de movimentos da década anterior, onde os movimentos de base proliferaram. Surgem as centrais sindicais.

A luta pela constituinte de 1988 que incorporou na constituição reivindicações anteriores, algumas delas já em vigor prático, mesmo que proibidas formalmente, como a auto-organização dos trabalhadores que criaram as centrais sindicais, direitos à saúde, à educação, habeas-corpus e habeas-data, ou seja, um conjunto de reivindicações e direitos que colocavam em cheque a repartição de poder e riqueza.

Um terceiro momento, após a promulgação da constituinte, exhibe além de movimentos reivindicatórios específicos, a ampliação da idéia de participação inclusive sugerindo reordenamentos institucionais. Exemplos destas reorganizações são conquistas como o as do movimento de saúde criando o SUS - Sistema Único de Saúde (arranjo tripartite de controle social e co-gestão da política de saúde), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A idéia de discussão participativa de orçamentos públicos é um exemplo da participação da sociedade organizada querendo discutir a própria gestão das políticas públicas. Neste contexto surgiram conselhos setoriais, surgem câmaras setoriais (nos deteremos um pouco mais sobre uma delas, adiante). Mais que tudo, cria-se uma cultura de participação.

No ano de 1992 um movimento de massas envolvendo o movimento estudantil, conhecido como o Movimento dos Caras-Pintadas, torna-se carro chefe das manifestações públicas pelo impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello (breve mandato entre

1990 – 1992). Neste mesmo ano, durante a edição da ECO – 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, acontece o fórum paralelo de ONGs no aterro do Flamengo. No evento paralelo estiveram cerca de duas mil ONGs de todo o mundo, um fórum montado ao ar livre, com a presença de vários movimentos sociais populares.

Em 1993 cria-se formalmente a Central de Movimentos Populares que desde 1989 atuava em caráter provisório. O Movimento Ação pela Cidadania, Contra a Fome e pela Vida (criado a partir do Movimento pela Ética na Política), liderado por Herbert de Souza – o Betinho – se caracterizou como um movimento suprapartidário, conjugando ações filantrópicas de arrecadação de alimentos e recursos financeiros com ações políticas de sensibilização de diferentes camadas sociais e governamentais para combater situações de fome e miséria.

As câmaras setoriais do setor automobilístico ⁽⁷⁾: Nos deteremos um pouco mais nesta experiência, pois ela nos servirá, em certo grau, para uma comparação entre a ampliação de discussão de políticas setoriais e a possibilidade de discussão sobre a política de oferta de eletricidade. Em meados de 1991 as câmaras setoriais começam a ser propostas pelo governo como espaços tripartite de negociação. A ênfase no aspecto de negociação surge como novidade e como forma de elaboração de políticas: havia disposição de abrir mão de prerrogativas legais do poder estatal. Esta conformação de negociação tripartite exigia a presença de representantes dos trabalhadores.

O estudo citado revela que efetivamente as câmaras setoriais se efetivaram como espaço institucionalizado (através de lei) no qual participaram agências estatais, um número de grupos sociais organizados “com monopólio de representação concedido pelo Estado” ⁽⁸⁾. Estes grupos, na maioria das vezes consensualmente, estabeleceram políticas públicas para o setor. Os mecanismos internos de funcionamento combinavam aspectos formais e informais de implementação de decisões, o que permitia uma maior vigilância através de grupos de trabalho. A câmara setorial era uma estrutura intermediária (meso - estrutura). Quem mais interagia com o complexo administrativo estatal eram as agências estatais presentes na câmara.

---

⁷ Nos detivemos com um pouco mais de detalhe nesta descrição, pois ela nos servirá de exemplo, no último capítulo, para apontar algumas semelhanças entre uma ausência de política industrial à época das câmaras setoriais do setor automobilístico e a própria necessidade de ampliação de discussão sobre a expansão da oferta de eletricidade e suas conseqüências. O exemplo desta experiência mostrou sucesso de uma discussão tripartite (em uma região específica, núcleo do capitalismo brasileiro) mesmo sendo de curta duração. A obra tomada como referência para esta discussão é ARBIX, Glauco. “**Uma aposta no futuro. Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística**”. São Paulo, Ed. Scritta, 1996.

⁸ ARBIX, Glauco. à pág. 94.

O retorno às liberdades democráticas essenciais como votar em todos os níveis de representação (parlamentos e executivos), liberdade de organização sindical, liberdade de associação, liberdade de imprensa, não foram suficientes, até aquele momento, para fazer com que o Estado encaminhasse soluções de problemas crônicos da sociedade, como por exemplo: a exclusão social, o desemprego crescente, a desigualdade social e a concentração de renda. Aumenta-se a percepção da necessidade de um controle mais aprofundado sobre as ações do Estado. Nesse espírito, surge com mais ênfase a noção de cidadania, que os movimentos sociais e sociedade organizada propagandeiam como um salto de qualidade para uma gestão mais democrática da sociedade. Nos anos 1980 surgem movimentos alinhados com a noção de organizar grupos que têm seus direitos comprometidos ou não atendidos, que em momento posterior reivindicam e conseguem através de luta e articulação política a institucionalização formal e prática de conselhos gestores de políticas públicas principalmente nas áreas de saúde, crianças e adolescentes. Estas lutas inequivocamente tiveram impulso no ocaso da ditadura militar, perduram até hoje em idas e vindas e devem persistir por muito tempo. Merece ser retida uma idéia forte, que surge em consequência desta movimentação que procuramos pincelar na periodização: é a idéia de construção e ampliação de *espaços públicos*, porta vozes de uma agenda pública coletivamente construída.

Se entendemos que nos últimos 30 anos houve um aprofundamento da democracia brasileira, uma espécie de conjugação entre representação política tradicional e novos canais de manifestação, cremos que na explicação deste aprofundamento devem estar presentes as mobilizações populares, transformando instituições e espaços de organização da sociedade e evidenciando as lacunas não apenas da democracia formal, mas da democracia social.

A trajetória descrita brevemente sobre as lutas sociais por liberdades democráticas e reivindicações específicas estão associadas ao longo período de permanência do regime militar de 1964 e suas consequências econômicas e políticas. Nestes momentos da história, é certo que os movimentos organizados da sociedade se contrapunham ao governo militar. O Estado não conseguia processar demandas destes grupos organizados quanto à moradia, saúde, salários, conflitos por terra, conflitos nas terras indígenas. Os partidos políticos pouco expressavam capacidade em canalizar ou representar interesses ou demandas durante o período autoritário. Isto competia, à medida que o poder público se omitia, aos movimentos sociais e movimentos organizados da sociedade que manifestavam necessidades e direitos não atendidos.

Um sindicalismo mais combativo (que se diferenciava do sindicalismo tutelado pelo governo militar) desafia com greves e ocupa posições específicas (campanhas salariais) num

local representativo do capitalismo brasileiro, o ABC paulista. O sindicalismo rural também se fortifica e o movimento sindical de maneira geral, tanto simbolicamente quanto objetivamente, é eficaz na consolidação e utilização de recursos políticos (greves, busca de entendimento com outros setores da sociedade como igrejas e intelectualidade).

Como elementos fundamentais na movimentação social no período recente chamado de re-democratização no Brasil pode-se pensar em movimentos de luta por direitos associados a um processo de aproximação da sociedade organizada, demandante por direitos, de uma sociedade organizada atuante politicamente. A categorização proposta a seguir permite também uma reflexão sobre as dificuldades e possibilidades de consolidação de uma sociedade politicamente atuante ⁽⁹⁾. As categorias a seguir se referem aos grupos organizados:

- Base de recursos: baseada na capacidade de canalizar as atenções públicas para suas campanhas e pleitos;
- Base de constituição de grupos, na própria ação coletiva;
- Natureza do recrutamento dos membros, de caráter voluntário (as entidades sindicais por outro lado têm caráter institucional presente na lei, mas sua representatividade testada na relação prática e na medida da adesão de atuar no sindicato);
- Quanto à natureza dos interesses representados que por vezes tratam de demandas das esferas da política e das esferas da economia, de maneira recorrente trazem demandas de fora dessas esferas com conteúdos novos. Este aspecto tem especial interesse em nossa investigação: dentre alguns “temas novos” estão a discussão sobre modelos de desenvolvimento, seus processos produtivos e como se dá a apropriação dos recursos naturais pela sociedade e como a expansão da oferta de hidreletricidade atende a grupos específicos como, a exemplo de grandes empresas comercializadoras de energia, grandes empresas da construção civil e empresas consumidoras eletrointensivas.

2.1 Espaços públicos no Brasil: algumas distinções entre conceitos às vezes tidos como sinônimos.

A sociedade organizada composta por uma grande heterogeneidade de grupos (incluindo grupos conservadores), com formatos institucionais diversos (sindicatos,

---

⁹ Cf. COSTA, Sérgio. "Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas bibliográficas sobre o conceito de Sociedade Civil". Cadernos de Pesquisa N° 8, janeiro de 1997.

associações, redes, coalizões, mesas, fóruns) e uma grande pluralidade de práticas e projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, pouco democratizantes, conduz então a uma idéia de espaços de reflexão e reivindicação bem conflitivos, às vezes antagônicos se confrontados. A idéia de espaços públicos de discussão aparece como “inovação política” ⁽¹⁰⁾.

Onde ocorreria a inovação? A inovação estaria presente na possibilidade da existência de uma primazia da publicização nas discussões que se estabelecem nesse espaço. Esta primazia poderia ser pensada através de um conjunto normativo, como o que segue: tornar público o que está escondido, tornar público o que permanecia privado, refletir a pluralidade social e política, reconhecer as variadas opiniões e interesses e tender à igualdade de recursos em termos de participação (informação, conhecimento e poder).

O principal autor que teve como problema central de investigação a questão da eficácia comunicativa como elemento de disputa política nas democracias contemporâneas é Jürgen Habermas ⁽¹¹⁾. Para ele o espaço público é um desenvolvimento histórico criado por certos setores das burguesias européias durante a Ilustração: trata-se da abertura de espaços onde se debatem assuntos públicos, isto é, o interesse coletivo, questionando assim o direito dos governantes em ter o monopólio das decisões e criações de pautas. É um novo espaço para a crítica.

Para Habermas o fundamental é a comunicação: argumentação, debate, reconhecimento de novas demandas, desenvolver a crítica como ação política, separar argumentos legítimos, verdadeiros dos falsos. Este espaço público estaria inerentemente ligado a uma situação discursiva ideal ⁽¹²⁾. Os argumentadores se manifestam, não deve haver

---

¹⁰ Ver DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto. J. PANFICH, Aldo (orgs.) “**A disputa pela construção democrática na América Latina**” São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006 e, especificamente sobre a idéia de espaços públicos como inovação política, consultar o Capítulo 1: Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. (Apresentação pelos organizadores do livro).

¹¹ Ver HABERMAS, Jürgen, **Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press, 1984. Especialmente o volume II pp. 330 e seguintes. Onde o autor constrói, após a constatação da permanente tentativa de colonização do “mundo da vida” pelo “sistema” (dois conceitos criados e trabalhados nesta que é considerada sua obra prima), sua Teoria da Ação Comunicativa como meio defensivo utilizado pela sociedade (baseado na racionalidade comunicativa) de evitar esta colonização. Uma vinculação ética da prática democrática com a qualidade dos processos comunicativos existentes nesta prática e uma desvinculação (op cit, vol I) do aumento da complexidade administrativa do Estado com a impossibilidade da participação da sociedade. O conceito de democracia de Habermas está relacionado com a capacidade de comunicação na esfera pública e uma posterior implementação do que é discutido (livre de constrangimentos) na complexidade administrativa.

¹² A força do conceito Habermasiano de ação comunicativa está na orientação para alcançar o mútuo entendimento, o que significa que devem estar dadas as razões para estabelecer a validade dos pleitos dos interlocutores. Para Habermas o próprio ato da fala pressupõe a condição do mútuo entendimento. Ao falar estamos criando um consenso implícito baseado em quatro formas de validação das nossas afirmações:- que são compreensíveis;- que seu conteúdo é verdadeiro;- que o falante é sincero;- que é apropriado realizar o ato discursivo, dadas as condições de dialogo estabelecidas. A situação discursiva ideal pressupõe uma suspensão das restrições à ação comunicativa, ou seja, as relações de poder têm que ser colocadas de lado. Não podem inibir os argumentos nem seu intercâmbio. Esta situação, não se verifica plenamente, mas continua sendo um pressuposto de qualquer comunicação. É neste sentido, já que a comunicação é distorcida na prática por fatores ideológicos, sociais e políticos, que a busca por uma comunicação livre destes entraves é a luta básica pela liberdade. A racionalidade destas idéias, do ponto de vista normativo, se constitui na Ética Comunicativa de Habermas.

destituição da fala, nos termos de Francisco de Oliveira ⁽¹³⁾. AVRITZER ⁽¹⁴⁾ coloca que esta esfera pública, ou espaço público de discussão teria um caráter defensivo à medida que este espaço apenas influencia de maneira indireta o poder instituído. A decisão, portanto, ficaria restrita aos políticos, empresários e empresas interessadas na indústria elétrica, e na construção civil, bancos financiadores das grandes obras, grupos com maior capacidade de fazer lobbies ou mesmo estar presente nos centros de poder dentro do Estado ⁽¹⁵⁾ e aí teríamos limitações da própria construção da esfera político – partidária com suas distorções de classe, gênero, raça ⁽¹⁶⁾.

A hipótese de que os espaços conflitivos de discussão possam ser paradoxalmente os mais democráticos levam a textos como os da coletânea temática oferecida por DAGNINO ⁽¹⁷⁾.

Uma investigação sobre um método que se adeque aos temas colocados como expectativas de debates, e sobre um espaço no qual conflitos sejam explicitados num espaço coletivo de discussão e de decisão é dificultosa. O que se observa na atualidade é que um espaço assim não existe e por outro lado estudos sistemáticos sobre o funcionamento de conselhos gestores de políticas, equipamentos ou fundos públicos mostram consequências da exclusão de certos grupos:

“A exclusão de grupos reduz situações de antagonismo, facilita tomadas de decisões, por outro lado, afeta negativamente o processo de legitimação do coletivo e de suas deliberações, enfraquecendo-o nas negociações com o Estado” ⁽¹⁸⁾.

Estudos mostram a natureza geralmente conflitiva na relação estado e sociedade civil muito decorrente das estruturas hierárquicas tanto da sociedade, da política como do Estado brasileiro ⁽¹⁹⁾. Estes obstáculos ao funcionamento dos espaços públicos, frutos dialéticos de uma sociedade que se organiza em classes, são passíveis de superação, através da construção e transformação histórica que a política em teoria permite. Assume-se aqui, sem escamoteios, a visão de que a sociedade é permeada por ideologias e interesses distintos, ligados a vários

¹³ OLIVEIRA, Francisco de. 1999.

¹⁴ AVRITZER, Leonardo. **“Sociedade Civil: além da dicotomia Estado-Mercado”** in Sociedade Civil e Democratização. Del Rey Editora, Belo Horizonte 1994.

¹⁵ O conceito de bloco no poder é desenvolvido por POULANTZAS em sua obra **“Poder político e classes sociais”**. São Paulo, Martins Fontes, 1977. O capítulo III - Traços Fundamentais do Estado Capitalista, expõe o conceito e sua relação com o estado capitalista.

¹⁶ DAGNINO, Evelina et al, 2006.

¹⁷ DAGNINO, Evelina (org). **“Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil”**. São Paulo. Ed. Paz e Terra 2002. pp 279-301.

¹⁸ TATAGIBA, Luciana. **“Os conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil”** in Dagnino, Evelina (org). *Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil*. 2002.São Paulo Ed. Paz e terra 2002, p.61.

¹⁹ DAGNINO, 2002.

grupos e que a disputa e proposições abertamente colocadas são fatores tributários para o entendimento da ação política.

Se por um lado há um avanço do discurso pró-participação popular e combinação de métodos de democracia direta e indireta, fundamentalmente o espaço de decisão é o formal no qual se manifesta o processo de privatização do público⁽²⁰⁾ (entendemos formal como aquele espaço permitido pela institucionalidade), e a participação popular organizada, acanhada, com poucas possibilidades de, nestes espaços, reivindicar e restituir sua fala. Existe também uma situação, um tanto difusa, porém presente no senso comum que qualifica os papéis do Estado e da sociedade civil: o Estado personifica o “Mal” e a sociedade civil o “Poço das Virtudes”⁽²¹⁾. Esta redução interpretativa, sintetizada no slogan “*sociedade contra o Estado*”, será evitada em nossas análises, entendendo inclusive o papel que as empresas têm na construção desta idéia dicotômica.

Um outro meandro dessa disputa tão complicada vem sendo discutido a partir dos anos 90, nos discursos sobre a atuação do Terceiro Setor e do desmonte das responsabilidades sociais do Estado.

A filantropia empresarial vem ocupando um espaço cada vez maior: as fundações – instituições mantidas por um percentual do faturamento bruto de grandes empresas e marcas – vêm ocupando um grande espaço e assumindo as ações delegadas ao terceiro setor. A lógica que orienta e move as ações das fundações advém da lógica empresarial e elas acabam tendo ‘um pé na sociedade civil e um pé no mercado’.

Em um conjunto de edições especiais da Revista Carta Capital (Carta Capital, 2004a, 2004b, 2005) em parceria com a Consultoria InterScience foram divulgados nos últimos anos pesquisas de opinião sobre as empresas mais admiradas no Brasil, trazendo informações sobre as empresas líderes na pesquisa e a respeito do porquê elas serem admiradas pela população. Essas empresas ganharam prêmios por sua responsabilidade social e têm seu nome e sua marca associada ao escopo de empresas conscientes como aquelas que se dispõem a investir em outras atividades, além daquelas do seu ramo industrial, seja no campo social e/ou ambiental. Constam do levantamento de fatores chave nesta identificação, quesitos como cuidado com o meio ambiente, setores chave que as empresas devem priorizar, critérios de medida de responsabilidade social. Essa pesquisa coloca entre as mais admiradas empresas como Votorantim, Petrobrás, Alcoa, Usiminas, Belgo-Mineira, Vale do Rio Doce, Aracruz,

---

²⁰ Ver OLIVEIRA, Francisco de. “**Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal**”. In: OLIVEIRA, Francisco de Oliveira e PAOLI, Maria Célia (orgs) – O sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

²¹ Op. cit. Págs 280-281.

Acesita. São exemplos de empresas eletrointensivas, cujos processos produtivos estão associados aos processos mais dependentes de recursos naturais e sabidamente poluentes. Empresas como a Votorantim têm um leque de atividades que inclusive supõem geração própria de energia. É inegável que há uma aderência ao que se tem chamado de marketing social: as empresas também estão interessadas, mesmo que não de maneira exclusiva, a ter uma etiquetagem de empresa de responsabilidade social, além de poder ter a vantagem de deduções de impostos. Por si só já há vantagem econômica na ação e por outro lado contribuem para a idéia do Estado como ineficiente e incompetente nas suas políticas sociais⁽²²⁾.

2.2 A construção de uma esfera pública de discussão sobre a oferta da hidreletricidade e seus impactos. Utilizando teorias para possíveis restituições de falas discordantes.

O conceito de esfera pública se constitui em um novo elemento de discussão do processo de debate sobre construção democrática na segunda metade do século XX ⁽²³⁾. Cria uma linha distinta entre o elitismo democrático e democracia participativa, assumindo a idéia de uma esfera de interação livre entre vários grupos, associações e movimentos que discutem e deliberam sobre questões políticas e podem adotar estratégias que influenciem ou sensibilizem os tomadores de decisão. A racionalidade argumentativa (e a possibilidade de distinguir os bons argumentos dos argumentos insuficientes) contribuiria para a ruptura das hierarquias presentes nos espaços políticos clássicos. Habermas entende que uma esfera de discussão com livre participação se torna igualitária não apenas pelo livre acesso, mas quando novas questões políticas possam ser colocadas livremente pelos seus integrantes:

“Para Habermas, a esfera pública é o resultado histórico de um processo no qual os indivíduos são tidos como iguais em sua capacidade de demandar de seus governantes

²² Para maiores detalhes sobre a relação entre empresas eletrointensivas e terceiro setor ver: HERNÁNDEZ, Francisco.D.M ; GARCIA, Valéria; A BERMANN, Célio. "A responsabilidade social nos empreendimentos energéticos: reflexões metodológicas para identificação de agentes e de suas responsabilidades". Encontro Técnico-Científico da 6ª Ecolatina. setembro de 2006 - Belo Horizonte – MG.

²³ Como obras de referência consultamos, HABERMAS, Jürgen, "Theory of Communicative Action" (2.v). Boston: Beacon Press, 1984; COHEN, J.L; ARATO, A. "Sociedad Civil Y Teoría Política". 1ª Ed. Fondo de Cultura Económica, México, D.F. 2000; AVRITZER, Leonardo. "Democracy and the Public Space in Latin America". Princeton University Press NJ. 2002.

prestações públicas de contas, tanto quanto justificativas no campo moral das ações de Estado”.⁽²⁴⁾

No trecho anterior o autor sugere que, no âmbito da esfera pública, o questionamento das autoridades públicas não se restringe ao aspecto de concentração de poder mas também quanto à moralidade envolvida nas ações tomadas por aqueles que estão no exercício do poder. A argumentação prossegue nesta linha:

“O conceito de publicização tem duas características principais, ambas conectadas ao debate sobre democracia e democratização. A primeira é a idéia de um espaço de interação – face a face – distinto do Estado. Neste espaço, os indivíduos interagem uns com os outros, debatem ações tomadas pelas autoridades políticas, questionam a aceitabilidade moral das relações privadas de dominação, e questionam o Estado. O conceito de espaço público incorpora na teoria democrática a ênfase republicana de participação sem torná-la um ato administrativo.”⁽²⁵⁾

Dentre algumas críticas que se colocam sobre a teoria da Esfera Pública de Habermas uma delas diz respeito à sua insuficiência de responder à diversidade cultural dos participantes no ambiente de diálogo. Os “novos movimentos sociais” teriam a possibilidade de ampliar esta esfera pública à medida que colocam temas novos, inclusive temas de redefinição e ampliação do conceito de política ou do próprio conceito de democracia ⁽²⁶⁾. Esta contestabilidade ao invés de simplesmente tentar conquistar uma maioria política tematiza o reconhecimento do que é usual e do que não é usual. Voltaremos a este ponto no capítulo 4 ao falarmos sobre a luta por reconhecimento por parte dos movimentos sociais que procuram participar da discussão da política energética no Brasil.

Outra crítica colocada diz respeito ao caráter não deliberativo da esfera pública: no conceito original de Habermas a esfera pública tem outro papel no sistema político:

“não para produzir decisões e deliberações mas, através de uma forma de comunicação simbólica (Habermas chama de influência) demandar que o consenso apareça ao nível da

²⁴ AVRITZER, Leonardo. 2002 à pág. 40.

²⁵ Op.cit à pág. 40.

²⁶ As teorias contemporâneas dos movimentos sociais utilizam a terminologia “novos movimentos sociais” como aqueles movimentos que surgiram no período pós queda dos regimes autoritários do leste europeu, que trouxeram à tona não só a luta por redemocratização, mas lutas por novos direitos. Temas como a defesa do meio ambiente, discriminação

opinião pública e se reflita nas decisões administrativas. Quando os detentores do poder escolhem não incorporar este consenso, se deparam com problemas de legitimação” ⁽²⁷⁾.

Cabe um comentário relacionado à fase atual da expansão da oferta de eletricidade, momento em que ocorre uma pressão por aceitação de novos projetos. Existe uma espécie de consenso imposto pelos “detentores do poder” (usando a terminologia mencionada na citação anterior) com respeito à idéia de progresso associada aos projetos de expansão de geração. A equação é a seguinte: progresso = desenvolvimento = expansão da oferta de eletricidade = mais e melhores empregos. Lembremos que são muitos os questionamentos sobre o porquê de gerar mais eletricidade: questiona-se a entrega desta eletricidade para indústrias eletrointensivas de alumínio que emprega pouco se considerarmos a relação energia consumida-empregos gerados ⁽²⁸⁾, grupos indígenas tendo suas reservas invadidas e alagadas, reassentamentos incompletos após vários anos (como por exemplo o reassentamento inconcluso de Itaparica), indenizações insuficientes como no caso de Cana Brava. Um conjunto de manifestações de movimentos e grupos contrários à maneira como se dá a discussão e implementação de aproveitamentos energéticos para geração de eletricidade a partir de hidrelétricas e favoráveis à manutenção e valorização de suas formas tradicionais de vida, na cultura e na própria base material de existência. Fiquemos, por hora, apenas com estes exemplos, para mostrar que há dissensos, mesmo que eles não apareçam na igualdade acima. Estes e outros exemplos surgirão com mais ênfase e detalhes no decorrer deste trabalho.

A convivência de pluralidades de interesses e o estabelecimento de procedimentos que estabeleçam diálogos livres de coação, e que igualdade de recursos em termos de participação se verifique, são tipificações ideais, mas são traços que devem estar presentes no espaço público de discussão, criando também um lugar no qual as pessoas através de suas falas compartilhem suas interpretações. O reconhecimento público e a aceitação da diferença, aparecem em Habermas como elementos fundamentais sem os quais o debate e deliberação não apareceriam de maneira eficaz no espaço público. Este cenário (também uma idealização,

---

homossexual, ampliação de direitos democráticos. Nos referenciamos fundamentalmente em DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario – “**Social movements, an introduction**”, Oxford, Blackwell. 1999.

²⁷ AVRITZER, Leonardo. 2002 à pág. 49.

²⁸ Um aprofundamento adequado destas questões levará a textos como SWITCKES, Glenn. “**Aluminium Report**”. International river Network IRN, 2003. Estudo disponível no sítio eletrônico da entidade: www.irn.org; BERMAN, Célio. “**Energia no Brasil, Para que ? Para quem ?**” São Paulo; Livraria da Física; FASE 2001. BERMANN, Célio. “**Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil**”. Tese de doutoramento FEM/UNICAMP, nov. 1991.

mas nem por isso inverificável) permite que os interesses sejam administrados baseados em normas acordadas e públicas e não circunscritas ao terreno privado aonde provavelmente o interesse do mais forte prevalece.

A esfera pública *não é* em si um elemento de democratização ou repartição de poder, nem elemento questionador ou elemento de construção democrática. Ela tem a *potencialidade* de ser (a analogia proposta no item seguinte pode esquematicamente, contribuir para reforçar este argumento e visualizar condições de modulação do espaço público em função de recursos políticos distintos). Se por outro lado pensarmos em uma esfera pública com caráter deliberativo aceitando as sugestões presentes na reflexão de AVRITZER acrescentando-lhe este aspecto, estaríamos fazendo com que a esfera pública se transformasse em elemento ativo de democratização da sociedade. Se além do caráter deliberativo da esfera pública ela ainda fosse acrescida, como postula o autor, de um caráter fiscalizador, a esfera pública se transforma em elemento ativo para, ao lado da opinião pública, constranger o poder instituído em face de eventuais condutas publicamente reprováveis – tidas como imorais ou reprováveis eticamente, e nesse sentido, exercer controle por parte da sociedade sobre políticas públicas e ações do Estado.

2.3 Auxílio de uma metáfora geométrica: a esfera pública e os recursos políticos que os grupos sociais podem dispor.

A definição geométrica de esfera parece ser interessante para propósitos de entendimento do conceito de esfera pública e para ajudar a entender como os diferentes recursos políticos que os grupos sociais podem lançar mão ou podem dispor em um determinado momento, entendidos de maneira relativa, já que alguns grupos tem mais recursos políticos que outros, aproximam ou afastam a idéia de um tipo ideal de espaço público, onde todos os grupos têm iguais condições de posicionar seus argumentos. Toda a esfera tem um centro. Qual o centro da esfera pública? Toda esfera tem uma superfície e volume, ambas propriedades fundamentalmente definidas e controladas pelo raio da esfera. Outra pergunta surge.. qual o raio de ação de uma determinada esfera pública?

Distintas esferas, distintas órbitas, distintos raios de ação, distintas trajetórias e percursos nas várias superfícies e camadas do tecido social e natural da vida e, nesta última, várias esferas colocadas, não concêntricas, possivelmente com intersecções, portanto merecedoras e necessitadas de mais e melhores mediações. Além disso, os desenhos

institucionais, estes muito provavelmente não em formato de esfera, podem estar dentro do raio de ação da esfera ou fora deste ou, o que é mais provável, parte fora e parte dentro.

O raio da esfera (que define seu volume e demais propriedades) poderia ser interpretado também pelos recursos políticos que os vários agrupamentos sociais têm (ver fig.1). Um maior raio significa maiores recursos políticos necessários e maior complexidade de realizar um interesse. Vários raios indicariam recursos políticos distintos e conseqüentemente formariam uma figura que não é uma esfera. Estes raios menores definem áreas onde estariam os grupos com maiores capacidades de influência, os maiores apontam para partes da superfície onde estão localizados os grupos sociais que precisam de maiores recursos políticos para que se seus argumentos sejam levados em conta ou para satisfazer interesses (por exemplo participar da discussão sobre política energética e suas conseqüências).

Se imaginarmos que os vários grupos sociais, grupos que têm interesses econômicos, ou particularidades de carências, nos referenciando em Hegel ⁽²⁹⁾, estão posicionados na superfície da esfera, todos estarão eqüidistantes do centro. Podemos imaginar o centro como realização de um interesse comum talvez universal como Hegel utiliza o termo⁽³⁰⁾.

Fig 1 Analogia entre esfera pública, recursos políticos e a esfera geométrica

“Enquanto cidadãos desse Estado [do entendimento] os indivíduos são pessoas privadas, que têm por fim o seu interesse próprio. Como esse fim é mediado pelo universal que, assim, lhes aparece como meio, ele só pode ser alcançado por eles na medida em que determinam de modo universal o seu saber, querer e fazer e se façam um elo da cadeia dessa conexão . O interesse da Idéia, aqui, que não reside na consciência desses membros da sociedade civil enquanto tal, é o processo de elevar, pela necessidade natural assim como pelo arbítrio das

²⁹ Cf. HEGEL.G.W. "A Sociedade Civil. Linhas fundamentais da filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio" §§ 182 a 86. Clássicos da Filosofia: Cadernos de tradução N° 6. Tradução introdução e notas de Marcos Lutz Muller IFCH-Unicamp Setor de Publicações, outubro de 2003.

³⁰ op. cit § 187.

carências, a singularidade e a naturalidade desses à liberdade formal e à universalidade formal do saber e do querer, de formar pelo cultivo a subjetividade na sua particularidade.”⁽³¹⁾

A incorporação dos valores democráticos (eleições livres, parlamento ativo, liberdade de imprensa) nas práticas cotidianas não poderia permanecer confinada na esfera institucional. A intersecção entre a esfera política, o Estado e a sociedade neste movimento de incorporação, constitui o processo de construção democrática.

2.4 O vocabulário consagrado na indústria elétrica, nas burocracias associadas e uma proposição inicial de modelo de debate público.

Nas sessões anteriores falamos recorrentemente sobre a efetividade da ação comunicativa como elemento fundamental da política e da discussão pública. Não podemos fugir do fato de que a terminologia na área que estudamos é excessivamente técnica. Adiantemos alguns pontos que serão tratados com mais profundidade no decorrer do trabalho, mas que por hora são importantes para sinalizar que o vocabulário utilizado na área relacionada à expansão da oferta de eletricidade é dominado pelas unidades de medida de potência elétrica, energia, vazões dos rios, capacidades instaladas e uma série de conceitos relacionados à viabilidade de projetos, capacidades de investimento e é dominado também pelas burocracias estatais e empresariais da indústria elétrica, da construção civil que permanentemente estão atentas para fazer lobbies ou mesmo estabelecer a pauta de novos projetos hidrelétricos. Existe uma complexidade administrativa (leilões, normas regulatórias, etapas do processo de estudo de impacto ambiental) e da própria linguagem da engenharia que precisa ser decodificada (pela produção de outros termos ou pelo acúmulo de discussão pública entre os grupos interessados). A deslegitimação daqueles que não dominam ou não se expressam utilizando o vocabulário consagrado, se apresenta como obstáculo na comunicação entre os grupos que discordam ou mesmo como uma forma de legitimação das decisões políticas tomadas por alguns poucos. O vocabulário pode corromper a idéia de construção de uma situação discursiva ideal e servir como um operador de elitização da esfera pública.

AVRITZER sugere uma esfera pública com poder de decisão ⁽³²⁾, através de instituições, fóruns e mecanismos de prestação de contas (ver fig. 2).

---

³¹ op.cit à pág 19.

Na fig.2 podemos observar que existe a preservação de um espaço destinado às ações necessárias da complexidade administrativa, explicando: para qualquer política pública se efetivar há necessidade de ações administrativas que não necessariamente os grupos que discutem na esfera pública devem se envolver diretamente.

Fig 2 Adaptado de AVRITZER, 2002 pág.53

Também vemos que a possibilidade de monitoração das políticas pode constranger (pelo menos em tese) a prevalência de práticas clientelistas, pois os debates se tornam públicos e ainda se desenvolvem na área identificada como fórum deliberativo, na interface com a sociedade política e na interação com a opinião pública e meios de comunicação.

A grande novidade talvez resida nas interfaces deliberativas junto às instituições e em uma fiscalização simultânea de vários grupos (Fórum deliberativo, sociedade política, representação de grupos difusos, mídia e opinião pública) sobre as ações administrativas relacionadas com a política pública, previamente discutida e deliberada.

Estas três últimas postulações compõem partes de um mecanismo que por hora não existe, é uma especulação conceitual, mas pode se consolidar em um elemento a mais no processo de construção democrática.

As experiências concretas e recentes no Brasil e no exterior de debates públicos tais como as câmaras setoriais do setor automobilístico, a capilaridade dos movimentos de saúde mencionadas neste capítulo, casos internacionais como o debate público sobre energia no Canadá (que será mais detalhado no cap. 6) junto com os depoimentos presentes no capítulo

³² AVRITZER, Leonardo. "Democracy and the Public Space in Latin America". Princeton University Press NJ. 2002.

terceiro (que dizem mais respeito à área de energia e à investigação que fazemos) suscitarão reflexões que dizem respeito ao diagrama sugerido, especialmente se estamos interessados em ampliação dos espaços de discussão e de deliberação que se associam a repercussões públicas dos temas tratados . Oportunamente retornaremos a ele.

3. O AMBIENTE ECONÔMICO, POLÍTICO E HERANÇA HISTÓRICA DO PROCESSO DE ELETRIFICAÇÃO: BLOCOS NO PODER, INFLUÊNCIAS E INTERESSES.

3.1 Herança autoritária.

Não há como falar sobre o processo de construção democrática no cenário brasileiro, especialmente se abordarmos um campo específico de análise (no nosso caso de interesse, o setor energético e utilização das águas e terras ribeirinhas), sem antes falar um pouco do quão recente é a experiência democrática brasileira e como algumas relações de poder no Estado são inercialmente lentas quanto às suas transformações.

Para produzir certos contornos na análise e buscando as raízes da nossa gênese enquanto agrupamento social, político e cultural não podemos desconsiderar o efeito dos mais de trezentos anos de explícito e formal domínio colonial e influências ora Português, ora de outros países. É certo dizer que por seguidos anos, a relação de compadrio predomina: inicialmente com a benção da realeza da coroa, posteriormente sob a benção dos posseiros de terras para a busca de minerais e seguidamente pelas elites cafeeira, canaveira, algodoeira e borracheira e a elite proto-industrial dos inícios do século XX. Cada uma a seu modo contribuindo para apartações sociais mais ou menos nítidas e cada uma delas contribuindo para rastros de devastação tanto de florestas ⁽³³⁾ como de perspectivas humanas dos povos largados, ora índios, ora negros, mestiços, ora caipiras que ficaram ao longo das românticas trilhas bandeirantes ⁽³⁴⁾. Bandeirantes que eram ferozes aprisionadores de gentes, hoje em dia homenageados com nomes de rodovias pedagiadas e mais lisas do que naquelas épocas.

Em um pequeno texto, Francisco de Oliveira ⁽³⁵⁾ relata que nos duzentos últimos anos (início desta contagem na vinda da família real Portuguesa em visita breve), o despotismo prevaleceu, de maneira essencialmente constitucional, com exceção da ditadura Vargas e seu novíssimo Estado e o golpe de 64. Mesmo que constitucional nos últimos 70 anos (35 destes de ditadura declarada) muitas foram as instabilidades democráticas, na maior parte das vezes, sugeridas pelas elites (exceções são o Movimento Integralista e a Intentona Comunista, mais

---

³³ Para um maior aprofundamento e entendimento de como as atividades econômicas foram consolidando o processo de devastação da Mata Atlântica consultar DEAN, Warren . **"A ferro e fogo"**. 1995 Companhia da Letras, SP,2000.

³⁴ Uma visão menos romantizada do papel dos bandeirantes pode ser verificada em RIBEIRO, Darcy. **"O Povo Brasileiro"**. Cia. das Letras, SP,1995.

³⁵ OLIVEIRA, Francisco de. **"Memórias do despotismo"**. Revista Estudos Avançados. Publicação quadrimestral do IEA-USP, Instituto de Estudos Avançados da USP 14 (40): 59-63, 2000.

autônomos que foram) e com apoio das forças armadas constitucionalmente amparadas para exercer a violência nos momentos da potencial “ordem” fugidia.

A partir da lista fornecida por Francisco de Oliveira elaboramos a primeira coluna da tabela I que exhibe as interrupções institucionais do período de 1930 até o período do governo de José Sarney (1985-1990). Esta linha do tempo revelará poucos períodos de tranquilidade democrática de longa duração. Na segunda coluna sistematizamos eventos ligados à formação do setor elétrico brasileiro quanto aos seus aspectos institucionais e posicionamentos de grupos políticos sobre a questão da energia e uso das águas.

Tabela I: Linha histórico-política e eventos sobre a energia elétrica no Brasil.

Interrupções institucionais	Eventos ligados à produção de energia elétrica e ações governamentais.
Revolução de 1930.	Crise de energia Elétrica em São Paulo. Indiferença quanto ao monopólio estrangeiro nas concessões. Governo provisório: reformas jurídicas e institucionais com matizes autoritários (decretos executivos). Ampliação da idéia de domínio público sobre o aproveitamento das águas e início de divulgação pública de idéias de ampliação da ação do Estado nos serviços públicos.
Revolução Constitucionalista Paulista de 1932.	Domínio do governo federal sobre a fixação de tarifas de energia elétrica.
Eleição indireta de Vargas de 1934.	Oposição forte das bancadas de Minas Gerais e São Paulo às idéias de Juarez Távora que defendia a competência exclusiva da união na outorga de autorizações e concessões de serviços públicos.
Revolta da ALN- Aliança Libertadora Nacional, 1935.	Disputas sobre a aprovação e regulamentação do código de águas mobilizam as concessionárias estrangeiras, empresas e indústrias nacionais elétricas de um lado, governo federal e entidades do poder concedente como a Inspetoria de Serviços Públicos de São Paulo de outro.
Movimento Integralista de 1937. Estado Novo Varguista, 1937.	Regulamentação do código de águas numa conjuntura de pressão sobre a oferta de energia à época da segunda guerra. Em 1939 cria-se a CNAEE - Comissão Nacional de Águas e Energia Elétrica diretamente ligada à presidência da república. Criação da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) em (1945) (LIMA, 1995).
Deposição de Vargas em 1945.	Governo Dutra e sua “industrialização não intencional” (LESSA, 1975): teve a taxas de crescimento do Produto Industrial a 11%.a.a
Cassação do partido Comunista em 1947/48.	Racionamentos constantes. Plano SALTE expressando acordo interpartidário (PSD, UDN e PR) para garantir a sucessão de Dutra. Expressava a vontade das forças sociais da política dominante.

	Em 1948 é designada a primeira diretoria da CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
Deposição-suicídio de Vargas em 1954.	Acordos Brasil-EUA no setor de infra-estrutura. Abandono da “civilização de lenha” (LIMA, 1995). Defesa da industrialização acelerada com incentivo à expansão do setor. A oferta de energia deve estimular a demanda. Enchentes na Grande São Paulo decorrentes de barramentos dos cursos d’água pela empresa LIGHT (BRANCO, 1975) e (SEABRA, 1987). Semana de engenharia em São Paulo promovida pela UEE-SP (União Estadual dos Estudantes) denunciando a influência da LIGHT junto ao governo federal, CNAEE (Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica), manobras no congresso nacional. Entram em operação duas máquinas de Paulo Afonso I e duas linhas de transmissão para Recife e Salvador.
Tentativa golpista de impedir a posse de JK em 1955.	Plano de Metas no governo JK. Informalidade no modo de conceber e enfrentar obstáculos parlamentares escapando de mediações com o Congresso Nacional, utilizando principalmente o BNDE e posterior criação da Eletrobrás. (LIMA, 1995). Conflitos Minas - São Paulo (Adhemar de Barros-JK) se manifesta na preservação de espaço destinado à CEMIG-FURNAS.
1956 - Golpe frustrado de Jacareacanga ⁽³⁶⁾ .	O discurso intransigente dos interesses nacionais toma relevo e se torna hegemônico entre os políticos e grupos populistas. Light trava árdua luta ideológica contra os nacionalistas e estatistas. No governo JK consegue acordos de cooperação que lhe são favoráveis (MARANHÃO, 2002).
Golpe frustrado da renúncia de Jânio Quadros em 1961. Ato Adicional de 1961, transformando o Brasil em uma República parlamentar como solução para a posse de João Goulart.	Criação da Eletrobrás em 25.04.1961 após sete anos de tramitação da lei até seu sancionamento da lei.
Golpe Militar de 1964.	A orientação autoritária do regime militar paradoxalmente sancionou relativa autonomia para as empresas públicas do setor. O processo legislativo definitivamente deixou de regular as relações Estado - setor privado. A doutrina da escola superior de guerra (ESG) em síntese: “Segurança e Desenvolvimento” induzia a intervenção do Estado, pela formulação de um planejamento das ações de governo. ⁽³⁷⁾

³⁶ A este respeito consultamos www.militar.com.br/historia/militarterrestre/2001/pauloatzingen/jacareacanga.htm.

Acesso ao site em 21-03-2005. Breve descrição do levante: Na presidência JK militares da aeronáutica organizaram um golpe. Porém o presidente soube contornar esta crise e se conciliar com os desafetos do episódio. A fração golpista foi derrotada pelas tropas leais ao presidente (Jacareacanga - Janeiro de 1956).

³⁷ Durante governo Castelo Branco observa-se uma intervenção direta sobre as liberdades de posicionamentos políticos: “Em 60 dias, 378 políticos tiveram seus direitos políticos cassados, 55 deputados federais perderam seus mandatos, 146 oficiais das Forças Armadas foram passados para a reserva, os principais sindicatos operários foram postos sob intervenção, fechadas as entidades estudantis, camponesas de soldados.” (SADER, 1982: 154).

AI-2 dissolvendo os partidos políticos, em 27-10-1965.	1966, Ata das cataratas (negociações para a construção de Itaipu) . Em discussão um projeto do escritório técnico de Marcondes Ferraz que posteriormente seria presidente da Eletrobrás, (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1995: 143).
Impedimento de Pedro Aleixo e Junta Militar em 1967 . AI-5 em 1968, fechamento do congresso.	Alteração de denominação do DNAE Departamento Nacional de Águas e Energia para DNAEE Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.
1969 - 1982	“No período Médici que (..), é o apogeu da ditadura militar – a presidência da República se apoia na implementação de sua política em uma série de políticos profissionais tradicionais e num grupo de juristas, ambos com notórios antecedentes ou preferências político-ideológicas fascistas ou fascizantes, como é o caso de Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, Alfredo Buzaid, ministro da Justiça, Raimundo Padilha e Felinto Müller, líderes da Arena na Câmara dos Deputados e no Senado entre outros.” (SADER, 1982: 166) 1966, Ata das cataratas (negociações para a construção e Itaipu). Em discussão um projeto do escritório técnico de Marcondes Ferraz que posteriormente seria presidente da Eletrobrás (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1995: 143) 1973, em 02-05-1973 criação da Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil, criada com o objetivo de coordenar o programa de geração de energia elétrica na Amazônia. 1980, Marco Maciel governador nomeado do Estado de Pernambuco indica o Cel. Egmont Passos à diretoria econômico-financeira da CELPE (Companhia Energética de Pernambuco). 1982 a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) se colocava em confronto com os sindicatos sobre o pleito da estabilidade no emprego. Presença constante na CHESF tanto no Recife como em Paulo Afonso do Cel. Chefe da Agência do SNI - Serviço Nacional de Informações. As Eleições diretas para governador se aproximavam, havia acirramento pró e contra a ditadura. À greve pela estabilidade responde-se com ação policial militar na CHESF, “acabando com a greve no pau”(MELO, 2004). Demissão de manifestantes, em função de atos ocorridos na manifestação de 1979.

1985: Impedimento da posse de Ulysses Guimarães como sucessor temporário de Tancredo Neves. Solução de “compromisso” e posse de José Sarney.	Coalizão eletrointensiva e empreiteiras na Amazônia Ocidental e Maranhão: a presidência da ELETRONORTE é continuamente ocupada por indicação ou influência direta de José Sarney (PINTO, 2003). A Eletronorte está ancorada na geração hidrelétrica do Pará, e esta energia atende fundamentalmente as empresas Albrás no Pará, Alunorte no Maranhão, sua jurisdição abrange 58 % do território nacional. Durante a década de 1970 a CNEC elabora estudos de inventário do rio Xingu e seus principais afluentes ⁽³⁸⁾ .

Fonte: Elaboração própria ⁽³⁹⁾.

Um comentário adicional, ainda referente à periodização exposta na tabela I deve ser feito a respeito do que poderíamos chamar de militarização dos quadros de direção das empresas elétricas (no período entre 1964 e 1985). Alguns casos foram mencionados na tabela a exemplo da sucessão de membros da hierarquia militar nos postos de comando das empresas elétricas bem como pessoas ligadas a escritórios de consultoria como a Consultec, estudada por DREIFFUS ⁽⁴⁰⁾. Era um escritório de consultoria com uma capilaridade muito forte nas instituições do Estado. Contornava agências estatais, mesmo o congresso, estabelecia contatos diretos entre empresas e agências estatais, sem visibilidade pública das suas ações, fazia consultorias face a pedidos de empréstimo ao BNDE, inclusive redigindo discursos públicos, preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos. Ainda segundo o estudo do autor algumas pessoas ilustres passaram por lá como Roberto Campos (Presidente do BNDE, conferencista da ESG – Escola Superior de Guerra - que durante sua carreira política manteve ligações com as empresas Camargo Corrêa, Hanna Mining) John Cotrim, Diretor das Centrais Elétricas de Furnas, Mauro Thibau que presidiu a CEMIG Centrais Elétricas de Minas Gerais (e posteriormente a Eletrobrás) ⁽⁴¹⁾.

³⁸ CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A, à época integrante do grupo financeiro-industrial Camargo Corrêa- Banco Geral do Comércio. ALUMAR - Alumínio do Maranhão, complexo metalúrgico de propriedade de um consórcio formado pela Billiton/Shell, ALCOA e Camargo Corrêa, em operação desde 1984. ALBRÁS - Alumínio do Brasil S.A, fundição de alumínio de propriedade de um consórcio japonês Nippon Amazon Aluminium Company (NAAC) e da Companhia Vale do Rio Doce. Informações extraídas de SEVA, Oswaldo. “**Obras na volta grande do Xingu - Um Trauma Histórico Provável?**” in SANTOS, L e ANDRADE, L (orgs) “**As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**”, Comissão Pró-Índio de SP, São Paulo, 1988. pp 25-41.

³⁹ A elaboração desta tabela se deu pela compilação de informações do artigo de Francisco de Oliveira “**Memórias do Despotismo**” (2000), compondo uma linha de tempo na primeira coluna. A segunda coluna foi uma compilação elaborada a partir de informações presentes em várias obras: LEITE, Antonio Dias “**A energia do Brasil**” Ed. Nova Fronteira, 1997; SADER, Eder. “**Um rumor de botas. Ensaio sobre a militarização do Estado na América latina**”; MEMÓRIA DA ELETRICIDADE “**A Eletrobrás e a História do Setor de Energia Elétrica no Brasil**” 1995. MELO, José Antonio Feijó “**Chesf: memórias, registros e lembranças**”. LIMA, José Luiz. “**Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do código de águas à crise dos anos 80 (1934-1984)**”. – Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995

⁴⁰ Cf. compilação presente na obra de DREIFFUS, René. “**1964. A conquista do Estado**” .Ed. Vozes 1981.

"A Consultec (Companhia Sul Americana de Administração e Estudos Técnicos, era, incontestavelmente, o mais importante e bem sucedido escritório técnico, e um anel burocrático-empresarial em si mesma. A Consultec era importante em decorrência da qualidade profissional de seus membros; era bem sucedida em razão de sua capacidade política e de sua ativa "vocaço administrativa", de sua ampla penetrao nos canais tcnico-burocrticos e sua conexo com o grupo de poder formado pelos interesses multinacionais e associados, aos quais os seus membros pertenciam individualmente. (42)

A prpria militarizao uma falta de diferenciao entre o pblico e o privado, entendendo que as personalidades (no militares e militares) que trafegavam e tinham interesses com um grande nmero de empresas estrangeiras exemplo, no perodo mencionado, de como as relaes polticas so percebidas como extenses das relaes privadas. Vrios oficiais militares eram diretores ou importantes acionistas de corporaes privadas.

"Oficiais militares partilhavam de um alto grau de congrncia de valores com os tcnicos empresrios: muitos desses ltimos eram conferencistas assduos na ESG, para onde levavam seus prprios valores desenvolvimentistas entre eles deve-se citar Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugnio Gudn e Octvio Gouveia de Bulhes.(...) O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto perspectiva quanto o sentido da urgncia em transformar o ritmo e a orientao do processo de crescimento em direo criao de uma sociedade industrial capitalista." (43)

Ainda, na mesma obra, DREIFFUS alm de enfatizar a ideologia da Escola Superior de Guerra baseada na juno segurana-desenvolvimento, mostra a curta distncia entre empresas privadas, ideologia predominante no governo militar e deliberaes do Estado.

"A ESG, como centro modular de doutrinao para os militares de uma forma especfica de desenvolvimento e segurana nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisfrico, era tambm um instrumento para o estabelecimento de ligaes orgnicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas. Os industriais e tecnopresrios ligados estrutura multinacional transmitiam, e recebiam treinamento em administrao poltica e objetivos empresariais na ESG. Como observara Celso Furtado, e a perspectiva desenvolvida por tais industriais e tcno-presrios era bastante diferente da

---

⁴¹ DREIFFUS, Ren. 1981. p 87.

⁴² Op.cit. p 87

orientação liberal ou populista de grupos de elite que foram capazes de chegar ao poder através de eleições. Compartilhando a ideologia de segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial.⁽⁴⁴⁾

Da linha de tempo esboçada há pouco veremos que é curto o período de estabilidade e um pouco mais curto o período no qual se restabeleceu eleição direta para a Presidência da República (1989). Temos, pois, uma década e meia de exercício eleitoral para o comando maior do poder executivo, e um pouco mais para os parlamentos. É um período curto ainda para o aprendizado das novas gerações desacostumadas a votar e também para as novas gerações políticas se acotovelarem com as oligarquias – originais ou herdeiras - que presenciaram as excepcionalidades permanentes listadas há pouco.

Acompanhando a lista de interrupções (ou tentativas de interrupções) no curto período de 70 anos, observam-se vários incômodos no processo de construção ou transformação democrática no Brasil, aqueles sugeridos por Norberto Bobbio como as promessas não cumpridas da democracia ⁽⁴⁵⁾: declínio das oligarquias, ocupação mais ampla dos espaços da política, eliminação do poder invisível, pluralismo de composições políticas, mandatos livres e estímulo da educação para a cidadania. Quanto a este exercício de compilação no qual tentamos colocar lado a lado interrupções institucionais, alguns eventos ligados à expansão da oferta de eletricidade e identificar forças políticas, deve-se dizer que iniciativas de discussão mais ampla sobre os rumos de políticas públicas de geração de eletricidade foram geralmente iniciativas de técnicos e homens públicos entusiastas e defensores da utilidade pública da energia elétrica e águas como Juarez Távora, Catullo Branco, Anhaia Mello, Bilac Pinto, Plínio Branco, vários deles militantes ou simpatizantes de partidos políticos que tiveram seus registros cassados em meio às turbulências institucionais listadas.

Aqui chegamos e podemos, agora, adentrar no campo particular do setor energético, setor que há mais de um século é dominado por oligarquias, oligopólios e cartéis. Os protagonistas da sociedade industrial com certeza são os técnicos, especialistas que discutem, no caso do setor elétrico, MW.h, Watts, despachos de usinas, investimentos capacidades, instaladas, valores econômicos realizados, fluxos de caixa, eficiência energética, universalização, consumidores livres, repotenciação de usinas, transposição de rios, city -

---

⁴³ DREIFFUS, René. 1981 pág. 78

⁴⁴ Op.cit. pág. 80

gates, mercado atacadista de energia, energia velha/nova e não são os cidadãos comuns, atingidos em maior ou menor grau. Devemos incluir nesta lista também os estudiosos, acadêmicos, professores. A tecnocracia e a democracia são antitéticas ⁽⁴⁶⁾ e o conjunto de vocabulários de um lado e espaços de discussão reduzidos por outro não favorecem o fácil entendimento e tradução do que poderíamos chamar genericamente de “a questão energética”.

Fazendo distinções: Alguns agrupamentos se utilizam do poder invisível (precisa ser invisível aos olhos de toda a sociedade para poder se reproduzir e se manifestar); alguns agrupamentos (as nações indígenas, por exemplo) não se servem do Estado, pois têm uma ética distinta daquela que seria construída pela idéia totalizadora do Estado como realização ética (Hegel e sua ciência do Estado) que, por sua vez, através do seu modo de organização e relação com a sociedade (estamos falando aqui do chamado Estado moderno tal como se nos apresenta) seria a manifestação também da razão humana ⁽⁴⁷⁾.

Populismo, clientelismo, tutela, concessão de favores, paternalismo, compadrios e relações promíscuas entre o poder público e o privado, contribuíram para que nunca houvesse no Brasil um Estado de caráter eminentemente público ⁽⁴⁸⁾. Descrições de como o compadrio se formou e como isto se caracterizou como substrato enraizado no Brasil podem ser buscadas em obras clássicas da antropologia e história brasileira. Essa busca pode elucidar como o mundo caipira se coloca sob proteção do senhorio, *tornando-se compadre, foreiro, sequeaz e eleitor* ⁽⁴⁹⁾ e como o patriarcalismo se mantém, desde antes mesmo da escravatura, e como as “relações de simpatia” e relações familiares afastam uma visão impessoal do Estado ⁽⁵⁰⁾. Surge um terreno favorável para a manutenção das relações citadas se pensarmos que o serviço de eletricidade surge como novidade face à carência de sua oferta em algumas regiões e surge com a capacidade de se transformar em votos. Levar luz aos cantões do país pode se transformar em benefício múltiplo: para aqueles que estavam às escuras, para empresários e para políticos que escolhem áreas prioritárias para o atendimento do serviço eletricidade e de seus interesses eleitorais.

---

⁴⁵ Ver BOBBIO, Norberto. “O futuro da Democracia; uma defesa das regras do jogo”. Ed. Paz e Terra, RJ, 1986. Especialmente as págs. 22-27.

⁴⁶ BOBBIO, Norberto. 1986 .P.33

⁴⁷ Cf. Descrito em SAES, Décio. “Estado e Democracia: Ensaio Teóricos.” – 2ªEd – Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências humanas, 1998, às págs 53-56

⁴⁸ CARVALHO, Maria do Carmo. A.A. “Participação Social no Brasil Hoje.” Papers 98, Instituto Pólis. São Paulo, novembro de 1998.

⁴⁹ Ver RIBEIRO, Darcy. “O Povo Brasileiro.” Cia. das letras, S.P,1995.Às págs 386-387.

⁵⁰ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Raízes do Brasil.” 26ª.Ed .São Paulo: Cia. das Letras, 1996, págs 81-82

3.2 Breve histórico da eletricidade no Brasil e forças políticas e econômicas associadas ao processo de eletrificação.

As primeiras companhias que vieram ao Brasil instalar centrais elétricas e linhas de transmissão foram as mesmas companhias que o fizeram nos principais países capitalistas. As mesmas forças econômicas e grupos financeiros de origem estrangeira atuaram na comercialização de eletricidade, tração elétrica e iluminação pública. Esta inserção nas atividades, fundamentalmente de caráter público, se fez consolidar com alianças de grupos capitalistas locais e ligados às esferas de governo.

A formação do sistema elétrico brasileiro, assim como em todo o mundo, se deu de uma maneira “capital-intensiva”⁽⁵¹⁾. A maneira como o setor foi tomando contornos logísticos e de infra-estrutura parece evidenciar uma conjugação de interesses não exclusivamente públicos, mas fortemente mediados pelo Estado, como capitalizador (direto ou indireto) e como normatizador⁽⁵²⁾.

Inicia-se um processo - a partir dos anos 1940 e até 1959 - de criação de empresas estatais no setor amparado por iniciativas federais que visavam à criação de diretrizes de planificação (Plano Nacional de Eletrificação), captação de recursos (Fundo Federal de Eletrificação) e com algum grau de coordenação e influência (criação da Eletrobrás, controlando seis empresas de grande porte e tendo participação acionária em 17 outras). Inequívoca se torna a constatação do desejo e materialização de domínio estatal sobre o setor. Nas palavras de Francisco de OLIVEIRA estabelece-se mais uma relação entre Estado e burguesia:

“A unidade da burguesia não se constrói mais a partir da concorrência entre oligopólios, mas a partir de uma concorrência pelo acesso aos mecanismos e instrumentos do Estado, com a finalidade de utilizar a riqueza social”.⁽⁵³⁾

BERMANN acresce à abordagem de OLIVEIRA a questão da perspectiva de classe e declara que argumentos empíricos são capazes de identificar que grandes grupos industriais têm a possibilidade de **Influenciar** a seu favor decisões políticas, **Infiltrar-se** em instâncias de intervenção e regulação, **Ameaçar** com greves de investimento, **Controlar** parcelas substantivas da opinião pública.⁽⁵⁴⁾

⁵¹ Cf. BRANCO, Catullo. “Energia Elétrica e capital estrangeiro no Brasil.” São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

⁵² Cf. BERMANN, Célio 1991 às págs. 194-215.

⁵³ Cf. OLIVEIRA, 1978 *apud* BERMANN, 1991. p 201.

⁵⁴ Cf. BERMANN, Célio, 1991 às págs. 202-203. Negritos tal como enfatizados na referida obra.

Advogando a idéia de que há necessidade de identificação (conceitual e empírica) dos interesses e instrumentos de classe e necessidade de entender as possibilidades dos interesses de classe nas esferas de poder constituídos e, além, se esta identificação é exequível. O autor, ainda na mesma obra comenta um posicionamento de OFFE & RONGE ⁽⁵⁵⁾ sobre a idéia de ter o planejamento estatal como expressão do “nível de racionalidade” perseguido pelo processo de valorização do capital, uma racionalidade na compilação dos interesses (em princípio difusos na ordem capitalista). ⁽⁵⁶⁾

*“a racionalidade está presente em todos os passos tomados por cada um dos interesses particulares do capital: a decisão de investimento para ampliação da capacidade instalada de uma planta: a decisão locacional de uma nova implantação; os destinos da produção... todas essas ações são conduzidas com o apoio de um nível de racionalidade que é inerente e desempenha um papel ativo dentro da estrutura empresarial não havendo, portanto necessidade de buscá-lo **fora** do seu território particular. O que o capital procura dentro do aparelho estatal é um nível de operacionalização só possível de ser obtido submetendo esta instância às necessidades de cada interesse particular, delegando ao Estado a tarefa de racionalizar o conjunto de interesses, inclusive dos interesses contrários ao processo de valorização. Nesse sentido, O Estado para o capital passa a ser tão mais “eficiente” e seu planejamento tão mais “racional” quanto menos o aparelho estatal incorporar na sua tarefa planificadora os interesses contrários ao processo de valorização ”.* ⁽⁵⁷⁾

No caso da indústria elétrica, a busca de racionalidade para cada um dos interesses particulares do capital tem a mediação do Estado. Esta operação, tida como racional, utiliza a linguagem da regulação econômica, a da supremacia da técnica e do progresso sobre a linguagem dos atingidos e incomodados pelas obras elétricas, que tem formas de expressão distintas tais como as comunidades indígenas, os quilombolas, os colonos.

Esta escolha administrada da linguagem tem seu papel de encobrir uma situação de conflito caracterizado, assim entendemos, como uma guerra de interesses capitalistas entre os

---

⁵⁵ OFFE, Claus. RONGE, Volker. “**Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista**”. pp 122-137. in “Problemas Estruturais do Estado Capitalista”. Biblioteca Tempo Universitário Nº 79. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1984.

⁵⁶ BERMANN faz a discussão contextualizando mudanças operadas nas esferas governamentais e no Estado Brasileiro no sentido de atender a interesses privados da indústria ligada à geração transmissão e distribuição de energia elétrica. Ver BERMANN, Célio. “**Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil**”. Tese de doutoramento FEM/UNICAMP, nov. 1991, principalmente a parte III: Energia Elétrica e Sociedade, e o capítulo X: “*A mercadoria Energética, o capital e a mediação do Estado*”, pp 194-215. Clauss OFFE por sua vez desenvolve uma discussão teórica sobre o modelamento e formatação de um Estado que tem a função preponderante de sustentáculo de uma sociedade organizada em classes.

⁵⁷ BERMANN, Célio. 1991 à pag 205.

agentes econômicos. O Estado faz a tentativa de racionalizar, dentro de seus aparelhos e seus meios, os interesses que valorizam o capital.

Um exemplo desta “operacionalização racional” se manifesta na capitalização do setor. Um dos mecanismos de obtenção de recursos para capitalização do setor na esfera estadual foi o “Fundo de Eletrificação” constituído a partir da instalação de taxas de eletrificação.

Os Estados teriam que apresentar um plano de eletrificação caso quisessem desfrutar do citado fundo. Este é um mecanismo indireto de privilegiar as empresas estatais, dotadas de maior capacidade de elaboração de um plano, nas palavras de BERMANN:

“Através do planejamento do Estado em substituição à situação de um planejamento de vários interesses privados concorrentes, que seriam incapazes de “racionalizar e otimizar os aproveitamentos”, principalmente daqueles localizados numa mesma bacia hidrográfica” ⁽⁵⁸⁾

A companhia Hidrelétrica do São Francisco CHESF criada em 1945 durante a ditadura Vargas, a CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais em 1952, criada no governo do Estado de JK e a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás - criada em 1962 no governo João Goulart (após muitos entraves para sua consecução, que já havia sido sinalizada em 1953 por Getúlio Vargas através da criação dos Fundos de Eletrificação e o imposto único sobre energia Elétrica) são exemplos do ciclo histórico de criação de grandes empresas estatais. Posteriormente vemos a criação de Furnas que também evidencia como ocorre a aproximação de interesses empresariais estatais e não estatais através de consórcios, especificamente a Light, AMFORP (American & Foreign Power) e a CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais. Várias associações de empresas nacionais e estrangeiras marcam a consolidação da Eletrobrás como *holding* das empresas elétricas que se torna exclusivamente nacional com a compra da Light durante o governo da ditadura militar de Geisel (1974-1979).

Comente-se ainda que a Light usufruiu por décadas de ganhos resultantes do monopólio de distribuição de energia. Particularmente na cidade de São Paulo, o monopólio do grupo Light participou de outro processo de acumulação (abrigada que estava no seu direito de concessão do vale do rio Pinheiros de monopólio de áreas ao longo do rio): a valorização de terras ribeirinhas ao longo do rio Pinheiros ⁽⁵⁹⁾. A Light acompanhando e

---

⁵⁸ Op.cit à pág 197.

⁵⁹ Para um estudo aprofundado na valorização das terras ribeirinhas ao longo do rio Pinheiros e Tietê consultar SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **“Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros, valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo”**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1987. Neste trabalho se evidencia a relação entre empresas privadas, dentre elas a Light, e sua

produzindo seu processo de valorização também produzia "terra urbana" saneando e drenando as várzeas (aonde anteriormente tinha comprado terras) ⁽⁶⁰⁾ que posteriormente seriam ocupadas por indústrias e linhas férreas marginais aos rios.

As pessoas que circulam pelas esferas diretivas das empresas ligadas ao sistema Eletrobrás fazem parte de um grupo que se mantém há décadas atuando no “setor” e nos ambientes de poder que o sustenta (governos locais, parlamentos, empresas estatais). Alguns exemplos que poderiam ser citados: grupos políticos ligados ao ex-presidente e agora senador pelo Amapá José Sarney, membros do PFL da Bahia, Dep. José Carlos Aleluia, Senador Antonio Carlos Magalhães que no passado foi Presidente da Eletrobrás (1975 a 1978) para citar alguns. Não que os partidos ou as personalidades políticas tenham relações exclusivas com as empresas (obtenham lucros ou parcelas do lucro ou participem de cargos de direção), mas partidos, mandatos, posições em ministérios ou cargos-chave em empresas acabam operando como veículos e sustentáculos de grupos ou compondo núcleos de poder dentro do Estado.

O conceito de blocos de poder dentro do Estado desenvolvido por Nikos Poulantzas⁽⁶¹⁾ parece ser oportuno para nossos propósitos para tentar entender as relações que ocorrem entre interesses privados e o Estado, nem sempre alicerçadas no âmbito institucional, nem sempre passando pelo crivo parlamentar. Mesmo que com a utilização deste conceito não consigamos entender em plenitude estas relações, podemos sinalizar a existências destes núcleos de poder seja no âmbito do poder executivo (lobbies, reuniões, audiências) e também no âmbito do poder legislativo: os partidos políticos abrigam interesses e muitas vezes colocam seus mandatos à disposição de grandes empresas que têm interesses em construir obras para gerar, comercializar, transmitir energia, vender equipamentos e consumir grandes quantidades de energia. Os grupos que constituem os blocos de poder dentro do estado não são homogêneos, podem inclusive ter unidades em alguns momentos (por exemplo, em um momento de estabelecer regras de comercialização, concessão, leilão ou mesmo influenciar na indicação de um ministério de Estado ou presidências de empresas do setor elétrico, ou influenciar votações que digam respeito a processos de privatização de empresas). A capilaridade de interesses dentro do Estado é muito maior para os grupos ligados ao grande capital e que procuram fazer parte e permanecer nos blocos de poder.

---

relação com o poder concedente. Uma história de lobbies, produção de espaços urbanos valorizados ao longo do rio, retificações das margens e conjunto de barragens e obras , que provocaram além de catastróficas enchentes na cidade de São Paulo o acúmulo de muito dinheiro aos cofres dessas empresas.

⁶⁰ Op.cit p.164 a172

⁶¹ POULANTZAS, Nicos. “**Poder Político e Classes Sociais**”. São Paulo, Martins Fontes 1977. Especialmente detalhados nos capítulos III (seção 4) e IV (seções 1, 2, 3, 4).

POULANTZAS, ao discorrer sobre o estado capitalista, sua estrutura específica e a existência do fenômeno do bloco no poder, fala da coexistência de várias classes que disputam ou constituem esses blocos dentro da formação social capitalista:

“Podemos estabelecer, nestas formações, a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política de poder de Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre as classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder”. ⁽⁶²⁾

Pensar em uma esfera pública na qual se consiga discutir interesses de empresas capitalistas que têm forte influência nas políticas de Estado (e na própria organização do Estado) ao lado de interesses antagônicos, que se colocam contrários a novas obras e a uma conduta de ações de Estado que tem como lema a expansão da oferta da eletricidade se caracteriza como desafio prático e conceitual.

A esfera pública, no conceito de Habermas e sua Teoria da Ação Comunicativa acrescida talvez, no caso do Brasil, de uma vantagem contemporânea como o surgimento de movimentos sociais reivindicatórios, movimento ambientalista, por moradia e saúde, por terra, práticas participativas, reivindicativas ou mesmo de resistência que começam a exigir e reivindicar maior publicização dos atos de governo e ações do Estado e de empresas, é uma possibilidade, ao menos conceitual, de ampliação do espaço público. Surge também algo conceitualmente mais novo: o controle por parte da sociedade das políticas públicas e das ações do poder público, terminologia utilizada nos movimentos organizados demandantes de serviços públicos e também utilizado pelo movimento ambientalista⁽⁶³⁾, mas entendido aqui e confundido como controle-fiscalização associado à utilização de mecanismos de Estado como, por exemplo, o acionamento do Ministério Público através de denúncia pública ou notícia crime. Explicitaremos mais esta idéia no capítulo seguinte através das próprias declarações de membros de grupos sociais ligados ao sindicalismo, ambientalismo e movimentos sociais.

---

⁶² POULANTZAS, Nicos. 1977. P 224.

⁶³ Nos referimos ao artigo de FIGUEIREDO, P.J.M. BOCUHY, C.H. MARTINS, G. VILELA R. A .G. "Social Control on Environmental protection System in Brazil: the strategy of the environmental NGOs in São Paulo State." III Conferencia Salud Ocupacional y Ambiental en las Américas. Alajuela, Costa Rica, 2005.

4. PARTICIPAÇÃO X DELIBERAÇÃO: OPORTUNIDADES POLÍTICAS, DIAGNÓSTICOS E EXPECTATIVAS NA VOZ DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.

A ação de converter energia potencial mecânica em energia elétrica através da chamada conversão hidrelétrica está longe de poder ser considerada não impactante ao ambiente, neutra ou, como alguns chegam a dizer, que não altera quimicamente a composição da água. Lembremos que grandes reservatórios são formados para acumular água. Esta ação modifica a dinâmica dos rios (correnteza, depósito de sedimentos, altera as condições de vida dos rios e sua vida). Não é o objetivo aqui aprofundar impactos ambientais da instalação de hidrelétricas ⁽⁶⁴⁾ mas sim lembrar que o uso das águas não é único, nem intrinsecamente destinado ao “progresso” expansionista da geração de energia elétrica. As pessoas pescam, utilizam água para beber, utilizam as margens para plantar observando as cheias e secas, navegam pelos rios para transportar coisas e para transportarem a si mesmos, nadam, extraem areias, utilizam os rios para garimpar. Esta breve lista de possibilidades já explicita por si só a variedade de temas que uma discussão pública de como utilizar as águas poderia assumir.

4.1 Comentário sobre a representação política no Brasil

Aproveitando-se algumas pistas sugeridas por Marilena CHAUI ⁽⁶⁵⁾ sobre a questão da representação e representatividade, assuntos sempre presentes no meio sindical, no movimento social e organizações não governamentais e que são sempre alvo de reflexão e análise. Especificamente no meio sindical e em alguns movimentos sociais que também envolvem congressos e encontros, estas questões servem de termômetro de como anda a atuação do movimento e de seus dirigentes na relação cotidiana com suas bases, reflexão que muitas vezes se torna efervescente nas consultas, eleições sindicais e momentos organizativos (eleições para as coordenações, tirada de delegados para congressos e fóruns, construção de teses das correntes de opinião no interior do movimento). É comum observar em momentos de debate público, principalmente naqueles que envolvem algum litígio entre movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais por um lado e Estado, governos, empresas por outro, que o questionamento da representatividade vem à tona e, de maneira

⁶⁴ Para maior aprofundamento ver McCully (1996), Sevá (2004), Fearnside (2002), Goldsmith (1984).

⁶⁵ Cf. CHAUI, Marilena. "Por trás da crise está a luta de classes." Entrevista à Revista Caros Amigos Ano IX. Número 104. Ed. Casa Amarela, São Paulo, SP. Novembro 2005.

geral, desfavorável ao “movimento social” envolvido. A pista que Marilena Chauí nos oferece é útil para ponderarmos que se há problemas de representatividade na sociedade brasileira eles não são exclusivos dos movimentos sociais e do meio sindical.

“A idéia de representação já é precária na sociedade capitalista e no Brasil, é mais precária ainda por causa da estrutura autoritária da sociedade brasileira. É transformada numa relação de clientela, de tutela e de favor. Você perde a noção de representação. O representante acha que manda no representado e que distribui favores ao representado. Se a noção de representação já é problemática do ponto de vista da democracia, é mais problemática ainda numa sociedade autoritária como a brasileira (...).”⁽⁶⁶⁾

A operação metonímica de substituir a parte pelo todo pode ser uma operação ideológica que faz com que todos os movimentos (quando se movimentam e tem visibilidade pública em suas ações) sejam questionados tanto em suas formas de ação quanto à sua representatividade. CHAUI (op.cit) coloca que a idéia de representação merece ser entendida em uma trajetória histórica, acompanhada de suas condicionantes, sociais, econômicos e culturais presentes na linha de tempo que compreende a formação da sociedade brasileira.

Entremos na questão central da potencialidade dos conflitos no uso da energia e no papel que sindicatos, movimentos sociais e organizações não governamentais podem desempenhar. Se a maneira de utilizar a energia é desigual dentre os vários agrupamentos sociais, e para converter uma forma de energia em outra, no caso da hidreletricidade, são utilizadas águas e ocupadas parcelas de solo (que tem ou poderiam ter outra finalidade), e se a maneira de consumir produtos (ou de forma indireta, consumir energia) é também desigual, temos configurado um protoconflito que, mesmo não se configurando em uma contradição fundamental num dado momento, no longo prazo pode fazer surgir um cenário onde pretensões desiguais no uso da energia e apropriação dos elementos naturais sejam incompatíveis com o que a política de energia escolhida oferece. A esse respeito lembraremos HABERMAS quando nos fala sobre as relações comunicativas entre sujeitos capazes de falar e agir:

“Enquanto a incompatibilidade de pretensões e intenções não for reconhecida pelos participantes, o conflito permanece latente. Tais sistemas de ação forçosamente integrados são, sem dúvida, dependentes de uma justificação ideológica para esconder a distribuição assimétrica de possibilidades para a satisfação legítima das necessidades (isto é, repressão das

*necessidades). A comunicação entre participantes é, pois, sistematicamente distorcida ou bloqueada. Sobre condições de integração forçada, a contradição não pode ser **identificada** enquanto uma contradição entre as intenções **declaradas** de partidos hostis e pode ser estabelecida na ação estratégica. Em vez disto, assume a forma ideológica de uma contradição entre as intenções que os sujeitos consideram estarem desempenhando e as suas, como dissemos, motivos inconscientes ou interesses fundamentais. Assim que a incompatibilidade se torna consciente, o conflito se torna manifesto, e os interesses irreconciliáveis são reconhecidos enquanto interesses antagônicos.*”⁽⁶⁷⁾

O convite reflexivo que esta introdução propõe diz respeito à possibilidade de pensar conflitos, ciclos de protestos e dissensos sobre posturas governamentais e a trajetória de condução da política de energia sob uma ótica plural. Explicita argumentos que nem sempre têm visibilidade pública, principalmente nos meios de comunicação de massa.

4.1.1 O papel do movimento sindical

Quando se pensa na possibilidade de constituição de uma esfera pública de discussão sobre o setor elétrico brasileiro em particular e sobre energia no geral, não podemos deixar de considerar o papel que os sindicatos de trabalhadores do setor vêm desempenhando e podem desempenhar.

Parte-se do pressuposto de que, fundamentalmente, são as direções sindicais que mais se envolvem com as discussões gerais de política energética e seus desdobramentos na relação homem - natureza ⁽⁶⁸⁾. A base sindical (aqueles que são trabalhadores e aposentados filiados aos vários sindicatos) tem contato com as discussões apenas através dos informes que os sindicatos encaminham através de comunicações periódicas.

Surgem perguntas essenciais: como os rumos da política energética e a discussão pública de temas ambientais relacionados à utilização da energia são influenciados pelo movimento sindical? Feita a indagação, derivam-se dela outras indagações de interesse para o desenvolvimento deste trabalho: A questão ambiental relativa a novos empreendimentos do

---

⁶⁶ CHAUI, Marilena, 2005. p 34.

⁶⁷ HABERMAS, Jürgen. "Theory of Communicative Action". V.I Boston: Beacon Press, 1984. Pág 42.

⁶⁸ A análise pode ainda ser mais complexa: existe sempre a possibilidade, nem sempre bem trabalhada, de que os cargos de direção, fruto de sucessivas reeleições se transformem em burocracias e mesmo modos de vida para as pessoas que se mantêm na estrutura sindical. Se isto por um lado é decorrência de uma real formação política e acúmulo de experiência dos dirigentes, a questão da rotatividade nas direções é necessária se temos em mente a democratização também dos espaços sindicais. Não nos compete aqui fazer um aprofundamento desta questão que inclusive é objeto, não de hoje, das reflexões do meio sindical. Um aprofundamento pode ser obtido em BERNARDO, João. "Capital, Sindicatos e Gestores". Ed.Vértice, São Paulo, SP. 1987.

setor é discutida? Se ela é discutida, tem o mesmo peso que a discussão da “inexorável” necessidade de expansão da oferta de eletricidade? O movimento sindical tem posturas homogêneas sobre os temas? Admitindo que não são homogêneas são elas conflitivas?

Hipóteses

a) Os sindicatos têm demandas específicas oriundas de suas bases que nem sempre se coadunam com os posicionamentos de suas direções nas formulações de políticas gerais. Numa conjuntura como a brasileira, na qual a categoria emprego é tida por alguns estudiosos como categoria em extinção, e o trabalho vive processos de precarização-desumanização (salarial e de condições de trabalho) e de reorganização, fenômeno observado no conjunto das empresas privatizadas e não-privatizadas do setor elétrico, há espaço político e há criação de temáticas relacionadas à questão ambiental nas pautas sindicais (hipótese #1). Algumas pistas: o acesso, por exemplo, ao sítio eletrônico do Sindicato dos Eletricitários ⁽⁶⁹⁾ mostrará que além de informes referentes ao dia a dia da categoria e suas reivindicações mais prementes, exhibe artigos, trabalhos resultados de perícias e avaliações sobre questões no âmbito da política energética, que resultam de alianças temporárias com estudiosos e militantes. Exemplos: polêmica de instalação de termelétricas, reestruturação do setor elétrico, impactos ambientais e sociais de grandes empreendimentos hidrelétricos.

b) As direções sindicais têm tendência a fazer discussões mais globais e gerais sobre os desdobramentos das políticas existentes no setor no qual se insere. Esta discussão normalmente é realizada nas reuniões de direção, encontros setoriais, encontros das federações estaduais, federações nacionais e internacionais e eventualmente em grupos de trabalho temáticos ligados às centrais sindicais. A redução de custos, apropriação auto-destrutiva da força de trabalho, do espaço, da natureza e seus elementos naturais ⁽⁷⁰⁾ são temas incorporados no discurso sindical quanto à política energética vigente, tanto na contraposição ao capital quanto no discurso direcionado à sociedade (hipótese #2).

c) A questão dos acidentes é um tema presente. Relaciona-se com condições de trabalho que se precarizam face à reestruturação do setor. À privatização sucede-se a terceirização, diminuição de salários, piora nas condições de trabalho e acidentes... Deste ponto de vista, a

---

⁶⁹ Estamos nos referindo às resoluções do 3º Congresso do SINERGIA CUT, ocorrido em dezembro de 2005. Estas resoluções estão disponíveis no sítio eletrônico em www.Sinergiacut.org.br. Acesso em janeiro de 2006.

percepção do “novo modelo do setor elétrico” possui uma conotação negativa no âmbito do ambiente de trabalho (hipótese #3).

d) A temática sobre a questão ambiental (impactos de empreendimentos energéticos) é um elemento constituinte de qualquer esboço de discussão mais geral de política energética e fazem parte da elaboração de propostas sindicais (hipótese #4). Mas em que medida?

4.1.2 Conceitos do Marxismo e visão de classe.

Tratar a questão da política energética no âmbito sindical nos leva à reflexão de que o levantamento de temas de discussão, percepções e formulações do sindicalismo ligado à área de energia não estão dissociadas de uma visão de classe que este segmento tem da questão. A visão de classe normalmente tem destaque nas declarações do movimento sindical e utiliza os conceitos do marxismo. Destacam-se e reconhecem-se seus interesses (por parte dos trabalhadores) e enfatiza-se a necessidade de organização dos trabalhadores. Torna-se útil a discussão, conceituação e diferenciação de Classe para si e Classe em si ⁽⁷¹⁾.

A classe em si é determinada pela própria dominação do capital que estabelece para a massa da população situações comuns e interesses comuns. Esta massa se constitui em uma classe em si ⁽⁷²⁾.

A classe para si constitui um processo histórico no qual a classe tem dimensão de interesses comuns e tem possibilidade de agir com direcionamento político. É uma relação histórica, cultural e econômica construída a partir de um processo de luta. Não é simplesmente uma categoria posicional dentro do processo de produção.

Embora não se tenha uma definição única do que venha a ser uma classe social e existam debates e conceitos produzidos por expoentes da ciência social como os conceitos da teoria de classe e seu papel histórico (Marx) e a teoria de classes e categoria (Max Weber), parece haver um acordo em pensar que as classes sociais são uma consequência das

---

⁷⁰ Cf. O'CONNOR, James. "Natural Causes. Essays in Ecological Marxism." The Guilford Press New York, NY. 1998. O que o autor qualifica de apropriação autodestrutiva da força de trabalho, da natureza e dos elementos naturais está desenvolvido especificamente no cap. 8: A segunda contradição do capitalismo, pp 158 - 177.

⁷¹ MARX, Karl. "Miséria de la filosofia". Editorial Progreso. URSS. 1988 às págs. 143 – 145.

⁷² Op.cit. p 143.

desigualdades existentes na sociedade ⁽⁷³⁾. Outro pensador marxista, THOMPSON, concordando com Marx e seu conceito de *classe para si*, enuncia:

“A classe ocorre quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses são diferentes dos seus (geralmente opostos)(..) A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.” ⁽⁷⁴⁾

4.1.3 Influências no *modus operandi* do movimento sindical ligado às empresas elétricas.

Algumas influências políticas e teóricas sobre movimento sindical ligados ao setor elétrico que devem ser destacadas são o marxismo e seu conceito de luta de classes e considerando o caso brasileiro, o nacionalismo advindo das alternâncias de domínio sobre o setor que até a década de 30 fundamentalmente estava sob domínio privado a partir de crises no setor por falta de investimentos e subseqüentemente com gradativo aumento do controle e participação do Estado solidificado até as recentes ações privatizantes do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Para parcelas do sindicalismo brasileiro, principalmente aquelas ligadas à tradição do PCB - Partido Comunista Brasileiro (que detinha a hegemonia do movimento sindical à época das décadas de 50, 60, 70) trabalhavam com a idéia de que o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimentismo inexoravelmente trabalhariam como elementos para acirrar as contradições da sociedade capitalista (seria um caminho ou linha determinativa para o estabelecimento de uma nova sociedade, o socialismo). Amparado por esta interpretação do processo histórico, o movimento sindical à época, se permitia alianças com a burguesia nacional e mesmo distanciar sua base da discussão sobre política energética ⁽⁷⁵⁾. Poder-se-ia,

⁷³ Cf. BOBBIO, Norberto. **“Dicionário de Política”**. 5ª edição. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. Consulta ao verbete - classe -, págs. 169 – 170.

⁷⁴ THOMPSON, E. P. **“A formação da classe operária Inglesa”**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ. 1987. Pág 10.

⁷⁵ Nos amparamos na leitura FURTADO, Celso. **“O mito do desenvolvimento econômico”**. Ed Paz e Terra, 1974 para entender este processo histórico.

em certa medida, ser afirmado que a passividade quanto ao questionamento da política energética por longos períodos, não contribuiu para aprofundamento da democracia brasileira.

Esta primeira reflexão pretende identificar as posturas sindicais referentes à política energética, no seu ramo elétrico, através da pesquisa sobre documentos sindicais procedendo à análise de três ordens:

- 1) Análise no campo de construção dos discursos: Através de documentos sindicais (discursos, deliberações em fóruns, repercussão em publicações nos meios de comunicação).
- 2) Análise no campo propositivo: através da identificação de propostas para pautas de negociação entre capital e trabalho, propostas de reivindicações sindicais sobre política energética, seqüência e histórico de ações, lista de projetos e acordos implementados.
- 3) Análise no campo das ações: enquadram-se neste campo as ações tomadas nos fóruns sindicais, acordos sobre políticas energéticas, em esferas públicas, entrevistas de dirigentes sindicais e seleção e análise de declarações envolvidas com a temática do trabalho.

Em seguida organiza-se uma tabela relacional que objetiva a criação de matriz temática ⁽⁷⁶⁾ sobre aspectos política energética, sua recepção, formulação e discussão dentro do movimento sindical baseada no referencial analítico sugerido por HIGA ⁽⁷⁷⁾ quando trata da percepção da política de ciência e tecnologia pelo movimento sindical

O referencial analítico sugerido por HIGA procura por um lado mapear as posturas sindicais e por outro lado mapear relações de subordinação, hegemonia, consentimento, resistência. Optou-se por utilizar as mesmas categorias sugeridas pelo autor do estudo, entendendo-as como adequadas para análise ao considerarmos que a visão de classe está absolutamente presente tanto nas entrevistas, como nos documentos sindicais com os quais tivemos contato. Acresceu-se a categoria privatização-terceirização por se tratar de um espaço de reconhecimento específico dentro do movimento sindical do setor elétrico. Os quadros do anexo III são resultantes da análise dos documentos sindicais, relacionando-os com os temas sindicais e com as posturas sindicais construindo uma espécie de cruzamento entre ambas. O nexos desta relação, tal como exposto no início deste capítulo, envolve necessariamente

⁷⁶ Na matriz temática (compilação presente no anexo 3) juntam-se trechos selecionados de documentos sindicais e entre colchetes [ ] adicionam-se comentários e análises a respeito da postura sindical e o enquadramento identificado.

⁷⁷ Utilizamos as obras: HIGA, Willian. "**A Compreensão da Ciência e da Tecnologia pelo Movimento Sindical Brasileiro**". Dissertação mestrado – Universidade estadual de Campinas. Instituto de Geociências. 2000 e HIGA, Willian. "**Posturas e temas sindicais Brasileiras em C&T**" in DAGNINO, Renato. THOMAS, Hernán (orgs).Panorama dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade na América Latina. Cabral Editora e Livraria Universitária. Taubaté, SP 2002.

aspectos da visão de classe e as influências cognitivas do *modus operandi* do movimento sindical ligado ao setor elétrico.

Através do discurso tornam-se bastante perceptíveis aspectos da política energética e a trajetória da política energética ou suas nuances: expresso em fóruns tais como os cadernos de discussão (3º congresso do Sinergia CUT e 6º congresso da FNU/CUT) e no restante do material coletado e mencionado em parágrafos anteriores.

Antecipando o que ficará mais claro adiante, não se conseguiu identificar, através da análise dos documentos sindicais, uma concatenação discursiva a ponto de termos claro uma formulação e explicitação do entendimento dos contornos totais da política energética e desdobramentos desta sobre o movimento sindical. Em alguns pontos da política energética (desdobramentos da privatização, reajustes tarifários, empresa de referência) se percebe um posicionamento mais claro.

As proposições formuladas (pautas de reivindicação, acordos coletivos nacionais e locais, expressas em resoluções e teses) podem levar a uma negociação entre agrupamentos sociais ou apenas explicitar no meio da opinião pública posicionamentos de interesse do movimento sindical.

As proposições podem revelar contrapontos a aspectos da política energética vigente ou mesmo se alinhar no conjunto da política atual e contribuir pontualmente. O conteúdo da formulação das propostas obviamente é fruto da correlação de forças entre os agrupamentos sociais. As proposições corretivas dizem respeito a questões imediatas: reajustes salariais, melhoria das condições de trabalho, problemas advindos das terceirizações, queda na qualidade de serviços e relativos a acidentes de trabalho identificados. Tendem a se concentrar em aspectos de minimizar impactos. Alguns exemplos: a luta contra a terceirização e seus efeitos, a luta legislativa através da mudança de leis em vigor, campanhas salariais unificadas. As proposições preventivas são antecipativas. Muitas vezes se manifestam como meios de resistência. Exemplo claro desta postura é a luta contra novas privatizações como a da CTEEP ⁽⁷⁸⁾ (ver quadros do anexo III), e a luta legislativa e negociações junto ao governo sobre os destinos do “novo modelo para o setor” proposto pelo governo LULA (2003-2006) inicialmente como medida provisória.

A postura propositiva preventiva exige do movimento sindical maior aprofundamento das temáticas do setor elétrico. Isso é buscado através da formação de alianças do movimento sindical com setores e pesquisadores da Universidade, junção de esforços com outros

---

⁷⁸ CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

movimentos (o ambientalista, por exemplo). Isto ocorreu na recente discussão do remodelamento do setor tal como se desprende da entrevista realizada com Franklin Gonçalves da FNU/CUT.

“(..) acho muito interessante a universidade estar discutindo essa questão .. foram parceiros nossos .. do movimento sindical são parceiros de primeira ordem o que a gente sabe do setor é da experiência que a gente tem da vida nas empresas e pela relação que a gente tem com o meio acadêmico... pessoas como o Ildo, o próprio Professor Célio, Pinguelli Rosa são pessoas que sempre nos ajudaram a organizar atividades, fazia debates e aí pessoal agora vocês vão lá... Construir todas essas alianças foi fundamental pra gente poder partir pra resistência .. ah não o pessoal tá resistindo porque tá preocupado com seus empregos, com seus salários, ter feito essa aliança com os técnicos e ter preocupação com o desenvolvimento do setor.. então é fundamental.. pelo menos no setor elétrico brasileiro que é diferente não só pelas características do Brasil mas .. um setor todo ele interligado, tem vários potenciais diferentes(..)” (Trecho de entrevista com Franklin Gonçalves FNU/CUT).

Esta aliança, mesmo que temporária, também se nota quando se investiga nos acervos e estudos realizados e organizados pelo Movimento Sindical: exemplo disso é a coletânea de artigos, estudos, pareceres e perícias organizado pelo SINERGIA CUT a respeito de impactos sócio ambientais e incongruências técnicas nos projetos de implantação de termelétricas na região de Campinas ⁽⁷⁹⁾. A ação propositiva preventiva pode ser qualificada como a mais “densa” e que mais pode evidenciar um conteúdo ideológico, de disputa por hegemonia das idéias sobre a participação do Estado no setor, papel do capital estrangeiro, políticas de desenvolvimento econômico. Esta postura se bem sucedida está inserida numa ação ligada ao que se que conceituou há pouco como “classe para si”. Vejamos um trecho da entrevista realizada que evidencia em algum grau uma disputa ideológica e construção de alianças com outros agrupamentos sociais:

“(..) no atual governo mudou muito. Nós conseguimos pelo menos ser ouvidos na elaboração do novo modelo do setor elétrico, coisa que a gente não conseguia no governo Fernando Henrique Cardoso. Claro que no governo anterior no processo de privatização o movimento sindical foi um dos principais atores sociais que fez o processo reverter. Nós tivemos o apoio de especialistas pra poder mostrar que não era uma privatização qualquer, dada a sua

especificidade técnica fizemos umas alianças políticas também regionais importantes.. pra ter a compreensão do que representa a energia pro desenvolvimento regional (..)” (Trecho de entrevista com Franklin Gonçalves FNU/CUT).

Em outro trecho da entrevista podemos verificar um posicionamento sobre a participação do capital privado e a coexistência Estado-iniciativa privada e o papel do primeiro no investimento:

“Não tem problema participar.. não temos nenhum veto à empresa privada.. agora não pode por causa da empresa privada o Estado abrir mão.. o governo abrir mão de investir.. inclusive num país como o nosso é fundamental inclusive manter as empresas estatais em benefício público.. (..)” (Trecho de entrevista com Franklin Gonçalves FNU/CUT).

Se observa em outro trecho da entrevista uma postura sindical que transita numa região de ambivalência do posicionamento político, qual seja, certa contraposição ao interesse imediato dos trabalhadores da empresa (maior lucratividade da empresa) e o benefício público de se estabelecer uma tarifa mais justa. Inegavelmente é um conflito interno do movimento sindical que é real:

“(..) com respeito a tarifas, nós temos tomado posições contrárias mesmo sabendo que para as empresas... significa maior lucro para as empresas.. maior participação nos lucros pros trabalhadores... mas nós temos tomados posições contrárias nas questões tarifárias. (..)” (Trecho de entrevista com Franklin Gonçalves FNU/CUT).

As Ações: compreendem negociações envolvendo o capital, empresas do setor, o Estado, relacionamento com as universidades, outros agrupamentos e organizações: MAB, associações de bairro, esclarecimento em escolas.

As ações podem surgir em decorrência de um amadurecimento de discursos, que pode se transformar em proposições e concretamente se materializam em manifestações, assinatura de acordos coletivos, alteração de legislação, paralisações e greves (o que não é muito freqüente e por se tratar de um setor essencial na maneira como a sociedade se organiza, conta com a possibilidade de coerção policial e militar por parte do Estado como já ocorreu durante

---

⁷⁹ Para ter acesso a este conjunto de estudos acessar <http://www.sinergiascut.org.br/areas/termetricas/termetricas.php>, Este conjunto de estudos ficou disponível no site até o início do ano de 2005, sendo a maioria do material ali presente de autoria do Prof. Dr. Oswaldo Sevá (FEM-UNICAMP)

as manifestações sindicais contrárias ao PND (Plano Nacional de Desestatização no início da década de 1990).

4.1.4 Consentimento, resistência, hegemonia, coerção, organização em tempos de precarização, terceirização e desemprego nas empresas elétricas.

A venda de força de trabalho estabelece uma relação inexorável dentro do sistema capitalista de produção. A questão da permanente possibilidade da perda de emprego e mais recentemente a avalanche no número de privatizações colocam a questão do emprego (aspecto inelutável do sistema capitalista) como central e associada ao processo de remodelamento do setor. A influência de distintas políticas quanto ao papel do Estado no setor interfere nas condições de trabalho e emprego: é o tema ou espaço que mais interessa ao movimento sindical. A precarização das condições de trabalho e do próprio emprego que o salto das privatizações proporcionou obviamente se reflete na atuação sindical:

A questão dos acidentes é um tema importante. Relaciona-se com condições de trabalho que se precarizam face à reestruturação do setor. À privatização sucede-se à terceirização, diminuição de salários piora nas condições de trabalho e acidentes... Deste ponto de vista a recepção do “novo modelo do setor” tem seu lado negativo apenas para citar um exemplo.

O balanço deste processo de privatização pode, ao mesmo tempo em que recebe e percebe mudanças na política energética, ser instrumento de reformulação de políticas e mesmo de disputas de projetos alternativos.

A indústria elétrica abarca uma ampla gama de atividades e a terminologia utilizada por ela é muito especializada. Para citar alguns termos: projetos de subestações, linhas de transmissão, proteção, coordenação do isolamento, análise econômica de projetos, tarifação, manutenção, atendimento ao consumidor, operação do sistema elétrico, atividades que se triplicam na média, na alta e na baixa tensão e se espalham também nas áreas de transmissão, geração, distribuição e comercialização. Atividades que vão desde aquelas especializadas e mais repetitivas até atividades de trabalho intelectual. As intensidades, ritmos, organização do ambiente de trabalho, reformulações de técnicas gerenciais (as ISO 9000, 14.000 etc..) estão presentes no setor e combinadas com o processo de terceirização e “enxugamento” das corporações alteram a forma de trabalho, exigem polivalência, exigem níveis de qualificação “cada vez maiores” e desta maneira separam e classificam os postos de trabalho entre mais qualificados e menos qualificados (os quadros do anexo 3 trazem exemplos do que estamos

falando). As prestadoras de serviço, geralmente terceirizadas, se caracterizam, ou melhor, são caracterizadas como menos qualificadas, com maior rotatividade na mão de obra, em suma, precarizadas nas condições de trabalho. Como exemplo veja-se o trecho selecionado da entrevista sobre a audiência pública em Minas Gerais para aferir o índice de satisfação dos consumidores:

(..) ai apareceu uma chamada na televisão falando o local e a data, duas chamadas na televisão esperavam que fossem umas 100, 200 pessoas, participou mais de 500 pessoas na audiência publica feita em Minas Gerais, que era pra poder verificar a avaliação dos serviços prestados em relação ao (trecho inaudível) e grande parte das pessoas reclamou de falta de agência.. de agência de atendimento.. reclamou da terceirização.. terceirizados.. inclusive alguns terceirizados se oferecendo pra poder fazer gatos, ou seja, é isso tudo mostrou que o controle público não existe (..) (Trecho de entrevista com Franklin Gonçalves FNU/CUT).

A relação capital - trabalho tende a ser mais conflitiva (o movimento sindical do setor tem ação de avançar na sindicalização das “terceirizadas”). Estas mudanças são intimamente ligadas à privatização, preferimos categorizá-las como elementos da subordinação dos trabalhadores às mudanças do sistema capitalista. O movimento sindical tem se empenhado em avançar o nível de sindicalização sobre as empresas terceirizadas, mas têm pouca ação sobre este coletivo de trabalhadores. Em vez de buscarmos posicionamentos de expressos sobre a categoria de subordinação, preferiu-se agrupá-la em conjunto com o tema precarização.

A relação hegemônica que o capital exerce sobre o trabalho se materializa no local de trabalho primeiramente através da oferta de postos de trabalho, através do emprego. Esta relação é mais fraca no âmbito da empresa estatal e maior nas empresas privadas; mais significativo ainda é o efeito sobre as empresas terceirizadas. Esta coerção é, às vezes explícita, às vezes é velada (não utiliza a força). Alguns dos possíveis instrumentos coercitivos podem ser observados através da eliminação de benefícios e direitos, ameaça de terceirização de atividades, aumento do controle gerencial, intensificação do trabalho.

Em um processo democrático o uso da força deve ser evitado, mas a coerção explícita às vezes é utilizada. Como exemplos relacionados ao setor energético citem-se as ocupações pelo exército de subestações e usinas hidrelétricas quando da manifestação do Movimento Sindical contra o PND e a greve dos Petroleiros em 1995 que durou cerca de 30 dias e teve

intervenção das Forças Armadas no início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

O aparato jurídico estatal (leis, regras) é um meio coercitivo que “garante” a legitimidade das relações privadas e que pode reproduzir a relação de hegemonia.

(..) [O] Brasil é um país ainda por reformar.... A reforma sindical é fundamental pra poder estabelecer democracia nas relações de trabalho, que não existe né.. a hora que você começa a negociar .. e você tem um conflito, aí chega o ministério do trabalho, o poder judiciário, a justiça do trabalho o reajuste de salário é esse.. o acordo coletivo é assim.. mas a gente tem feito muitas campanhas.. também não ficamos esperando.. (..) (Trecho de entrevista com Franklin Gonçalves FNU/CUT).

A expansão da oferta de eletricidade (bem ou mal conduzida, ora por um grupo, ora por outro, guardando relações de racionalidade maiores ou menores com modelos de desenvolvimento) não é um conjunto de ações neutras: está imersa numa sociedade dividida em classes, capitalista, de uma época onde a força de trabalho é vendida como uma mercadoria (com suas especificidades, pois não se separa fisicamente de quem a vende). Nesta conformação de relações trabalho x capital algum grau de consentimento existe e é reproduzido pelas classes dominadas. Este grau de consentimento trabalha para a manutenção do modo de produção. A análise do consenso estabelecido entre dominantes e dominados pode revelar o grau de consentimento de uma determinada ação política e isto estamos interessados em identificar, se possível.

Eventualmente a força é utilizada parecendo ser apoiada no chamado consenso da maioria ⁽⁸⁰⁾ que pode ser expresso pelos órgãos de opinião pública. Certo grau de consentimento já existe quando o trabalhador “aceita” vender sua força de trabalho. Técnicas internas de motivação e envolvimento que buscam a participação do trabalhador podem levar à quebra de solidariedade de classe atenuando conflitos capital x trabalho.

Resistência Sindical

As resistências do movimento sindical frente a ações da classe dominante podem ter contornos de resistência conflitiva ou propositiva. A primeira delas se manifesta mais freqüentemente em empresas de menor porte ou em empresas de estrutura mais autoritária. A

---

⁸⁰ Cf. GRAMSCI, Antonio. **"Maquiavel, a Política e o Estado moderno"**. 3ª Edição. Ed. Civilização Brasileira Rio de Janeiro, RJ, 1978.

segunda se manifesta mais na relação trabalho x Estado, havendo um reconhecimento maior entre os interlocutores. O conjunto de boletins e a entrevista com o dirigente da FNU/CUT evidenciam esta dupla manifestação ao tratar dos conflitos entre os trabalhadores e as empresas privatizadas e terceirizadas e as empresas estatais.

4.1.5 Comparação entre posturas dos vários sindicatos.

Mesmo sabendo que a análise sobre o enquadramento das entidades sindicais das quais se obteve acesso é limitada (já que o material consultado, a exemplo de boletins, jornais e documentos congressuais, cobre o período de fins de 2004 ao início de 2006) e poderia ser qualitativamente melhor se cobrisse o período de discussão da reforma do modelo do setor elétrico. Fez-se a análise baseada no volume de informação disponível.

Tanto o SINDIELETRO–MG como o SINERGIA-CUT apresentam uma compreensão crítica (ora mais passiva ora mais ativa) da política energética expressa através das mudanças estruturais do setor. Posicionam-se de maneira crítica a alguns aspectos da política energética principalmente à questão da precarização advinda do fenômeno da terceirização. Esta última se faz presente tanto nas empresas privadas quanto nas estatais. Ambos têm organização sindical no local de trabalho e relações sindicais em nível nacional com a CUT, Central que tem dado apoio crítico ao governo Lula e à sua política energética, apoio que também se expressa nos documentos sindicais. Ambas as entidades sindicais evidenciam interlocução com outros movimentos sociais e com o meio universitário. A possibilidade de influência sobre a política energética pode ser pontual através das ações junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Ministério Público.

A Federação dos Urbanitários tem secretaria específica para a Energia. Alinhada com elas estão os dois sindicatos anteriormente mencionados. A especificidade da FNU-CUT, por ser uma federação ao nível nacional, reside na interlocução maior com as esferas de governo nacional (congresso e executivo): como mencionado anteriormente, a Federação participou (foi ouvida) pelo Ministério das Minas e Energia quando da elaboração da reforma do setor. Teve influência sobre emendas relativas ao PND – Programa Nacional de Desestatização, emenda que suprimia algumas empresas do grupo Eletrobrás da lista de privatização. Por seu caráter nacional, tem menor presença em ações no local de trabalho (isto compete atribui aos sindicatos federados). Através da entrevista com seu dirigente vê-se que as posturas mais críticas se referem – 1) à falta de estrutura da ANEEL que compromete suas finalidades

(fiscalizar e regular) – 2) à falta de transparência e dados nos processos de licenciamento ambiental – 3) à falta de participação da sociedade (especialmente, os trabalhadores do setor) mais ampla nos conselhos associados ao ONS – Operador Nacional do Sistema, à EPE – Empresa de Pesquisa Energética e no próprio CNPE – Conselho Nacional de Política Energética.

Quanto ao Sindicato dos Eletricitários de São Paulo a escassez de material coletado nos levará a considerações mais breves e com menos força conclusiva. Os Eletricitários de São Paulo tal como se depreende dos quadros presentes no ANEXO C são mais críticos à condução da política energética atual. Questionam a falta de investimento no setor, têm discurso crítico à privatização e precarização do serviço, mas não se nota nos seus documentos questionamentos sobre, por exemplo, a sustentabilidade da expansão do setor, questões ambientais, agências reguladoras, composição dos conselhos de administração. Na entrevista ao jornal do sindicato o presidente coloca como as maiores conquistas de sua gestão a manutenção dos direitos dos trabalhadores (13^o, férias e descanso remunerado, assistência médica) mesmo em um período de privatização acelerada⁽⁸¹⁾.

4.2 O movimento sindical e as discussões relacionadas à energia e ao meio ambiente.

Iniciemos nossa discussão selecionando dois trechos de documentos relacionados ao meio ambiente. O primeiro deles, extraído da resolução do 5^o CONCURT – Congresso Nacional da CUT em 1994, traz considerações sobre a conflituosa idéia de desenvolvimento e a utilização dos recursos naturais:

“Ao interferir no processo produtivo, a questão ambiental assume o caráter de uma nova variável fundamental para pensar alternativas econômicas ao modelo de desenvolvimento, seja nos processos de reestruturação e modernização industrial, seja na transformação da estrutura agrária e agrícola. Os recursos naturais se constituem em fatores econômicos fundamentais e em condições básicas para todo e qualquer desenvolvimento. Entretanto, os países pouco industrializados tendem a receber cada vez menos no mercado externo por esses produtos, com uma exploração cada vez mais predatória dos seus recursos naturais.”⁽⁸²⁾

⁸¹ Ver **Jornal do Eletricitário No 550, 2005**. Jornal de distribuição do sindicato, também disponível no sítio eletrônico www.stieesp.org.br/frame.asp?page=Jornal/eletricitarios/jornal.htm. Acesso realizado em dezembro de 2005.

⁸² CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. “Resoluções do 5^o Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCURT, 19 a 22 de maio de 1994. Disponível em www.cut.org.br, acesso em dezembro 2005 na sua parte referente ao meio ambiente e o sindicalismo. Neste congresso Jair Meneguelli é substituído por Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho na direção da central sindical.

O segundo trecho, obtido das resoluções da IX Plenária da CUT no ano de 1999, expressa, ao nível do discurso, a sujeição da atividade econômica à idéia do não esgotamento dos recursos naturais de que se serve:

“A CUT está comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária, que necessariamente deve também ser uma sociedade sustentável, pois a atividade econômica deve se sujeitar em primeira instância às restrições de ordem ecológica. Nesse processo de construção da sociedade sustentável, a sociedade industrial deve transformar-se visando a novas formas de apropriar-se da natureza, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais e a manutenção ou ampliação dos postos de trabalho”.⁽⁸³⁾

Os dois trechos, ambos obtidos dos documentos acordados nas instâncias mais altas de deliberação da central sindical, revelam disposições distintas em relação à discussão ambiental. O primeiro deles entende o meio ambiente como algo que interfere no sistema produtivo. O segundo trecho, em outro pólo, o meio ambiente aparece como se estivesse informando limites que devem ser respeitados pelos processos produtivos. São dois documentos que distam entre si de alguns anos, não muitos, período em que provavelmente a central sindical amadureceu a discussão ambiental. Mas preservamos a polaridade expressa nos dois trechos para levantar a hipótese que segue.

Uma possível fonte de conflito existente no interior do movimento sindical reside numa visão que poderia ser chamada de economicista quanto à questão ambiental. Uma visão redutiva vinculada à idéia de que a natureza tem sua utilidade para o ser humano à medida que se relaciona com os processos produtivos (demandantes de combustíveis e eletricidade). Lembremos, porém que os processos produtivos são normalmente acompanhados de prejuízos ambientais, destruição de habitats e processos de reorganização econômica de cidades, comunidades de camponeses e comunidades indígenas. A possível fonte de conflitos se expressa nas ênfases em que setores do sindicalismo se afastam ou se aproximam da idéia da natureza como instrumento para manter ou expandir os meios de produção e organização da vida social ou se aproximam da idéia da natureza como algo que se preserva com sustentabilidade, entendida como ação respeitosa às paisagens naturais e humanas, as últimas compostas pelas várias comunidades de quilombolas, indígenas, camponeses, gentes urbanas.

---

⁸³ Trecho extraído das resoluções IX PLENÁRIA (agosto de 1999). **Meio ambiente no meio sindical**. CUT - CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES.

Vejamos nas palavras de ACSELRAD, sinteticamente, o que é esta visão economicista quando fala de um dos obstáculos para um maior engajamento dos sindicatos em lutas ambientais:

“O primeiro é a prevalência, no debate público, de uma visão economicista da questão ambiental, ou seja, aquela que reduz o problema do meio ambiente ao da ameaça de escassez de materiais e energia necessários para o desenvolvimento. Tal abordagem aponta, por certo, mais para a busca de eficiência do que para a justiça; ela também separa indevidamente ecologia e sociedade e supõe uma causa ambiental superior e antecedente à luta por justiça social. Ora, os sindicatos estão envolvidos basicamente nas lutas por justiça e terão normalmente dificuldades em aderir à busca de maior eficiência - por economia de matéria e energia - sem articular esta busca aos propósitos da justiça social. Seu envolvimento em questões ambientais depende, portanto, de uma visão crítica do economicismo ambiental e da construção de uma apropriada articulação entre meio ambiente e justiça. Para eles, deve ficar claro que as lutas ambientais não prejudicarão a capacidade organizativa de suas bases e que as pressões sobre as práticas empresariais poluentes não resultarão necessariamente em desemprego ”. ⁽⁸⁴⁾

A expansão da oferta de eletricidade no Brasil é tida no senso comum como condição *sine qua non* da retomada do crescimento econômico. O acompanhamento dos editoriais dos grandes, médios e pequenos meios jornalísticos durante um período de um ano pode revelar isso ⁽⁸⁵⁾. Aqui surgem algumas questões:

a) Como hipótese levanta-se que parcelas do sindicalismo ligado ao setor elétrico pensam na necessidade de aumento da oferta de energia elétrica como pré-condição para o crescimento econômico e conseqüentemente, uma maior oferta de empregos. Uma outra questão presente em discussões em alguns sindicatos de eletricitários, diz respeito à falta de planejamento da expansão do setor nos últimos anos que faz com que “não haja folga entre oferta e demanda”. Voltaremos a este ponto, mais à frente tentando mostrar que este conceito de folga precisa ser problematizado e caracterizado como dependente de uma conjuntura, comercial, das precipitações das chuvas, de problemas técnicos e de interesses empresariais. Por hora, apenas

⁸⁴ Ver ACSELRAD, Henry. **"Justiça Ambiental: há algo de novo que justifique a Rede?"** Artigo produzido para a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. CTA-JMA Environment Justice x Finance. 2002

⁸⁵ Consultamos os seguintes artigos de jornais: O Estado de São Paulo – notícia **"A crise do setor elétrico e os seus reflexos na cena socioambiental"** (21/05/2001) acesso à www.estadao.com.br, em 06/04/2003 e O Estado de São Paulo – Editorial **"Incertezas regulatórias levam País a nova fase de paralisia em obras do setor energético"** (29/06/2003) acesso à www.estadao.com.br, em 30/06/2003.

reiteremos que este conceito de ausência de folga se caracteriza como um dos mecanismos que constrói o que poderíamos chamar de “ditadura da demanda”: para atender a uma demanda futura que (pode acontecer ou não), ou seja, por uma “força maior”, o equacionamento de obstáculos ⁽⁸⁶⁾ a obras sugeridas deve ser célere. Obras como Belo Monte no rio Xingu, ou usinas no rio Madeira, permitiriam alívio ao sistema e permitiriam a retomada da possibilidade de planejamento de longo e médio prazo num ambiente pretensamente mais tranqüilo. Projetos com complicações sócio-ambientais, e mesmo com questões técnicas sérias ⁽⁸⁷⁾ acabam sendo propagandeados como relevantes, mesmo por parcelas do movimento sindical. Este é um posicionamento real, existente no meio sindical, porém não unânime que provoca algum grau de debate.

b) Existe uma equação do senso comum (nem por isso verdadeira) que nos diz cotidianamente que crescimento econômico é sinônimo de empregos. Como foi dito anteriormente, sem novas usinas, sem a chamada “energia nova”, teríamos menos empregos, baixo potencial de aumento do parque produtivo. Esta é a chamada “chantagem do desemprego” que aparece não só no discurso empresarial, mas também no âmbito das esferas governamentais: a sociedade (os sindicatos inclusive) se verá coagida a escolher entre ter empregos (talvez fictícios e somente presentes no discurso ou sazonais) gerados por ações impactantes à sociedade e ao ambiente (atingindo principalmente as populações mais pobres) ou ficar sem eles. ACSELRAD fala sobre a eficácia desta ação discursiva:

“O grande trunfo deste tipo de alegação [naturalização do impacto sócio-ambiental] reside na própria pressão exercida pelo tamanho do desemprego realmente existente sobre aqueles trabalhadores que estão empregados. Esta tática da ameaça sempre foi utilizada na história do capitalismo com o fim de pressionar para baixo os salários, sendo facilmente transposta para os propósitos de pressionar os trabalhadores a aceitarem a inevitabilidade da poluição. O período de reestruturação produtiva, iniciado nos anos 90, caracterizado pela adoção de tecnologias poupadoras de trabalho, tem favorecido consideravelmente a pressão exercida pelos empresários sobre os trabalhadores, com o objetivo de fazê-los aceitar tanto menores

---

⁸⁶ Por vezes o atendimento a exigências legais no âmbito da legislação ambiental é caracterizado como obstáculo. O rigor de uma legislação ambiental é colocado como “entrave” ! O licenciamento ambiental que é tido hoje em dia como instrumento de grande avanço é caracterizado como entrave. Esta própria associação de palavras opera no sentido de descaracterizar o licenciamento ambiental: ele já é tido como empecilho à expansão da oferta de eletricidade através de novos empreendimentos, antes mesmo de começar.

⁸⁷ Para uma reflexão mais aprofundada sobre o projeto de Belo Monte, suas consequências ambientais e sociais e viabilidade técnica, ver a coletânea organizada por SEVA, **“Tenotã-mo Alertas sobre os projetos hidrelétricos no rio Xingú.”** 1ª edição, IRN 2005.

salários como a manutenção de técnicas ambientalmente danosas, seja no interior ou no exterior das unidades produtivas” . ⁽⁸⁸⁾

As organizações sindicais, como foi dito anteriormente, vivem conflitos, de origem: os membros de um sindicato antes de serem integrantes desta associação já são membros de outras organizações (empregados de empresas capitalistas estatais ou privadas). Os sindicatos normalmente são organizadores secundários, o próprio capital é o organizador primário ⁽⁸⁹⁾. As ambigüidades, conflitos e dificuldades se manifestam na pergunta elementar: Quais são os interesses organizados pelo sindicato?

Por serem portadores de trabalho vivo, atomizado e indivisível, que vendem uma “mercadoria” que não se separa de quem a vendeu ⁽⁹⁰⁾, os trabalhadores e suas organizações têm mais complicadores do que a organização das associações capitalistas. A organização sindical precisa dar conta de vários interesses que nem sempre perfazem um denominador comum: recompensas materiais, satisfação no trabalho, saúde, tempo livre e continuidade no emprego. A construção de identidades coletivas e perenes é de difícil equação diante da diversidade presente na massa de trabalhadores. Surgem os dilemas: criar identidades coletivas, trabalhar com a contradição de manter empregos mesmo onde sabidamente ocorre exploração, dialogar com o capital e se submeter às pressões jurídicas do Estado. Este último, trabalhando para perpetuar uma sociedade dividida em classes e, na conjuntura atual, privilegiando o aumento do trabalho “morto”/capital - fixo às custas do consumo de energia diminuindo assim a necessidade do trabalho vivo.

Reconhecidas algumas dificuldades em um cenário de escassez de emprego (pode-se falar de uma conjuntura onde até mesmo a categoria emprego está desaparecendo), o questionamento de propostas de expansão da oferta de energia pode ser dificultoso. Reflexões transversais baseadas nas indagações - energia para que? (qual modelo econômico-social de país) – com que impacto sócio-ambiental? E para quem? (quem fundamentalmente utiliza a energia gerada), conforme BERMANN ⁽⁹¹⁾, acompanhadas de indicadores para aferir a capacidade de geração de empregos de uma proposta de empreendimento ou conjunto de empreendimentos podem ser elementos de distensão da dificuldade.

---

⁸⁸ ACSELRAD, Henry. 2002.

⁸⁹ Cf. OFFE, Claus. WIESENTAL, Helmut. "Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e Forma Organizacional" . in "Problemas Estruturais do Estado Capitalista". Biblioteca Tempo Universitário Nº 79. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1984. Pág. 63.

⁹⁰ Op.cit

⁹¹ Cf. BERMANN, Célio. "Energia no Brasil, Para que? Para quem?" São Paulo; Livraria da Física; FASE 2001, especialmente as reflexões desenvolvidas às págs 89 – 91.

LIPIETZ coloca de maneira comparativa o dilema da classe trabalhadora (também é um dilema para as organizações que a representa) e faz alusão à expectativa marxista sobre o papel da classe operária, que hoje teria outros contornos:

“Hoje, o mundo que os excluídos esperam ganhar é aquele do assalariado (que têm seus salários a perder); pelo próprio fato de sua exclusão, eles perderam qualquer força contra o capital que poderiam ter tido”.⁽⁹²⁾

As ambivalências presentes em algumas ações sindicais carregam a contradição de manter empregados trabalhadores explorados que produzem mais valia: os trabalhadores vivem em um mundo onde a mercadoria prevalece como elemento fundamental do sistema e o próprio trabalhador vende sua força de trabalho como se esta fosse uma mercadoria (constrangido pela função de escassez de ofertas de postos de trabalho). A força de trabalho funciona como mercadoria, mas com uma especificidade: o trabalhador a vende, mas não se separa dela. Não é uma mercadoria na fiel acepção do termo.

4.2.1 Posturas sindicais observadas.

Observa-se, na análise do conjunto de documentos sindicais (boletins), que o tema ambiental se confunde com o tema meio ambiente do trabalho e, nesse sentido, os documentos sindicais abordam, sobretudo, a questão de precarização do ambiente de trabalho. Associada a esta discussão está ligada a questão de terceirização, precarização dos serviços e acidentes de trabalho, advindos da contenção de custos por parte das empresas privatizadas e mesmo por parte das que permanecem estatais. Nas resoluções de encontros, congressos e nos cadernos de contribuições a estes encontros, a questão ambiental e conceitos de desenvolvimento sustentável aparecem explicitamente. A relação entre expansão do setor e impactos ambientais é observada, e há identificação das cadeias produtivas mais nocivas ao meio ambiente e mais eletrointensivas. No aspecto discursivo há uma contraposição à continuidade deste tipo de modelo de desenvolvimento e apropriação dos recursos naturais:

“Dos oito setores industriais brasileiros com forte presença no mercado internacional, quatro são altamente nocivos ao meio ambiente: papel e celulose, alumínio, minério de ferro e

---

⁹² LIPIETZ, A. "Political ecology and the future of marxism". Ambiente e Sociedade. 2003, vl.6, no.1, p.18.

siderurgia primária, extração de petróleo e petroquímica (...) Não é este tipo de "desenvolvimento" que desejamos para o país. Nada nos impede de aproveitar os recursos naturais existentes, desde que sua exploração seja feita sem comprometer os ecossistemas e as condições de vida da população. Para que isso ocorra, será necessário mudar o próprio modelo de desenvolvimento” ⁽⁹³⁾.

A relação entre o movimento sindical com outros movimentos sociais existe de maneira consolidada. A CNMA-CUT (Comissão Nacional de Meio Ambiente) representa a central sindical na FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, participando do seu grupo de trabalho de energia ⁽⁹⁴⁾: neste GT o chamado “Novo modelo do setor elétrico”, defendido em geral pelo setor elétrico da CUT, foi questionado pelo setor ambientalista. É proposta e pleito da CNMA-CUT e FBOMS a ocupação de assentos por parte da sociedade civil e remodelamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE que inclua um caráter deliberativo de conduta. A CUT tem resolução aprovada reivindicando assento de membro de sua direção no CNPE.

4.2.2 Licenciamento ambiental e, ainda, a democratização de instâncias de tomada de decisão.

Quanto ao tema do licenciamento ambiental, ao compararmos alguns posicionamentos do setor sindical elétrico e do setor sindical ligado à CNMA-CUT verificaremos alinhamentos na necessidade de equipar os órgãos ambientais. Na opinião da FNU-CUT deve haver reestruturação dos órgãos ambientais: devem estar mais bem equipados com pessoal e infraestrutura ágil para fazer avaliações e interagir com empreendedores pleiteantes de novas plantas geradoras. Há um conflito: os empreendedores têm interesse no retorno financeiro. As agências ambientais, por outro lado, devem estar preocupadas quanto aos impactos sócio-

---

⁹³ Ver Central Única dos Trabalhadores “Resoluções do 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores” CONCUR 19 a 22 de maio de 1994) relativas às políticas de meio ambiente. As resoluções redigidas após o término do congresso em seu formato textual final circulam por meio impresso (jornais) para os sindicatos afiliados. Estão disponíveis também em meio eletrônico ao qual tivemos acesso no sítio www.cut.org.br, acesso em dezembro 2005.

⁹⁴ O GT Energia é composto por cerca de 70 representantes de ONGs, movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores do Brasil que debatem e realizam ações articuladas sobre as políticas públicas na área de energia. O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS foi criado em 1990 por ocasião do início do ciclo de conferências da ONU sobre desenvolvimento sustentável, e atualmente reúne mais de 500 entidades no Brasil. Por mais de uma década tem articulado ONGs ambientalistas, sindicatos e movimentos sociais na formulação de modelos alternativos a serem incorporados nas políticas públicas para um Brasil sustentável.

ambientais para que sejam os menores possíveis. Há um conflito de origem (ao menos na teoria) - os tempos do empreendedor não são os mesmos da agência ambiental:

“(...) por que o empreendedor tá pra ganhar dinheiro. Não tem uma assessoria que facilita essa relação... ele acha que a questão ambiental é só um custo.. quanto mais ele puder ficar livre dos órgãos ambientais pra ele é melhor... vai levando aquilo ali a banho-maria e quando chega perto de obter a licença de.. sua concessão aí vai fazendo tudo a toque de caixa” (Trecho de entrevista com Temístocles Neto, dirigente da FNU-CUT).

Ainda a direção da FNU-CUT manifesta que deve existir um termo de referência ao nível nacional: em entrevista com liderança sindical da FNU-CUT, o dirigente enfatiza que as informações referentes ao impacto ambiental de plantas energéticas devem ser mais transparentes. As informações do planejamento energético deveriam ser disponibilizadas com antecedência às audiências públicas de tal maneira que o sindicato e a sociedade civil possam posicionar-se em relação aos projetos listados e mesmo a alternativas de projetos dentro do conjunto de aproveitamentos hidrelétricos possíveis.

De maneira semelhante a CNMA-CUT avalia a necessidade de um licenciamento ambiental que esteja vinculado não individualmente a uma usina ou a uma obra, mas a um conjunto de obras e que seja avaliado por critérios de geração de empregos, impactos ambientais, sociais e, quanto à forma que se insere nas opções econômicas (por exemplo, aprofundar o perfil eletrointensivo, aumentar a exportação indireta de energia, solo e água ou mudar de opção nos usos dos recursos naturais?):

“Nós estamos junto ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama fazendo reivindicações para que haja, o que é denominado hoje no setor, a Avaliação Ambiental Estratégica, que é para evitar a estratégia dos empreendedores e do próprio governo de fazer avaliações ambientais por usina, por empreendimento. Então nós queremos que frente um conjunto de obras previstas em determinada região ou bacia hidrográfica ou estado, etc, seja feita uma avaliação ambiental estratégica do conjunto das obras que estão sendo previstas e não de obra a obra, caso a caso, que são espaços onde o setor privado, o próprio governo federal e a mídia, que está a serviço destes empreendedores, consegue manipular mais, consegue ser menos transparente” (Trecho de entrevista com Temístocles Neto da CNMA-CUT).

Os posicionamentos sobre a EPE: Empresa de Pesquisa Energética ⁽⁹⁵⁾, órgão ligado ao Ministério das Minas Energia que tem a prerrogativa de encaminhar os estudos referentes ao licenciamento ambiental prévio, aparecem com enfoques e expectativas diferentes. O setor sindical elétrico tem expectativas maiores e até de *consentimento* quanto às funções que a EPE pode desempenhar. A CNMA-CUT, por seu turno, tem expectativas menores, principalmente se não houver controle social sobre suas ações, controle social que ambas as direções (FNU-CUT e CNMA-CUT) defendem que exista. A legitimação das atividades da EPE seria conseguida duplamente, através do assento da sociedade civil no CNPE, e pela recomposição paritária do conselho, mas a expectativa de que isso ocorra é baixa:

“Nossa estratégia, nossa reivindicação... é conseguir no CNPE.. e que tenha uma diretriz clara não de instância consultiva, mas de um controle social efetivo da EPE, para que ela não reproduza apenas os interesses dos empresários do setor elétrico, mas que ela busque refletir o pensamento que existe na sociedade civil, seja na universidade, seja nos trabalhadores do setor elétrico, ou seja, na sociedade do ponto de vista dos consumidores de energia de uma forma geral. Nós temos essa reivindicação.. que seja sensível à participação e controle social. Então nós temos pouca expectativa que a direção da EPE vá tomar essas medidas”. (Trecho de entrevista com Temístocles Neto, diretor sindical da CNMA-CUT).

Ainda referente a posicionamentos sobre a atuação da EPE, selecionamos comentários tornados públicos pelo GT Energia da FBOMS. Dizem respeito à atuação do órgão governamental durante o processo de consulta pública ao plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006 - 2005 e uma avaliação do papel da EPE nos últimos tempos:

“Ao tratar de cenários, fica claro, que esse que está sendo promovido pela EPE é o de acirramento dos Conflitos Ambientais e Sociais. A priorização de novas obras inclui as, já objeto de conflitos políticos e jurídicos há mais de duas décadas (como é o caso de Belo Monte), obras de viabilidade questionável que implicam na perda de biodiversidade (como é o caso de Santo Antonio e Jirau), obras com impactos em áreas de proteção ambiental permanente (Baixo Iguaçu, Mirador) e em territórios indígenas (Serra Quebrada, Água Limpa, Mauá), obras desprovidas de sentido econômico (como o gasoduto Urucu - Porto Velho, esta inclusive em patente contradição com a finalização da interligação de Rondônia ao sistema elétrico, paradoxalmente prevista no mesmo capítulo do Plano), e ainda estimuladoras de invasão e grilagem. A usina Ipueiras, que o Ibama julgou não ter

---

⁹⁵ Empresa de Pesquisa Energética criada pela Lei No 10. 487 / 2004.

viabilidade ambiental, está sendo ressuscitada, e é apresentado mais um projeto no rio Araguaia, Torixoréu, esquecendo que dois projetos nesse rio já foram descartados pelo Ibama por causa da complexidade dos impactos ambientais em rios de planície.

As implicações de tudo isso é que, em vez de ter “melhor planejamento energético”, a EPE está contribuindo para recrudescer os conflitos sociais e ambientais ao insistir na ampliação de geração com obras altamente controversas e sujeitas a grandes atrasos, processos judiciais, e que, ultimamente, têm um alto índice de rejeição pelas autoridades ambientais e pela sociedade em si.

A EPE se mostra míope, ao não enxergar projetos de “nível de incerteza alto” entre os seus preferidos. (...) De fato, o tratamento genérico da EPE à questão ambiental é extremamente cínico no contexto do planejamento do futuro do país e o do uso e proteção do seu patrimônio natural, e causa extrema preocupação para a sociedade interessada em equilíbrio entre desenvolvimento e proteção do meio ambiente. A questão social dos impactos das obras é mencionada apenas de passagem, sem justificar a inserção de obras altamente controversas como “indicativas” – obviamente a indicação dessas obras deve vir dos gabinetes do MME e dos seus parceiros nas empresas estatais e privadas do setor elétrico, sem nenhum debate público”.⁽⁹⁶⁾

Os posicionamentos obtidos a partir da entrevista e do documento da federação de ONGs - FBOMs permitem, por hora, levantar aspectos críticos quanto a postura da Empresa de Planejamento Energético quanto a sua capacidade de produzir ações, planos e estudos que incorporem a diversidade de pensamento presente nos grupos de atingidos, ambientalistas, sindicalistas. A presença de conflitos políticos e questionamentos técnicos, ambientais e sociais com respeito a obras propostas não parece ser objeto de um quadro de referência que a EPE poderia organizar.

A participação da EPE na condução da consulta pública ao plano decenal é um exemplo da insuficiência da transparência das discussões. Esta opinião inclusive não apenas emerge das ONGs presentes no GT energia, por exemplo, mas também de setores de investidores em energia elétrica, quando apontam risco econômicos nas obras e discussão pública insuficiente sobre plano decenal⁽⁹⁷⁾.

Uma novidade no modelo institucional do setor elétrico atual diz respeito à possibilidade de lançar mão de consultas públicas, como ocorreu recentemente com o Plano

---

⁹⁶ Ver o documento citado “Comentários do GT Energia sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006 - 2015”. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS, 2006, pg 4.

Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE-2006/2015) que permaneceu para consulta pública na página eletrônica do MME, entre o período de 17 de março a 28 de abril deste ano. O Ministério das Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ficaram responsáveis de receber as contribuições. Como comentário necessário deve-se dizer que esta iniciativa é positiva, porém insuficiente se considerarmos que não se trata de um debate público: o formato de audiências públicas (talvez um calendário de audiências) com registro público das mais variadas colaborações seria preferível. O período de exposição do Plano Decenal na internet foi curto, comprometendo a formação de opinião pública e organização dos próprios grupos sociais interessados em discutir, além de ser importante notar que em nosso país ainda não atingimos a democratização de acesso aos meios eletrônicos. Entidades como a FBOMS e o Instituto Acende Brasil (ex - Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica) se manifestaram publicamente criticando a forma como se deu a consulta⁽⁹⁸⁾. O registro público e a circulação pública das contribuições não ocorreu. A divulgação da metodologia de análise e incorporação das contribuições (visíveis o público interessado) são condições essenciais para que haja controle social do processo. Estes fatores contribuiriam para aquilo que Habermas chama de situação discursiva ideal na qual os interlocutores conhecem e reconhecem a validade dos vários argumentos em circulação.

4.2.3 Organização sindical, formas de resistência e nuances de atuação em grande território.

As organizações em federações regionais, estaduais e nacionais parece ser uma evidência da compreensão, por parte do movimento sindical, de um aspecto importante da política energética, qual seja: as grandes dimensões dos números de comercialização dão contornos imensos da cadeia produtiva e seus impactos. Cadeia que se posiciona extensivamente no território nacional e mais extensivamente nos seus fluxos econômicos. Nesta moldura interligada do sistema elétrico, a organização sindical é um tema de primeira ordem devido às dificuldades advindas da heterogeneidade cultural, econômica e política das regiões, e também devido aos interesses difusos das bases sindicais. Mais um desafio:

⁹⁷ Ver “Contribuição à Consulta Pública – Plano Decenal de Energia Elétrica – PDEE 2006/2015” CBIEE - Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica. Ofício encaminhado ao Ministro Silas Roundeau, Ministério de Minas e Energia em 28 de abril de 2006.

⁹⁸ Ver notícia de O GLOBO, “Um plano arriscado” de autoria de CLAUDIO J. D. SALES, presidente do Instituto Acende Brasil (Ex - Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica), artigo publicado em 24 de junho de 2006. No artigo o

estabelecer identidades mínimas. Seguem alguns elementos revelados nos documentos sindicais.

A resistência a aspectos da política energética e planos de ocupação do território por atividades poluentes e intensivas no uso dos recursos naturais é buscada através de alianças com outros setores – p.ex. universidades, movimentos ambientalistas, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Alguns exemplos desse esforço: a realização no Pará do 1º Encontro dos trabalhadores em alumínio e energia ⁽⁹⁹⁾, que produziu um conjunto de debates trazendo especialistas, discutindo cadeias produtivas do alumínio e eletrointensivas, juntando sindicalistas, ambientalistas e membros do Ministério Público; a discussão e articulação do movimento sindical sobre a Iniciativa de Integração Regional para a América do Sul (IIRSA) no VI Fórum Social Mundial realizado em Caracas, que em suas resoluções inseriu um tópico sobre energia e integração latino americana. ⁽¹⁰⁰⁾

No norte do país evidencia-se uma assimetria no uso do que é produzido. Esta assimetria é acompanhada de pouca divulgação pública dos interesses privados da siderurgia e de grandes empresas do alumínio e suas cadeias produtivas. A situação envolve índios sitiados, garimpeiros e não garimpeiros brigando, e “espinhas de peixe” ⁽¹⁰¹⁾ clareando as florestas. Nesse espaço, a resistência sindical necessária dilui diferenças sindicais e transversaliza alguns temas como exposto em um outro trecho de documento da CUT:

“No plano energético a região apresenta um quadro preocupante. O consumo de energia elétrica na região é de apenas 5,7% do consumo nacional e cerca de 40% da população ou não tem energia elétrica ou são precariamente atendidas pelo sistema, enquanto nas regiões Sul e Sudeste a taxa de atendimento ao consumidor está entre 93% e 98% (FNU/CUT, SINDNORTE, ASEEL). Em contrapartida, o governo federal transfere para a iniciativa privada a responsabilidade pela infra-estrutura de energia elétrica dos sistemas isolados da região Amazônica, ao passo que o movimento sindical da região vai para o enfrentamento político propondo para reestruturação do setor elétrico medidas que o revigoram, como: empresa única para região, com a criação de subsidiárias integrais por Estado e completamente verticalizadas.(...) As maiores tensões quanto ao modelo de desenvolvimento

---

autor comenta sobre a alocação excessiva de riscos associados ao plano, em um numero pequeno de empreendimentos considerando o histórico de atrasos e “estouro” de orçamentos nos projetos estatais do setor elétrico.

⁹⁹ Ver “Relatório do I Encontro dos Trabalhadores do Alumínio e Energia da Amazônia.” Setembro de 2005 Santarém - PA. CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES à época presidida por Luis Marinho.

¹⁰⁰ Informações obtidas em “Relato de informes da participação da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT no VI fórum social mundial” para a Reunião da Direção Executiva Nacional, 15,16 de fevereiro de 2006. CUT – Central Única dos Trabalhadores. Trata-se de documento de circulação interna (não destinado à grande circulação, porém, não se trata de documento que pede sigilo) fornecido em cópia quando da entrevista com o dirigente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT.

se dão no agro amazônico, onde as políticas agrícolas e agrárias, de re-ordenamento territorial envolvendo novos eixos de transportes(hidrovias e rodovias) cristalizam as incongruências do processo em desenvolvimento. Para o movimento sindical a produção deve apoiar-se no trabalho familiar ou comunitário, adaptando-se aos ciclos naturais, tendo como racionalidade à reprodução social e cultural com características próprias de cada grupo: agricultores familiares, índios, seringueiros e ribeirinhos”.⁽¹⁰²⁾

O mesmo documento reconhece dificuldades na articulação entre os vários movimentos sociais:

“No fortalecimento e articulação regional do movimento sindical amazônico, emergem inúmeros desafios inerentes às demandas de natureza corporativa e de luta em outras dimensões, seja elas, ambiental, social, cultural, de ordem estrutural e de mobilização de massa, os quais pontuamos: A construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário acompanhado de uma (re)significação da Amazônia na ótica da classe trabalhadora, compreendidos no contexto sócio-histórico, que se contraponha aos demais projetos de desenvolvimento propostos para Região que estão sendo implantados na Amazônia”⁽¹⁰³⁾.

A relação com o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens foi verificada quando se analisaram documentos sindicais do Sindieleiro-MG. Minas Gerais é um estado com um grande número de hidrelétricas tanto nas regiões fronteiriças quanto no seu interior. É um estado no qual a agricultura familiar se faz presente, inclusive a agricultura de vazante. A atuação do MAB em Minas Gerais é bastante forte e organizada bem como a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais. Saliente-se que desde a sua fundação a CUT, além de ter tido um ambientalista na sua direção (Chico Mendes), teve os sindicatos rurais, químicos e petroleiros como braços da discussão ambiental da central sindical.

A idéia de vizinhança parece ser útil para entender as alianças entre os vários sindicatos de categorias distintas, uma aproximação de ações conjuntas e posteriormente elaboração de pautas comuns. Em um primeiro instante as fronteiras produtivas se aproximam e com elas os impactos sobre o ambiente de trabalho e, bem próximo, o ambiente

¹⁰¹ As espinhas de peixe são assentamentos que seguem um desenho ortogonal para os lotes em relação a uma via principal que vistos de cima sugerem o desenho de uma espinha de peixe.

¹⁰² Ver documento resultante da X Plenária Nacional da CUT: “Amazônia e a Questão Sócio Ambiental”, 2002. CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: X Plenária Nacional da CUT: “**Amazônia e a Questão Sócio Ambiental**”, 2002. À época a central sindical tinha como presidente João Felício, originário da APEOESP- Associação de professores do Estado de São Paulo.

circunvizinho. Em uma espécie de cronologia descritiva de algumas investigações e trabalhos em iniciativas sindicais que se relacionavam com energia, condições de trabalho e meio ambiente SEVÁ ⁽¹⁰⁴⁾ estabelece uma conexão (e mais tarde voltaremos a ela quando falarmos em alianças entre grupos e oportunidades políticas compartilhadas) entre os grupos sindicais:

“Pela lógica da indústria química, muitas pessoas se expõem à toxicidade variada de seus insumos, produtos, subprodutos, emissões e efluentes, e ficam sob ameaça dos acidentes, dos incêndios e explosões e eventualmente são vítimas dos episódios de poluição aguda. Não somente os trabalhadores, mas também vizinhos das fábricas e os vizinhos de algum trajeto de uma carga perigosa... Por isto, a preocupação com a vizinhança veio se somar ao foco ocupacional e de perigo, já adotado pelas entidades de trabalhadores principalmente os das regiões onde funcionam as refinarias e pólos petroquímicos: o ABC paulista, o recôncavo baiano, o pólo de Triunfo, RS - que formaram um departamento de químicos na CUT e depois uma Confederação de âmbito nacional, a CNQ”. ⁽¹⁰⁵⁾

Ainda falando sobre a formação da comissão de meio ambiente o mesmo autor sinaliza conexões do sindicalismo rural com empreendimentos hidrelétricos:

“Essa comissão foi composta por dirigentes eletricitários, bancários, dos sindicatos Sintaema SP e Sindae, Bahia, e também por dirigentes de alguns STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Nesse último caso, a maior conexão com a pauta ambiental vinha dos trabalhadores rurais e também sitiantes, arrendatários, atingidos ou ameaçados de serem atingidos, pelas obras de barragens”. ⁽¹⁰⁶⁾

Talvez esta memória histórica de diálogo entre o movimento sindical geral, movimentos ambientalistas e sindicatos rurais faça com que, por exemplo, o MAB participe

---

¹⁰³ Op. Cit.

¹⁰⁴ Consultar o artigo SEVÁ, A. Oswaldo Filho. " **Meio Ambiente, energia e condições de trabalho no Brasil. Estudo retrospectivo 1991 - 2001 sobre algumas iniciativas sindicais**". Proceedings of IV Biennial International Workshop "Advances in Energy Studies". UNICAMP, Campinas, SP, Brazil. June 16-19, 2004. Pages 111-126.

¹⁰⁵ Op.cit. p.114

¹⁰⁶ Op.cit.p.115.

No mesmo artigo o autor, à pág 115, traça um retrospecto das relações entre as comunidades rurais, paróquias, movimentos pastorais, agrupamentos religiosos que se organizam em núcleos religiosos e de vizinhança atingidos por obras de hidrelétricas, se agruparam em regiões: No Sul do Brasil, por causa das obras de usinas de Itaipu no rio Paraná e de Foz do Areia e Salto Santiago no Iguaçu, no lado Oeste dos Estados de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, por causa dos projetos no rio Uruguai; no Nordeste do Brasil, nos Estados de Pernambuco e Bahia, devido às obras das usinas de Sobradinho, de Itaparica, de Moxotó; no Estado do Pará, devido à represa de Tucuruí, (rio Tocantins), aonde grupos não tem até hoje seus problemas resolvidos após seu deslocamento compulsório. Estes movimentos regionais se articulam nacionalmente a partir de 1989 com apoio da CUT. Vinculando movimentos regionais ao movimento articulado nacionalmente em 1989, junto a sindicatos rurais e dirigentes religiosos luteranos e católicos culmina com a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

de atividades sindicais transversais. Em Minas Gerais, por exemplo, o MAB tem participado nas discussões sobre regimes tarifários ⁽¹⁰⁷⁾.

Observa-se a existência de temas sindicais distintos e articulações distintas nas várias regiões do país que envolvem a participação de movimentos sindicais ligados ao setores de agricultores e trabalhadores rurais aliados a comunidades indígenas, movimentos ambientalistas e ao movimento de atingidos por barragens contra empreendimentos hidrelétricos de grande porte.

Lembremos que, em trabalho investigativo e comparado, Lygia Sigaud ⁽¹⁰⁸⁾ empenha-se em comparar os efeitos sobre a população camponesa, da intervenção do Estado para a construção de duas usinas hidrelétricas: Machadinho no Rio Pelotas e Sobradinho do submédio São Francisco (o primeiro deles à época em fase de projeto, o segundo obra consumada) ⁽¹⁰⁹⁾. Coloca-se como hipótese que o caráter de resistência dos movimentos sociais é distinto também entre as regiões em função da organização humana, econômica, social e cultural. No sul houve mais reação ao projeto ⁽¹¹⁰⁾, talvez devido à imigração européia que contou muito para a composição de um campesinato e colonato mais uniforme em termos de identidade. Já no Nordeste (hidrelétricas do São Francisco) a resistência foi menor (nem por isso o desespero da população foi menor) e foi acompanhada de um processo de proletarianização e expropriação dos meios de existência da população outrora agricultora de vazante.

“No caso do rio São Francisco, trata-se de uma área povoada desde o século XVI por criadores de gado que iriam abastecer as regiões produtoras de cana-de açúcar do litoral, com carne, couro e animais de tração. O rio sempre funcionou como uma espécie de elo de ligação entre o Norte e Sul do país, a ponto de ser chamado de ”rio da unidade nacional”. Ao longo de suas margens desenvolveram-se modos de vida profundamente vinculados à utilização do rio. O núcleo desse modo de vida foi uma combinação de pesca, agricultura de vazante, agricultura de terra firme e criatório nas áreas secas, que atravessou sem

¹⁰⁷ Informações obtidas no Jornal Chave Geral Nº 444, Jornal do SINDELETRO-MG – CUT/FNU. Janeiro de 2006, na matéria **“População revoltada lança movimento contra tarifa abusiva da Cemig”**. Este jornal em sua versão impressa teve tiragem de 8000 exemplares, mas também é disponível o acesso por meio eletrônico em www.sindieltromg.org.br

¹⁰⁸ Cf. SIGAUD, Lygia **“Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”** às páginas 84 e 85, capítulo integrante da coletânea ROSA, Luiz Pinguelli. SIGAUD, Lygia. MIELNIK, Otávio. **“Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares. Aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais”**. São Paulo: Editora Marco Zero. Co-edição CNPq. 1988. págs 83-166.

¹⁰⁹ Sobradinho obrigou o alagamento de 4.214 km² e teve 60.000 pessoas deslocadas (número oficial), alagando completamente quatro municípios. O então projeto de Machadinho previa 270km² de área alagada com deslocamento de cerca de 11.000 pessoas (número oficial) e a estimativa não oficial 200.000 pessoas segundo SIGAUD, na obra citada, pg 84.

¹¹⁰ Embora os nomes sejam os mesmos, Machadinho à época que o artigo foi escrito não é a mesma usina de Machadinho que somente foi finalizada nos anos 2000. A usina de Machadinho teve seu eixo modificado.

grandes transformações quatro séculos de colonização. Já o rio Uruguai apresenta uma população dispersa, sobretudo de grupos indígenas, até meados do século XIX, quando então se inicia a colonização dirigida da área, envolvendo imigrantes europeus. O rio, desde o período colonial, era apenas local de passagem, no fluxo comercial entre a campanha rio-grandense e a região das minas. Em torno dele não se desenvolveu nada do gênero do que foi assinalado para o São Francisco.”. ⁽¹¹¹⁾

O momento político de uma e de outra obra eram distintos, e isto inegavelmente se soma, para fins de análise, para o entendimento das diferenças na reação da população às obras. Transcrevemos o comentário de Sigaud sobre as conjunturas específicas:

“O contraste entre as duas situações vai além do tempo de construção e dos números envolvidos. Vale a pena ressaltar diferenças ao nível da conjuntura política em que os dois projetos foram desencadeados. Enquanto Sobradinho teve sua construção iniciada num momento de considerável autoritarismo político, o que contribuiu para inibir reações por parte da população a ser compulsoriamente deslocada, no caso do Projeto do Rio Uruguai, o país atravessa uma conjuntura de maiores liberdades democráticas. Essa variável política talvez seja um dos elementos que explique porque no sul verificou-se uma intensa mobilização da população de toda a área a ser atingida, tão logo o projeto foi tornado público, antes mesmo do início de qualquer obra”. ⁽¹¹²⁾

Entendemos que possibilidade da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) poder ter se articulado com os sindicatos rurais existentes fez com que o movimento de atingidos no sul se torna-se politicamente mais ágil. A dimensão do empreendimento também deve ser levada em conta para entender dificuldades de mobilização e resistência: a organização da população atingida e surgimento de focos de resistência no caso de Sobradinho que envolveu o deslocamento e alagamento de quatro municípios por si só é um obstáculo.

4.2.4 Alianças (táticas ou estratégicas) entre o movimento ambiental e o sindicalismo?

As alianças do movimento sindical com movimentos ambientalistas podem dar conta de demandas comuns. Estas alianças existiram? Existem? Qualquer adesão, por exemplo, à

¹¹¹ SIGAUD, Lygia. 1988. págs. 84 e 85.

¹¹² Ver SIGAUD, Lygia. Pág 84.

chantagem de gerar mais energia (ou dizendo de outra forma... de sucumbir à ditadura da oferta de energia que impacta ainda mais a sociedade e o ambiente) para produzir mais empregos, não pode ser vista automaticamente como justificável ou inexorável.

Tentando tornar mais claros os termos, perguntemos: o que significa a “chantagem do desemprego”? o que é a “ditadura da oferta”? como esta última se relaciona com a expansão da oferta de eletricidade?⁽¹¹³⁾

O significado do termo ditadura não é único, mas parece estar muitas vezes associado em oposição ao termo democracia. O termo ditadura utilizado por nós diz respeito a uma situação de anuência ou prevalência de um posicionamento tido como dogma e construído para assim o ser. Em nosso caso específico de estudo, de que a oferta de empregos está associada à expansão do setor elétrico e que esta expansão é considerada necessária ao desenvolvimento da sociedade, ao crescimento econômico e progresso da sociedade. Trata-se de uma equação de igualdade, construída para o ideário do senso comum que, quando solidificado, a legitimaria. Um conjunto argumentativo que envolve as palavras – progresso, desenvolvimento, crescimento – serve como instrumento de legitimação de um modelo de desenvolvimento, e com certo viés coercitivo, uma vez que associa os opositores a este modelo como obscurantistas, porta vozes do passado, medievalistas. Torna-se um mecanismo ideológico que serve para a adesão a uma orientação política ou econômica de uma escolha, quando na realidade existem outras (por exemplo, aquela defendida pelos denominados “obscurantistas” que se colocam contrários à expansão dos empreendimentos hidrelétricos a qualquer custo). Como se trata de um termo de significados por vezes sinônimo de tirania, despotismo, absolutismo, autoritarismo e assume várias tipologias, assumimos a idéia de contraposição entre ditadura e democracia, entre ditadura e a livre discussão de idéias conflitantes na esfera política e econômica.

A relação entre a “ditadura do aumento da oferta de eletricidade” e a chantagem do desemprego parece ser direta. A chantagem se manifesta na confrontação entre a possibilidade de novos empreendimentos para a expansão da oferta de eletricidade atuarem como estimuladores da economia e multiplicadores também da oferta de empregos. O tamanho do desemprego possui uma dimensão tal, que os trabalhadores empregados se vêm ameaçados com a alusão da idéia de estagnação da economia. Explorando a idéia de que o aumento da oferta de eletricidade não esteja necessariamente ligada à vocação nobre de gerar mais

---

¹¹³ O verbete DITADURA em BOBBIO, Norberto. **“Dicionário de Política”**. 2000, págs 368 a 378 revelará vários significados do termo.

empregos mas, talvez, ligada à vontade de algumas empresas ganhar mais dinheiro, exploraremos dois exemplos elucidativos antes de retornar à discussão da própria qualidade dos postos de trabalho na indústria elétrica.

No Trabalho de ALVES ⁽¹¹⁴⁾, que se debruça sobre o processo de eletrificação no estado de Goiás, encontramos uma reflexão de como a expansão do processo de eletrificação pode não ter relação direta com a possibilidade de falta de energia:

"A razão para esse tipo de retomada da onda de projetos hidrelétricos durante os governos Maguito Vilela, Marconi Perillo e Joaquim Roriz não precisa estar necessariamente relacionada a alguma escassez de eletricidade nos mercados consumidores regionais, em Goiás e no Distrito Federal, ou escassez ou crise no âmbito do sistema interligado como um todo, conforme alardeiam os chamados barrageiros. Os motivos, podem ser elétricos, mas mesmo assim, podem ser distintamente locais, ou nacionais ou internacionais, e nesse último âmbito, provavelmente se relacionam com as demandas futuras dos eletrointensivos". ⁽¹¹⁵⁾

ALVES revela, através de entrevistas que realizou com técnicos aposentados de FURNAS, que existem quantidades de energia que não são contratadas. Entendemos, que uma operação desta natureza atenda mais a interesses comerciais específicos do que em benefício do bem público que a energia mais barata possibilitaria:

"Os técnicos de FURNAS, durante entrevista, informaram que a empresa, quando tinha capacidade instalada da ordem de 7.700 MW, podendo produzir energia barata, chegou a ter, em 2003, cerca de 3.700 MW não contratados por imposição do governo federal. Neste caso, quem sai perdendo é o consumidor, sobretudo, o residencial, pois essa energia acabará sendo suplantada, nos contratos de compra e venda de eletricidade pelas mais caras, a térmica e a hídrica das usinas novas, não amortizadas" ⁽¹¹⁶⁾

A chamada reestruturação produtiva, iniciado nos anos 90, junto à adoção de tecnologias poupadoras de trabalho, tem favorecido consideravelmente a pressão exercida pelos empresários sobre os trabalhadores, com o objetivo de fazê-los aceitar menores salários

---

¹¹⁴ ALVES, Josias Manoel. **"Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização"**. Campinas, SP: Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. 2005.

¹¹⁵ Op.cit. p.61

¹¹⁶ Op.cit. p 45.

e condições precárias de trabalho (precarização do ambiente de trabalho). Com o advento da terceirização também surge a flexibilização de direitos trabalhistas, redução de encargos sociais e redução do custo do trabalho. Há relação direta entre a flexibilização, terceirização, precarização e privatização dos serviços e ambiente de trabalho nas empresas elétricas. Os quadros do Anexo C, que são um esforço de compilação e seleção de um conjunto de documentos sindicais, mostram esta relação nas palavras de sindicalistas.

A relação capital (corporações) - trabalho (sindicatos) está associada a correlações de forças políticas delimitadas por condições históricas que podem perfeitamente mudar. Na busca por alianças, para eventualmente estabelecer-se uma nova correlação, os sindicatos podem ser motivados por pautas do movimento ambientalista se perceberem que tais lutas podem favorecer o estabelecimento de novos tipos de alianças entre atores sindicais e não sindicais, ajudando inclusive as próprias entidades sindicais a se estruturarem, por exemplo, em períodos recessivos, quando o desemprego surge como ameaça real e a capacidade de organização sindical se fragiliza.

A análise comparada entre algumas resoluções da CUT parece mostrar maior aprofundamento nos documentos posteriores a 1999, como se um salto qualitativo tivesse sido dado (IX^a Plenária - agosto de 1999 - Meio ambiente no meio sindical, e X^a Plenária - maio de 2002 - Amazônia e a questão Sócio Ambiental associada ao conjunto de empreendimentos propostos para a região nos setores de minérios, indústrias eletrointensivas e hidrovias). Chama a atenção que partes de resoluções nos anos de 1997 e 1999 ⁽¹¹⁷⁾ referentes ao tema meio ambiente, sejam textualmente repetitivas sobre alguns aspectos, como se de um encontro sindical para outro, as formulações e reflexões não tivessem sido depuradas ou não tivesse havido “movimento”. Não é o caso. A pesquisa de campo que sustenta esta dissertação sugere outra explicação: o movimento sindical tem tempos próprios de institucionalização de suas propostas. As resoluções tomadas em fóruns são transmitidas para os vários sindicatos e para os vários locais onde são discutidas, digeridas e transformadas em ações. A idealização implícita em uma resolução sindical, é que ela seja construída e materializada em ação ou pelo menos marque uma posição. Se ela está presente de maneira repetitiva em resoluções talvez o “tempo de maturação” da resolução para se transformar em ação não tenha sido suficiente. O tempo sindical e da ação social *não é o mesmo*, por exemplo, que o tempo de

---

¹¹⁷ Aqui estamos nos referindo a posturas sindicais presentes na resolução do VI CONCUR – Congresso Nacional da CUT realizado de 13 a 17 de agosto de 1997 na seção **“O meio ambiente no meio sindical”**. (Este congresso decide ainda a recondução de Vicente Paulo da Silva – Vicentinho - a presidência da central sindical) e a um documento sindical resolutivo da Plenária Nacional da CUT **“Meio ambiente no meio sindical”**. Agosto, 1999.

uma organização empresarial capitalista. A distância entre posicionamentos e ações é algo que precisa ser objeto de reflexão. Os quadros desenvolvidos no Anexo C, que explicitam algumas posturas sindicais, possuem alguns comentários sobre essa distância. O fim desta seção procura elaborar mais alguns.

Alain LIPIETZ (2003) alerta para semelhanças – ou ar de familiaridade – entre o marxismo e o movimento ecológico:

“o "produtivismo" dos verdes ocupa exatamente o mesmo status que o "capitalismo" para os vermelhos: uma ordem que deve ser anulada a fim de transformar a nossa existência. De qualquer modo, é esta ordem de coisas que leva a tensão nas relações sociais, e entre as pessoas e a natureza, ao ponto de ruptura. A "linha divisória" é então ultrapassada – o que explica a emergência do movimento da ecologia política, hoje, como aquele do movimento operário num momento específico do passado”.⁽¹¹⁸⁾

Talvez, o grande acontecimento que o movimento sindical junto com suas articulações no movimento social pode propiciar, seja o de “desesconder” o que se chama de Razões de Estado na escolha de empreendimentos e de suas opções. Lembremos o que o filósofo Kant dizia: que as ações relativas ao direito de outros homens cujo norte não está de acordo com a publicização são injustas. Damos voz ao sindicalista também no desfecho, já que o sindicalismo é o protagonista desta seção:

“Esse é um desafio que a sociedade tem pra conseguir positivar e democratizar esse debate, pra trazer à luz do dia as razões de Estado pra todos conhecerem as razões de Estado, quanto elas custam e quais são as melhores opções do ponto de vista de um projeto nacional de país, de nação”. (trecho de entrevista com dirigente da CNMA-CUT).

Se fossemos levar em conta aspectos quantitativos ligados à base territorial bem como o número de entidades sindicais filiadas à Federação Nacional dos Urbanitários, bases territoriais do Sinergia – CUT e cobertura do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo seríamos levados, de imediato, a perceber sua importância na representação e relação com os trabalhadores do setor elétrico brasileiro. Este trabalho não se prendeu a estes aspectos quantitativos (mesmo entendendo a força dos números) e procurou explorar aspectos

---

¹¹⁸ LIPIETZ, Alain. 2003.p.2

qualitativos da investigação que mostrou através do amparo de um referencial analítico como as posturas sindicais tomam contornos distintos

O que se nota com elevada frequência ao analisar os documentos sindicais (boletins, jornais, informes sobre grupos de trabalho) é que os assuntos relacionados à questão de precarização e terceirização advindos do processo de privatização ou mesmo influenciado pela visão de contenção de custos operacionais são mais frequentes e são elementos de ação sindical cotidiana através das denúncias, atos e representações.

A análise sobre documentos resoluções e a entrevista com o secretário de energia da Federação Nacional dos Urbanitários evidencia uma atuação sindical de interlocução com as esferas de governo no que diz respeito a aspectos da política energética vigente (Leilões, empresa de referência, reajuste tarifário) e preocupação empenhada no aspecto organização do movimento sindical. Forte agenda de debates e reuniões regionais.

A ação junto ao outros setores da sociedade (escolas de 2º grau, associação de bairros, câmara de vereadores e pressão legislativa) evidencia aspectos duplos de resistência a pontos da política energética e de disputa crítico-propositiva junto à sociedade. Estas iniciativas de discussão pública em espaços outros que não do meio sindical é ingrediente para um processo de construção de uma esfera pública de discussão, explicitando argumentos e socializando impressões. A conceituação criticada por OFFE & WIESENTAL ⁽¹¹⁹⁾ quando fala da inadequação e limitação do conceito de grupo de interesse parece evidenciar-se também neste esforço de investigação: o movimento sindical tem um conjunto muito grande de demandas e apenas interesses coletivos acordados (não totais, portanto) dão substância à organização e pautas sindicais.

Certa ambigüidade é verificada (isto ficou perceptível na entrevista e nos cadernos de subsídios aos dois congressos utilizados no texto) no tocante a discussão sobre tarifas: defender tarifas menores e justas contribui para o interesse público, mas conflita com a expectativa das empresas elétricas em maximizar lucros e trabalha para uma menor participação dos empregados nos lucros (para aquelas associações de trabalhadores que têm isso incorporado ao salário). Aumentar a capacidade instalada para dar folga ao sistema e permitir pensar o planejamento energético de médio e longo prazo, tal como o dirigente da FNUCUT sugere (apoiar o Projeto Belo Monte, por exemplo) também carrega conflitos com outros grupos sociais e movimentos que entendem que grandes obras hidrelétricas causam desequilíbrios severos ao ambiente e às comunidades.

---

¹¹⁹ Ver OFFE, Claus. WIESENTAL, Helmut. 1984. pp 61 – 82.

São conflitos e contradições que o movimento sindical vive, pois se debruça sobre questões corporativas de suas bases (existe legitimidade) e questões amplas que dizem respeito a contradições conceituais e mesmo contradições estruturais não resolvidas, como a apropriação dos recursos naturais como as águas, terras ribeirinhas e terras agrícolas, destruição de culturas agrícolas e de pesca existentes nas áreas de construção e nas áreas inundadas, deslocamento de agricultores e aldeias indígenas, para fins de expansão da oferta de eletricidade quando existiam outras atividades econômicas e culturas tradicionais enraizadas nestas áreas. Nas declarações a seguir, dadas por Franklin Gonçalves da FNUCUT há o reconhecimento de conflitos existentes e em seguida também o reconhecimento de pressões ligadas à oferta e demanda.

“.. agora no Brasil nós estamos vivendo um processo de atropelamento da questão ambiental por que, saindo do racionamento, as empresas estatais não podiam investir. Apostou-se no governo Fernando Henrique Cardoso nas térmicas a gás, na verdade nós não temos gás aqui, o gás é da Bolívia .. é mais caro.. e aí o que é que aconteceu.. agora se não tiver geração de energia elétrica, se não entrar novas plantas no ano que vem hidrelétricas ou térmicas a partir de 2010 o Brasil vai entrar numa crise e aí começa a atropelar o processo ambiental .. fazer as coisas sem levar em consideração todos os interesses envolvidos quer dizer, isso também ainda não foi resolvido na lei da criação da EPE – Empresa de Pesquisa Energética. Ela estabelece as audiências públicas pra que todos os interessados , todos os envolvidos com as hidrelétricas se manifestem. Na verdade a coisa vai funcionar da seguinte forma: o governo vai pegar por critério de preço, ou seja, quais são as plantas ou linhas de transmissão mais baratas .. com as linhas de transmissão talvez não dá por que tem que fazer independente de ser barato ou não, vão pegar as usinas.. essas são as mais baratas? aí vai colocar essa lista pras audiências públicas .. vai fazer uma audiência pública em Minas Gerais .. em São Paulo ou no Rio de Janeiro.. na audiência pública os moradores irão participar, os atingidos por barragens irão participar, as associações de defesa dos consumidores que têm a ver com a tarifa vão lá participar, nós representantes dos trabalhadores do setor vamos lá também participar. Isso aqui é mais barato .. ele passa no critério de preço mas não passa no critério social , não passa no critério ambiental, a própria participação no Conselho de Política energética, achamos importante para poder dizer assim: o governo tem que ter uma ótica de pensar o setor de longo prazo ..será que convém utilizar todo o potencial hídrico só por que ele é mais barato .. convém fazer isso com esse ritmo que está se fazendo?.” (Trecho de entrevista com Franklin Gonçalves FNU/CUT)

Em outro trecho é salientada a proximidade entre a oferta e demanda de energia, e aqui aparece a pauta por novos empreendimentos e o conflito entre estes últimos e um adequado estudo de impactos ambientais e sociais de obras sugeridas.

“(..) para o planejamento funcionar corretamente principalmente nessa situação de oferta e demanda muito próximas, a coisa vai mesmo a toque de caixa.. infelizmente né.. acho que seria fundamental ter mais estrutura, mas não basta ter só estrutura,.. nós temos que pensar claro: tem a questão ambiental, mas tem que pensar seriamente em Belo Monte, pensar seriamente em Madeira pra dar uma certa folga, pro planejamento funcionar, e aí sim agente poder tocar a médio e longo prazo.. tá certo que precisa o canal fundamental: é esse, regulamentar essa participação da sociedade para que ela possa estar opinando sobre as fontes que tem que ser desenvolvidas essa é uma possibilidade e um caminho importante”.
(Trecho de entrevista com Franklin Gonçalves FNU/CUT)

Como comentário final destacamos que na fala de Franklin Gonçalves surge novamente a questão da "falta de folga no sistema" que exploramos anteriormente com maior detalhe. É uma consideração recorrente e que merece ser entendida como posicionamento controverso à medida que, mesmo a despeito dos problemas ambientais e sociais das referidas obras elas são encaradas como uma espécie de "mal necessário". Enredemos que aqui se manifesta uma adesão ao que chamamos anteriormente de "dogmatismo da ditadura da oferta".

4.3 Movimentos sociais e organizações não governamentais: reconhecimento público de questões controversas. A luta pelo reconhecimento.

Tomando como ponto de partida alguns posicionamentos dos movimentos sociais, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Rede Internacional de Rios (International Rivers Network) e ainda partes do sindicalismo representante dos trabalhadores das empresas e indústrias ligadas à oferta de eletricidade, pretendemos analisar como se dá a luta por reconhecimento.

Além da necessidade do surgimento público de algumas questões discute-se a necessidade do reconhecimento público e institucional das próprias entidades. Parte-se do pressuposto de que há pouco reconhecimento público das entidades que têm propostas e posicionamentos sobre a política de oferta de eletricidade, mas que não tomam parte nos

processos de decisão. A luta que estes grupos sociais travam para serem reconhecidos como interlocutores na discussão dos problemas que os afligem toma contornos difíceis. Por um lado, fruto de herança autoritária, patrimonialismo, clientelismo e concentração dos meios de comunicação em torno de poucas famílias, pessoas e interesses, há uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais. Por outro lado os movimentos organizados de atingidos por barragens, por exemplo, vivem lutas que contam mais de duas décadas em fazer valer o Estado de Direito através da reivindicação de direitos.

A busca de reconhecimento por parte dos movimentos sociais como interlocutores socialmente aceitos na coletividade (entenda-se neste caso a sociedade brasileira) é uma questão central e não depende exclusivamente dos esforços das entidades e movimentos interessados em dialogar. O reconhecimento deve ser no mínimo mútuo, preferencialmente generalizado na esfera da discussão. Requer disposição política das partes, seriedade nos propósitos e uma gramática moral que entenda a política como espaço para desesconder “Razões de Estado” e fazer emergir “Razões do Público”.

Parece surgir uma dicotomia (os depoimentos presentes nesta dissertação evidenciam isso) entre “Razões de Estado” e “Razões do Público” que não deveria existir já que a energia, as águas e terras ribeirinhas deveriam ter visibilidade pública quanto a seus variados e possíveis usos. Mas o que se observa é a exclusão de alguns segmentos no debate ao invés da sua inclusão. Talvez um exemplo daquilo que Francisco de Oliveira chama de “processo de destituição da fala”⁽¹²⁰⁾. Esta ausência de espaço de discussão e ausência de fala impede a participação mais ampla da sociedade e a produção ampliada de propostas. Conjeturando um pouco, é como se houvesse um movimento através do qual o Estado afastasse movimentos sociais e organizações não governamentais dos processos de elaboração política: restrição da importância da negociação, supressão dos dissensos, fragmentação das discussões e negociações como mecanismo de desvinculá-las dos processos políticos.

Surge a pertinência da pergunta: as ações do movimento social hoje estariam, num primeiro instante, motivados pela conquista de “dignidade política”? Dito de outra forma, motivados pela luta por reconhecimento de seus membros e do próprio movimento como grupo social que tem reivindicações e deseja dizer isso em alto e bom tom para a sociedade ?

Axel HONNETH, Professor da Universidade de Frankfurt e diretor do Instituto de Pesquisa Social, utiliza G.H. MEAD, pensador alemão cuja reflexão teórica traz elementos a

---

¹²⁰ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **"Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal"**. In: OLIVEIRA, Francisco de Oliveira e PAOLI, Maria Célia (orgs) – O sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

respeito da luta por reconhecimento como referencial para explicar o desenvolvimento e crítica moral da sociedade quando reconhece como dignos os seus membros:

“Não é por acaso que Mead fala de “dignidade”, com a qual um sujeito se vê dotado no momento em que ele, pela concessão de direitos, é reconhecido como um membro da sociedade; pois com a expressão está implicitamente associada a afirmação sistemática de que corresponde à experiência de reconhecimento um modo de auto-relação prática, no qual o indivíduo pode estar seguro do valor social de sua identidade. O conceito geral que Mead escolhe para caracterizar uma tal consciência do próprio valor é do “auto-respeito”; ele refere-se à atitude positiva para consigo mesmo que um indivíduo pode adotar quando reconhecido pelos membros de sua coletividade como um determinado gênero de pessoa. Por sua vez, o grau de auto-respeito depende da medida em que são individualizadas as respectivas propriedades ou capacidades para as quais o sujeito encontra confirmação por parte de seus parceiros de interação (...)” ⁽¹²¹⁾

Como veremos em trechos selecionados de entrevistas nas próximas seções e através de evidências colhidas em notícias de jornais, observa-se a veiculação da idéia de descapacitação dos movimentos sociais em discutir aspectos relativos à política energética, especificamente quando o tema é a expansão da oferta de eletricidade. O processo de criminalização dos movimentos sociais será tratado em seção específica. Ambos (descapacitação e criminalização) se apresentam como obstáculos a serem transpostos pelos movimentos: é uma luta real de reconhecimento de dignidade como interlocutor e como parcelas da sociedade que querem fazer valer a manutenção de seus direitos. Além de problemas que dizem respeito a indenizações, reassentamentos, perdas culturais e modos de vida, a exemplo de agrupamentos indígenas e quilombolas há uma luta adicional: mostrar para a opinião pública a seriedade de suas reivindicações e posicionamentos.

4.3.1 Questões controversas.

Esta seção tem o intuito de evidenciar que há dissensos nos posicionamentos sobre política energética, modelos de desenvolvimento, participação do capital privado na economia e modelos de condução política das políticas públicas. Isto será efetivado através da seleção de trechos de entrevistas e posicionamentos das entidades seguidos de comentários. Duas

---

¹²¹ HONNETH, Axel. "Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais". São Paulo: Ed. 34, 2003. Pág 137

frentes serão utilizadas: primeiro, a explicitação de alguns dissensos sobre a condução da política energética e como ela é construída; a segunda, discorre sobre como algumas controvérsias contribuem para dificultar o reconhecimento público de problemas sociais e o próprio reconhecimento de movimentos e identidades sociais importantes daqueles que são impactados por empreendimentos hidrelétricos.

4.3.1.1 Divergências explícitas entre o modelo vigente e as proposições dos movimentos sociais.

Uma primeira divergência se manifesta na idéia de construção de usinas hidrelétricas para atender setores eletrointensivos (alumínio, siderurgia e indústria de papel e celulose) especialmente o de alumínio que exporta alumínio primário. O subsídio tarifário à indústria eletrointensiva e a comparação entre as tarifas residenciais e industriais ligadas a este setor mostram uma disparidade de propósitos com a qual os movimentos organizados não concordam. O trecho abaixo, obtido de entrevista com Gilberto Cervinski ao jornal Correio da Cidadania mostra a discordância:

“Todas as barragens que estão sendo construídas no Brasil são para atender produção de eletrointensivos para exportação. O Brasil é um grande exportador de energia subsidiada para os países centrais. Um exemplo é a indústria de alumínio, responsável por mais de 30% dos gastos de energia. A Alcoa usa dinheiro público – mais de 70% dos financiamentos para este tipo de obra vêm do BNDES – para construir a barragem e leva a energia gerada para sua indústria de alumínio. Essa indústria, proibida nos países desenvolvidos, não gera emprego e polui o meio-ambiente. Por fim, o alumínio é exportado. Há 20 anos, a Eletronorte passa a energia para esta transnacional abaixo do custo de produção, algo em torno de 15 dólares por MWh”.⁽¹²²⁾

O discurso do desenvolvimento associado à idéia de expansão da oferta de eletricidade se contraposto, desqualifica opositores que tenham visões alternativas e críticas ao modelo de desenvolvimento escolhido. O trecho de entrevista destacado a seguir revela como a utilização do discurso de *progresso-expansão da oferta* cria uma dicotomia, sendo que a faceta negativa dela é atribuída ao lado que não concorda com o discurso:

---

¹²² Trecho extraído de entrevista de Gilberto Cervinski da direção nacional do MAB ao jornal Correio da Cidadania em sua edição especial sobre energia No 452, 11 a 18 de junho de 2005. “**Apenas nos próximos três anos, 100 mil novos atingidos pelas barragens**”.

“(..) podem confiar em nós, vamos conduzir o planejamento energético e conduzem isso como ameaças, ou seja, olha vai ter apagão, se vocês não deixam fazer o que precisamos fazer vai ter apagão, então a economia vai falar de crescimento, de geração de energia, precisa crescer acima do PIB se não, não vamos ter crescimento, sem energia não tem crescimento, não tem desenvolvimento, não tem emprego todos esses são falácias, mas estão colocadas religiosamente pelos planejadores. Então não é apenas conhecimento técnico, é uma postura técnico-ideológica por parte dos planejadores, pessoas de planejamento e que tá conduzido pra colocar-se numa posição de autoridade, acima de qualquer crítica, sem nenhuma humildade, sem nenhuma disposição de criar consenso, por exemplo, como foi uma das recomendações da comissão mundial de barragens ao invés de criar conflitos.” (Trecho de entrevista com diretor do International Rivers Network, Glenn Switckes).

Gilberto Cervinski da direção nacional do MAB se posiciona de maneira semelhante ao diretor do IRN para a América Latina com respeito ao discurso único da expansão da oferta. Enfatiza que existe a concepção de entender energia como mercadoria e em um contexto assim, a idéia de economizar energia soa estranha. Não obstante o antagonismo que se estabelece, o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens enfatiza aspectos técnicos que deveriam estar presentes no planejamento da oferta de energia:

“O problema é que não adianta continuar produzindo energia com a concepção de que ela é uma mercadoria. Enquanto este modelo prevalecer, não teremos espaço para economizar energia. E essa é uma das grandes formas de aumentar a disponibilidade de energia. Se o apagão dos tempos do ex-presidente Fernando Henrique resultou em algum benefício foi mostrar que é possível economizar. Mas, para avançar nesse sentido, é preciso uma política ousada. Temos capacidade de economizar 20% do que é gasto atualmente. Além disso, sem construir mais nenhuma barragem, poderíamos aumentar muito a disponibilidade de energia, repotencializando muitas das que existem hoje e estão ultrapassadas. Essa repotenciação poderia aumentar a oferta em torno de 6 mil MW. Um outro ponto é o aumento da eficiência. Temos uma perda, atualmente, de 15% na transmissão.” ^(123,124)

¹²³ Trecho de entrevista de Gilberto Cervinski da direção nacional do MAB ao jornal Correio da Cidadania em sua edição especial sobre energia No 452, 11 a 18 de junho de 2005. **“Apenas nos próximos três anos, 100 mil novos atingidos pelas barragens”.**

¹²⁴ Os números relativos à possibilidade de repotenciação (6mil MW) são oriundos do estudo coordenado por Célio Bermann e desenvolvido para a organização não governamental WWF: "Repowering Hydroelectric utility plants as an environmentally sustainable alternative to increasing energy supply in Brazil", Research Report, Volume X - August 2004. Segundo relato do

A perda acima mencionada (15%) é de grandeza relevante. As perdas técnicas se devem aos processos de conversão, transmissão e distribuição da energia elétrica. A conversão de energia não pode ficar desconexa das análises da termodinâmica. Precisamos entender os métodos e bases científicas e reconhecer que existem dissipações e perdas em qualquer processo de conversão. Mesmo naqueles processos onde os rendimentos podem ser altos devemos entender possibilidades de aumentá-los e também entender que, conforme modificamos a fronteira do volume de controle ⁽¹²⁵⁾, também modificamos a capacidade de observar perdas. O sistema de conversão de energia potencial mecânica (contida na água armazenada, ou na água que passará para cotas mais baixas via tubulações) a uma certa altura em energia elétrica às vezes obscurece o fato de que até esta energia ser considerada útil, no estágio de usos finais ela precisa ser transmitida a longas distâncias, e nesta transmissão produz-se calor que é dissipado pelo chamado efeito Joule. Até a chegada nas proximidades de distribuição (e comercialização, não esqueçamos) são centenas de km que cortam terras e mais ainda, áreas dos conjuntos de subestações elevadoras e abaixadoras dos níveis e seccionadoras dos sistemas de transmissão-distribuição. São perdas importantes que ocorrem nas linhas e nos equipamentos elétricos presentes nos sistemas de distribuição (transformadores de tensão, corrente, transformadores de medida, que claro, têm vida útil determinada e requerem manutenção) que aparecem como preocupações neste trecho de entrevista como o coordenador do MAB.

4.3.1.2 Questões objetivas ligadas ao reconhecimento.

A discussão do conceito de atingido não é algo consensual quando movimentos de atingidos dialogam com as esferas de governo ou negociam com as empresas. Além de ser um conceito sobre o qual não há acordo (caracterizando-se como um conceito em disputa) a vontade política de discuti-lo sofre altos e baixos na história brasileira da oferta de eletricidade. A negociação pode complicar-se ao agregar numa mesma categoria, por exemplo, atingido, inundado e proprietário. Esta é uma luta por reconhecimento que não é nova:

---

coordenador do estudo, que também assessora o Movimento dos Atingidos por Barragens, estes dados foram discutidos com integrantes do movimento durante curso de formação.

¹²⁵ O volume de controle é um conceito muito utilizado na termodinâmica. Para maiores detalhes consultar o capítulo II de “**Fundamentals of Classical Thermodynamics**”, Van Wylen, G.J; Sonntag, R. E. 3rd edition 1985 John Wiley & Sons.

“Naquela época teve muitas conquistas através dessas organizações. Então desde aquele foco de Itaipu se conheceu uma longa luta pras populações serem reconhecidas como atingidos por barragens pelo Estado, pois até então... atingidos não existiam... É um muro de barragem, não existe povo, não existem problemas que são causados por uma barragem. Então, a cada luta desses focos, dessas organizações locais.. elas foram importantes para o Estado começar a se dar conta que têm problemas sérios na questão dos atingidos e se teve muitos avanços. E um dos avanços importantes, no nosso ver, foi aquele acordo com a Eletrosul, aqui no sul, pois aqui teve um dos principais focos de resistência onde o acordo com a Eletrosul passou a reconhecer até o conceito de atingido, pois nunca existiu na história um reconhecimento do conceito de atingido” (Trecho de entrevista com Gilberto Cervinski, dirigente do MAB).

Nos períodos mais recentes de interlocução com o governo, os dirigentes identificam alguns avanços quanto à possibilidade de diálogo, o que não necessariamente se materializa em políticas concretas de reconhecimento de demandas e mesmo de algum reconhecimento social-político do conceito de atingido. Nas palavras do dirigente do MAB:

“(..) teve alguns debates interessantes, por exemplo, um dos debates bons que foi feito dentro do governo, foi no período do Pinguelli na Eletrobrás sobre conceito de atingido. Nós perguntamos pra ministra Dilma (Rousseff), qual o conceito de atingido do Ministério de Minas e Energia e eles não souberam responder. Ou seja.. se um ministro de Estado, um ministério que tem em sua pauta principal a construção de barragens para fornecer energia pro país e tem um ministério que tem na frente um problema social grave na construção de barragens, e que não consegue ter formulado ao longo desses 30, 40 anos de construção de grandes barragens um conceito.. não tem nenhum conceito, não tem nenhuma política então. Como é que você vai estabelecer uma política de tratamento se você não sabe quem é esse povo... Então criamos várias propostas que para nós serve, numa política futura, numa mudança de correlação de forças.. nós já temos algumas coisas”. (Trecho de entrevista com Gilberto Cervinski, dirigente do MAB, março de 2006).

Do ponto de vista do reconhecimento das condições de existência e dos meios de reprodução da vida dos atingidos o dirigente declara retrocessos em termos práticos e algum avanço na interlocução com o governo:

“(...) então isso foi bom na relação com o governo Lula, porque nos forçou debater uma série de coisas. Mas do ponto de vista de avanços concretos não: teve retrocessos, estamos

recebendo cesta básica pro nosso povo. Um povo que produz seus alimentos, agora vão viver de cesta básica, então isso é uma vergonha né (...) não conseguem saber o que nós sofremos. Eles não conseguem saber o que é uma família que tem um salário mínimo pagar 60 reais em preço de luz, não sabem o que é viver de uma cesta básica, por que perderam as terras, não sabem o que é uma família de camponeses que geralmente na beira do rio não teve oportunidade de escola, não teve oportunidade de ter condições mínimas das políticas públicas” (Trecho de entrevista com Gilberto Cervinski, dirigente do MAB).

A discussão econômica que reconhece o atingido como aquele com título de propriedade a ser indenizado e o tratamento pulverizado dos reassentamentos e indenizações se constituem em mecanismos desmobilizadores. A propriedade como elemento de caracterização do atingido é restritiva pois apenas associa direitos de indenização àqueles que têm um patrimônio oficializado, este tratamento não dá conta de situações fundiárias não regularizadas e nem por isso ilegítimas. A partir do momento que empresas elétricas ou consórcios de empresas se lançam ao cadastramento das pessoas atingidas como aquelas portadoras de títulos de propriedade, mais uma batalha deve ser transposta pelo movimento: caracterizar seu grupo como um grupo cujos direitos se relacionam com a própria existência coletiva e não com o reconhecimento do Estado (geralmente precário, lento e burocratizado) dessas pessoas como passíveis de uma indenização por perda patrimonial. Não se trata simplesmente de uma indenização, pois muitas pessoas perdem o que se chama de direitos civis básicos como direitos de trabalho, direitos sociais, direitos culturais e de preservação de seu ambiente de vizinhança.

Os efeitos desmobilizadores da discussão pulverizada dos conflitos parecem ser notados mais claramente: a inexistência de um consenso sobre o conceito de atingido permite que se levante a controvérsia recorrentemente uma vez que, de um lado existe um movimento nacional de atingidos por barragens que tem sua formulação mais clara, mas do outro lado se apresentam várias empresas, em cada localidade com seus departamentos jurídicos bem atuantes e sintonizados com meandros jurídicos seus ritmos e aberturas possíveis. O movimento se vê obrigado a dispendar seus esforços de negociação em vários locais e por vezes tendo como primeiro ponto de pauta a caracterização do conceito de atingido, que como VAINER explica, é um conceito em disputa ⁽¹²⁶⁾. A declaração a seguir, obtida em entrevista

---

¹²⁶ Ver Carlos B. Vainer, “O conceito de Atingido. Uma revisão do debate e Diretrizes”, Julho/2003

com Gilberto Cervinski dirigente do MAB, evidencia as idas e vindas da discussão com as empresas elétricas e governo:

“(...) o governo não teve coragem de criar uma política de tratamento dos atingidos, pelo contrário, quando ele viu o tamanho do problema ele recuou e pior do que isso (...), por que ao recuar ele jogou isso para solução de caso a caso, diz: não, nós não vamos trabalhar agora com uma política de tratamento, não vamos trabalhar de forma pensando a nível nacional, vamos trabalhar caso a caso. É a política do (...) setor elétrico, do setor privado, política de tratamento de barragem por barragem, município por município, comunidade por comunidade, família por família, e aí na família por família tu explora a fragilidade de cada família e essa política que o governo agora tá fazendo, querendo resolver Cana Brava, separado, Candonga separado, Barra Grande separado, Campos Novos separado, não sei o quê separado, com todo esse avanço no diálogo... agora retrocedeu.” (Trecho de entrevista com Gilberto Cervinski, dirigente do MAB).

Uma outra questão importante se relaciona com a utilização da linguagem técnica. As empresas e indústrias elétricas, agências reguladoras e governos utilizam um vocabulário específico e a possibilidade das discussões assumirem caráter técnico, mesmo que as decisões sejam políticas e se situem em terrenos essencialmente políticos e ideológicos, é grande. Na visão do MAB, por exemplo, as decisões não são técnicas, são políticas, atendem interesses privados fundamentalmente e o discurso técnico e a supremacia imposta da linguagem técnica servem para legitimar a decisão política tomada:

“Bom em primeiro lugar eu diria assim: que hoje, no atual modelo, e a informação, muitas vezes, o palavrório usado na linguagem técnica ele serve para legitimar a decisão política tomada .. não é.. não é uma supremacia do linguajar técnico ou da técnica sobre a política. NÃO. O que há é um linguajar técnico apropriado a justificar a política decidida (..) o cargo não é de competência técnica, muitas vezes os cargos são de ordem política né.. eu já convivi com diretores de empresa não sabiam nem direito o mapa onde ia ser construída a barragem entendeu, então se vê que não tinham conhecimento técnico nenhum. Então eu diria assim: que a técnica, a tecnologia ela é utilizada para justificar a decisão política e a organização social que existe é pra isso que serve, então a questão nossa não é técnica, não é tecnológica, ela é política” (Trecho de entrevista com Luiz Dalla Costa, coordenação do MAB).

A ênfase e conhecimentos técnicos, quando necessários, são buscados pelos movimentos sociais, organizações não governamentais e sindicatos através de assessorias ligadas às universidades, professores universitários em caráter de colaboração, técnicos ligados à hidrologia e engenharia, à advocacia e ao meio ambiente e mesmo outras organizações não governamentais que oferecem cursos de formação, cite-se o exemplo da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, com sede no Rio de Janeiro. As assessorias podem se dar tanto para as direções dos movimentos, sindicatos, como também diretamente aos militantes, nos momentos de formação ⁽¹²⁷⁾. Esta não é a preocupação principal dos movimentos. A capacitação e entendimento técnico podem se tornar acessíveis:

“Como obter as informações.. inclusive de ordem, vamos chamar assim, do conhecimento teórico. Existem mil formas.. não tem muito segredo: estudar, então a gente sempre convida os nossos militantes e faz um esforço pra que a gente estude e pra estudar, muitas vezes a gente vai buscar ajuda no meio acadêmico, as pessoas que conhecem, nos técnicos do Estado. Então dessa forma, nas organizações que dão assessoria aos movimentos, dessa forma que se conseguem as informações. Então não tem muito segredo: estudar, buscar informação, se informar. Nem sempre a gente obtém todas elas, né, no último período até com acesso a alguns instrumentos da informática a gente tem acesso a algumas coisas a mais, não tudo ..mas dessa forma.” (Trecho de entrevista com Luiz Dalla Costa, coordenação do MAB)

O monopólio das informações e a prevalência de um conjunto de disciplinas que acabam dando o norte das discussões e valorizadas pelas empresas e governos são tidos como obstáculos. A utilização das águas para uma geração específica de energia, no caso a eletricidade, claramente envolve campos de conhecimento como a física, engenharia elétrica, a engenharia mecânica, a hidráulica, a construção civil. Pelo que já pudemos expor até o momento, outras disciplinas deveriam estar presentes para completar análises: a antropologia, a biologia, as ciências ambientais. O trecho de entrevista selecionado a seguir, reivindica esta pluralidade:

“(..) eu acho que conhecimento técnico de um lado é uma qualificação importante no planejamento energético (...) [mas] devem entender que sempre devem aprender de outros atores, principalmente em que têm a ver com áreas que eles não têm experiência no caso do

---

¹²⁷ Faz-se referência aqui ao curso interestadual para militantes do MAB e atingidos pelas barragens de Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó (45 lideranças envolvendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). O curso de formação aconteceu em Erechim (RS), em maio de (24 a 27) também de 1999 contando com a assessoria dos professores Dinarte Belato (Universidade de Ijuí) e Célio Bermann (Universidade de São Paulo).

setor elétrico, por exemplo, têm muitos engenheiros elétricos, então essa parte está bem representada, agora.. a questão ambiental, a questão social, questão de entendimento cultural, questão de ética, questão fora de economia de energia e de engenharia elétrica e engenharia civil tá muito mal representado (...) eu diria.. algumas disciplinas dominam e isso é muito importante para considerar porque nós vivemos num mundo onde que precisamos de uma integração de várias áreas de conhecimento e no setor elétrico, no setor de planejamento energético, tem um grupo muito reduzido de disciplinas que dominam a discussão” (Trecho de entrevista com diretor do International Rivers Network, Glenn Switckes).

A questão do reconhecimento parece ser central, quando se toma contato com as declarações que a pesquisa de campo deste trabalho evidencia. A degradação de uma situação discursiva ou dialógica (entendida como comunicação efetiva, não simplesmente uma audiência em alguma esfera governamental) pode ser exemplo de um tratamento que não se baseia em uma recepção institucional do dissenso, em pé de igualdade e na mesma medida par qualquer membro da sociedade. O não reconhecimento ou não validação de uma oportunidade de diálogo às vezes se manifesta em uma ação de exclusão de direitos, como salienta HONNETH:

"A particularidade nas formas de desrespeito como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade (..) se agora essa hierarquia social de valores se constitui de modo que ela degrada algumas formas de vida ou modos de crença, considerando-as de menor valor ou deficientes, ela tira dos outros sujeitos atingidos toda a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades."⁽¹²⁸⁾

Este desacordo, que está evidente nas declarações coletadas, além de possibilitar uma avaliação de que um reconhecimento lhes é negado de modo injustificado, serve como experiência e motivador para os sujeitos coletivos entrarem numa luta ou conflito prático. Duas declarações, uma do coordenador da ONG IRN e outra de Dora Sousa, mulher atingida pela Usina de Cana Brava (GO) evidenciam a tendência:

---

¹²⁸ HONNETH, Axel. 2003. pp 216 – 217.

“(...) essa frustração se manifesta em ações por parte das entidades, principalmente por movimentos sociais e são... implica em desobediência civil, é uma coisa muito forte. Por exemplo, a barragem Cana Brava já foi ocupada quatro vezes que eu saiba. Isso em qualquer parte do mundo seria um escândalo que uma hidrelétrica que vale quase um bilhão de dólares pra ter pequenos agricultores com colchões, fogões entrando e com botijões de gás, entrando lá na marra ocupando uma hidrelétrica. Isso seria um fato que, digamos, chamaria atenção das agências que teriam num país democrático: sentar e dizer... olha a gente não sabia que tinha esses problemas, agora precisamos sentar e corrigir os problemas. Mas no Brasil não, no Brasil não têm dificuldade de chamar a polícia e a tropa de choque pra essas pessoas apanharem, mas também, digamos, é quase total falta de interesse em melhorar a situação.” (Trecho de entrevista com diretor do International Rivers Network, Glenn Switckes).

“Quando eu morava lá eu era uma pessoa muito feliz, chegou aqui minha vida desmoronou totalmente pra mim. É muito difícil sabe... aquele sentimento assim de você saber que você vivia bem antes e hoje você vive mendigando. Praticamente hoje a gente tem que se mendigar nos pés do governo federal pra poder ganhar uma cesta básica pra ajudar na sustentabilidade da sua família. Isso pra nós é o cúmulo: a gente jamais pensava em chegar numa situação como essa. O nome do empreendedor daqui, ele era Tractebel. Ele é da Bélgica. Hoje esse grupo, a gente até sai do nosso país pra ir atrás deles na Bélgica, como a gente já tem feito, pra tentar uma negociação com eles: levar realmente a imagem das famílias aqui, qual a situação que as famílias se encontram, e eles não dão a mínima idéia pra gente: não quero mais sentar, não quero mais negociar, não tenho mais o que fazer nessa região, já acertei com todo mundo. Não tem mais com quem acertar.” (Trecho de entrevista com Dora Sousa no documentário de Neiva Brito & Brito, 2005).

4.3.2 Como tornar mais públicas as discussões: especulações conceituais.

Antes de entrar em modelamentos conceituais (que mais à frente aparecem como elementos de discussão do “formato” de uma esfera pública de discussão) são destacados ainda alguns trechos de entrevistas realizadas com as lideranças das organizações sociais e se relacionam à possibilidade de tornar mais públicas as discussões. Alguns trechos também evidenciam dificuldades observadas na tentativa de publicização. Tanto o IRN quanto o MAB são céticos (em graus distintos) quanto a uma tendência de tornar públicas e democráticas as discussões. As relações que as empresas privadas têm com a esfera governamental na

condução da política energética aparecem claramente identificadas como dificuldades pelo coordenador do MAB para se construir um ambiente participativo de discussões:

“Uma primeira coisa, pra se tornar pública, ela [a discussão] não deveria ser comandada prioritariamente pelas grandes empresas que, na nossa visão, na visão do movimento, hoje é quem acaba em grande parte dando direção pra questão energética, né. Na nossa opinião as grandes empresas nacionais e multinacionais acabam tendo uma influência enorme na definição de políticas, na definição das políticas do setor elétrico (...) isso [a participação] não vai se dar por carta, por ofício, por pedido. Vai se dar na medida em que a gente tiver força organizada, força social, organizada pra enfrentar esse setor. Então a tarefa do MAB, a tarefa das organizações populares se quiser tiver participação efetiva vai ter que se organizar, ter força social pra poder estabelecer uma correlação onde possibilite uma maior participação política das pessoas. Terceira coisa, que eu acho que também tem que ter vontade política de quem governa. Acho que essas três coisas assim são básicas pra que a gente possa ampliar a participação da população nas políticas do setor elétrico”.
(Trecho de entrevista com Luiz Dalla Costa, dirigente do MAB).

No caso brasileiro, a geração anual de eletricidade provém cerca de 83 % da conversão hidrelétrica⁽¹²⁹⁾. Isto significa que há muitos rios barrados, represas com muitos km² alagados em todas as regiões do Brasil. Muitos dos rios viraram uma espécie de escada, a cada nível um lago, fazendo assim que a água de um rio passe por várias turbinas rio abaixo, sem contar que outros tantos km² serviram de canteiros de obras para as construções e para os quais foram deslocados “peões” de obras de outras regiões do país que por vezes permanecem na região. Várias são as alterações no meio biótico e várias são as alterações no entorno das obras. Não há como deixar de salientar que estes problemas são desafios de vida para a parcela da sociedade próxima e até para aquela distante das obras, que toma conhecimento das alterações e se sensibiliza. As percepções e sensibilidades sobre os impactos também são variadas, estar longe ou perto influencia e até mesmo insensibiliza: quanto mais distante está o problema mais fácil pode ser o processo de decisão de alguns poucos quanto ao uso e gestão das águas e rios, mesmo que se conheçam e se reconheçam as grandes alterações em consequência dos empreendimentos hidrelétricos.⁽¹³⁰⁾

Colocadas em evidência algumas dificuldades, inclusive relacionadas com a geografia e localização dos problemas, dificuldades organizativas de movimentos reivindicativos e

¹²⁹ Cf. "Atlas da energia elétrica do Brasil"/ANEEL, 2005 . Pág 43. Números Baseados no Balanço Energético Nacional (2003).

sindicatos em variadas regiões do país, sendo que muitas decisões são tomadas em palcos distantes, mais uma vez surge a discussão de representação política, a democracia direta e a representativa e a chamada complementaridade entre a participação direta e a democracia representativa: a população costuma ter uma visão mais fragmentada dos problemas de uma cidade, estado, região ou país. O governo teria, em tese, mais condições de ter uma visão de conjunto. Por outro lado, a população sente os problemas de maneira mais direta, menos abstrata do que os escritórios governamentais que muitas vezes tratam problemas como números, ofícios e memorandos.

Estudos mostram a natureza geralmente conflitiva na relação Estado e sociedade organizada muito decorrente de múltiplos fatores como estruturas hierárquicas, tanto da sociedade, da política, como do Estado Brasileiro e ainda uma visão que encara a sociedade organizada dicotomicamente colocada frente ao Estado como um expoente do processo de democratização ⁽¹³¹⁾. DAGNINO coloca a questão nos seguintes termos:

“Essa multiplicidade inclui desde logo, evidentemente, o Estado, não apenas considerado como conjunto de forças que ocupam o poder nos vários níveis (municipal, estadual ou federal) mas principalmente, a estrutura estatal, cujo desenho autoritário permanece largamente intocado e resistente a impulsos participativos. Inclui também os partidos políticos, mediadores tradicionais entre a sociedade civil e o Estado. Nessa vocação pendular que é sua característica inerente, os partidos políticos no Brasil historicamente se inclinaram na direção do Estado (com exceções, por isso mesmo, notórias) limitando sua busca de representatividade na sociedade civil aos momentos eleitorais e aos mecanismos vistos como os mais eficazes nestes momentos: o clientelismo, as relações de favor, o personalismo.” ⁽¹³²⁾

Estes obstáculos ao funcionamento dos espaços públicos, frutos dialéticos de uma sociedade que se organiza em classes, são passíveis de superação através da construção e transformação histórica que a política em teoria permite. Assume-se aqui, sem escamoteios, a visão de que a sociedade é permeada por ideologias e interesses distintos, ligados a vários grupos e que a disputa e proposições abertamente colocadas são fatores tributários para a ação política que se inovaria à medida que espaços públicos de discussão se ampliem e que as manifestações de contestação do "status quo" não sejam inibidas.

---

¹³⁰ Para detalhamento consultar: GOLDSMITH, 1984 e McCully, 1996.

¹³¹ Cf. DAGNINO, Evelina (org). **“Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil”**. São Paulo. Ed. Paz e Terra 2002.

¹³² DAGNINO, Evelina 2002 P. 279.

A contestação das rotinas e normas dominantes nas tomadas de decisão e o questionamento das relações de poder existentes podem vir a se constituir em ação direta e em uma contraposição ao “poder estratégico”, descrito em por Habermas da seguinte maneira:

“a capacidade de inibir outros indivíduos ou grupos de efetivar seus interesses. Como regra, o poder é assimetricamente distribuído; um lado pode estrategicamente impedir o outro lado de concretizar seus interesses, ou este último pode impor seu próprio interesse sobre o primeiro”. ⁽¹³³⁾

Contraposto ao poder estratégico estaria o poder comunicativo, este sim tendo mais a ver com o aprendizado social, entendido como uma maneira racional de solução de problemas e fonte de opinião democrática espontânea, baseada em debates não distorcidos e advinda da criação de novas convicções. ⁽¹³⁴⁾

Na formulação de Habermas, comentada na obra citada, uma comunicação sistematicamente distorcida causa distúrbios no aprendizado de busca de acordos racionais e sociais e restringe a formação de opinião democrática espontânea, de tal maneira que esta opinião se torna mais fácil de controlar. Em um debate não distorcido ou “uma situação discursiva ideal” cada participante compromissado terá a habilidade de distinguir entre um argumento genuíno e outro manipulador. Como condição necessária pressupõe-se um ambiente transparente de discussões.

O que garantiria a existência de debates não distorcidos? A rigidez das instituições e manipulação do debate por interesses econômicos dominantes podem ser tidos como obstáculos. A rigidez institucional pode ser exemplificada pela morosidade com que as informações são tratadas e analisadas nos âmbitos de conselhos e mesmo na estrutura de órgãos de decisão. Está sempre presente a questão da manipulação de informações: pelo poder econômico, se manifesta na mídia, em audiências públicas e na própria divulgação de dados técnicos como apontado por SEVÁ. ⁽¹³⁵⁾

Em um dos trechos da entrevista com dirigente do MAB foi tocada a questão sobre o assento de representantes da sociedade em conselhos de Estado, especificamente o Conselho

¹³³ HABERMAS, J. "A reply", in A.Honneth & H.Joas (Eds) Communicative Action. Essays on Jünger Habermas's. The theory of Communicative action (Cambridge, Polity Press) 1991, à pág 246.

¹³⁴ SKOLLERHORN, Erland. "Habermas and Nature: The Theory of Communicative Action for Studying Environment Policy". Journal of Environment Planning and Management 41(5), 1998. p 556.

¹³⁵ Ver SEVÁ, A. Oswaldo Fo. "Desfiguração do licenciamento ambiental de grandes investimentos (com comentário sobre as hidrelétricas projetadas no rio Xingu)". Comunicação apresentada ao GT História, Sociedade e Meio Ambiente no Brasil, do 2º Encontro nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e

Nacional de Política Energética CNPE, sobre o qual nos deteremos em seção posterior. Na visão do dirigente esta medida é insuficiente para propiciar discussão pública. Alega que existe um vício de origem em torno da idéia de que o assento de representantes em conselhos é sinônimo automático de ter a sociedade representada:

“(..) é que achar que botar uma pessoa no conselho a sociedade tá sendo representada (...) Nós discutimos [no MAB], por exemplo, preço de energia, nós discutimos, se for a nível nacional, nós temos o povo organizado em grupos. Essas lideranças aqui voltam e provavelmente (..) vão reunir seus grupos de famílias e vão fazer chegar essas informações lá nas famílias, de repente lá comunidade que nem tem luz, vão discutir a questão da energia do Brasil. Então tem uma questão que não basta um ou dois representantes em conselhos. Isso não é verdade que a sociedade tá representada, porque importante de fato é que a sociedade consiga debater (..)”. (Trecho de entrevista com Gilberto Cervinski, dirigente do MAB).

Os novos movimentos sociais emergentes têm a possibilidade de ampliar o espaço de discussão pública contribuindo para um aumento da diversidade cultural e em etapa posterior caminhar para uma diminuição da assimetria de poder entre os participantes. Mas o espaço deve ser aberto, como trechos das entrevistas realizadas com dirigentes do MAB revelam, com luta social organizada.

A criação de fatos públicos, reação a situações tidas como insustentáveis, abertura de debates nos quais temas novos, como tarifas abusivas e queda na qualidade de serviços prestados e a publicização de temas não tão novos, como projetos políticos e econômicos conflitantes entre a indústria de energia elétrica e grupos sociais atingidos, podem fazer parte da pauta de protestos públicos. Estes são elementos que podem abrir espaço. Trataremos da importância dos protestos na próxima seção.

4.4 A importância dos protestos em um cenário de criminalização dos movimentos sociais: maniqueização dos debates, supressão de dissensos.

No início da dissertação fez-se o esforço de demonstrar um certo protagonismo (não exclusivo) dos movimentos sociais e da sociedade organizada por um retorno a um quadro de maior democracia e reconhecimento de direitos civis, como liberdade de imprensa, de

organização partidária, sindical e da própria instituição do voto direto. Ao ocaso do período da ditadura militar entre 1964 e 1985 está, sem dúvida associado, o papel da sociedade organizada e do movimento político de massas e pelo “Diretas Já”. A herança rica dessa efervescência (consciência política e reivindicativa), às vezes parece esquecida pela sociedade mais ampla, principalmente quando os movimentos sociais, sindicatos e ONGs se contrapõem a interesses do grande capital, alguns exemplos: movimentos grevistas, mobilizações contra empreendimentos hidrelétricos. Nos parece que a pauta da grande mídia não trabalha para colocar lado a lado posicionamentos discordantes. Temos um momento onde se propagandeia uma “descapacitação” ou mesmo criminalização de alguns setores.

Este quadro de criminalização ou estigmatização dos movimentos sociais é reforçado pelas declarações da grande imprensa que esta dissertação sistematiza ⁽¹³⁶⁾. Duas frentes são observadas: uma delas revela que não há vontade política do governo em discutir, a outra, através da mídia, ao não informar de maneira plural (há exceções). Os movimentos sociais e organizações não governamentais devem canalizar seus esforços para a atenção pública:

“(..) quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros.” ⁽¹³⁷⁾

Um dos primeiros limites que deve ser considerado em nossa reflexão (lembrando que um dos objetivos do trabalho é apontar limites e não só possibilidades da participação da sociedade) é a criminalização dos movimentos sociais. Não se trata de manifestação recente. Para auxiliar nossa análise, lembremos que há, no senso comum, uma visão difundida, mais no âmbito das elites mas não só, de que a política não pode ser exercitada por muitos, mas sim de forma representativa, mediada, não direta, restrita a políticos íntegros que trilhariam racionalmente a trajetória justa da sociedade. Marilena Chauí ⁽¹³⁸⁾ ao falar sobre um posicionamento presente na ciência política contemporânea, o qual diz que o sucesso das democracias modernas está ligado à apatia do cidadão comum que delega a políticos e

---

licenciamento: as Audiências virando campo de batalhas.

¹³⁶ O aprofundamento de tal tema mereceria estudo a parte, sobre o papel da mídia no processo de criminalização dos movimentos sociais. Durante a realização desta pesquisa não pudemos encontrar nenhuma referência de estudo acadêmico sobre este papel desempenhado pelos meios de comunicação.

¹³⁷ HONNETH, Axel. 2003. pp. 207 – 208.

¹³⁸ Prefácio escrito por Marilena CHAUI para o livro de Eder Sader. “**Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**”. 1995. Marilena Chauí cita no trecho seleccionado o historiador helenista Moses Finley.

técnicos decisões importantes da política, comenta um dos porquês desta tese poder ser considerada paradoxal:

“Porque os defensores da apatia e das “elites” dirigentes costumam afirmar que o maior perigo para a democracia é a intervenção política da ‘massa dos descontentes’ que redunde em ‘movimentos populares extremistas’. Ora, lembra Finley, todo historiador sabe que os extremismos que golpearam mais duramente a democracia nunca vieram dos movimentos populares e sim de oligarquias poderosas, convencidas de que não obteriam seus fins por meios democráticos”.⁽¹³⁹⁾

Voltemos ao ponto central. A criminalização de que estamos falando pode ocorrer de várias maneiras e utilizando vários expedientes presentes nos organismos do Estado. ZEN, que faz parte da direção nacional do MAB, relata que ocorre uma ofensiva por parte das empresas elétricas e aparatos ligados ao Estado contra militantes sociais⁽¹⁴⁰⁾:

“(..) ações de força da polícia contra os atingidos em ações de reintegração de posse, mas principalmente nas ações violentas para dispersar manifestações em rodovias, nas invasões e destruição de acampamentos e até nas audiências públicas oficiais para discutir as barragens, quando os atingidos são impedidos de se expressar ou expulsos de forma violenta do local da audiência. (..) A ação policial tem aumentado de maneira significativa também nas ações de despejos, quando os atingidos se recusam a abandonar suas terras e casas, que ficarão embaixo dos lagos das barragens. Nestes casos, a polícia se encarrega de expulsar a família de sua casa, que logo é demolida ou incendiada, como forma de impedir que os moradores retornem”.⁽¹⁴¹⁾

¹³⁹ Op. Cit. pp 9 – 10.

¹⁴⁰ Cf. ZEN, Eduardo.L. **"Ditadura na barranca dos rios brasileiros: perseguição e criminalização de militantes da luta contra as barragens"**. Reportagem disponível no site www.mabnacional.org.br (acesso em fevereiro de 2006). Em 2004 uma comunidade inteira atingida pela barragem de Candonga em Minas Gerais passou por esta situação. Na vila de São Sebastião do Soberbo, dezenas de famílias resistiram durante semanas contra as investidas da polícia militar com apoio da polícia federal para efetuar o despejo de todos. No final, com aumento do efetivo policial ocupando a vila, as famílias não puderam conter as retroescavadeiras que destruíram suas casas. Perto dali, no dia 08 de março de 2005, 35 pessoas ficaram feridas durante a realização de uma audiência pública para discutir a construção da barragem de Jurumirim no município de Rio Casca. Mulheres e crianças foram espancadas pela polícia, que também manteve presos por um dia, seis pessoas apontadas como líderes do MAB. No estado do Pará, tropas do exército com autorização para agirem como polícia, chegaram a ser utilizadas no mês de março de 2005, para “proteger” as instalações da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), que há duas décadas atrás expulsou 30 mil pessoas de suas terras, a maioria sem reparação até hoje. Mais recentemente, no dia 05 de outubro de 2005, 50 policiais invadiram e destruíram completamente um acampamento de agricultores próximo ao Rio Canoas, na região atingida pela barragem de Campos Novos em Santa Catarina. Após esta ação, a tropa dirigiu-se a outro acampamento localizado próximo ao canteiro de obras da Usina, onde houve confronto e um agricultor foi preso.

¹⁴¹ ZEN, Eduardo. 2006.

Cabe salientar que este processo de criminalização e uso freqüente do poder de coerção do Estado seja através da força policial, acionada por empresas que se posicionam como ameaçadas, seja através de sistemáticas decisões contrárias a um mesmo lado (no caso os movimentos sociais) se por um lado atende no curto prazo uma das partes da contenda (e quase sempre essa parte é o empreendedor, governos, empresas) por outro lado a credibilidade do Estado como elemento mediador e o próprio sistema político consolidado e pré-moldado como agente mediador de conflitos vai se esvaindo.

A bacia do rio Uruguai é um exemplo de região onde muitos processos estão sendo movidos contra atingidos que participaram de mobilizações. Nos parágrafos seguintes procura-se exemplificar conflitos associados a empreendimentos de geração hidrelétrica e problemas no cumprimento de acordos entre empreendedores e atingidos. Procura-se também identificar o papel desempenhado pelo poder público (Polícia, Poder Judiciário, Ministério público, Poder executivo e Poder legislativo).

A região hidrográfica do rio Uruguai apresenta um potencial hidrelétrico de 40,5 KW/Km², uma das maiores relações energia/Km² do mundo ⁽¹⁴²⁾. Esta relação entre este potencial de conversão hidrelétrica e a área, desperta o interesse de várias empresas como a Companhia Brasileira do Alumínio, Companhia Níquel Tocantins, Votorantin (consórcio proprietário da UHE de Campos Novos), Tractebel, Banco Bradesco e Camargo Corrêa (consórcio proprietário da UHE de Barra Grande) em se instalarem na região para a implantação das usinas e nesta região também se concentram litígios.

Começamos ao dizer que lideranças do MAB estão sofrendo processos que vinculam indenizações por danos na Usina de Campos Novos. O histórico de eventos associados a esta usina evidencia alertas, antecipados pela população de atingidos, que não foram levados em conta. Esta usina custou cerca de US\$ 1 bilhão e foi financiada pelo BNDES e pelo BID, para operar com potência nominal de 880MW. A Companhia Brasileira do Alumínio, Companhia Níquel Tocantins, e o grupo Votorantin (compõem o consórcio proprietário da UHE de Campos Novos). Localizada entre os municípios de Celso Ramos (SC) e Pinhal da Serra (RS) teve seu reservatório esvaziado, ao se constatar uma rachadura na estrutura da barragem. Sua água foi toda escoada para a barragem de Machadinho que estava com seu reservatório em nível baixo e pode assimilar o escoamento adicional e evitar uma catástrofe que envolvesse populações ribeirinhas.

---

¹⁴² Movimento dos Atingidos por Barragens em 16/12/2005 acesso ao sítio www.consciencia.net/2005/1216-mab.html, também disponível no sítio da Comissão Indigenista Missionária CIMI <http://www.cimi.org.br>

A este histórico de problemas, a população atingida reagiu com protestos e invasão da Usina. Mas frente ao conflito social instalado em Campos Novos e à mobilização da população, as empresas construtoras da barragem e o judiciário têm respondido com processos que pedem a prisão que vai de 1 a 30 anos para 36 lideranças processadas por ações criminais ⁽¹⁴³⁾.

Os próprios advogados do MAB estão sendo processados (uma outra maneira de coibir aproximação de colaboradores do movimento). Os processos em si também são maneiras de manter as lideranças do movimento ocupadas na própria defesa e não somente na luta por aquilo que reivindicam.

Relatos presentes na mesma reportagem apontam que o resultado de busca e apreensão na casa dos atingidos, não revela a existência de armas ⁽¹⁴⁴⁾.

A falta de interesse sobre alertas das populações atingidas nos parece ser exemplo do que chamamos de processo de "destituição da fala" de alguns segmentos sociais. A ocorrência de rachaduras na barragem de Campos Novos, que obrigaram o esvaziamento do reservatório se materializa como exemplo. Pronta para funcionamento a usina teve seu lago esvaziado. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) vinha denunciando falhas desde outubro de 2005 ⁽¹⁴⁵⁾.

Segundo a matéria jornalística com o esvaziamento, a barragem de Campos Novos deixou uma enorme rachadura em sua estrutura visível. Segundo o coordenador do MAB Marco Antonio Trierveiler, entrevistado na mesma cobertura jornalística para comentar o episódio, houve um processo de agravamento desta rachadura estrutural e desabamento de um robô que mandaram para o conserto e foi sugado pela água. As comunidades locais já haviam denunciado a existência dessa rachadura. Segundo a reportagem, o MAB encaminhou duas vezes comunicados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Fundação do Meio Ambiente (FATMA), órgão estadual responsável pelo licenciamento do empreendimento, além dos financiadores Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

¹⁴³ Cf. o artigo "**Criminalização atinge militantes da luta contra as barragens**", disponível no sítio eletrônico do Centro Indigenista Missionário CIMI acesso em 16/12/2005 a www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=1620&eid=142.

¹⁴⁴ A juíza Adriana Lisboa decretou apreensão das armas em mãos dos agricultores. Assim consta nos autos da operação policial a apreensão das seguintes "armas": 01 resma com 500 folhas de papel A4; 56 cadernos de formação n.º 5 "A organização do MAB"; 08 cadernos n.º 6 "A crise do modelo energético"; diversos panfletos informativos referentes ao MAB; 01 caixa de giz branco; 03 canetas esferográficas azuis e 01 preta; 01 caixa de som com aparelho CD, amplificador e tweeters. A aparelhagem de som era utilizada durante as manifestações populares. Informações retiradas de ZEN, Eduardo. 2006.

Mas, segundo Trierveiler, o movimento não obteve nenhuma resposta das partes. “Hoje tem um comitê do BID avaliando a situação aqui, mas não se manifestaram sobre o ocorrido”, diz o coordenador do MAB. Kathia Monteiro (Vice-presidente da ONG Núcleo Amigos da Terra) concorda: “Havia comentários sobre a rachadura, mas não havia nada comprovado. Eu não acreditava num erro tão primário num empreendimento desse porte e magnitude”, afirmou ⁽¹⁴⁶⁾.

Outro episódio associado à usina de Barra Grande ⁽¹⁴⁷⁾ envolveu policiais e manifestantes: Agricultores haviam realizado uma mobilização nos escritórios da Baesa (consórcio construtor da Barragem de Barra Grande sobre o rio Pelotas) para exigir rapidez no cumprimento de um acordo que estava atrasado, e previa a construção de reassentamentos para os atingidos pela barragem de Barra Grande. A polícia reprimiu com violência quatrocentas pessoas que se concentravam em frente aos escritórios da Baesa e do fórum da cidade, onde minutos antes, quatro agricultores foram presos acusados de ameaça, cárcere privado e seqüestro. Segundo a reportagem a praça onde os manifestantes se concentravam transformou-se em uma verdadeira praça de guerra, 20 pessoas ficaram feridas. Após a manifestação a Baesa anunciou tratativas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para desapropriação de uma área de terra que seria destinada ao reassentamento das famílias. A região de Anita Garibaldi, que além da barragem de Barra Grande compreende a barragem de Campos Novos tem sido palco de vários conflitos entre agricultores atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos e força policial.

Outro caso que deve estar presente como registro diz respeito à invasão do escritório da Usina de Manso ⁽¹⁴⁸⁾ na Chapada dos Guimarães. Cerca de 120 pessoas ligadas ao Movimento dos Atingidos por Barragens forçaram a entrada por um portão da Usina, houve troca de tiros e o vigilante em serviço foi atingido e morreu. O coordenador do MAB foi

---

¹⁴⁵ Informações obtidas da agência CartaMaior do artigo de Natália Suzuki. “**Reservatório de usina é esvaziado por falha técnica**” publicado em 01/07/2006. Disponível em www.cartamaior.com.br acesso em 16 de outubro de 2006.

¹⁴⁶ Informações obtidas da mesma reportagem de Natália Suzuki.

¹⁴⁷ Informações obtidas no sítio <http://www.ecoagencial.com>, em 14-09-2006, Ecoagencia informações em rede. “**Cinco agricultores presos e 20 feridos após confronto com a polícia em Santa Catarina**”. Segundo a matéria jornalística, 20 pessoas ficaram feridas com bala de borracha e destroços de bombas de gás lacrimogêneo e foi efetuada a prisão de André Sartori, liderança do MAB que se aproximou do comandante da operação para tentar negociar o fim da repressão. No momento da prisão, Sartori que é uma das principais lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na região, foi agredido pelos policiais e colocado num camburão, junto com os quatro agricultores já presos. Em seguida, o camburão levou os agricultores para a cidade de Lages / SC, distante cerca de 100 km de Anita Garibaldi.

¹⁴⁸ Informações obtidas por consulta ao Diário de Cuiabá, Edição nº 10309 04/06/2002: O delegado Douglas Turfíbio Schtze, que investigava o caso, disse que indiciaria Paulo Fernandes, conhecido como “Paulo Mandioca”, porque de acordo com o depoimento de Valdir Barbosa, foi ele quem liderou o movimento e determinou a invasão da usina.

indiciado, mesmo alegando não estar presente no momento do ocorrido. O indiciamento foi justificado pelo delegado responsável com a seguinte alegação:

"Entendemos que, se ele não tivesse determinado a invasão, não aconteceria o assassinato. Vamos providenciar a intimação e interrogá-lo". ⁽¹⁴⁹⁾

Este exemplo de conduta criminaliza os líderes do movimento e simultaneamente *o movimento*, mesmo antes de um inquérito ser aberto. Se o movimento não existisse não haveria o acidente que levou à morte de uma pessoa. É uma lógica de conduta que opera no sentido de associar potenciais crimes à própria existência dos movimentos sociais.

Um conjunto de ações repressivas contra militantes do Movimento dos Atingidos por barragens foi objeto de relato e denúncia em Comissão da Organização dos Estados Americanos. Em audiência pública ocorrida no início de 2006 ⁽¹⁵⁰⁾ sobre direitos humanos no Brasil, a entidade recebeu relatos sobre o processo violações de direitos das populações atingidas pela construção de barragens. Alguns casos relatados já tomam dimensão internacional, dizendo respeito a discussões sobre direitos humanos e mesmo sobre problemas técnicos ocorridos na construção das obras que podem comprometer futuros financiamentos.

O conjunto de relatos apresentados bem como a evidência de suas repercussões, parece trabalhar no sentido de reforçar nosso argumento de que protestos, ou ciclos de protesto, estratégias que os movimentos sociais, movimento sindical e organizações não governamentais lançam mão freqüentemente, são mecanismos importantes de posicionamento na cena política e de posicionamento na pauta dos grandes meios de comunicação. A associação da idéia de recurso político à tomada da cena política parece ser proveitosa para a análise. A idéia de recursos políticos (e os protestos são recursos políticos) necessários para efetivar espaço e expor argumentos na cena política pode ser entendida como legitimadora de algumas ações de grupos excluídos da cena política. Os participantes da cena política, ou aqueles que desejam dela participar utilizam os recursos que têm. Em períodos nos quais o

¹⁴⁹ Informações obtidas por consulta ao Diário de Cuiabá, Edição nº 10309 04/06/2002.

¹⁵⁰ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizou audiência pública sobre a situação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais no Brasil, na sede da OEA, em Washington (EUA) em 13-03-2006. Participaram as relatoras nacionais para o Direito Humano à Moradia Adequada, Lúcia Moraes, e para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Lia Giraldo; a coordenadora do Projeto Relatores Nacionais, Maria Elena Rodriguez e a integrante da coordenação colegiada da Plataforma DheSCA Brasil, Marlene Libardoni. Durante a audiência, as brasileiras denunciaram as violações de direitos das populações atingidas pela construção de barragens; de trabalhadores migrantes nas lavouras de cana-de-açúcar na região Sudeste; de populações tradicionais; e de famílias de sem-teto. <http://www.direitos.org.br> (Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos) em 14 de setembro, 2006, 16:13.

processo de exclusão da fala é crítico, os protestos cumprem um papel necessário. As defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas reais pode se evidenciar.

O processo de criminalização dos movimentos sociais em um momento onde existe, ao menos em teoria, uma possibilidade maior de reivindicação e de diálogo como indicam posicionamentos de alguns de nossos entrevistados, dentre eles dirigentes do MAB, nomeiam o período do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) como um período onde existem maiores espaços de discussão. Esse fato nos instiga a refletir e pensar em algumas perguntas: de quem parte a iniciativa de criminalizar estes movimentos? Os meios de comunicação, lobbies ligados à expansão da oferta de energia? Se existe uma tendência por parte do Ministério de Minas e Energia em manter políticas de expansão da oferta (principalmente aquela gerada por conversão hidrelétrica) porque há ainda necessidade de investir contra os movimentos sociais que pouca voz e influência tem sobre esses processos? Talvez aqui esteja um ponto fundamental: não é a maneira (forma) como os movimentos sociais se manifestam ou se movimentam que importa ou mais incomoda os editoriais de jornais, dito em outras palavras, greves, invasões, ocupações que possam “macular” o Estado de Direito e as normas “civilizadas”. Não é de hoje que os grupos sociais que são alijados da discussão ou vêm seus direitos e vidas agredidos se manifestam em tons de voz mais altos ⁽¹⁵¹⁾. Pode-se dizer que desde que o mundo é mundo aqueles que tem “pouca ou nenhuma voz” gritam. Este fenômeno é conhecido, já faz parte da normalidade. Talvez o que mais incomode seja o fato de que, a cada reivindicação, a capacidade dos movimentos sociais em tocar questões estruturais e complexas da sociedade capitalista venha se fortalecendo.

Somos levados a pensar na hipótese de que uma maior capacidade dos movimentos e organizações sociais em evidenciar contradições estruturais do sistema esteja associada ao surgimento de “novos” pontos de discussão, “novos” pontos de pauta e “novas” conexões nas reivindicações e protestos. Nomeando alguns exemplos: as ações no ambiente urbano do MAB discutindo valores de tarifas, evidenciando e tornando públicos as cifras do subsídio às empresas eletrointensivas, as cifras do pouco investimento, manutenção da infra-estrutura instalada, queda na qualidade dos serviços e empregos e, claro, denunciando o processo de terceirização em uma espécie de aliança entre o movimento sindical e o movimento dos atingidos por barragens.

---

¹⁵¹ Para um maior aprofundamento consultar TARROW em sua obra **"Power in Movement, Social Movements, Collective Action and Politics"** (1998) que exhibe uma reflexão integrada dos chamados novos movimentos sociais e estabelece uma ampla gama de conexões históricas acompanhada de comparações.

A seguir descrevemos o que, ao nosso ver, pode servir de exemplo de matérias jornalísticas com pouca base documental que contribuem para este processo de criminalização dos movimentos sociais.

Duas matérias jornalísticas veiculadas pelo Correio Brasiliense ⁽¹⁵²⁾ alguns dias após protestos do MAB na sede da CEMIG, “divulgam” a existência de um plano de sabotagem ao Centro de Operações da CEMIG (COS) ao qual tiveram acesso de forma sigilosa. O que chama a atenção na leitura das duas matérias é a superficialidade das relações dos acontecimentos associados a documentos que o público não vê, não tem certeza da existência mas o meio de comunicação atesta como existente. A matéria menciona que militantes do MAB foram flagrados discutindo o plano, mas não dá nomes, detalhes, datas ou teores. Em seguida menciona que um dos líderes já foi indiciado em sabotagem. Menciona ainda as relações internacionais do movimento ⁽¹⁵³⁾ (a globalização também não pode servir aos movimentos sociais? ou somente às empresas transnacionais....?) Sugere o potencial de blecaute se esse suposto plano tivesse êxito. O que merece ser dito é que um conjunto de suposições não documentadas, são postas a público e concatenadas de tal forma que transforma um “suposto” plano de um movimento social, em ação organizada sobre um centro de operações do sistema, vital na operação do sistema nacional interligado brasileiro. Uma das reportagens tem seu fechamento listando alguns processos que um dos dirigentes do MAB responde.

Olhando em perspectiva histórica, outro momento de criminalização dos movimentos sociais ocorreu à época do governo militar do final dos anos 70. Não foi surpresa que o governo militar da época considerasse subversivas as greves industriais do final dos anos 70 - não apenas porque os sindicatos atuaram livremente na defesa estratégica dos salários e direitos consagrados pela legislação trabalhista, mas também porque defenderam, ao lado de outros movimentos sociais e grupos políticos que foram também reprimidos, as liberdades democráticas em seu conjunto.

---

¹⁵² Correio Brasiliense. “Ameaça de Blecaute investigada” Seção Brasil de 16-07-2006. Reportagem assinada por Lucas Figueiredo da Agência Estado de Minas.

¹⁵³ Correio Brasiliense. “Suspeito de abrigar mentores da ameaça de sabotagem na Cemig, MAB tem agido sob a inspiração de organizações internacionais”. 17-07-2006. Reportagem assinada por Lucas Figueiredo da Agência Estado de Minas.

4.4.1 O entendimento do protesto e seu papel.

Falamos um pouco sobre como os movimentos sociais podem aparecer na cena política, introduzimos a idéia da importância do protesto para um movimento social ou grupo organizado e sistematizamos algumas informações sobre o que chamamos de um “processo de criminalização dos movimentos sociais” aplicado àquele movimento social que nos serve de apoio investigativo - o MAB - . Para um movimento social ou grupo social que tem reivindicações ou projeto político específico, mas vive um processo de “destituição da fala” o protesto (ou um ciclo deles) pode surgir como o recurso político disponível. Tentaremos, no que se segue aprofundar esta discussão.

A dimensão mais pública de ação de movimentos sociais está ligada às também públicas manifestações dos grupos organizados: passeatas, marchas, coleta de abaixo assinados, manifestações em audiências públicas, sessões legislativas e atuações coletivas frente a prédios administrativos e invasões. Acampamentos em hidrelétricas, ocupações de canteiros de obras, bloqueio de estradas, ocupações de entradas de empresas, são ações utilizadas pelos atingidos por barragens. Quando se fala em ciclos de protesto associa-se a idéia de protestos em seqüência ou simultâneos, mas com interação entre alguns grupos com algumas afinidades na ação. A eficácia destes ciclos tem a ver com a questão organizativa destes movimentos e sua capacidade de criar redes diante de alguma oportunidade política que surja: impasses internos de um governo em relação à política energética, a votação de uma lei, ou de um código, reestruturação de um setor, aumento de tarifas, um plano decenal sem a participação pública. As oportunidades políticas ⁽¹⁵⁴⁾ nem sempre estão associadas a uma agenda produzida pelos próprios movimentos. As movimentações do cenário político podem propiciar um ambiente favorável às mobilizações e podem alargar a dimensão da ação coletiva para maiores parcelas da população. Assim sendo, o aparecimento de oportunidades e a abertura de espaço para que elas apareçam são processos que caminham lado a lado e para os quais, os movimentos sindicatos e organizações não governamentais permanecem atentos.

Entender os ciclos de protesto nos parece simultaneamente importante para esclarecer capacidades de afloramento público de questões controversas e evidenciar inovações políticas quanto à política institucional convencional que, como dissemos anteriormente, julgamos insuficiente para ampliação da discussão sobre energia elétrica, uso das águas e terras ribeirinhas.

---

¹⁵⁴ A esse respeito consultar TARROW, Sidney. “**Power in movement, social movements and contentions politics**”, Cambridge University Press, 1998, especialmente as sessões compreendidas entre as págs 85 a 99.

Uma nova conformação no ambiente institucional ligado à discussão, despacho e concessão de energia elétrica (regulação, operação, mudanças na estrutura do Estado e no próprio capitalismo brasileiro) após o processo de privatização de empresas distribuidoras e comercializadoras tem exigido novas formas de protesto e a associação entre movimentos sociais, outras organizações ambientalistas e organizações não governamentais. A implantação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema (ONS), a Empresa de Pesquisa Energética (incumbida da contratação de estudos para fins de licenciamento ambiental prévio), desverticalização das empresas, privatização de várias outras, seguidas de processos acelerados de terceirização, também exigem redefinições dos movimentos, entidades, sindicatos no seu modo de agir e de interpretar como a indústria de eletricidade se organiza e se relaciona com os poderes e órgãos públicos.

Aflora das discussões do 2º encontro nacional dos Atingidos por Barragens a necessidade de articulação mais ampla: a organização das empresas elétricas se reconfigurou, as empresas privadas estão à frente dos processos decisórios e conflitivos (anteriormente numa conformação estatal do setor, as empresas privadas ou estatais estavam também presentes, mas com o setor estatal e governamental posicionado como intermediário e organizador das discussões). O enfrentamento nos conflitos e estabelecimento de debates fica mais dificultoso.

Métodos não convencionais de intervenção no processo de decisão política do governo, como abaixo-assinados, manifestações legais através de apresentação de notícias-crime ao Ministério Público, boicotes, não pagamento de tarifas, ocupações de hidrelétricas, canteiros de obras, sedes de empresas, escritórios de construtoras, são meios através dos quais os movimentos expressam uma “lógica de prestar testemunho” ⁽¹⁵⁵⁾ sobre uma situação que lhes parece indigna ou de forçar negociações com o intuito de ser reconhecido como interlocutor.

Um exemplo importante de ciclos de protesto relacionados à construção de barragens é o caso de Itaparica. A luta pelo reassentamento foi iniciada em meados dos anos 70, motivada pelas desapropriações e indenizações das terras agricultáveis inundadas pelo lago formado pela hidrelétrica de Itaparica. Em 1976, ocorreu a primeira de uma série de ocupações do canteiro de obras da hidrelétrica e nesse processo a luta ampliou-se visando a garantia de terra para os trabalhadores atingidos pela formação do lago. Em 1986, os trabalhadores firmaram um acordo com o Governo Federal (Governo Sarney, 1985 – 1990) onde estava explícita entre

---

¹⁵⁵ DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario. "Social movements, an introduction". Oxford, Blackwell. 1999. PP 178 - 179.

outros pontos, a conclusão dos Projetos de Irrigação e infra-estrutura das agrovilas, um ano e meio após do enchimento do lago da hidrelétrica, o que aconteceria no ano de 1989. Transcorridos mais de dez anos, apenas 35% das obras foram efetivadas, e com a perspectiva de privatização da CHESF, a conclusão do restante das obras estava incerta. Neste contexto cerca de 3.000 trabalhadores invadiram a sede administrativa da CHESF em Paulo Afonso – BA.⁽¹⁵⁶⁾

Através da lógica de prestar testemunho, os movimentos tentam demonstrar forte comprometimento com um objetivo considerado vital para o futuro da humanidade. A mensagem moral expressa é fortalecida pelo movimento quando seus ativistas correm risco pessoal na ação para mostrar suas convicções. Inclui atividades com sérios riscos ou custos pessoais. Configura-se também em um recurso para tentar fazer um público mais amplo pensar sobre o assunto, mesmo em uma situação em que a mídia trata o assunto superficialmente ou em outros casos em que aborda a questão com viés de criminalização da ação como mencionamos em seção anterior.

Estas formas têm se tornado cada vez mais legítimas, não sendo consideradas um desvio ou um comportamento anti-sistema. TARROW⁽¹⁵⁷⁾ coloca a importância dos ciclos de protesto quando determinados grupos são capazes, além de demonstrar vulnerabilidade da “elite política” em atender as demandas, são também capazes de construir coalizões com grupos distintos. A idéia defendida pelo MAB junto com parcelas do sindicalismo ligado a questões ambientais e sindicalismo do ramo elétrico em discutir e fazer manifestações públicas no ambiente urbano para tornar públicas suas críticas aos regimes tarifários parece ser uma indicação (ao menos na visão destes grupos) da importância deste tipo de ação coligada. A idéia de que ciclos de protestos são instrumentos de ação coletiva no sentido de defesa de ampliação de direitos (das comunidades indígenas, ribeirinhos e atingidos por exemplo) é corroborada por alguns exemplos internacionais do passado recente como os ciclos de protesto por “civil rights” nos Estados Unidos nos anos 1970 e 1980⁽¹⁵⁸⁾ que criaram espaços de reivindicação e criaram, de maneira incremental, novos contornos na ação política

---

¹⁵⁶ Ver nota pública do Pólo Sindical dos Trabalhadores do SubMédio São Francisco, “**AÇÃO PRÓ ITAPARICA**” que em 11 de março de 1998 expõem os motivos da ocupação: “*Ontem, 11/03/98 às 6:00hs 3.000 trabalhadores e trabalhadoras rurais ocuparam o Centro Administrativo da CHESF em Paulo Afonso (BA). Esta ocupação é um ato pela conclusão dos Projetos de Irrigação destinados ao reassentamento das famílias atingidas pela Barragem de Itaparica. Às 8:00h foi encaminhado o documento ao Ministério das Minas e Energia e a direção da CHESF e às 9:00h uma primeira reunião no próprio Centro Administrativo de Paulo Afonso (...). Decorridos dez anos apenas 35% das obras foram efetivadas, e com a perspectiva de privatização da CHESF, a conclusão do restante das obras fica incerta. Os trabalhadores prometem só sair quando o governo retomar as negociações.*”

¹⁵⁷ TARROW, Sidney. “**Power in movement, social movements and contentions politics**”, Cambridge University Press, 1998.

¹⁵⁸ Op. cit.

e na própria maneira de entender a política agregando aos canais formais, a luta pelo direito de ter direitos.

Trata-se de utilização de canais indiretos que podem influenciar os tomadores de decisões, um processo de persuasão indireta mediada pela mídia e por personalidades ou grupos políticos que detém postos na estrutura de poder constituído, ou seja têm recursos políticos outros: parlamentares, partidos políticos, associações de classe, grupos de representação religiosa. O constrangimento público diante de uma situação indigna que se torna pública com o protesto pode constranger, como dissemos, os tomadores de decisão, mas por vezes um protesto pode ser desencadeado para forçar simplesmente a abertura de negociações.

Estudos de ciência política sobre as teorias de movimentos sociais apontam que para ser bem sucedido, um protesto deve produzir um estímulo positivo, ganhando as simpatias daqueles que têm os recursos políticos para se manifestar nos espaços onde as decisões são tomadas ⁽¹⁵⁹⁾. Apesar de não ser exclusivo dos movimentos sociais, o protesto é uma ação típica destes, principalmente se canais formais da representação política como os partidos não mais canalizam soluções para as reivindicações. A ligação orgânica, que existia até tempos recentes, entre o MAB e o Partido dos Trabalhadores foi explicitada em uma das entrevistas realizadas como o coordenador do MAB:

“Até é importante explicar um pouquinho a questão do Lula, como é que isso se deu. Então até 2002 foi essa a relação, praticamente não existia a relação com o Estado. O Estado ficando mais fechado, mais autoritário ainda com a privatização e o diálogo foi fechando e além de fechando, nós fomos perdendo. O que que nós começamos a refletir: ou a gente retoma as lutas de massa, ou retoma o enfrentamento, o movimento começa a ter autonomia frente ao partido, frente ao PT, ou então estamos fadados ao nosso fim. Então por isso que nós tomamos essa decisão de se articular na via campesina com autonomia frente ao PT e repensar nossa caminhada. A partir de 99 nós começamos a pensar essa caminhada de melhorar a nossa linha, que a nossa via em vez de ser a priorização, todo esforço pois, até esse período, nós tinha uma característica dentro do movimento, isso mostra um pouquinho como se dava a relação com o Estado, todo esforço até 89, desculpe .. até 99, o esforço do movimento era para formar militantes com capacidade de disputar, fazer disputas eleitorais seja no nível local, estadual e até nacional. Foi o caso de Adão Preto, de outros deputados. Então nós achava que era isso, em 99 nós começamos a mudar isso, essa história de fazer esforço para eleger gente, nós só tamos nos enfraquecendo. Começamos a repensar nossa

história e vamos canalizar todo nosso esforço pra formar militantes com capacidade de estar inseridos na luta popular, no meio do povo" (Trecho de entrevista com Gilberto Cervinski, dirigente do MAB).

Por um ou outro canal, na luta sindical, na luta camponesa, nas lutas urbanas, os protestos se fazem presentes e o processo de criminalização, entendemos, produz um discurso que desqualifica as várias formas de agir, de pensar, de se posicionar dos manifestantes que pela heterogeneidade de reivindicações, propostas e mesmo origens, incorporam as contribuições culturais que possuem, seu capital cultural. Não esqueçamos, entretanto, que a participação popular e seus protestos sempre existiram quando estiveram presentes situações de exclusão e os grupos excluídos se manifestam, demandam ações dos governos ou espaços para manifestar sua fala. Cada protesto traz consigo, sem dúvida, especificidades na reivindicação, a experiência histórica e política de seus militantes e dirigentes. Os protestos não podem estar dissociados da maior ou menor abertura ao diálogo e negociação da parte antagonista.

---

¹⁵⁹ DELLA PORTA & DIANI, 1999

5. REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS DE ESTADO E COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS: ÉTICA OU ESTÉTICA PARTICIPATIVA ?

Este capítulo tratará de discutir a composição e atuação do Conselho Nacional de Política Energética e alinhar alguns posicionamentos e considerações do movimento social sobre a potencialidade de participação neste espaço. Acrescenta-se ainda considerações sobre a auditoria que o Tribunal de Contas da União fez sobre a atuação e prerrogativas do referido conselho. Na parte final do capítulo discute-se a possibilidade de ocupação de espaço político por parte da chamada "sociedade civil" nos comitês de Bacia Hidrográficas.

5.1 O CNPE - Conselho Nacional de Política Energética, composição e controvérsias sobre sua atuação.

O princípio do voto majoritário está presente como norma de conduta em vários conselhos (e está presente no CNPE mesmo este tendo caráter consultivo) onde há presença da sociedade civil entretanto, a própria composição é desequilibrada no sentido do Estado ter quase exclusividade nos assentos. Configura-se, assim entendemos, um vício de origem, já que a “sociedade civil” via – de – regra, tem pouquíssimos assentos e a contagem de votos finais (quando existe alguma votação) se cumpre por formalidade, mais que isto, a participação da sociedade civil acaba sendo utilizada como legitimadora da instância, como instância participativa. É o que poderíamos chamar de estética participativa ao invés de uma ética participativa.

Do já exposto sobre o pleito de maior participação dos movimentos sociais, e claramente identificando novos sujeitos políticos que pleiteiam sua legitimidade deve-se fazer uma proposição que certamente vai contra a corrente da visão vigente sobre a democracia nos conselhos de Estado.

Com a mudança da natureza dos sujeitos políticos, surge também a necessidade real de construção de decisões e consolidações coletivas contrapondo a idéia da regra da maioria. BOBBIO ⁽¹⁶⁰⁾ lança mão de observações contemporâneas sobre os sistemas partidários que corroboram a idéia da construção de acordos e tratativas, ao invés da utilização do princípio

---

¹⁶⁰ Cf. BOBBIO, Norberto. "Estado. Governo, sociedade; por uma teoria geral da política". Ed. Paz e Terra, RJ, 1987.

do voto majoritário para concluir sobre decisões. Faz alusão à teoria dos jogos, enfatizando que sob esta abordagem ter-se-ia benefícios contabilizados para todas as partes ao ser sacramentado um acordo. O autor salienta que a análise histórica e sequencial das várias tipologias de Estado representativos não desembocam em formas puras e virtuosas, mas sim, em formas heterogêneas: democráticas, algumas delas ditatoriais e em determinadas circunstâncias, autoritárias, irresponsáveis às vezes, mas todas elas com um ponto comum:

“Mesmo as ditaduras militares, os Estados despóticos governados por chefes irresponsáveis, os Estados de recente formação dominados por oligarquias restritas não controladas democraticamente, todos prestam homenagem à democracia representativa, ou justificando o próprio poder como temporariamente necessário para restabelecer a ordem disturbada e superar um período transitório de anarquia(..).⁽¹⁶¹⁾

Estes comentários introdutórios se fazem necessários antes de abriremos reflexões sobre a dinâmica e composição do CNPE, pois alguns casos de conflitos institucionais entre este conselho e outras instâncias ocorreram no passado recente.

5.1.1 Críticas de alguns setores do movimento social com respeito à composição e atuação do CNPE e alguns pleitos referentes à condução da política energética.

Centrando nossa análise na composição, deliberação e desdobramentos das discussões nas reuniões deste conselho e de seus comitês temáticos associados, e fazendo um paralelo com as declarações públicas e pleitos de alguns movimentos sociais e organizações não governamentais, tentaremos elencar possibilidades e limites em estabelecer um espaço de diálogo público e com caráter deliberativo.

A Lei N° 9.478, de 06/08/97, entre outras medidas instituiu o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, vinculado à Presidência da República e estritamente com natureza de assessoramento do Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes de energia. Somente após um período de quase três anos da criação por lei do Conselho, o governo decidiu baixar um decreto regulamentando e definindo as suas atribuições. Ele foi publicado em 21/6/2000 (Decreto n° 3.520).

---

¹⁶¹ Op. cit. p. 119.

O Art. 2º da lei Nº 9.478 relata as atribuições do Conselho Nacional de Política Energética:

- I - promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com os princípios enumerados no capítulo anterior e com o disposto na legislação aplicável;
- II - assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios;
- III - rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;
- IV - estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, do carvão e da energia termonuclear;
- V - estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender as necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991⁽¹⁶²⁾.

O CNPE é hoje formado por sete ministros de Estado e ainda por um representante dos Estados e do Distrito Federal, um cidadão brasileiro especialista em matéria de energia e um representante de universidade brasileira, também especialista na área. Estes últimos são designados pelo presidente da República para um mandato de dois anos.

O Ministério de Minas e Energia – MME criou, em 10 de maio de 1999, através do Art. 1º da Portaria nº 150, o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE, com a atribuição de coordenar a elaboração do planejamento da expansão dos sistemas elétricos brasileiros, de caráter indicativo para a geração, consubstanciado nos Planos Decenais de Expansão e nos Planos Nacionais de Energia Elétrica de longo prazo. O planejamento da expansão da transmissão, elaborado pelo CCPE para os próximos cinco anos, tem um caráter determinativo no que se refere às obras consideradas por este Comitê como inadiáveis, para garantia das condições de atendimento do mercado, constituindo estas obras o Programa Determinativo da Transmissão.

De acordo com o Art. 2º da Portaria, o CCPE foi criado com a seguinte estrutura funcional:

---

¹⁶² Extraído do texto integral da Lei Nº 9.478, de 06/08/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

- Conselho Diretor de Coordenação do Planejamento da Expansão - CDPE, presidido pelo Secretário de Energia do MME;
- Secretaria Executiva, exercida pela ELETROBRÁS;
- Um Comitê Diretor, coordenado pela ELETROBRÁS, constituído de representantes das empresas por ela indicadas e de outras que tenham interesse em participar do processo de elaboração do planejamento da expansão;
- Comitês Técnicos constituídos por decisão do Comitê Diretor. Inicialmente foram criados os seguintes Comitês: Estudos de Mercado, Estudos Energéticos, Estudos de Transmissão e Estudos sócio-ambientais, cujas indicações de representantes foram feitas pelo Comitê Diretor;
- Comissões e Grupos de Trabalho, constituídos por decisão do Comitê Diretor, integrados por técnicos das empresas que participam do CCPE, e indicados por estas ou, ainda, por técnicos convocados pela Secretaria Executiva;
- Existem atualmente os seguintes comitês técnicos no CCPE: Estudos de Mercado – CTEM; Desenvolvimento da Oferta – CTDO; Expansão da Transmissão – CTET; Estudos sócio-ambientais – CTSA; Expansão de Fontes Alternativas – CTFA; Planejamento dos Sistemas Isolados e Integração de Mercado – CTSI ⁽¹⁶³⁾.

Hoje o governo federal só realiza um planejamento da expansão para a oferta de eletricidade, sob responsabilidade do MME e executado pelo Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE.

Os Comitês Técnicos do CCPE são geralmente coordenados por técnicos de empresas concessionárias estatais, como a FURNAS, ELETROBRAS, COPEL, ELETRONORTE e, que chefiavam pequenas equipes de técnicos, boa parte em regime de tempo parcial.

Percebe-se do levantamento efetuado sobre a composição do CNPE e sobre os Comitês técnicos que no primeiro há real predomínio do governo e duas cadeiras que poderíamos chamar de assentos da sociedade civil na sua composição. Nos comitês há predomínio das contribuições de técnicos ligados às empresas elétricas.

Uma das críticas mais recentes quanto à vida operacional e quanto à composição do CNPE é oriunda de setores do movimento social organizado. Estes setores inclusive se apresentam de público como atores sociais proponentes e preocupados com a política

---

¹⁶³ Cf. BRASIL. Lei Nº 9.478 (1997) Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências

energética. Iniciemos a exemplificação falando do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS). Em recente solicitação ao Ministério de Minas e Energia o FBOMS encaminhou ofício solicitando que as vagas referentes ao assento da sociedade civil no CNPE fossem indicadas. Desde o início de 2003 estes nomes não foram indicados. Isto se revela uma contradição em que pese as intenções e origem do atual governo. O referido fórum ainda denuncia que o CNPE, no atual governo (Governo Lula, 2003 – 2006), tomou, “ad referendum”, decisões importantes quanto à política energética nacional, não tem proporcionado a divulgação prévia de datas e pautas de suas reuniões à sociedade. Assim, seu funcionamento conflita com o regimento interno, quanto à periodicidade das reuniões e à garantia de assento de representantes das Universidades e dos Cidadãos Brasileiros.

“Acreditamos que a existência do CNPE deva assegurar a necessária transversalidade nas decisões sobre a política energética, reunindo diferentes ministros e demais representantes dos diversos segmentos da sociedade. Dentro da perspectiva de que o governo reassuma a função de planejador do setor energético, com controle social, entendemos que abertura do Conselho à sociedade civil é um primeiro passo neste sentido, garantindo assim o cumprimento do seu próprio regimento, e iniciando um caminho para a sua democratização e transparência, de modo a proporcionar interlocução com a sociedade e condições de um debate público mais amplo sobre decisões estratégicas da política energética nacional.” ⁽¹⁶⁴⁾

Ainda no corpo do ofício a FBOMS reivindica uma audiência com o Ministério e sugere pontos de pauta:

*“ - funcionamento do CNPE e representação da sociedade civil;
 - avaliação da ausência de discussão com a sociedade civil nos processos de regulamentação da Lei. 10.438 / 2002 e de aprovação do Novo Modelo para o Setor Elétrico;.
 - perspectivas da liderança do MME e participação da sociedade civil na preparação da posição brasileira para a Conferência Mundial sobre Energias Renováveis”*⁽¹⁶⁵⁾.

---

¹⁶⁴ Trecho de documento tornado público pelo FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e direcionado ao Ministério das Minas e Energia em 08 de março de 2004. Obtido por acesso em 25/08/2005 à página eletrônica www.vitaecivilis.org.br/default.asp?site_Acao=mostraPagina&paginaId=1795

¹⁶⁵ Trecho selecionado e transcrito do mesmo documento da FBOMS.

Outra organização não governamental, o Greenpeace, que tem publicamente contribuído para a circulação de idéias referentes à política energética, mais no tocante à contraposição da tecnologia nuclear para fins de geração de energia e particularmente seus impactos ambientais, externa a seguinte opinião sobre o CNPE:

“O próprio CNPE, que teve suas atribuições fortalecidas no Novo Modelo do Setor Elétrico, é atropelado pela truculência antidemocrática do “Ministro Chefe”. Apesar de ser um espaço restrito e de haver negado, justamente no Governo Lula, a nomeação de um cidadão brasileiro especialista em energia com direito a voto prevista em seu regimento, o CNPE ainda é um espaço transversal de diálogo entre distintas pastas na definição da política energética. Mas a democratização do CNPE, ou um simples passo na garantia da participação de representante da sociedade que, juntamente com os representantes das universidades e dos estados e municípios, pudesse influenciar nas posições deste coletivo de ministros contra a execução da usina de Angra 3, não foi sequer defendida pelos Ministros integrantes deste conselho, passivos diante do intervencionismo” ⁽¹⁶⁶⁾.

“A sociedade civil, principalmente desde o episódio que ficou conhecido como Apagão 2001, tem aberto os olhos e se apropriado do conhecimento sobre as enormes potencialidades das medidas de eficiência energética e do uso de novas fontes renováveis de energia - como a biomassa, solar e eólica -, no alcance dos interesses da população e da universalização dos serviços de energia. Ao contrário dos governantes, a sociedade evoluiu e não se permite mais adotar a mesma postura imposta nos tempos da ditadura, a qual seria de se calar frente ao autoritarismo nuclear surpreendentemente adotado pela Casa Civil, e supostamente justificado na defesa de interesses “estratégicos”. De quem?” ⁽¹⁶⁷⁾

5.1.2 A crítica do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto ao mandato e operação do CNPE.

Dentro da idéia do que é exposto por BOBBIO quando fala sobre o poder invisível⁽¹⁶⁸⁾ e a capacidade do poder visível debelá-lo, aparece como idéia central a publicização dos atos de poder.

¹⁶⁶ Trecho selecionado de artigo obtido do sitio eletrônico do GREENPEACE – Notícia - “Greenpeace participa de reunião do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais” Acesso em 07/09/2005 à página http://www.greenpeace.org.br/energia/?conteudo_id=1001&content=1

¹⁶⁷ Trecho selecionado de artigo obtido do sitio eletrônico do GREENPEACE – Notícia - “O governo Lula e a democracia da bomba nuclear”. Acesso em 07/09/2005 à página http://www.greenpeace.org.br/nuclear/?conteudo_id=2049&sub_campanha=0

¹⁶⁸ Cf. BOBBIO, Norberto. “O futuro da Democracia; uma defesa das regras do jogo.” Ed. Paz e Terra, RJ, 1986. Discussão especialmente aprofundada no capítulo - A democracia e o Poder Invisível.

Norberto Bobbio oferece a idéia de que ocorre uma transformação muito forte na visibilidade política dos atos do Estado e Governo no chamado Estado pós Keynesiano. Esta transformação, explícita no trecho selecionado à seguir, parece indicar uma das bases do aumento do poder invisível e dar elementos conceituais para o que o autor chama de uma teoria do *subgoverno*. Vejamos o que o autor nos diz, não da teoria, mas da prática deste subgoverno, especialmente de novos papéis da classe política:

“Tal prática está estreitamente conectada àquela função do estado pós keynesiano (que os neomarxistas chamam de estado do capital que é o governo da economia. Onde o estado assumiu a tarefa de governar a economia, a classe política exerce o poder não mais apenas através das formas tradicionais da lei, do decreto legislativo, dos vários tipos de atos administrativos – que, desde quando existem um regime parlamentar e um estado de direito (um estado, entenda-se, em que os atos de administração pública são submetidos a um controle jurisdicional), começaram a fazer parte da esfera do poder visível -, mas também através da gestão dos grandes centros de poder econômico (bancos estatais, indústrias subvencionadas, etc.), da qual acima de tudo extrai os meios de subsistência dos aparatos dos partidos, dos aparatos dos quais por sua vez extrai, através de eleições a própria legitimação para governar. À diferença do poder legislativo e do poder executivo tradicional, o governo da economia pertence em grande parte à esfera do poder invisível, na medida em que se subtrai (se não formalmente, ao menos substancialmente) ao controle democrático e ao controle jurisdicional”⁽¹⁶⁹⁾.

Do que foi dito por BOBBIO, entendemos que a novidade estaria em uma espécie de adequação da classe política como mediadora do poder invisível, porta voz por vezes, de seus interesses. Atos do poder invisível e sua relação com a representação política não estariam apenas relacionados com financiamentos de campanhas políticas, mas também potencialmente relacionados com decisões sobre licitações: de que empresas comprar, que construtoras credenciar para licitações, que empresas atender, que linha tecnológica favorecer em uma política pública de ciência e tecnologia, apenas para citar possibilidades.

O aparecimento de novidades para a opinião pública (com a ênfase e teor das surpresas) sobre atos administrativos advindos de políticas públicas, políticas de governos no cenário brasileiro e nos cenários de discussão sobre energia estão presentes em todo o percurso de formação das empresas elétricas brasileiras (privadas ou estatais) e em atos de governo. Exemplos: relutância da Light em aplicar o código das águas, na década de 1940;

acionamento e cortes sem prévio aviso e crise de investimento destas empresas na década de 1950, diminuição da parcela de energia destinada à iluminação pública⁽¹⁷⁰⁾, cortes inesperados⁽¹⁷¹⁾, intervenção estatal e planejamento econômico resultante no governo Getúlio Vargas, estatização do setor em seguida (durante todo o período militar de 64), nos anos seguintes privatização do setor, criação de agências reguladoras e mais recentemente a surpresa pública sobre riscos de racionamento de energia elétrica (popularmente conhecido como apagão da era Fernando Henrique Cardoso –1995 a 2002) constituem elementos propícios para traçar um paralelo com o que Norberto Bobbio sugeriu há pouco como fatores que alimentam a possibilidade de fortalecimento do poder invisível no cenário brasileiro.

À privatização não se sucederam os investimentos prometidos, investimentos na transmissão de energia elétrica não foram realizados, isto explica parte dos motivos de que durante o período de racionamento, hidrelétricas do sul vertiam água: as agências reguladoras trabalharam mal. Nos deteremos sobre isso no que segue e, motivados por este paralelo entre a constituição do poder invisível descrito por BOBBIO e o retrospecto centralizador das políticas sobre a expansão da eletrificação, pensa-se em que aparatos específicos do Estado poderiam se contrapor ao poder invisível. Estamos falando dos Ministérios Públicos e os Tribunais de Contas que produzem documentos de avaliação e fiscalização, cujo conteúdo poderiam ser mais bem aproveitados pela opinião pública.

Como possibilidade de maior publicização de informações sobre a produção e disponibilização da eletricidade, há instrumentos em operação ligados à esfera jurisdicional que, acoplados com divulgação pública podem desesconder futuras novidades. Os tribunais de contas têm trabalhado em investigações que revelam que não há apenas unanimidades e comportamentos racionais nas políticas do setor elétrico. O tribunal de contas da união se debruçou, recentemente, sobre aspectos da política energética.

Em relatório produzido por uma comissão de avaliação e auditoria do Tribunal de Contas da União - TCU ⁽¹⁷²⁾ acompanhou a atuação das agências reguladoras (ANP e ANEEL) bem como a atuação do CNPE durante o período de 1998 a 2002. No uso de suas atribuições, através da análise e controle das outorgas de concessão dos aproveitamentos

---

¹⁶⁹ Op.cit. p.103.

¹⁷⁰ Ver a este respeito o artigo de MARANHÃO, Ricardo. "**Estado e Capital Privado na eletrificação de São Paulo**" in SZMRECSÁNYI, T & MARANHÃO, R. "História de Empresas e Desenvolvimento Econômico". 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

¹⁷¹ Além da citada obra de MARANHÃO ver BRANCO, Catullo. "**Energia Elétrica e capital estrangeiro no Brasil**". São Paulo, Alfa-Omega, 1975. Estas duas referências permitem um aprofundamento na análise do papel do capital privado e estrangeiro no processo de eletrificação no Brasil e algumas das suas consequências.

hidrelétricos, da transmissão e distribuição e por auditoria para verificar a operacionalidade do Conselho Nacional de Política Energética, o tribunal produziu relatório com importantes análises sobre os primeiros anos das agências reguladoras e o papel no CNPE durante um momento importante de discussão pública sobre o racionamento de energia elétrica ocorrida no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

De maneira geral o relatório expõe que a atuação do CNPE se resume a análises de questões pontuais e não à formulação de uma política energética geral. Constatou-se adicionalmente que o Ministério das Minas e Energia necessitaria de uma maior estrutura para dar suporte às atividades do CNPE, tal como pressupõe a sua lei de criação N° 9.478/1997. O relatório também expõe a crítica ao caráter não deliberativo do CNPE, que não obstante, teve abrigado dentro de si uma câmara interna criada por decreto presidencial à época da crise recente de suprimento (Câmara de Gestão da Crise Energética, sob presidência do Ministro da Casa Civil Pedro Parente) instalada com caráter deliberativo. A câmara de gestão da crise tinha mais poder que o órgão que a abrigava. O relatório conclui que, por omissão do Conselho, as agências reguladoras têm exorbitado de suas competências de meros implementadores da política energética setorial ⁽¹⁷³⁾.

Apesar do TCU não ter poder de proceder a um enquadramento ou reparo da situação constatada, o relatório é de domínio público e serve de referência ao Poder Judiciário, Poder Legislativo e à sociedade como um todo. Entende-se que o caráter fiscalizador do TCU deva ser mais valorizado e aproveitado pelos meios de comunicação, principalmente quando exige-se um aprofundamento de temas que digam respeito à polêmicas existentes na sociedade. Uma delas é o papel das agências reguladoras. Esta pesquisa teve acesso ao relatório por caráter prospectivo, de procurar documentos de acesso público, que dissessem respeito à ampliação de espaços de discussão sobre a oferta de eletricidade e seus impactos. Durante a pesquisa encontrou ações do TCU, mas não encontrou nem material jornalístico nem produção acadêmica, que utilizasse o citado relatório. Mais uma vez se infere que a circulação de um relatório com importantes considerações não teve a devida repercussão ou efeito.

Esta seção procurou trazer informações sobre a dinâmica de funcionamento de um conselho de Estado, o Conselho Nacional de Política Energética. Associamos a idéia de voto

---

¹⁷² Relatório solicitado pela SEFID – Secretaria de Fiscalização de Desestatização, uma unidade técnica dedicada à análise dos processos de privatização e para o controle dos órgãos reguladores. À época o TCU era presidido pelo Ministro Valmir Campelo. As decisões e relatórios do TCU podem ser obtidos integralmente à página eletrônica www.tcu.gov.br

¹⁷³ Cf o relatório BRASIL. TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO "O Controle Externo das Agências reguladoras: questões relevantes sobre os setores Elétrico e de Petróleo e Gás Natural". Brasília: TCU, SEFID 2003.

majoritário a esta dinâmica (mesmo se tratando de conselho consultivo), comentou-se sobre superposições institucionais, como aquelas relatadas na exposição do relatório do tribunal de Contas da União. Fechando a seção faz-se apenas mais uma consideração de sobreposição de papéis institucionais, no tocante a licenciamentos ambientais, que dizem respeito ao tema da investigação, já que se estendem a empreendimentos hidrelétricos.

O chamado Princípio da Celeridade tal como descrito por BERMANN é um exemplo de como em situações chamadas de “emergenciais” ocorrem sobreposições institucionais e de papéis no âmbito do CNPE. Este princípio instituído à época não contribui para democratizar a discussão. Estabelecido pela medida Provisória Nº. 2.147 de 2001, o princípio estabelece prazos mais curtos para o licenciamento ambiental de empreendimentos do setor energético:

“Esta determinação, além de desconsiderar que os longos prazos para o licenciamento ambiental são muitas vezes decorrentes da má qualidade com que os estudos de Impacto Ambiental são elaborados via-de-regra impondo a necessidade de novos estudos e complementações, também inviabiliza a realização das audiências públicas, único mecanismo que torna possível o necessário debate público dos empreendimentos.” ⁽¹⁷⁴⁾

A questão fundamental reside no questionamento sobre o procedimento majoritário ser adequado ou não para aferir e encaminhar o conflito e posteriormente, a decisão. A aplicação do princípio majoritário só pode ser estabelecido se alguns princípios anteriores (jurídicos) não puderem ser revogados pela suposta maioria posteriormente consagrada.

Uma condição de validade reside na constatação de que as decisões tomadas pelo voto majoritário sejam passíveis de revogabilidade caso suas conseqüências se verificarem inadequadas no futuro. Neste particular, o questionamento, a posteriori, de grandes empreendimentos na área de energia poderia caber como exemplo já que alguns casos se fazem notar ⁽¹⁷⁵⁾.

A decisão majoritária por considerações de momento (e a vontade de resolver questões no curto prazo para satisfazer questões de mercado) pode produzir efeitos colaterais de longo prazo de caráter irreversível (os atingidos por barragens podem, por exemplo, perder a capacidade de existir como agricultores, quilombos podem perder a sua essencial

¹⁷⁴ BERMANN, Célio. **"Energia no Brasil, Para que? Para quem?"** São Paulo; Livraria da Física; FASE 2001. pág. 94.

¹⁷⁵ O caso da Usina de Barra Grande (SC) é elucidativo: após realizado o Relatório de Impacto Ambiental e ser expedida a Licença de Operação, identificou-se que uma grande área de floresta nativa de araucárias não tinha sido citada no estudo. Ver PROCHNOW, Miriam (Org). **"Barra Grande - A hidrelétrica que não viu a floresta"**, Rio do Sul-SC: APREMAVI, 2005.

territorialidade). Há uma tendência (estimulada pela tradicional legitimidade do voto majoritário) de omitir impactos futuros, os possíveis efeitos de longo prazo:

“O princípio majoritário transforma a conquista da maioria pelas elites políticas na condição prioritária do sucesso político: e tais maiorias precisam ser conquistadas hoje: (...)”. ⁽¹⁷⁶⁾

O Voto majoritário como princípio decisório é prática consagrada dos chamados “Princípios da Democracia”, tanto como forma de decisão eleitoral quanto na forma de decisão em parlamentos das sociedades ocidentais e industriais modernas, e se estende a conselhos de Estado. Não obstante esta consagração, há problemas práticos e de legitimidade nesta conduta que procuramos comentar.

Com respeito à idéia de conselhos e do voto majoritário, formalmente instituído neles, defendemos a idéia da necessidade de evidenciar um “resíduo de possibilidades”. Aqui se pode estabelecer uma possível relação entre o pensamento de Hannah Arendt ⁽¹⁷⁷⁾ e OFFE ⁽¹⁷⁸⁾: o resíduo é o que importa na constituição da política como possibilidade humana de se concretizar como atitude reflexiva. Para Hannah Arendt deve sempre haver uma margem de manobra entre aquilo que se decide entre os grupos (através da negociação livre de coação) e aquilo que não foi contemplado com respeito ao grupo que não teve seus pleitos contemplados. É esta margem residual que faz e motiva os próximos passos de estabelecimento da política como realização da condição humana, pelo reconhecimento do outro como interlocutor para fazer a política.

5.2 Oportunidades políticas no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas.

Podemos dizer que há novidades interessantes na discussão pública sobre possíveis e variados usos das águas, que bem ao início do capítulo anterior procuramos exemplificar: os comitês de bacia, inseridos no Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH) e ligados ao que também se chama de Gestão de Bacia Hidrográfica. O Sistema Nacional de Recursos Hídricos criado no Brasil, é fortemente influenciado pelo modelo Francês de gerenciamento de recursos hídricos e participação dos usuários na cobrança de água. O processo de

¹⁷⁶ OFFE, Claus. “Legitimação Política por decisão Majoritária?” in “Problemas Estruturais do Estado Capitalista”. Ed. Tempo Brasileiro Rio de Janeiro –RJ– 1984. pág.333

¹⁷⁷ Ver ARENDT, Hannah. “A Condição Humana”. Ed. Universidade São Paulo, São Paulo – SP, 1981.

¹⁷⁸ OFFE, Claus. 1984.

estabelecimento do SNRH coincide com as reformas introduzidas no Estado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que procuravam transferir responsabilidades do Estado para o setor privado e substituir regulações do tipo comando e controle por regulações de mercado. Estavam dentro de um processo de privatização acelerada em um momento de criação de agências reguladoras como instrumentos para tais fins.

Cerca de 100 comitês foram criados, 5 deles federais. A legislação associada a eles é bem variada e procura dar conta desta situação fronteiriça (bacias que ocupam áreas de dois ou mais estados e às vezes outros países). Estas diferenças também se manifestam nas suas composições de representantes, envolvimento maior ou menor com temas regionais e efetividade nos propósitos a que se prontificam. Encontramos no trabalho de ABERS, FORMIGA JOHNSON et al ⁽¹⁷⁹⁾ um esforço de entender a composição e dinâmica de funcionamento de vários comitês através de entrevistas com mais de 600 membros de comitês. Alguns dos resultados serão explicitados mais adiante. Os autores comentam que não são resultados generalizantes, mas sinalizam pistas.

5.2.1 Reflexões sobre a contribuição dos comitês de bacia para o processo de tomada de decisão e controle por parte da sociedade sobre a gestão das águas.

O que se busca, a partir de agora, nesta seção e nas próximas é colocar algumas impressões sobre as dinâmicas e potencialidades dos comitês de bacia se consolidarem como espaços políticos de discussão sobre energia e uso das águas e das terras ribeirinhas, baseado em trabalhos de alguns estudiosos do tema, dos já citados e de outros, sobre gestão de recursos hídricos.

JACOBI ⁽¹⁸⁰⁾ aponta aspectos do processo de reorganização do sistema de gestão de recursos hídricos no país ocorrido ao longo da década de 1990:

“O novo sistema reconhece a água como bem econômico, preconiza uma gestão integrada e descentralizada dos seus usos múltiplos e requer negociações entre órgãos dos níveis de

---

¹⁷⁹ ABERS, R. N, FORMIGA JOHNSON, R. M. FRANK, B. LEMOS, M.C. KECK, M.E. "Stakeholder Councils and River Basin Management in Brazil: Democratizing Water Policy?", 3º encontro da ANPPAS – Associação nacional de Pesquisa e pós Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2006.

¹⁸⁰ Cf. JACOBI, P. “A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços públicos colegiados”. in COELHO, V.S e NOBRE, M (orgs) “Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo”. São Paulo. Ed.34, 2004.

governo federal, estadual e local, usuários e sociedade civil organizada. O processo de negociação envolve organizações em âmbito de bacias hidrográficas, que deliberam sobre as atividades e políticas públicas que possam afetar a quantidade das águas em suas circunscrições.(..) A efetivação do processo de gestão de bacias hidrográficas ainda é embrionária, e a prioridade dos organismos de bacia é a criação dos instrumentos necessários para isso.

O sistema é inovador tanto no Brasil como internacionalmente. Rompe com práticas profundamente arraigadas de planejamento tecnocrático e autoritário, conferindo poder às instituições de bacias descentralizadas.” ⁽¹⁸¹⁾

A partir da declaração do autor e motivado pela ênfase que se procura utilizar neste trabalho quando dizemos que a oferta de eletricidade através da hidreletricidade, ao utilizar as águas modifica e influencia a vida de muitas pessoas (na cidade, no campo, nas aldeias, às margens dos reservatórios formados e às margens dos rios deformados), surge o interesse em verificar a possibilidade de aumento da representação da sociedade civil nas discussões sobre o uso das águas, se servindo daquilo que oferece o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e os comitês de bacias. Como esta novidade institucional pode efetivamente ser palco de problematizações sobre a utilização da água para fins de geração de energia e favorecer a circulação de informações e consolidação de espaços participativos e críticos, e de expressão também pública dos direitos e reivindicação de novos direitos? A aproximação deste espaço participativo de processos decisórios sobre energia elétrica aparece como espaço possível dentro de uma esfera pública de discussão na área de energia.

Por que a política nacional de recursos hídricos pode ser considerada como política que promove novas institucionalidades?

Existe uma estruturação hierarquizada através de colegiados. Os comitês de bacias que têm responsabilidades como as de promover debates das questões relacionadas ao uso da água e conflitos relacionados ao seu uso.

Há um novo entendimento da bacia hidrográfica como unidade territorial para implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

“A lei rompe com as tradicionais fronteiras físico-políticas dos estados (..). propõem uma política participativa e um processo decisório aberto aos diferentes atores sociais vinculados ao uso da água.”⁽¹⁸²⁾

---

¹⁸¹ Op.cit.Pág. 270.

Segundo a opinião de Cláudio de Mauro (que ficou à frente dos comitês de bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, um dos primeiros comitês a se consolidar dentro do Sistema Nacional dos Recursos Hídricos) a capacidade dos comitês de bacia discutirem temas ampliados no aspecto regional, que não apenas o tema água, deveria ser maior. O trecho a seguir evidencia dois momentos sensíveis, um deles relacionados à implantação de uma termelétrica na região ⁽¹⁸³⁾ na qual o comitê atua:

“Dentro dos comitês ainda existe uma mentalidade de que eles foram criados para tratar especificamente dos recursos hídricos, para tratar da água e ainda há uma forte dificuldade pra introduzir alguns temas que atendam interesses de setores específicos, mas nós chegamos aqui no comitê de bacia do Piracicaba por exemplo, a contratar a Sindap pra nos ajudar na definição de algumas políticas regionais por que isso.. porque nós nos sentíamos enfraquecidos no momento que nós tínhamos que tratar Carioba II, pra tratar a questão da Ambev, e outras solicitações que estão aparecendo de intervenção na região, e que o DAIA (Departamento de meio ambiente da Secretaria Estadual) mandava para que nós nos posicionássemos a respeito. Então nós tínhamos que nos posicionar sobre pontos específicos ou seja que não tínhamos a visão global da bacia nós tínhamos o projeto, o plano de bacias, mas não tínhamos ainda o estudo das políticas de desenvolvimento. Você não pode estudar a questão da política energética descolada da política de desenvolvimento dentro da perspectiva de sustentabilidade. (Trecho de entrevista Prof. Cláudio de Mauro).

O entrevistado sugere a redefinição de papéis e articulação entre outros comitês e outros setores da sociedade. Sugere a idéia de rede:

“Então eu tenho que fazer uma discussão do desenvolvimento sustentável na ótica da construção efetiva da democracia, portanto abrir os espaços de tratamento desses assuntos com todos os setores sociais. O comitê, nesse aspecto, os comitês de bacia hidrográfica têm que redefinir os seus papéis e têm que saber que a questão da energia é fundamental para a quantidade, para a disponibilidade e para a qualidade da água de abastecimento público”. (Trecho de entrevista Prof. Cláudio de Mauro).

---

¹⁸² JACOBI, Pedro 2002 à pág 273.

¹⁸³ O entrevistado se refere à tentativa de implantar a usina termelétrica de Carioba II. Agregamos nosso comentário de que este foi um caso em que ocorreu participação de grupos sociais por fora do Comitê de Bacias Hidrográficas. Para aprofundamento da questão sugere-se a leitura de textos disponíveis à pág www.fem.unicamp.br/~seva, página organizada pelo Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho, da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas.

Quanto à possibilidade de discutir, no âmbito dos comitês, com os representantes das empresas temas mais ligados a interesses gerais que não digam respeito especificamente ao próprio interesse corporativo individual, a expectativa é baixa:

“Quando eu olho por exemplo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, eu vejo lá os representantes das empresas tanto da produção como da distribuição de energia. Tem gente participando, mas a participação ainda é pra defender interesses propriamente, para interesses do setor, não tem aquela discussão pensando num projeto nacional, pensando num projeto de país.” (Trecho de entrevista Prof. Cláudio de Mauro).

Quanto à possibilidade de discussão intersetorial também são colocados alguns obstáculos derivados da visão (já discutida anteriormente em capítulo anterior) tecnicista e setorial, também herança autoritária que se manifesta nas esferas de governo:

“Há uma imensa dificuldade de se discutir com o governo questões como essas, mesmo porque de maneira geral, o pessoal da área, acha que quem entende do assunto são eles. Como eles acham, as pessoas que entendem do assunto, tão lá naquela sala, naquela mesa de meia dúzia de pessoas... você vai acrescentar o que nessa discussão? Não existe essa concepção de construção de uma sociedade compartilhada”. (Trecho de entrevista Prof. Cláudio de Mauro).

Quanto a possibilidades no âmbito das institucionalidades disponíveis o entrevistado coloca algumas responsabilidades sobre as agências reguladoras que segundo ele teriam o papel de estimular o debate intersetorial:

“A ANEEL hoje tem obrigação de fazer isso, de ampliar o processo de participação na área energética à imagem, ou nas proximidades daquilo que é feito no sistema nacional de recursos hídricos na lei 4933 por exemplo, porque o presidente da ANA, o primeiro presidente da ANA que foi um dos responsáveis pela implementação da lei 4933 é o atual presidente da ANEEL que é o Kelman, Gérson Kelman. Então ele podia perfeitamente transpor um pouco isso, mas eu sei as dificuldades que ele tem, em primeiro lugar pra poder introduzir essa nova metodologia, esse novo modelo nas discussões energéticas, tanto é que essa questão das pequenas empresas hidrelétricas ele não conseguiu convencê-los, ele tinha o ponto de vista que as pequenas tinham que participar do processo de pagamento e cobrança

da água, por outro lado também no meu entendimento o Kelman não acredita muito no sistema de recursos hídricos". (Trecho de entrevista Prof. Cláudio de Mauro)

Na entrevista com o dirigente sindical da CUT surge a idéia de aproveitar a bacia hidrográfica como território (uma espécie de volume de controle, termo emprestado da termodinâmica) para discutir empreendimentos que não de maneira isolada, caso a caso:

"num dos organismos da sociedade civil – o fórum brasileiro de meio ambiente- nós estamos junto ao Ministério do Meio Ambiente ao Ibama fazendo reivindicações que haja o que é denominado hoje no setor a Avaliação Ambiental Estratégica, que é para evitar a estratégia dos empreendedores e do próprio governo de fazer avaliações ambientais por usina, por empreendimento. Então nós queremos que ...frente um conjunto de obras previstos em determinada região ou bacia hidrográfica ou estado etc, seja feito uma avaliação ambiental estratégica do conjunto das obras que estão sendo previstas e não de obra a obra, caso a caso, que são espaços onde o setor privado, o próprio governo federal e a mídia, que está a serviço destes empreendedores, consegue manipular mais, consegue ser menos transparente. Numa avaliação ambiental estratégica, que tem que ser feita também antes do início das obras, de qualquer trabalho desses empreendimentos, é um espaço em que, caso haja participação da sociedade civil onde seja assegurado que os atingidos por barragens, os setores da universidade, os trabalhadores do setor elétrico e demais interessados possam participar, na nossa opinião. É esse o momento que se pode colocar um projeto de nação do ponto de vista elétrico e não um projeto que atenda interesses de empresários. (Trecho de entrevista com Temístocles Neto, dirigente da CNMA-CUT)

Façamos mais perguntas problema: as discussões que ocorrem nos comitês de bacia têm visibilidade pública? Permitem maior participação da chamada sociedade civil? São perguntas centrais para os propósitos do nosso trabalho.

O trabalho de ABERS, FORMIGA JOHNSON *et al* sobre a participação da sociedade nos comitês de bacias mostra pistas e dados interessantes baseado em uma pesquisa entre mais de 600 membros de comitês de bacia. O trabalho investigativo destas pesquisadoras parece revelar, mesmo em caráter precavidamente preliminar que, no geral, os comitês parecem trabalhar melhor como espaços de deliberação do que como mecanismos de controle social sobre as ações do Estado ⁽¹⁸⁴⁾. Segundo as autoras, os comitês,

---

¹⁸⁴ Cf. ABERS, R. N, FORMIGA JOHNSON, R. M. FRANK, B. LEMOS, M.C. KECK, M.E. "Stakeholder Councils and River Basin Management in Brazil: Democratizing Water Policy". 3º encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.

“são arenas nas quais elites sócio-econômicas debatem questões relacionadas à água com participação substancial de organizações e representações de grupos. Desigualdades sociais interferem mas não impedem o processo deliberativo” ⁽¹⁸⁵⁾.

Da citação anterior extrai-se para fins de reflexão o termo “elites sócio-econômicas”. Seria interessante examinar qual a extensão em que os grupos que não pertencem a esta elite participam nos comitês, que carregam o rótulo de tripartites (Estados, Municípios e sociedade civil). Abre-se também a relevância do questionamento se de fato poderiam assim ser chamados ou alternativamente comitês 2/3 - 1/3.

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos estabelece que a sociedade civil deve estar representada nos comitês de bacia. Assim, este espaço ou fórum carrega automaticamente o “selo” de democrático. O que significa esta representação nos comitês de bacia? Esta sociedade civil está restrita aos técnicos que entendem do assunto? Quem não entende tanto assim, mas que pode ter assessoria técnica adequada pode participar com igual estatuto dos técnicos? Deixando mais claras as indagações: os atingidos por barragens ou outros agrupamentos sociais ou ambientalistas que eventualmente sofrem processo de criminalização ou carregam a pecha de “eco-chatos” podem participar com igual oportunidade argumentativa? Aqui está a relevância de pensar sobre as “elites” presentes nos comitês.

A categorização efetuada por ABERS, FORMIGA JOHNSON ⁽¹⁸⁶⁾ revela que há bastante da heterogeneidade nas composições e categorias. Citando exemplos: em São Paulo há uma divisão entre Estado, governos municipais e sociedade civil (aqui incluindo federação de indústrias); em Minas Gerais ocorre divisão entre Estados, governos municipais, usuários (públicos e privados, associação de usuários de empresas individuais) e sociedade civil. Diante da heterogeneidade os autores preferiram lançar de mão de outras categorias. Em termos quantitativos, a categoria composta por sociedade civil e pequenos consumidores revela uma participação de cerca de 27 % no universo dos comitês estudados, conforme os dados da tabela II.

---

¹⁸⁵ Op.cit. p 1

¹⁸⁶ Cf. ABERS, R. N, FORMIGA JOHNSON, R. M. FRANK, B. LEMOS, M.C. KECK, M.E., 2006.

Tabela II: Participação da sociedade civil nos comitês de bacia hidrográfica

Sociedade Civil	165 (27%)		
		ONGs ambientalistas	30 (5%)
		Outras ONGs (mulheres, indígenas, grupos étnicos.)	8 (1%)
		Associações comunitárias e de bairro.	39 (6%)
		Associações profissionais	30 (5%)
		Universidades e institutos de pesquisa	35 (6%)
		Clubes esportivos, incluindo aquáticos	3 (0%)
		Organizações religiosas	4 (1%)
		Sindicatos (excetuando os rurais)	5 (1%)
		Outros agrupamentos da sociedade civil	11 (2%)
Pequenos consumidores (captação própria)	60 (10%)		
		Associações de pequenos consumidores	50 (8%)
		Sindicatos rurais e associações de trabalhadores rurais	10 (2%)

Tabela II Fonte: ABERS, FORMIGA JOHNSON et al (2006).

Seleção do trecho da tabela e tradução próprias..

JACOBI comenta sobre algumas dificuldades e potencialidades nas discussões dentro dos comitês ⁽¹⁸⁷⁾. Listamos a seguir algumas colocações sugeridas pelo autor:

- As prefeituras se posicionam de maneira serviente: participando pouco nas discussões, vindo a reboque de posicionamentos dos governos estaduais;
- Críticas são dirigidas a representantes de órgãos de governo tidos como avessos a práticas mais participativas e concentradores de informações setoriais;
- O papel dos técnicos é importante para convergir discussões, sistematizar e produzir indicadores;
- ONGs reclamam sobre falta de transparência na gestão dos recursos financeiros e lentidão de processos administrativos que engessam deliberações;
- As redes têm cumprido um papel importante principalmente no âmbito de sub-comitês no tocante à capacitação e troca de informações no sentido horizontal. As redes contribuem de maneira positiva para a capacitação do segmento “sociedade civil”.

Deve-se comentar que as colocações acima aparecem (exceção feita à primeira, pois diz mais respeito a uma dinâmica própria dos comitês de bacia em seu âmbito mais regional) anteriormente nas primeiras três sessões do quarto capítulo quando investigamos os posicionamentos e pleitos do movimento sindical, ONGs e movimentos sociais. A idéia de organização e troca de informações através de redes parece ser algo recorrente. Esta idéia

¹⁸⁷ Cf. JACOBI, Pedro. 2004. Sistematização à partir das págs. 278 a 288.

junto com a discussão técnica e seu papel sistematizador serão retidas e comentadas com mais destaque no último capítulo e parcialmente no próximo, quando se discute a produção de indicadores (associados a técnicas de conversão de energia) para comparar alternativas no debate público sobre energia no Canadá.

Do que foi dito até agora e considerando que os comitês de bacia parecem funcionar *mais* como espaços aonde se expressam e se formam consensos sobre algumas políticas públicas, espaços aonde atuam várias organizações (ao menos garantida a voz e exposição de linhas argumentativas conforme a pesquisa de ABERS, FORMIGA JOHNSON et al⁽¹⁸⁸⁾ sugere) e funcionar *menos* como espaço de controle social sobre o Estado, principalmente nos temas considerados como relativos a outros setores (energia e uso das águas para fins de geração e o caso da cobrança da água para aproveitamentos hidrelétricos, citado pelo entrevistado Prof. Cláudio de Mauro que é bastante sugestivo). No polo oposto também os comitês não poderiam funcionar como forma de controle empresarial sobre a sociedade. Há uma imposição de participação e publicização das deliberações e atividades, talvez hoje mais propagandeada do que efetiva, mas que potencialmente possa evoluir em qualidade e como espaço político para ser ocupado.

A forma tradicional de gerenciamento de recursos hídricos para fins de geração de energia parece prevalecer à medida que centraliza decisões no topo (a concentração de decisões sobre grandes projetos de obras no CNPE, como Belo Monte e a maneira como se deu a discussão sobre o licenciamento ambiental das obras de transposição das águas do rio São Francisco são exemplos disso) e fragmenta, com alguma inovação nos comitês, ao nível local e regional com participações menos desiguais dos setores privados, sociedade civil e governos locais. No topo e de maneira centralizada, persiste a idéia de entender a conversão hidrelétrica de energia como uso prioritário em detrimento de outros, como agricultura, saneamento. A próxima seção revela um pouco mais esta centralização em uma região cujo potencial hídrico para conversão hidrelétrica inventariado é enorme, mas na qual os comitês de bacia estão ausentes.

---

¹⁸⁸ Cf. ABERS, R. N, FORMIGA JOHNSON, R. M. FRANK, B. LEMOS, M.C. KECK, M.E., 2006.

5.2.2 Comitês de Bacia e a geração de eletricidade: olhando para o norte do país e para as grandes e polêmicas obras associadas à indústria intensiva em eletricidade.

A partir do lançamento do SNRH (Sistema Nacional de Recursos Hídricos) foram criados cerca de 100 comitês (órgãos executivos, cujo SNRH estabelece participação da sociedade civil) por todo o país. Nenhum destes comitês está instalado na bacia amazônica. Considerando o destino prioritário da energia gerada na região para grupos industriais internacionais como Albrás (PA), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Alumar (MA), consórcio japonês (NAAC), de sua conversão hidrelétrica e utilizando, portanto, as águas da região, já faria jus à instalação de um comitê na bacia amazônica. Some-se ainda a isso, a existência de subsídios tarifários que se renovam de tempos em tempos que criam uma questão dupla: água e energia sem averiguação quanto a seus usos finais e benefícios coletivos. Em uma ótica social, esta destinação da energia, da água e recursos públicos (através de renúncia tarifária) para um pequeno número de gigantescos consumidores, é questionável.

Não obstante a inexistência de nenhum comitê da bacia na área, o uso de águas do complexo Tocantins Araguaia está inventariado para fins de geração de energia hidrelétrica desde a década de 1970. De uma previsão de 27 usinas hidrelétricas de médio e grande porte, à época metade desse número - (14) vingaram como possibilidades reais, destas 14, Lajeado (850MW) e Cana Brava (450MW) estão em funcionamento, Peixe Angical com 405 MW em construção. Somente o conjunto Tucuruí (I e II) – Cana Brava – Lajeado, conta com a possibilidade de 10,5mil MW de potência instalada, se instaladas todas as máquinas.

Em julho de 2003 ambientalistas e índios criaram o Comitê Águas Vivas (iniciativa inspirada pela Coalizão Rios Vivos). A criação deste comitê é uma espécie de resposta política ao Plano Estratégico de Recursos Hídricos das bacias do Tocantins e Araguaia (estudo financiado pelo BID). Segundo PINTO ⁽¹⁸⁹⁾, iniciativas assim fazem com que haja uma aspiração cada vez mais forte por participação social alterando a lógica de fatos consumados e diretrizes tecnocráticas. Esta inspiração por participação e coalizão entre ONGs dificilmente pode ser ignorada, as controversas, conflitos e incidentes só tenderiam a aumentar, caso fossem desconsideradas.

O jornalista, no mesmo artigo, entende que os comitês de bacia poderiam ser este espaço arbitral, de diálogo e circulação de informações, talvez mais que isso, talvez um

---

¹⁸⁹ Ver artigo de autoria de Lúcio Flávio Pinto “Rios sem utopia” artigo publicado em O Estado de São Paulo em 10 de dezembro de 2002.

catalisador de natureza institucional, se por exemplo, as manifestações conflitivas ou propositivas oriundas dos movimentos sociais (e mesmo redes de solidariedade e espaços de influência) se manifestassem em comitês de bacia .

Na região norte se localizam consumidores eletrointensivos, como o consórcio Alumínio brasileiro (Albrás) englobando a Vale do Rio do Doce e um consórcio de 32 empresas japonesas. Na serra de Carajás (também no Pará) ocorre a exploração de minério de ferro. No Estado do Maranhão se localiza o consórcio ALUMAR. Há um forte direcionamento de energia subsidiada ⁽¹⁹⁰⁾ a estes empreendimentos que se situam destacadamente como aqueles do II Plano Nacional de desenvolvimento - PND relacionados à região amazônica. Quase que exclusivamente (88 % da produção segundo os autores citados), o alumínio primário foi destinado ao exterior. O Estado do Pará é o único estado do Brasil a abrigar o ciclo completo de produção do alumínio, desde a extração da bauxita até a fundição e produção do alumínio primário. Não obstante, uma produção de energia bastante expressiva e fundamentalmente direcionada à exportação de energia (via exportação do alumínio primário). O Estado do Pará tem a posição de 17º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil.⁽¹⁹¹⁾ Em termos de empregos gerados deve-se salientar que os setores industriais de siderurgia, ferro-ligas e alumínio são caracterizados por serem atividades industriais eletrointensivas e com pequena capacidade de geração de postos de trabalho se considerarmos o indicador n° de empregos/consumo de energia elétrica ⁽¹⁹²⁾.

As declarações dos entrevistados revelam dificuldades que já apareceram anteriormente e agora retornam quando fazemos, nesta seção, a discussão e análise sobre o sistema de gestão de recursos hídricos, comitês de bacias e suas possibilidades: a discussão intersetorial é dificultosa, envolve empresas que estão representadas nos conselhos de recursos hídricos, sendo que sua participação se concentra nos interesses do setor empresarial (conforme trecho anteriormente destacado na entrevista como o Prof. Cláudio de Mauro). Ocorre muita dificuldade de se discutir com o governo temas intersetoriais, há relutância de cada setor, do “pessoal da área” em discutir com outros profissionais. Em trecho da entrevista com o Prof. Paulo Figueiredo é possível perceber a dificuldade da relação explicitada acima e

¹⁹⁰ Dados obtidos de COIMBRA, L; LOJUDICE, M. "Albrás e Alumar vão à luta contra a Eletronorte". Energy News. EFEI. No 319, ano 4. Março de 2003.

¹⁹¹ Informações obtidas de PINTO, Lúcio Flávio. "**Grandezas e misérias da energia e da mineração do Pará**". Capítulo 4 da coletânea SEVA, A. Oswaldo Fº(org.). "**Tenotã-Mô Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**". Publicação IRN - Internacional Rivers Network 1ª Edição 2005.

¹⁹² A este respeito consultar BERMAN, Célio. "**Energia no Brasil, Para que ? Para quem ?**" São Paulo; Livraria da Física; FASE 2001, especialmente as págs 82 a 84 onde o autor relaciona, no tópico - energia e emprego -, o número de empregos gerados por consumo energético para vários setores industriais.

relacioná-la com a hierarquia das empresas ligadas à água, fortemente influenciadas pela herança do governo militar:

"Se você pegar no movimento ambientalista, fazendo essa ligação energia e desenvolvimento, se você pegar por exemplo as entidades que trabalham com a gestão das águas elas também tem essa dificuldade de trabalhar com a sociedade civil. Mesmo tendo um viés forte ambiental um apelo importante ambiental, nítido claro que é a questão das águas, você tem uma dificuldade imensa em trabalhar com a sociedade civil. Essas instâncias, esses conselhos que são os comitês de bacias, essas instâncias ligadas à água, elas são, vamos dizer assim, centradas também numa leitura, um viés autoritário, hierarquizado, dominado pelas empresas ligadas à água, DAEE, a SABESP, são empresas que eu acho que vem com uma distorção histórica muito grande que também decorre dos regimes militares, decorrem da apropriação da água para obtenção de energia, então tem toda uma estruturação, uma montagem histórica, que é muito complicada de você romper. (Trecho da entrevista com Prof. Dr. Paulo Figueiredo, UNIMEP, representante ambientalista no Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - CONSEMA)

Uma das perguntas utilizadas no roteiro de entrevistas (Anexo I, pergunta 4), procurou investigar se há supremacia do conhecimento técnico, se a linguagem técnica se configura como obstáculo para ampliar discussões. Pode-se dizer que há um nó que precisaria ser desfeito: se há interesses empresariais representados nos comitês e eles não se apresentam como dispostos a discutir um projeto de país, um projeto nacional como declara Cláudio de Mauro; se há relutância dos técnicos do setor em ouvir contribuições de outras áreas; se o próprio governo federal e a mídia, que se coloca ao lado de empreendedores, como coloca o dirigente sindical da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT e setores dos movimentos sociais, são estigmatizados (como trabalhamos em seção específica). Este conjunto de constatações nos leva à idéia de que a linguagem predominante daqueles que decidem, parece administrar uma disposição de atender a interesses parciais. Dizemos parciais no sentido de que não se esforçam em contemplar contradições, vozes destoantes. No segundo capítulo desta dissertação começamos a estudar algumas idéias de Habermas sobre a busca de uma situação discursiva ideal, livre de constrangimentos de uma ou outra parte dos grupos que dialogam. Em contraposição a esta situação ideal, criada por Habermas, estaria a

linguagem da administração total sugerida por MARCUSE ⁽¹⁹³⁾ que se encaixa, entendemos assim, às várias situações descritas nas entrevistas, quando surge o tema sobre a capacidade de diálogo entre as partes e, principalmente, quando surge o argumento de que uma das partes não tem todo o conhecimento, informações, vocabulário, conceitos para discutir um tema que envolveria especialização.

Adriana Ramos, do Instituto Sócio Ambiental, comenta sobre a dificuldade de interlocução com integrantes do Ministério de Minas e Energia:

"Os interlocutores específicos da área de energia são altamente, digamos, tecnicistas. Quer dizer, o debate todo é feito de uma forma técnica até porque essa é uma maneira de excluir a participação, uma maneira de manter o domínio da informação e não permitir que as questões políticas que, evidentemente, estão presentes aflorem. Então o discurso... toda a interlocução é feita com caráter técnico e a gente tem que se qualificar tecnicamente para entrar no debate. Essa impermeabilidade é a coisa mais difícil .. e a gente só consegue superar isso, no geral, quando a gente articula a interlocução direta com o processo de mobilização de opinião pública, de imprensa e tal.. que faça algum tipo de outra pressão nesses setores para que eles sejam obrigados de fato a nos ouvir. Mas é muito difícil .. é um processo muito lento. Muitos anos de trabalho pra alguns resultados pontuais e alguns resultados processuais. Mas eu acho que concretamente ainda.. é muito difícil. A maior parte dos avanços que agente tem tido concretos, vêm por essa estratégia que, digamos, você atua diretamente junto ao governo, mas você também atua no legislativo que exerce pressão sobre o governo e junto ao judiciário que exerce pressão e controle sobre o governo. E aí você consegue uma ação coordenada com resultado mais concreto, agora no que depende só da disposição do governo em aproveitar o conhecimento da sociedade pra aprimorar seus procedimentos é lento.. muito lento. (Trecho de entrevista com Adriana Ramos, do Instituto Sócio Ambiental - ISA)

Segundo MARCUSE, há uma codificação da linguagem apropriada à administração do poder. O aspecto corrosivo que questiona as estruturas, questiona a idéia de que mais terras sejam alagadas para acumular água e gerar energia, ao invés de manter os rios e terras para as atividades tradicionais de um grupo, aldeia, nação indígena, não é bem vindo. O mundo dos meios de comunicação também é seduzido pela codificação da linguagem: não vão atrás dos grupos cuja linguagem não está codificada nem lhes oferecem o destaque para argumentar.

---

¹⁹³ Herbert Marcuse em sua obra **"A ideologia da Sociedade Industrial. O Homem Unidimensional"**, Zahar Editores rio de Janeiro, 1978, especialmente no capítulo 4 quando fala do Fechamento do Universo da Locução, desenvolve o conceito da linguagem da administração total.

Herbert Marcuse coloca a problemática da utilização da linguagem como fator primordial no processo de funcionalização dos conceitos e redução destes últimos a locuções lingüísticas (frases, palavrórios, expressos nos conceitos e declarações) que reduzem elementos não conformistas de uma discussão, de um conflito de idéias, de reivindicações distintas e de distintos grupos sociais.

“Contudo, os laboratórios de defesa, os gabinetes dos diretores, os Governos e as máquinas, os controladores de ponto e os gerentes, os técnicos em eficiência funcional, os salões de beleza dos políticos (que garantem aos líderes a maquilagem apropriada) falam uma linguagem diferente e, por enquanto, parece ser deles a última palavra. É a palavra que ordena e organiza, que induz as pessoas a fazerem coisas, comprar e aceitar. É transmitida num estilo que é criação lingüística autêntica; uma sintaxe na qual a estrutura da sentença é abreviada e condensada de tal modo que não é deixada tensão alguma, “espaço” algum entre as partes da sentença. Essa forma lingüística milita contra o desenvolvimento do significado.”⁽¹⁹⁴⁾

Deve-se reconhecer que quando se fala de recursos hídricos, expansão da oferta de eletricidade através de hidrelétricas e uso dos rios e terras ribeirinhas a linguagem técnica, vocabulários das ciências exatas, como a engenharia mecânica, hidráulica, civil estarão presentes em maior ou menor grau. Deve-se reconhecer também que o linguajar técnico traz consigo um *glamour*, um ar de sabedoria, de conhecimento consagrado. Não esqueçamos que este saber não é neutro. Foi criado no meio de condicionantes sociais e econômicas, nas universidades que têm maior ou menor grau de universalidade no que produzem, devemos incluir as empresas que têm interesses imediatos, amparadas por uma política científica que atende a determinados interesses e não a outros. Resumindo a história: o linguajar técnico, os conceitos técnicos, aplicação de determinados conceitos e não outros, responde a demandas do próprio sistema de produção capitalista.

---

¹⁹⁴ Op.cit. P. 94.

6. EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS: OS CASOS DE DEBATE PÚBLICO SOBRE ENERGIA NO QUEBEC E O GERENCIAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA E DAS MARGENS DOS RIOS NA HOLANDA - O "RIJKSWATERSTAAT" .

Escolhemos dois casos internacionais: o debate público sobre energia no Estado do Quebec (Canadá) traz elementos de comparação em um país com aspectos de semelhança com o caso Brasileiro: conversão hidráulica preponderante, utilização de gás natural, povos tradicionais afetados por empreendimentos hidrelétricos, empresas estatais de grande porte, linhas de transmissão de longo percurso e por último uma experiência antiga sobre o gerenciamento da utilização das margens e dos rios na Holanda, que até os presentes dias é de fundamental importância para o assentamento seguro da população - o Rijkswaterstaat.

6.1 Debate público sobre energia na província do Quebec.

Esta seção apresenta comentários acerca do debate público sobre energia no Estado de Quebec, no Canadá. A principal fonte de informação foram quatro volumes organizados pelo Governo do Canadá sobre esta experiência (é um relatório oficial). Um dos volumes é um sumário executivo no qual são sintetizados alguns comentários sobre a experiência, e os três volumes restantes detalham as fontes de energia presentes, alternativas e a construção de índices. Trata-se de um material oficial e fez-se necessário que obtivéssemos informações sobre o debate público de outras fontes, como os sindicatos, organizações canadenses, para colher também suas impressões sobre a experiência. Esta comparação adicional nos foi útil inclusive para verificar se houve continuidade nesta iniciativa, o que nos pareceu importante.

Analisando o material *Cahier d'information [la production D'Électricité]* ⁽¹⁹⁵⁾ percebem-se semelhanças com o caso brasileiro. Na composição do quadro de geração de energia o Estado de Quebec, tal como o Brasil, se serve da geração hidrelétrica como a contribuição mais importante. Há potenciais eólicos, contribuição do gás natural, há geração eletro-termo-nuclear e perspectivas de aumento da contribuição da conversão foto-voltaica. Há fluxos de importação e exportação de gás natural e um volume de exportação de energia elétrica para os Estados Unidos.

Outro aspecto de semelhança: há uma empresa elétrica de grande porte, a Hydro Quebec que funciona, digamos, como um Estado dentro do Estado. A semelhança com o caso brasileiro fica mais clara ao lembramos da *holding* Eletrobrás, Furnas e Chesf, Eletronorte e Cemig, que no Brasil são empresas que desencadeiam políticas públicas e privadas associadas à política energética mas originárias de seus desígnios. Funcionaram no passado e funcionam hoje como um para-estado ⁽¹⁹⁶⁾. Como foi dito anteriormente, um grande volume de recursos foram destinados às empresas estatais regionais brasileiras através da taxa de eletrificação. Uma forte burocracia se criou nestas empresas, acompanhada de forte centralização das decisões. Os financiamentos que possibilitaram o processo de expansão da eletrificação foram captados pelo Estado fundamentalmente por empréstimos externos. Estas considerações sobre aspectos do processo de eletrificação no Brasil devem ser enfatizadas pois envolveram (e envolvem) significativos recursos financeiros, grandes escalas geográficas das áreas impactadas, grande número de pessoas em deslocamentos devido à formação de reservatórios e também uma grande escala de poder político associado às empresas envolvidas na expansão da oferta de eletricidade. Com isto posto, teremos mais facilidade, à medida que descrevemos o debate público sobre energia ocorrido em Quebec, em fazer comparações que interessam ao nosso estudo e perceber o papel desempenhado pela HydroQuebec e as limitações impostas ao pleno desenvolvimento do debate público naquela província do Canadá.

Há mais semelhanças com o caso brasileiro. Em Quebec existem territórios indígenas potencial e efetivamente afetados por novos empreendimentos. A leitura do relatório executivo revela que Quebec dá mais importância às posições das nações indígenas face a futuros empreendimentos, lhes são garantidos assentos (2) no Energy board e com paridade nas discussões municipais. Revela também que as várias percepções a respeito dos recursos e elementos naturais são valorizadas.

Em que pese que o material estudado trate da questão energética no Quebec, chama a atenção que algumas vezes as tabelas comparativas mostram a relação de Quebec com outros países e não com as demais províncias pertencentes ao Canadá (de quem Quebec também é uma província). Possivelmente isto se deve ao mais ou menos presente ar separatista Quebecuiois.

---

¹⁹⁵ Cf consulta ao documento QUEBEC, Gouvernement du. "**Cahier d'information [la production D'Électricité]**". Direction des Relations Publiques Ministère de Ressources Naturelles Charlesbourg (Québec) 1996.

¹⁹⁶ A recente disputa pelos cargos de direção das empresas do setor elétrico, Furnas, Chesf, Eletronorte por famílias tradicionais das respectivas regiões, ilustram como a "eletricidade é poder" parafraseando e adaptando uma frase célebre de

O capítulo terceiro do sumário executivo ⁽¹⁹⁷⁾ fala sobre as instituições democráticas e o nível de transparência requerido. Salienta que a participação pública deve ocorrer nos estágios mais iniciais das discussões pressupondo consultas regionais para as grandes áreas de drenagem. Uma preocupação especial sobre a contribuição das discussões ambientais no debate público é relatada.

A criação do *Energy Board* foi uma solicitação unânime durante as primeiras consultas públicas. Ele é dotado de caráter “quase-judicial” e representaria, em aspectos político-institucionais, uma transferência de atribuições da Assembléia Nacional para o Board (a Assembléia Nacional continua a ser o centro das decisões políticas). O sumário executivo ressalva que em teoria, não há atividades excluídas da jurisdição do Energy Board. Indaga-se: que significa este “em teoria”? Se compararmos com o Conselho Nacional de Política Energética brasileiro ele não decide sobre todos os empreendimentos de geração de energia, por exemplo, Belo Monte e Angra, quem decide é o governo.

Um problema observado, no entanto, diz respeito à exclusão da HydroQuebec (que é uma empresa governamental) da esfera de controle do Energy Board, apesar das críticas colocadas a respeito da regulação exercida sobre esta “utility” (regulação exercida diretamente pelos governos e por comissões parlamentares) e sobre a possibilidade de participação pública real nas políticas da empresa.

A questão do direito das populações tradicionais (ou como o documento prefere, “First Nations”) é tida como preocupação. Como dissemos foram garantidos dois assentos no *board* às comunidade indígenas com especial direito a veto nas discussões e participação nos grupos de planejamento. Esta participação das nações indígenas esteve associada a uma série de conflitos relacionados principalmente à proposta de construção da hidrelétrica Great Whale e a um posicionamento geral de agrupamentos indígenas em relação às obras hidrelétricas de que se há alternativas, independente do preço associado a elas, não há porque alagar áreas, barrar rios e impactar vidas humanas ⁽¹⁹⁸⁾. Litígios como as disputas a respeito dos empreendimentos *James Bay* e *Great Whale* foram pontos de conflito durante o debate público no Canadá. Voltaremos a esta discussão mais à frente quando reproduziremos

---

Lênin. Para uma referência específica sobre a nomeação de cargos de direção na Eletronorte, consultar o artigo de Lúcio Flávio Pinto - O Estado de São Paulo “**A energia da era Lula**” 21 de janeiro de 2003.

¹⁹⁷ QUEBEC, Gouvernement du. “**For an Energy Efficient Québec**”. Report of the Consultation Panel for the Public Debate on Energy. Direction des Relations Publiques Ministère de Ressources Naturelles Charlesbourg (Québec) 1996

¹⁹⁸ Ver Memorandum encaminhado pelo Great Council of the Crees “**Employment Effects of Electricity Provision in Quebec: The Great Whale Hydroelectric Project and electricity Efficiency Alternative**”, novembro de 2004.

algumas considerações de movimentos ambientalistas e de grupos indígenas sobre estes pontos, até a presente data, não resolvidos.

Várias regiões tiveram consultas públicas que o relatório chama de “tour of regions”, aonde as questões podiam ser discutidas abertamente e os pontos principais relatados dizem respeito a iniciativas de políticas ligadas à produção de energia para atividades que reduzam o êxodo rural de jovens através do estímulo à economia local, “desenvolvimento sustentável” que envolva um balanço entre o rural e o urbano, acusando as disparidades regionais que existem e demandas de pequenos projetos de energia distribuída.

As regiões indicaram representantes para o *Energy Board*, estes seriam os responsáveis pela defesa das demandas regionais.

Um aspecto que nos parece bastante interessante e operacional é a construção de índices utilizados para comparar as várias alternativas de geração. Estes índices foram utilizados como instrumentos nas consultas e audiências públicas para ilustrar de maneira mais compreensível aspectos quantitativos e qualitativos das várias alternativas. Veremos adiante com mais detalhes como estes índices foram criados, adiantamos que foi uma maneira encontrada para garantir que problemas regionais fossem levados em conta, tais como a questão do emprego (pela utilização de índices de criação de empregos associados a um empreendimento energético ou a uma cadeia produtiva decorrente de um conjunto de empreendimentos) bem como aspectos de disparidades regionais através de indicadores de benefícios regionais, atribuição de royalties.

A idéia de utilização de indicadores. Aspectos e restrições técnicas

A idéia de utilizar indicadores ⁽¹⁹⁹⁾ parece dizer respeito, segundo o relatório, à construção de mecanismos mais eficazes para proceder a uma análise de conjunto e detalhada, das formas de conversão de energia e permitir comparar as várias opções que possam ser colocadas em discussão no debate público ⁽²⁰⁰⁾.

Alguns parâmetros técnicos e conceitos que foram utilizados durante o debate público eram parte do vocabulário corrente das discussões. A tabela II mostra estes parâmetros seguidos de breve explicação sobre seu significado:

---

¹⁹⁹ Estas notas utilizam tradução realizada do original em Francês para o Português

Tabela III: Parâmetros e restrições de projetos utilizadas no debate público em Quebec

Data de entrada em serviço a plena carga	Esta data leva em conta atrasos devido a estudos, obtenção de autorização e prazos de realização.
Prazos de realização	Tempo para detalhamento de engenharia, chamada de propostas, tempo de provisão, fabricação, entrega e montagem das instalações, canteiros de obras e linhas de integração, enchimento dos reservatórios, se necessário, e tempo de entrada em serviço da central.
Potencial	Quantidade máxima de energia ou potência que se possa avaliar, para satisfazer a demanda. Depende do nível de avanço dos estudos, da factibilidade do projeto em termos ambientais e do potencial econômico disponível.
Fator de Utilização anual (F.U)	Relação entre a energia produzida por um modo de geração e a energia que poderia ser produzida se funcionasse o ano inteiro com a potência instalada plena.
Duração da vida útil	Duração da vida econômica dos equipamentos, quer dizer a esperança de vida dos equipamentos. Esta noção é utilizada na análise econômica para comparar o rendimento do serviço para diferentes equipamentos
Potência instalada	Potência máxima de uma central funcionando a plena carga.

Fonte : Gouvernement du QUEBEC. For an Energy Efficient Québec. Report of the Consultation Panel for the Public Debate on Energy. Direction des Relations Publiques Ministère de Ressources Naturelles Charlesbourg (Québec) 1996 e QUEBEC, Gouvernement du. Cahier d'information [la production D'Électricité]. Direction des Relations Publiques Ministère de Ressources Naturelles Charlesbourg (Québec), 1996.

Indicadores econômicos utilizados

Custo Unitário Total e Preço de Custo: Para calcular o custo total, temos que computar os custos associados aos diferentes aspectos colocados para responder à solicitação de eletricidade. O cálculo inclui portanto o conjunto de despesas ligadas ao transporte, produção e à compra de eletricidade da HydroQuebec para atender a demanda adicional. Os custos de repartição e de distribuição não são considerados porque não são de interesse para a comparação dos custos relativos a cada uma das fontes.

²⁰⁰ Uma reflexão teórica e empírica sobre a utilização de indicadores para avaliação de sustentabilidade energética pode ser encontrada em BERMANN, Célio. "Energia no Brasil, Para que? Para quem?" São Paulo; Livraria da Física; FASE 2001. Págs 53 a 94.

Número de empregos diretos e indiretos por milhão de dólares investidos: A partir deste coeficiente, calcula-se o número de empregos mantidos por uma atividade realizada. O coeficiente de emprego é um indicador econômico que independe do tamanho do projeto. Ele mede a intensidade da carga de trabalho por milhão de dólares despendidos, e depende unicamente da composição das despesas e da origem das diferentes entradas. O número total de empregos mede o quanto foi ampliada a carga de trabalho suscitada por uma atividade.

Indicadores ambientais utilizados

- Superfícies atingidas: Inundadas, ocupadas pelos equipamentos, instalações;
- Mudanças na vazão nos rios Modificados: Número de rios com vazões modificadas, vazões médias dos rios;
- Emissão de Gases Estufa;
- Emissão de SO₂ e dióxido de azoto NO_x: Apenas para a geração térmica medidas a nível local e regional;
- Quantidade de combustível irradiado: Índice exclusivo para a geração a partir de combustível nuclear. Hoje em dia os rejeitos são mantidos na própria área da central (power plant) em caráter provisório à espera de destino definitivo;
- Substâncias de risco: associadas à utilização de combustíveis fósseis (Petróleo e Carvão). Normalmente substâncias cancerígenas. Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP), metais tóxicos, mercúrio arsênico, cádmio, cromo, níquel e chumbo.

Comentários a respeito da utilização dos indicadores:

A utilização de índices, por vezes, é muito útil e permite ao pesquisador ou mesmo um leitor de tabelas e estudos fazer correlações entre as grandezas envolvidas de uma maneira bastante rápida e mesmo tirar conclusões a respeito de tendências. Uma reflexão sobre a utilidade dos índices tal como foram concebidos durante as atividades relativas ao debate público sobre energia no Canadá já foram mencionadas e concordamos com sua positividade e operacionalidade desde que dêem conta de aspectos de natureza política: ao serem publicamente disponibilizados se tornem informação para serem utilizadas por movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, grupos indígenas e ONGs.

Devemos, entretanto, deixar clara a opinião que professamos: a da não neutralidade da tecnologia e da necessidade de incorporação de inovações tecnológicas apenas mediadas socialmente. Parece ser uma blasfêmia contemporânea dizer que deva haver controle social da tecnologia, qual seja, uma discussão sobre que tecnologia deve ser pesquisada, fomentada ou abandonada. O determinismo tecnológico parece dizer que todo o progresso tecnológico é inerentemente bom e sua gênese não condicionada por contornos sócio-políticos. Blasfêmia ou não parece nos levar para a opção de que a “neutralidade” é apenas uma operação também ideológica a serviço de interesses devendo pois, ser abandonada.

Porque transparecer esta opinião? Por que a questão dos usos finais, perfis de consumos e padrões de consumos, não são questões inexoráveis ou fruto de um determinismo histórico que caminhando paralelamente ao “progresso técnico” nos serve (brinda) com as melhores opções de consumo e escolhas. O fetiche da mercadoria transmutado no fetiche da mercadoria-energia induz usos finais específicos “socialmente aceitos” constituindo uma alienação. Os indicadores tem sua operacionalidade mas eles estão associados a *opções tecnológicas* e *opções econômicas*.

Normalmente os índices são formados por agregação e aqui, devemos estar atentos: há limites e parcialidades nas agregações. Por si só as agregações são escolhas de algumas variáveis que serão colocadas lado a lado. Algumas variáveis são utilizadas ao mesmo tempo em que outras não são. Não quer dizer que os índices agregados não nos sejam úteis, no mais das vezes o são, sempre devemos nos lembrar das parcialidades das análises.

Estes índices podem trabalhar no sentido de facilitar a comunicação entre os participantes de um debate público, de uma audiência pública? Ou em outras palavras, estes índices e parâmetros podem ajudar a construir vocabulários mínimos e inteligíveis de tal maneira que não haja, agressão, constrangimento ou predomínio coercitivo do discurso técnico? Novamente voltamos a um ponto já tratado anteriormente: a publicização de argumentos colocando à prova sua validade para o grupo que discute:

“Por vias discursivas, isto é, com base num diálogo empenhado na argumentação racional, convincente, visando o entendimento e isento de qualquer forma de violência interna e externa, a comunicação pode ser restabelecida no cotidiano, desde que as pretensões de validade postas em questão tenham sido reafirmadas e revalidadas discursivamente. Em outras palavras (1) os locutores convencem seus parceiros da veracidade de sua fala, fazendo-a coincidir com suas ações; (2) os argumentos verdadeiros passam a prevalecer, quando eles fundamentam, de forma plausível, as proposições enunciadas, e (3) as normas

são revalidadas, quando compreendidas, respeitadas e aceitas por todos os integrantes de uma situação dialógica.” ⁽²⁰¹⁾

Os índices levantados pelo estudo e colocados para o debate público parecem operacionalizar de maneira interessante as comparações entre as diversas fontes, no que diz respeito a emissões de gases de efeito estufa, número de empregos gerados, superfícies alagadas para citar alguns exemplos, mas não tocam a questão dos usos finais da energia.

A sistematização e conceitualização não podem estar desvinculadas dos contornos definidos pelo modo de produção vigente, a acumulação da riqueza e a reprodução material da sociedade e condições sociais.

Não está presente em nenhum dos índices dispostos, a questão de risco social associado aos empreendimentos, riscos estes relacionados a potenciais acidentes: rompimento de barragens, planos de contingência, mitigação. Nos parece necessário que estes índices estejam presente no tableau de comparação entre as várias alternativas: como por exemplo um índice de capacidade da defesa civil em tratar potenciais acidentes.

O papel da HydroQuebec, que não tinha sua política e planos sob escrutínio do debate público: semelhanças com as grandes empresas elétricas Brasileiras.

HydroQuebec (criada em 1944) começa a ter um papel fundamental na organização da indústria elétrica no Canadá após o processo de nacionalização de várias companhias em 1963. Verticalizada, ela serve 97% da carga, gera 90% da energia elétrica consumida no Quebec, como transmissora ela domina e controla a grande maioria das linhas de alta tensão no Quebec. Fundamentalmente as decisões mais importantes são tomadas pela própria companhia sob aval do Governo Provincial do Quebec ⁽²⁰²⁾.

Um dos movimentos demandantes por um debate público sobre energia partiu justamente de um conjunto de entidades que se opunham à idéia de construção da usina hidrelétrica chamada Great Whale, construção esta sintonizada com um plano de construções de hidrelétricas para atrair empresas para o Estado (inclusive eletrointensivas). Estes grupos compuseram uma Coalizão por um Debate Público sobre Energia, coalizão que envolvia

²⁰¹ FREITAG, Barbara. "Receita para ler Habermas". Folha de São Paulo 30/04/1995 Caderno Mais!

²⁰² Ver RAPHALS, Philip. "Energy Policy in Quebec — Electric Generation". Helios – Centre for Sustainable Energy Strategies. Maio de 2000. Artigo disponível em www.helioscentre.org. Acesso em 23 de julho de 2006.

sindicatos, grupos sociais e ambientais que demandavam que os planos da HydroQuebec e sua política se tornassem objeto de debate público também ⁽²⁰³⁾.

A iniciativa de se chamar formalmente audiências e estabelecer um processo de debate público foi tomada pelo governo que nomeou 14 integrantes do “Energy Board” incluindo representantes de nações indígenas (2) e três representantes ambientalistas, um deles ex-diretor do Greenpeace. Notadamente houve atritos, por exemplo do GCCQ – Grand Council of the Crees que não concordaram com o processo de nomeação dos membros.

Ainda segundo RAPHALS durante o conflito e discussão sobre o projeto da usina Great Whale, muitos grupos do Quebec demandaram que o processo de planejamento utilizado pela HydroQuebec fosse reformulado a ponto de englobar aspectos da metodologia de Planejamento Integrado de Recursos - PIR ⁽²⁰⁴⁾. A incorporação de elementos fundamentais do PIR no relatório final do debate Público e subsequente na política geral de energia que criou a “régie de l’énergie” tenha talvez se constituído na maior conquista da discussão.

Na prática, a HydroQuebec não se enquadrou nesta demanda. A HydroQuebec era obrigada a submeter um plano de recursos para a geração. Como a “Régie” nunca adotou a regulação a que se propunha, nenhum plano era emitido. Na prática o gerenciamento do lado da demanda foi substituído pelo atendimento da demanda através do cumprimento de contratos com os fornecedores, inclusive a geração de HydroQuebec ⁽²⁰⁵⁾ e de maneira geral a HydroQuebec se opunha ao escrutínio público e mesmo à regulação de seus planos de geração, pleiteando uma espécie de véu protetor para suas atividades de geração ⁽²⁰⁶⁾.

RAPHALS conclui seu artigo mencionando que ao final de 1986 havia frustração das entidades ambientalistas e entidades sociais quanto ao que ocorreu no debate público:

“O processo de decisão no que diz respeito à geração tem lugar a portas fechadas, sem nenhuma contribuição estruturada do público. Com a criação do Energy Board, movimentos sociais e movimentos ambientalistas do Quebec estavam confiantes que haveria ao menos um

²⁰³ Op. cit. às págs 4 e 5.

²⁰⁴ Não nos cabe aqui um aprofundamento da metodologia de Planejamento Integrado de Recursos, inclusive não há uma definição oficial ou científica sobre tal planejamento. Geralmente inclui um conjunto de elementos como o gerenciamento do lado da oferta e do lado da demanda com a expectativa de atingir necessidades de usos finais de energia; leva em conta aspectos sociais e ambientais entre as opções colocadas; tenta mensurar riscos e incertezas; procura envolver a participação pública. Para maior aprofundamento consultar: BAJAY, S. V., CARVALHO, E. B., JANUZZI, G. M., CORREA, P. B., WALTER, A. C. S., FERREIRA, A. L., ALMEIDA, M., **“Planejamento Integrado de Recursos: Conceito, Origem, Difusão e vantagens em Comparação com o Planejamento Tradicional do Setor Elétrico”**. Anais do VII Congresso Brasileiro de Energia II Seminário Latino Americano de Energia - Vol. III, p. 1714, 1996. Brasil, Rio de Janeiro, 1996. Ver também **“Best Practices Guide: Integrated Resource Planning For Electricity”** Editado por Energy and Environment Training Program Office of Energy, Environment and Technology Global Bureau, Center for the Environment United State Agency for International Development.

²⁰⁵ RAPHALS, Philip. 2000

²⁰⁶ Op.cit. p.13.

fórum apropriado no qual seus questionamentos e preocupações sobre a produção em larga escala de energia fossem apreciados. Para maior parte dos envolvidos, estes grupos estão com a moral tão baixa face à frustração do debate, que consideram que o debate sobre o futuro da política energética no Quebec ainda não começou". ⁽²⁰⁷⁾

6.2 A Holanda e o ‘Rijkswaterstaat’

A Holanda tem um território de apenas 41.600 km², no qual vivem mais de 15 milhões de pessoas. A extensão territorial deste país é menor do que vários Estados Brasileiros e menor do que várias bacias hidrográficas brasileiras. Estes números levam a uma densidade populacional de 360 pessoas por km², a maior densidade populacional da Europa. Faz fronteira ao norte e a oeste com o Mar do Norte, a leste com a Alemanha e ao sul com a Bélgica. É um país de baixas altitudes à exceção da parte sudeste onde existem algumas elevações. O interior, que em alguns locais se situa abaixo do nível do mar é protegido por dunas costeiras e diques feitos pelo ser humano. Sem estas defesas marítimas cerca de 40% do território da Holanda estaria debaixo de água ⁽²⁰⁸⁾. É neste contexto que os polders holandeses assumem uma importância fundamental no território, sendo um exemplo de terras criadas pelo ser humano e ganhas ao mar. Há muitos anos atrás quase toda a parte ocidental dos Países Baixos se encontrava submersa. Assim, entre os séculos XV e XVII foram construídos numerosos diques para protegerem as terras costeiras das inundações marinhas, para que fosse possível utilizá-las para a agricultura. A palavra *polder* apareceu em meados do século XII para designar campos rodeados de diques repletos de canais de drenagem que quadriculavam os campos ⁽²⁰⁹⁾. Posteriormente, procedeu-se à secagem da água do mar, utilizando-se para tal a ajuda de moinhos de vento. Numa última fase, para se enxugar um polder - depois de se remover a água, plantam-se canaviais e escavam-se canais de drenagem ⁽²¹⁰⁾.

A maior parte das vazões superficiais adentrantes na Holanda é formada por rios que provem de seus países vizinhos: os rios Meuse, Escaut que vêm da França cortando a Bélgica, o rio EMS que vem da Alemanha e o rio Reno que drena uma expressiva parte da Alemanha e

²⁰⁷ Op.cit. p.15.

²⁰⁸ Informações obtidas de TRINDADE, Rui “**Holanda 2030 – Uma reflexão prospectiva sobre o território**. Informação Internacional. Análise Econômica e Política 1999 Vol. 2, págs.199-239. Publicação do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Departamento de Prospectiva e Planeamento de Portugal, 1999.

²⁰⁹ DELEAGE, Jean Paul; HÉMERY, Daniel; DEBEIR, Jena Claude. “**Uma história da Energia**”. Editora da Universidade de Brasília, 1993.

²¹⁰ TRINDADE, Rui. Pág, 199.

da Suíça. Ainda recebem os rios Alsácia e Lorena que formam um grande delta ao se juntar com o rio Meuse.

Uma espécie de gerenciamento e controle das águas vêm de longa data desde os séculos XI e XII e começaram a se efetivar iniciativas de construção de diques para conter as cheias devidas à influência do mar e dos rios. Estas iniciativas foram fruto de organizações locais. O primeiro board distrital, que tinha caráter democrático segundo KUKS ⁽²¹¹⁾, data do século XIII e consistia de representantes eleitos das comunidades locais de fazendeiros. Os governantes Holandeses os reconheceram como competentes “water authorities”.

A necessidade de controle centralizado levou ao estabelecimento de uma autoridade estatal da água em 1789 ⁽²¹²⁾ o ‘**Rijkswaterstaat**’. Este departamento estatal se tornou a agência de comando para as construções em larga escala de obras de infra-estrutura para a proteção contra cheias. Obras que consistem em diques ao longo da costa e ao longo dos rios principais

Os conselhos de águas são especialmente antigos níveis de administração. Em sua origem eram responsáveis, na idade média até meados do século XX, pela proteção contra cheias e pelo gerenciamento da água nos polders nas regiões conquistadas ao mar. Após a segunda Guerra mundial e particularmente em torno dos anos 1970, estes conselhos adquiriram maiores atribuições e poderes para combater a poluição das águas, incluindo a responsabilidade pela construção e operação de estações de tratamentos de esgotos.

Uma série de desastres ⁽²¹³⁾ relacionados às cheias fazem um histórico que gradativamente estimularam mudanças na gestão de riscos e das águas na Holanda. KUKS menciona que planos que sinalizavam ações contra esses desastres existiam, mas não foram colocados em prática e isto era uma conduta observável na maneira como a Holanda reagia às catástrofes:

“Esboços de planos circulavam antes dos desastres, mas os desastres por si só disparavam a discussão, o que é a maneira típica de como o gerenciamento das águas na Holanda reage às

---

²¹¹ Ver KUKS, Stefan “**The Evolution of the National Water Regime in the Netherlands**”, Abril, 2002. Universidade de Twente (UT), Center for Clean Technology and Environmental Policy (CSTM), como um guia para aprofundamento de questões relativas à evolução da legislação quanto ao uso da água, pressões sobre o uso, contaminação dos rios à montante do país.

²¹² KUKS, Stefan. Pág . 18. em momentos de tensão e conflito de interesses esta centralização era necessária entre autoridades locais e Estado.

²¹³ KUKS menciona os desastres de 1916 na ilha interior de Zuiderzee como um momento em que mais disputa houve por um controle mais rigoroso sobre os conselhos de água no tocante a gerenciamento de riscos.

calamidades; planos são colocados em circulação por longos períodos, até que uma calamidade muda a escala de discussão e obriga uma ação profunda”.⁽²¹⁴⁾

Dois terços da população vivem em áreas potencialmente inundáveis. Terras abaixo do nível do mar requerem proteção permanente, e áreas adicionais requerem proteção eventual por conta das cheias dos rios e mar. Durante os anos de 1990 a Holanda vivenciou inundações das águas dos rios em 1992, 1995 e 1998, causando deslocamento de populações e perdas materiais significativas⁽²¹⁵⁾. A partir desta série de acidentes apressou-se a adoção de uma lei (Act of Flood Protection) para a proteção contra as cheias que estava com o processo de discussão muito atrasado desde os anos 1980 devido ao debate político sobre os valores alocados nos projetos para fortificação dos diques. A nova abordagem associada com a doutrina “room to river” introduziu uma visão inovadora que caracteriza os mecanismos associados ao entendimento das áreas inundáveis como fluxos dinâmicos dos rios combinados com o fluxo natural dos rios.

A questão do regime das águas também modula a ocupação e uso do espaço e o próprio uso da água potável: o suprimento de água potável corre risco durante as inundações e o espaço disponível também se escasseia. As áreas no entorno dos rios é utilizada não só para compor áreas de segurança (não permitindo que as cheias dos rios coloquem em risco a vida humana e a vida dos interesses econômicos) mas também por questões do desenvolvimento da navegação dos rios. As águas e seus regimes, assim, competem com outras utilizações do espaço remanescente na Holanda. Esta situação faz com que qualquer mecanismo de tomada de decisão seja complexo e fragmentário: vários conselhos de águas ligados às municipalidades que trabalham para que o gerenciamento e coerência do uso das terras se adeqüe simultaneamente aos impeditivos de ocupação devido aos riscos de cheias e à manutenção das atividades de agricultura, indústria e moradia.

Há três esferas administrativas na Holanda: os municípios, as províncias e o Estado. As terras podem ser utilizadas para algum tipo de construção desde que de acordo com um plano de zoneamento decidido no conselho local. Uma vez aceito por todas as partes, qualquer projeto de construção fora dessa diretriz é negado, entretanto qualquer plano de

---

²¹⁴ KUKS, Stefan. 2002. P. 20

²¹⁵ KUKS, Stefan. Pág.27. A ameaça de rompimento de um dique em 1993 devido a um inesperado aumento do nível das águas resultou na evacuação de 200.000 pessoas. Este episódio fez com que a discussão se tornasse nacional e se elaborasse um plano nacional associado aos rios nacionais (1995) chamado de plano DELTA somando-se à política do documento ‘Space for Water’.

zoneamento não é válido até que seja aprovado pela administração provincial. Na prática cada projeto é confrontado com os planos regionais existentes.

Um exemplo de discussão pública que está ocorrendo na Holanda na atualidade é a apresentação do projeto chamado “room to the river”. Devido à previsão de aumento das descargas de água provenientes dos países vizinhos, lançou-se o projeto de alargamento dos canais (oferecendo mais espaço para o rio). O principal objetivo é a prevenção de longo termo contra as cheias, principalmente associadas ao esperado aumento de vazão do rio Reno. Esta opção de alargamento dos canais está sendo preferida ao invés de uma outra possibilidade que é a fortificação dos diques ou aumento da altura das fortificações de contenção das cheias. A proposta do projeto “espaço para o rio” envolve o aumento lateral da calha do rio, inclusive com seu aprofundamento, construção de canais secundários adicionais, e deslocamento dos diques margens adentro. Este conjunto de obras envolverá volume de recursos que só serão possíveis através de parcerias público-privadas.

Uma série de exposições pública ocorreu a partir dos primeiros diagnósticos da situação problema. Reconhecemos os limites de nossos comentários pois o material analisado nos foi indicado por uma consulta ao próprio Rijkswaterstaat que fizemos com o intuito de entender sua atual dinâmica de organização. É um conjunto de três artigos que colocam o problema potencial de aumento da vazão dos rios, e descreve as várias etapas de discussão entre especialistas e a exposição pública do problema ⁽²¹⁶⁾. Escolhemos mencionar brevemente estas etapas, mesmo não sendo o foco desta dissertação, pois achamos interessantes as ferramentas e a vontade política do órgão governamental em disponibilizar informações .

A primeira sessão de planejamento envolvia especialistas de vários braços dos rios, cada grupo, composto de 6-10 pessoas, esboçava sobre os mapas os impactos das sugestões sobre a secção do rio à qual se dedica. Posteriormente há trocas de papéis: um grupo analisa áreas trabalhadas por outros. Após algumas combinações chega-se a um esboço inicial de possíveis propostas.

O processo de planejamento interativo começou com a própria divulgação da situação problema para o conjunto da população, em quatro etapas:

---

²¹⁶ VAN MEEL, P.-P.A & VAN BOETZELAER, M.E.; BAKKER, P.C. "**Spatial Planning Key Decision Room for the River**". Rijkswaterstaat, Utrecht, the Netherlands. Rijkswaterstaat, Rotterdam, the Netherlands. NOLTHENIUS, L.A .T; VOORSLUIJS, E.G "**Experiences gained from plan development**", Arnhem, The Netherlands. e VAN SCHIJNDEL, S.A.H. "**The Planning Kit, a decision making tool for the Rhine Branches**", WL.Delft Hydraulics, Delft, Netherlands. Os três artigos foram obtidos do sítio eletrônico www.ruimtevoorderivier.nl , acesso em outubro de 2006.

- 1) Antes do início dos estudos, exposições da situação-problema foram realizadas por um barco que ao longo dos rios, ancorava e divulgava a idéia do projeto "room to the river" e colocava algumas propostas possíveis para a apreciação. Era uma divulgação preliminar das primeiras idéias surgidas dos especialistas;
- 2) A criação de mercados públicos de informação em vários pontos das possíveis áreas impactadas por inundação. Adicionalmente às consultas públicas foram disponibilizados centros de informações com apoio técnico, de tal maneira que o público pudesse coletar suas impressões a partir de mapas, pôsters e apresentações. Esse fato se deu em duas ocasiões, junho de 2002 e abril de 2004;
- 3) Disponibilização de software iterativo que permitia às pessoas através de manipulação de objetos, modificar parâmetros das várias propostas (afastamento dos diques, aumento da calha dos rios, aprofundamento da calha, adição de canais e desvios de vazão); em função do resultado final sobre as vazões de cada caminho percorrido pela água, os potenciais de alagamento apareciam como resultado final.
- 4) Audiências regionais que compuseram *Rijn Branch teams*, grupos locais que se encarregariam de discutir o projeto "room to the river" e dar divulgação das discussões globais do projeto. Os times envolviam as municipalidades e interessados.

Mesmo reconhecendo que não dispusemos de variadas fontes, inclusive parte delas eram do próprio organismo - o Rijkswaterstaat, devemos reter que a publicização das discussões referentes ao projeto recente de propiciar mais espaço para o escoamento dos rios é de fundamental importância para criar opinião pública a respeito das alternativas de engenharia. A singularidade geográfica da Holanda abrigando deltas de importantes rios provenientes do interior da Europa continental e a vulnerabilidade de seus assentamentos humanos face a inundações de águas de mar e de rios, fez com que a discussão entre os habitantes da Holanda, as municipalidades e outros organismos governamentais se desse de maneira compartilhada, com uma visão de conjunto. Discussões e decisões compartilhadas que se observam desde épocas da idade média, que carregam o peso histórico e podemos dizer, consciência e percepção coletiva de problemas que afetam todo o conjunto da população. Devemos reter também a maneira como as informações do projeto "room to the river" foram disponibilizadas: nos parece ter havido uma preocupação da diversificação das formas de publicização ao lado do espalhamento geográfico delas, claro, este último beneficiado pela geografia do país que não tem dimensões físicas continentais.

7. CONCLUSÕES.

Procuramos neste trabalho compreender se o processo de destituição da fala de determinados grupos se aplica às pessoas que vivem às margens dos rios e que são atingidos ou ameaçados por obras hidrelétricas e que se contrapõem a uma idéia, de longa data, de que o progresso está associado à expansão da oferta de eletricidade. Nesta trajetória de pesquisa que envolveu estudos de ciência política sobre os movimentos sociais e uma tentativa de sistematizar a luta social por liberdades democráticas, luta por direitos civis, seleção de trechos de depoimentos e reflexão sobre o material coletado, nos deparamos com uma contabilização (passada, presente e possivelmente futura) de conflitos entre "empreendedores" e "discordantes". Colocamos as aspas porque os empreendedores e discordantes podem ser uns e outros, dependendo do que se coloca em discussão: os atingidos e ameaçados por empreendimentos hidrelétricos são empreendedores dos seus modos de vida, empreendedores nas vazantes e nas rocinhas, na pesca e no extrativismo. Os discordantes sobre essa ótica são outros grupos: não concordam com a possibilidade de não terem seus interesses atendidos.

Nos primeiros capítulos fizemos o que poderia ser chamada de disseminação das várias visões sobre o que ocorre no processo de expansão da oferta de eletricidade e sobre a condução da política energética. Esta disseminação é baseada no esforço investigativo, na coleta de depoimentos e entrevistas e notícias de agências. As entrevistas podem, de certo modo, ser consideradas como declarações públicas, por dois motivos: o primeiro, pelo fato dos entrevistados não solicitarem sigilo, nem de nomes nem de conteúdos. Ao contrário, manifestaram o desejo de que seus depoimentos servissem ao trabalho investigativo de maneira aberta, inclusive com depoimentos orais gravados; o segundo é que seus conteúdos são, repetidas vezes, expressos nas declarações públicas dos depoentes e das entidades além desta investigação.

Neste capítulo final faz-se a recolha de possibilidades e oportunidades políticas construída por reflexões, aproximações e comparações da disseminação posta em prática nos capítulos anteriores, e também uma recolha de limites e obstáculos para ampliação de espaços de discussão sobre o uso dos rios e terras ribeirinhas.

Quem estabelece a pauta daquilo que se discute quando o assunto é a expansão da hidreletricidade? Uma série de evidências nos leva a concluir que a pauta sobre o que se discute, em termos de políticas da expansão da oferta de eletricidade é estabelecida a partir de

duas vertentes que se misturam: uma delas, o interesse de grandes empresas que têm como meta econômica construir obras, transmitir, gerar, distribuir e comercializar energia elétrica. A presença de lobbies é algo real no mundo capitalista, faz parte da história da eletrificação brasileira. Outra vertente diz respeito a uma pauta criada pelas próprias empresas e agentes estatais que dominando dados e informações, se agarram ao discurso de que crescer e desenvolver a economia é sinônimo de gerar mais energia elétrica (aquilo que chamamos de ditadura da oferta). Faz parte do discurso do progresso que, sem dúvida, tem forte adesão na opinião pública, em meio acadêmicos, dentro de sindicatos e nos programas partidários. A lista de aproveitamentos hidrelétricos novos e futuros é fruto da ação destas vertentes associado a uma outra, que entende que a oferta de eletricidade está associada à conquista de poder político eleitoral.

Do que pudemos estudar e entender através da pesquisa documental, em obras de referência, da realização de entrevistas, participação em seminários e congressos, nos quais apresentamos resultados parciais desta pesquisa, é que há uma polarização entre o que as entidades não governamentais, movimentos sociais, sindicatos, fóruns de ONGs dizem e aquilo que dizem as empresas e órgãos governamentais. Optamos por dar destaque a falas discordantes sobre a expansão hidrelétrica, pois tivemos como intenção privilegiar em nossa investigação os posicionamentos de movimentos sociais, sindicatos, ONGs. Vários destes posicionamentos discordam da maneira como a expansão da oferta de eletricidade por conversão hidrelétrica é conduzida e discutida, e discordam da maneira como os problemas ambientais e sociais sobre o meio natural e sobre as comunidades atingidas e ameaçadas são tratados.

Falando dos limites e obstáculos, o primeiro que colocamos é a barreira imposta pelo processo de criminalização dos movimentos sociais. Em grande parte os meios de comunicação desempenham um papel importante na disseminação deste processo, (as raras exceções que nos perdoem por esta quase generalização). Os ciclos de protestos cumprem um papel crucial. Os movimentos sociais através de suas ações chamam atenção para problemas reais que os afligem, para direitos negados, para negativas de audiências. É sem dúvida um elemento de combate ao processo de "destituição da fala". Os protestos e ciclos de protestos, como as marchas anuais; dia nacional de luta contra as barragens; interdição de rodovias; invasões de escritórios de empresas, conseguem atingir um público mais amplo fazendo surgir fatos políticos a partir dos quais vários canais de fala emergem. Neste sentido, os meios de comunicação também realizam um papel importante quando dão cobertura jornalística às manifestações.

É um processo conflituoso, sem dúvida. Se por um lado os meios de comunicação criminalizam ações dos movimentos sociais, demos vários exemplos disso, por outro lado os meios de comunicação são necessários para dar a divulgação dos protestos que ocorrem. Neste ponto lembraremos a figura II (capítulo II). A opinião pública, repercussão pública têm um papel de acompanhar as ações da administração pública fiscalizá-la e até mesmo constrangê-la, se a sua atuação for reprovável. Esta interface de influência entre a esfera pública e o sistema político é fundamental. Daí não podemos abandonar a idéia simultânea de que ora os meios de comunicação podem ser parceiros, ora algozes do movimento social.

O que faz com que um discurso que era restrito a um grupo de atingidos atinja um público mais amplo?

Está claro nas manifestações dos entrevistados que uma maior participação ou ampliação do espaço para discutir efeitos, necessidades, impactos de futuras e antigas instalações hidrelétricas só será conseguido através da luta social dos movimentos, das organizações não governamentais, dos sindicatos, dos grupos sociais excluídos. Estamos até pensando alguns passos à frente, mas não esqueçamos que na maioria das vezes as manifestações têm um objetivo mais imediato, que é objetivo de negociar. E negociar pode ter um caráter simbólico de derrota para um empreendedor. Não nos referimos a uma derrota econômica apenas, mas a uma derrota no espaço estratégico, quando surgem grupos e falas discordantes que eventualmente conseguem compensações ou "vencer" uma obra. Podem ter outro significado: o de resistir, e nesta tentativa, talvez a única que reste, seja tentar sensibilizar outros grupos ou, dentro de um mesmo grupo, juntar forças para resistir coletivamente com laços de organização e solidariedade mais fortes.

Nos documentos preparatórios do 2º encontro Nacional do MAB ⁽²¹⁷⁾ está realçada uma concepção de luta política, mais distante da democracia representativa formal:

"O poder não está no voto, no estado, no governo nem nas armas, mas no povo consciente, organizado, participante e mobilizado" ⁽²¹⁸⁾

Chegamos à idéia de confronto ou contenciosidade. Ela parece estar presente quando se fala em movimentos sociais, assim como a idéia de busca por identidade e solidariedade, identificadas nas idéias de consolidação de redes (a forma de organização da FBOMS, IRN, Coalizão Rios Vivos, Fórum Carajás, Fórum de Debates de Energia de Rondônia).

²¹⁷ Realizado entre 13 e 17 de março de 2006 em Curitiba, PR

²¹⁸ MAB, 2006 Caderno preparatório do 2o encontro nacional . "A luta e a organização do MAB". Pág 3.

A idéia de oponente também parece ser aglutinante quanto a aspectos organizativos dos movimentos sociais. A identificação de alvos durante uma luta é uma idéia forte. A ela está associada a luta pelos objetivos por ação estratégica em confronto com outro grupo social, instituição governamental ou empresas

A questão de permanência e durabilidade no tempo de um movimento (em especial o MAB tem lutas que duram quase duas décadas), também parece ser um indicador relativo de sucesso de um movimento social em sua organização ou de fracasso e dificuldades na ação política (pode evidenciar que os objetivos centrais não são alcançados). Se o número de atingidos e militantes do movimento aumenta, isto significa que a luta se fortifica mas o problema social, contra o qual o movimento luta, persiste: também é indicador de derrotas. O número de manifestações e acampamento em frente ao Ministério de Minas e Energia e de empresas, empreiteiras também é indicador de que os problemas persistem. Não queremos dizer com isto que as manifestações não devam ocorrer, ao contrário, advogamos que *elas são necessárias* e se constituem em recursos políticos. Elas devem ser entendidas em termos de suas trajetória.

Outra situação que merece ser mencionada, diz respeito a um possível indicador de sucesso: dentro do que chamamos de processo pulverizado de discussão com os atingidos ou ameaçados por barragens, ou discussão caso a caso. Também se manifesta, por parte das empresas, uma iniciativa de dialogar com outros grupos que não o MAB. Elas próprias começam a privilegiar a discussão e negociação com outras comissões de atingidos, uma espécie de simulacro ou processo de negociação aparente ⁽²¹⁹⁾ no ambiente de diálogo. Não aprofundamos este estudo mas sinalizamos que é um caminho investigativo para pesquisas futuras. O processo de negociação também é um processo histórico. As negociações que ocorreram em Itaparica e Tucuruí são distintas das negociações que ocorrem hoje, àquela época a ação militar antecedia a negociação e o resultado de uma negociação, em seguida, já carregava uma vitória simbólica dos camponeses que se mobilizaram.

Desprende-se de nossa análise que quem faz movimento social são grupos que não têm recursos políticos suficientes para concretizar algum interesse ou fazer prevalecer um posicionamento, então se lançam a ações com risco. Mobilizações com ocupação de usinas hidrelétricas (Cana Brava é um exemplo recorrente) e ciclos de protesto carregam riscos. A exposição pública não se dá, em seu caráter mais amplo, de forma direta: necessita dos meios

---

²¹⁹ Segundo depoimento de Adão Bonfim, atingido pela usina hidrelétrica de Peixe Angical, o processo de negociação por parte das empresas se dá em várias frentes, isoladamente com as pessoas e as famílias construindo um processo de negociação e diálogos aparentes. Cf. o documentário "Tocantins, rio afogado" de NEIVA BRITO, João Luiz; BRITO Hélio.2005

de comunicação, e estes primam, na maioria dos casos por não colocar lado a lado posicionamentos controversos sobre um determinado tema, mas, em geral, privilegiar uma das visões dominantes.

Nas relações com o governo e com o Estado constituído: dentro de um processo de re-apropriação da oportunidade de fala, utilizando a terminologia de Francisco de Oliveira .

Uma das interpretações possíveis do Estado quanto à sua forma (dentro da teoria marxista), é aquela que o caracteriza como elemento instrumental de classe, sempre a serviço da classe capitalista que dele se serve para atingir e reproduzir o privilégio de uma classe (dominante) numa sociedade dividida, como pressuposto, em classes. Há visões alternativas, no entanto, que dizem que o Estado não é um instrumento aparelhado por uma classe mas sim, que defende e reproduz relações sociais (jurídicas, econômicas, normativas) que perpetuam um sistema capitalista de classes.

De uma maneira ou de outra, a visão marxista da forma do Estado o compreende como emergente das relações de produção existentes na sociedade. Em outras palavras, o modo através do qual as mercadorias são produzidas, distribuídas e comercializadas. Este conjunto de relações, não poderia deixar de influenciar a consciência e as próprias atitudes humanas imersas neste sistema que produz as condições de existência humana.

Para OFFE & RONGE ⁽²²⁰⁾ a política é a expressão dinâmica dos acordos necessários para viabilizar quatro determinações:

Privatização da produção: os meios de produção e recursos sob condução do setor privado;

Dependência dos impostos: sem volume de capital (estoque) o Estado não teria poder de influenciar materialmente a sociedade;

Acumulação como ponto de referência: o Estado estabelece condições políticas para que o processo de acumulação se reproduza. Este privilégio direcionado para alguns setores através da política, não se manifesta por acordos políticos, mas por meio da própria estrutura do Estado, que através de suas normas, aparato jurídico e legislativo favorece este funcionamento preferencial de acumulação;

A legitimação democrática: O sistema de orientação política do Estado Democrático Burguês tem um caráter duplo, segundo os autores, manifestado por uma forma representativa baseada em eleições e por um conteúdo que assegure o processo de acumulação. Este caráter duplo encobre o fato de que sem o processo de acumulação que

---

²²⁰ OFFE, Claus. RONGE, Volker 1984.

o Estado patrocina, as alternativas de escolha e aclamação nas eleições gerais ficam restritas às opções que compactuem com o sistema estabelecido.

O elo de estabilidade entre as quatro (que acabaria incluindo toda a sociedade e cada cidadão individualmente no acordo e operacionalizando a política escolhida num determinado momento) é a inclusão de toda a sociedade no sistema de trocas através da chamada “Forma Mercadoria”. É o intuito geral do Estado capitalista que cada proprietário tenha condições de fazer circular seus produtos e poder, através de sua comercialização, concretizar uma maior acumulação.

As determinações sugeridas por OFFE & RONGE parecem construir uma moldura proporcionada por um Estado Capitalista e Governos de plantão com a rotatividade imposta por eleições. Discordamos, entretanto do papel da política, ou melhor, da potencialidade da ação política em remodelar esse quadro rígido. Não entendemos a política como aprisionamento a esta moldura, entendendo a disputa política como possibilidade de emancipação (aqui fazendo o contraponto da Teoria Crítica), entendendo também que a política pode ser palco de razões públicas que coloquem contradições nas determinações acima listadas e mesmo que possa questionar o elo de ligação mencionado pelos autores. A movimentação política brasileira periodicizada nos últimos 30 anos procurou mostrar o papel importante dos movimentos sociais na conquista de direitos e fala pública (trabalhamos isto no capítulo II). Os posicionamentos coletados em entrevistas associados ao papel central e potencial dos movimentos sociais nas décadas recentes, nos levam a sugerir possibilidades. Como se manifestam:

- Explorando canais de diálogos nas esferas do Estado e Governo quando identificadas fissuras no tecido político destas esferas;
- Se identificadas orientações políticas heterogêneas dentro de uma formação governamental, é possível alinhar quadros interpretativos ⁽²²¹⁾ ou dito de outra forma, alinhar visões de um problema com aquelas frações do grupo de governo com maior afinidade, sensibilidade ou disposição de discutir com os movimentos.

Exemplo de possibilidades que se destacam nas entrevistas realizadas com integrantes do MAB, na entrevista com o dirigente do IRN e com sindicalistas é a relativa abertura de diálogo recente com parcelas do governo, especialmente com a Eletrobrás quando esta era presidida por Luís Pingueli Rosa, com o Ministério das Minas e Energia no início de sua

---

²²¹ Estamos nos referindo à idéia de *frame-alignment* desenvolvida em DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario "Social movements, an introduction", Oxford, Blackwell. 1999.

gestão no primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva na Presidência da República (2003-2006) e com o Ministério do Meio Ambiente. Através desta abertura foram discutidas categorizações sobre o conceito de atingido e até mesmo criado um grupo interministerial para discutir a problemática dos atingidos por barragens ⁽²²²⁾. Em momento posterior surge uma dificuldade quando a discussão migra da esfera mais pública para a esfera mais pulverizada do mundo privado, através das discussões caso a caso com as empresas privadas.

Exploremos um pouco o que foi esta possibilidade e esta dificuldade iniciando com uma declaração extraída de entrevista com Luis Pinguelli Rosa falando sobre sua passagem no governo atual (Governo Lula 2003-2006), durante o período em que foi presidente da Eletrobrás:

"Eu tive muito conflito com o MAB, mas foi muito positivo. O MAB teve o documento mais forte, de crítica ao governo quando eu saí da Eletrobrás. De longe o mais forte: a meu favor e nós brigávamos muito, mas faz parte, o conflito faz parte. Sentávamos na mesa, forçávamos as empresas a sentar na mesa com o MAB, para tentar buscar soluções. Fizemos pontes com o ministério, que era refratário a isso. De fato esse diálogo existe (com as ONGs). O que eu acho que é um erro gravíssimo é essas discussões se darem em cima de fatos consumados, ou por projetos, não têm visão de conjunto. Eu acho que não é tão simples [a possibilidade de participação dos movimentos sociais e organizações nas decisões sobre energia elétrica], porque primeiro precisa haver planejamento, se não você tem uma grande farsa, como uma audiência em que falam sobre tal e qual projeto, assembleias, na câmara, no senado: é só uma coisa para a carruagem passar e os cachorros latirem... Isso é um fato já existe.. mas não é isso, então pra você ter essa influência você precisa ter vontade política de um governo que desenvolva a política energética. E eu acho que aí sim, há interesses sociais que podem ser levados em conta sim. Se o governo é um governo de esquerda ele deve buscar isso. A primeira coisa que fiz lá na Eletrobrás, foi criar uma assessoria dedicada ao MAB. Eu tinha uma assessoria só dedicada ao MAB ⁽²²³⁾. E era uma pessoa que tinha uma identificação enorme com o MAB, que era um professor de universidade, e eu acho que lá está até hoje. Isso facilitou muito a minha vida porque isso me traduzia as questões agora, não é possível eliminar o conflito, não há essa sociedade sem conflito. Isso é uma bobagem completa. (Trecho de entrevista com o Prof. Dr. Luis Pinguelli Rosa da COPPE - UFRJ e ex-Presidente da Eletrobrás)

---

²²² Ver relatório de trabalho do grupo interministerial : BRASIL. CASA CIVIL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relatório final - Grupo de trabalho interministerial instituído com a finalidade de analisar as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, representativa dos atingidos por Barragens, formular diagnóstico e elaborar propostas para o equacionamento dos problemas identificados, Brasília, maio de 2004.

²²³ O Prof. Pinguelli se refere ao Prof. Dr. Carlos Wainer do IPPUR- UFRJ que de longa data assessora o MAB.

A observação de lacunas, ou de áreas de governo mais permeáveis ao diálogo devem ser entendidas como oportunidades políticas, que se aproveitadas, podem expor contradições que façam emergir a restituição de fala de grupos marginalizados. Exemplos: há uma permeabilidade maior no atual governo do presidente Lula (2003-2006) quanto à possibilidade de diálogo. As entrevistas que fizemos com dirigentes do MAB e do Instituto Sócio Ambiental revelam, uma permeabilidade maior no Ministério do Meio Ambiente e menor no Ministério das Minas e Energia, mas os canais de diálogo estão abertos.

O Movimento Sindical, em particular, sinaliza com discussões e proposições que colocam alguns problemas com respeito às conseqüências do processo de privatização de empresas elétricas: precarização dos serviços seja pela terceirização acelerada, seja pela falta de investimentos, demissão e precarização dos postos de trabalho também decorrentes do processo de terceirização, queda na qualidade dos serviços ofertados, distanciamento na relação com o público através do fechamento de agências de atendimento, canalizando as reclamações para o extenuante serviço de atendimento telefônico a que somos submetidos (para quem reclama e para quem recebe a reclamação). Começam a surgir posicionamentos no meio acadêmico, no meio empresarial, no meio sindical de que poderá haver novos racionamentos em um horizonte de alguns anos. As promessas não cumpridas da privatização do setor e do novo modelo elétrico parecem não estar dando conta de tranquilizar os ânimos do setor industrial, que pede a disponibilização de mais energia elétrica para seus processos produtivos, principalmente nos sub-setores de produção de alumínio, celulose, papel (especificamente na indústria de alumínio, as maiores plantas de produção mundial se localizam no Brasil). Os movimentos sociais organizados como o MAB não estão tranquilos pois não têm equacionadas pendências antigas, novas e potenciais, mais comunidades indígenas, urbanas e rurais são afetadas e ameaçadas, comunidades quilombolas como as do Vale do Ribeira (SP) são mais um exemplo de agrupamentos sociais ameaçados, há pelo menos duas décadas.

Chama a nossa atenção que há pontos em comum entre os momentos que antecederam a formação das câmaras setoriais e o período pós privatização- crise de suprimento no que diz respeito a uma falta de capacidade do governo em conduzir as ações de governo que satisfaçam simultaneamente as empresas elétricas, trabalhadores destas mesmas empresas e consumidores. Assim que pôde o ex-presidente Fernando Henrique, esvaziou o papel das câmaras setoriais e no caso da crise de suprimento de energia elétrica, no ocaso de seu

segundo mandato, fez questão de centralizar as ações ao invés de utilizar um exemplo de experiência tripartite que logrou êxitos no setor industrial automobilístico.

Por que convergências de discussões como as que ocorreram no setor automobilístico não ocorrem no setor elétrico?

A primeira hipótese (antecipadamente qualificada por nós como barreira) é que o Estado deliberadamente afasta os sindicatos e os movimentos sociais e organizações não governamentais dos processos de elaboração da política que diz respeito à geração de eletricidade, uso das águas e terras ribeirinhas (aquele processo de destituição da fala sugerido por Francisco de Oliveira está presente aqui) para não evidenciar ou mesmo minimizar a importância de negociações com respeito a problemas estruturais, como os qualificados pelo MAB e parcelas do movimento sindical.

A fragmentação das discussões com o MAB, no que diz respeito aos problemas de reassentamentos, indenizações e a própria fragmentação das negociações com os sindicatos, que são levados a discutir com empresas privatizadas e com empresas terceirizadas, cria a aparência de que esses litígios não são decorrentes de processos políticos (de uma política de oferta de eletricidade, de uma maneira de organizar a sociedade e de organizar o sistema, de privilegiar interesses). Esta pulverização na discussão acaba também fragmentando a organização dos trabalhadores, atingidos por barragens e outras organizações, à medida que um esforço cada vez maior é despendido em ações nas várias localidades, já que de demandas imediatas, o movimento social não pode fugir.

A visibilidade pública que os sindicatos do ABCD paulista (região tida como o núcleo duro do capitalismo nacional, região política sensível e de importante movimentação social) tiveram anteriormente à formação das câmaras setoriais, não foi a mesma que os sindicatos de trabalhadores das empresas elétricas, MAB e outras organizações tiveram em momentos recentes de privatização e momentos do chamado "apagão". Mesmo durante o processo de privatização das empresas elétricas, momento no qual os sindicatos dos eletricitários foram comissão de frente em defesa da permanência das empresas como estatais e o MAB se posicionava também contrário ao processo de privatização. Já se observava uma situação em que os movimentos sociais viviam um processo de criminalização, como discutimos anteriormente. Se por um lado uma discussão importante que os sindicatos, ONGs e MAB fazem com respeito aos usos industriais eletrointensivos, e que também se configura como uma nervura da empresa capitalista no Brasil, a questão da localidade geográfica conta muito: as empresas que se servem de grande fração da energia gerada não estão localizadas em uma mesma bacia hidrográfica, a "transposição de águas das bacias hidrográficas" ocorre através

das linhas de transmissão, que transmitem a energia para locais bem distantes. A mobilização e protestos, se pulverizam para regiões onde estão localizados os escritórios de engenharia, sedes das empresas elétricas e às vezes se concentram na esplanada dos ministérios, à frente do palácio do planalto, mas o alvo nem sempre é nítido para a opinião pública.

O processo político, queiramos ou não, tem interferência das instituições. Estas inclusive, têm influência nos resultados de conflitos à medida que conseguem distribuir informações e recursos. As probabilidades de quem ganha e quem perde estão, não circunscritas, mas bem moldadas por aquilo que as instituições oferecem em termos de segurança. As instituições se mantêm ao abrigo de críticas, já que o estado democrático de direito prima pela defesa das instituições e as regras do jogo. Mas, não esquecendo que se trata de um jogo dinâmico da vida social, as regras podem e devem mudar.

Lembremos do consenso imposto: o período da ditadura militar estabeleceu um consenso imposto; “o dissenso” mencionado por Francisco de OLIVEIRA⁽²²⁴⁾ desapareceu concomitantemente ao aparecimento de um número cada vez maior de razões de Estado.

Lembrando esta possibilidade aparentemente contraditória (consenso imposto) devemos fazer a reflexão que o consenso forçado, ou a idéia de se obter o consenso como princípio de qualquer encontro político (no sentido de Hannah Arendt) pode ser também mecanismo autoritário ao obscurecer diferenças. Neste sentido o consenso só é válido politicamente se ele não intimida a fala e em um momento posterior permite o re-afloramento do que é não-consensual.

O acordo político pode ser visto como um recurso no acúmulo de forças: quando ele é estabelecido por pressão social de um grupo que se vê lesado, por exemplo, ele se transforma em “capital” político. O setor dominado pode dizer o que antes não dizia e surge “jurisprudência” no cenário político e possibilidades maiores na esfera pública de questionar razões de Estado, quando novamente elas surgirem.

Os movimentos parecem reconhecer que as instituições têm esse papel de controle e assim procuram institucionalizar algumas bases de suas reivindicações. Um exemplo claro disso é a luta do MAB pelo reconhecimento institucional e público do conceito de atingido (reconhecimento junto ao Ministério das Minas e Energia, demais ministérios, agências reguladoras e empresas do setor privado com quem têm agora que negociar). Esta luta por reconhecimento é real, mas não é a única. Ações como ocupação de canteiros de obras,

---

²²⁴ OLIVEIRA, Francisco de. **“Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”** in OLIVEIRA, Francisco de Oliveira e PAOLI, Maria Célia (orgs) – O sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

acampamentos na porta do Ministério das Minas e Energia evidenciam que outro reconhecimento, em nível menos sofisticado, também é objeto de luta: o reconhecimento como interlocutor.

Como ensina Norberto Bobbio (1986), a democracia é um processo histórico de cujo aprendizado e conflito normativo ela própria depende para se renovar. Isto não quer dizer que não haja, em um retrato tirado em determinada época, a existência de parâmetros que indiquem o que é legítimo, ilegítimo, politicamente correto e incorreto, justo ou injusto.

A participação de grupos sociais, movimentos sociais e sindicatos no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográficas na perspectiva de discutir planos de expansão de hidreletricidade e seus impactos e a idéia forte de descaracterizar a água como mercadoria, identificando seu uso múltiplo, e utilizando a estrutura pública e descentralizada desta “nova institucionalidade” nos parece, uma oportunidade política que se manifesta na apropriação de espaços mais compartilhados de discussão. É um espaço de discussão ainda em construção.

Outras oportunidades aparecem nas disputas dentro do espaço público e no espaço de comunicação de massas incluindo aqui movimentos sociais de base camponesa (MAB, Movimento dos Sem Terra - MST).

Vivemos em um sistema produtor de mercadorias que precisa criar continuamente condições para que o sistema continue existindo (nas cadeias de produção, circulação, distribuição, fornecimento), e também continuem existindo os mercados consumidores em número suficiente. Mecanismos da globalização permitem, além de disponibilizar capitais ágeis em várias localidades, contingentes de trabalhadores dispensáveis aqui e acolá. Os recursos naturais estão fixos, mas as plantas industriais eletrointensivas mudam de lugar e se fixam acompanhadas do erguimento de linhas de transmissão e usinas hidrelétricas. A lógica do sistema precisa dar conta disso.

Uma boa parte das condições de produção para manter este sistema funcionando referem-se às condições naturais. Para dar alguns exemplos:

- espaço urbano e interurbano como apogeu geográfico do consumo de mercadorias;
- espaço urbano como lugar da circulação dos automóveis;
- uso dos gases da atmosfera para processos de combustão (para gerar energia inclusive);

- uso da atmosfera como depósito de descargas, cuja maior parte é devolvida ao solo;
- uso das águas nos processos produtivos e para “gerar energia”;
- terras ribeirinhas para acumular energia;
- uso dos corpos d’água para descarga de dejetos.

O sistema produtor de mercadorias entende as condições naturais como disponíveis: o sistema de mercadorias não inclui estas condições como integrantes do jogo de mercado, ou dito de outra forma elas não são obtidas no ambiente de mercado, mas sim no exercício de lobbies e influência sobre o Estado. O sistema trabalha constantemente degradando ou exaurindo estas condições naturais. No caso da expansão das obras hidrelétricas, as possibilidades de alagamento vão se esvaindo, e as populações atingidas ou ameaçadas vão se manifestando inclusive junto aos órgãos internacionais financiadores.

Uma oportunidade política se manifesta através dos choques com outras formas de apropriação das condições naturais:

- nas produções de valores de uso em moldes não capitalistas ou pré-capitalistas de auto-sustento;
- vida orgânica e identidade territorial (quilombos, agricultores de subsistência de vazante, reservas indígenas). Citemos como exemplo, o sobe e desce dos rios que a cada ano se repete, disponibilizando ciclicamente áreas distintas de plantar, ciclos aos quais os ribeirinhos estão acostumados há muitos anos.
- fins de recreação, de lazer, visitaço, patrimnio natural.

O Estado faz a mediação e tenta garantir as condições naturais dos contornos da produção capitalista, mas também, deve responder de alguma forma às pressões de classe e grupos que manifestam outras formas de apropriação das condições naturais como as listadas acima.

Trata-se novamente da exclusão da fala, exclusão da qual os entrevistados neste trabalho reclamam. A oportunidade está na operacionalização do conflito, tornar público o dissenso. Quando as reivindicações escapam da natureza sobre a qual o governo ou o Estado tem menos recursos políticos, e assim se caracteriza por uma outra materialidade, surgem inovações políticas, oportunidades políticas.

O desfecho do trabalho não pode prescindir, já que foi o empenho bem no início da dissertação, de estabelecer alguma relação do que chamamos de lutas por ampliação dos espaços de discussão, lutas por ampliação de direitos e por liberdades políticas e o processo de destituição da fala (conceito que nos acompanhou ao longo da dissertação, conceito elaborado por Francisco de Oliveira) e que entendemos é processo ainda em desconstrução, já que todavia existe e se metamorfoseia nos dias atuais do capitalismo, na maneira como a indústria de geração e de utilização de eletricidade se organiza e como interage com o poder de Estado.

A movimentação social descrita no início do trabalho expõe, sem dúvida a ampliação de espaços de discussão, temas incorporados como direitos civis básicos, questões ambientais fazendo parte das políticas públicas (o ambientalismo não é mais tido como um caso de polícia como lembra o Prof. Pinguelli Rosa na entrevista que com ele fizemos) ⁽²²⁵⁾. É possível concordarmos que a sociedade brasileira é mais pluralista do que o era na fase média dos governos militares. Mas uma sociedade pluralista não é sinônimo de uma sociedade democrática, são conceitos distintos, mesmo que concordemos (e o fazemos) que a segunda não existe sem a primeira.

Algumas perguntas essenciais, nos parecem necessárias para desvendar então o enigma colocado de como uma sociedade pluralista ainda vive o processo de destituição da fala de grupos sociais discordantes, excluídos, nativos, grupos não dominantes, portanto uma sociedade com lacunas democráticas graves.

O que fazer com os dissensos? Devemos suprimi-los ou deixar que sobrevivam e se manifestem? Devemos amordaçá-los ou deixar que se expressem? Devemos tachá-los de obscurantistas ou assumir que todos nos tornamos obscurantistas quando não toleramos a idéia da inclusão do outro?

A liberdade expressa na existência do dissenso tem como dissemos, necessidade de uma sociedade pluralista, pois esta consente uma maior distribuição de poder. Uma nova (e maior) distribuição de poder abre espaço para uma democratização maior da sociedade que pode alargar também a democracia política.

A grande resistência ao aumento do espaço público para discutir energia e os dissensos é a existência de centros de poder dentro do Estado.

O Movimento dos Atingidos por Barragens, pesquisadores, Organizações não Governamentais como o IRN, jornalistas, Professores, personalidades presentes neste trabalho

investigativo, esta mesma pesquisa, se movem como partícipes de um processo de construção democrática em curso, inconcluso. Os 30 anos de experiências por lutas democráticas evidenciam as lutas, mas não podemos dizer que tudo caminha no sentido de dias melhores.

As comunidades ribeirinhas que têm suas terras e modos de vida modificados antes mesmo das águas começarem a subir sobre suas vidas, começam a vivenciar a seu lado uma nova organização do espaço onde está presente, um aparato tecnológico (a usina hidrelétrica, a subestação, a linha de transmissão) estranho à vida que tinham anteriormente. Esta mudança, para pior segundo centenas de milhares de ribeirinhos que não vêm mais o sobe e desce dos rios se repetir, justificada por uma idéia de progresso e, como tentamos identificar, que visa um progresso específico: oferecer maiores rentabilidades para empresas.

Onde está o direito que possuíam de utilizar terras boas para a agricultura para si, seus filhos e netos? Como ficar insensível ao afastamento das pessoas de seus ritmos de vida originais e cotidianos, que não têm o hábito e nem vontade de morar em outros lugares e de outras formas? Como aceitar sem revolta que essa população, por vezes, é alojada em lugares bem próximos de onde viviam - em “vilas de atingidos”, que na grande maioria das vezes são aglomerados de barracos?

Fechamos o trabalho transcrevendo um depoimento de senhor indígena. Preferimos fazer assim, através de uma fala discordante e bem soante:

"E tudo que está sendo construído em torno da nossa área a gente não é comunicado, a gente não é consultado nada. A coisa é feita sozinho, como que o Brasil fosse só daquela nação. O Brasil não tá sendo só de branco não! O Brasil também é do índio, como na história, que hoje as pessoas falam: o índio é o primeiro brasileiro.. o segundo brasileiro somos nós [o branco].

Mas o segundo... nessas horas assim, não consulta o primeiro brasileiro se pode fazer ou não. As coisas tá sendo feito sozinho.. como que eles fossem dono sozinho.

A gente é dono também! "

(Depoimento de Alberto Harpyhy no documentário de Neiva Brito & Brito, 2005) ⁽²²⁶⁾

²²⁵ Se refere à hostilidade com que eram tratados os ambientalistas durante a discussão sobre o projeto nuclear brasileiro à época dos governos militares.

²²⁶ Depoimento de Alberto Harpyhy, da nação indígena Kraho, atingido pela usina hidrelétrica de estreito, obtido do documentário NEIVA BRITO, João Luiz; BRITO Hélio. Direção. **Tocantins, rio Afogado**. Documentário integrante do 2o concurso DOC TV. Brasil, 2005.

8. BIBLIOGRAFIA

ABERS, R. N , FORMIGA JOHNSSON, R. M. FRANK, B. LEMOS, M.C. KECK, M.E. *“Stakeholder Councils and River Basin Management in Brazil: Democratizing Water Policy?”*. 3º encontro da ANPPAS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2006.

ALVES, Josias Manoel. *“Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização”*. Campinas, SP: Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. 2005.

ARBIX, Glauco. *“Uma aposta no futuro. Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística”*. São Paulo Scritta, 1996.

AGESTADO. O Estado de São Paulo – notícia *“A crise do setor elétrico e os seus reflexos na cena socioambiental.”* (21/05/2001), acesso a www.estadao.com.br em 06/04/2003.

AGESTADO. O Estado de São Paulo – Editorial *“Incertezas regulatórias levam país a nova fase de paralisia em obras do setor energético”*(29/06/2003), acesso a www.estadao.com.br em 30/06/2003.

ACSELRAD, Henry. *“Justiça Ambiental: há algo de novo que justifique a Rede?”*. Artigo: Rede Brasileira de Justiça Ambiental. CTA-JMA Environment Justice x Finance. 2002.

ANTONAZ, Diana. *“Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo (2002-2005)”*, in SEVA, A. Oswaldo Fº(org.). *“Tenotã-Mõ Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu”*. Publicação IRN - Internacional Rivers Network, 1ª Edição 2005.

AVRITZER, Leonardo. *“Sociedade Civil: além da dicotomia Estado-Mercado”* in Sociedade Civil e Democratização. Del Rey Editora, Belo Horizonte -1994.

AVRITZER, Leonardo. *“Democracy and the Public Space in Latin America.”* Princeton University Press NJ. 2002.

BRASIL, Leis e etc. Lei No 9.478 de 06/ 08/ 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

BRASIL. CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relatório final - Grupo de trabalho interministerial instituído com a finalidade de analisar as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, representativa dos Atingidos por Barragens, formular diagnóstico e elaborar propostas para o equacionamento dos problemas identificados. Brasília, maio de 2004.

BERMANN, Célio. *“Energia no Brasil, Para que? Para quem?”* São Paulo; Livraria da Física; FASE 2001.

BERMANN, Célio. *“Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil.”* Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, nov. 1991.

BERMANN, Célio. *“Exportando a natureza. Produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais.”* Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, 2004.

BERMANN, Célio; VEIGA, José Roberto Campos da; ROCHA, Georges S. *“Repowering Hydroelectric utility plants as an environmentally sustainable alternative to increasing energy supply in Brazil”*, WWF-Research Report, Volume X - August 2004

BERNARDO, João. *“Capital, Sindicatos e Gestores”*. Ed.Vértice, São Paulo, SP. 1987.

BOBBIO, Norberto. *“O futuro da Democracia; uma defesa das regras do jogo”*. Ed. Paz e Terra, RJ, 1986.

BOBBIO, Norberto. *“Estado. Governo, sociedade; por uma teoria geral da política”*. Ed. Paz e Terra, RJ, 1987.

BOBBIO, Norberto. *“Dicionário de Política”*. 5ª edição. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BRASIL. Leis e etc. (1997) Lei N° 9.478. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

BRASIL. Leis e etc. (2000) Decreto N°3.520 Regulamenta a Lei N° 9.478 (1997).

BRASIL. MME–MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Composição do Conselho Nacional de Política Energética. Disponível em www.mme.gov.br , acesso em 25/06/2005.

BRASIL. TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *“O Controle Externo das Agências reguladoras: questões relevantes sobre os setores Elétrico e de Petróleo e Gás Natural. Brasília”*: TCU, SEFID 2003, 28p.

BRANCO, Catullo. *“Energia Elétrica e capital estrangeiro no Brasil”*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

CARTA CAPITAL. Edição especial. Responsabilidade social em evolução. Agosto de 2004.

CARTA CAPITAL. Edição especial. As empresas mais admiradas no Brasil 2004. Setembro de 2004.

CARTA CAPITAL. Edição especial. As empresas mais admiradas no Brasil 2005. Novembro de 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo. A.A. *“Participação Social no Brasil Hoje”*. Papers 98 Instituto Pólis. São Paulo, SP. Novembro de 1998.

CBIEE - Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica. “*Contribuição à Consulta Pública – Plano Decenal de Energia Elétrica – PDEE 2006/2015*”. Encaminhada ao Ministro Silas Roundeau, Ministério de Minas e Energia em 28 de abril de 2006. Acesso a www.cbiee.org.br em maio de 2006.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio in SADER, Eder. “*Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*.” 2ª edição Ed Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ. 1995.

CHAUÍ, Marilena. “*Por trás da crise está a luta de classes.*” Entrevista à Revista Caros Amigos Ano IX Número 104. Ed Casa Amarela, São Paulo, SP. Novembro 2005.

COIMBRA, L; LOJUDICE, M. “*Albrás e Alumar vão à luta contra a Eletronorte*”. Energy News EFEI. Nº 319, ano 4. Março de 2003.

COHEN, J.L . ARATO, A. “*Sociedad Civil Y Teoría Política*”. 1ª Ed. Fondo de Cultura Económica, México, D.F. 2000.

CORREIO BRASILIENSE. “*Ameaça de Blecaute investigada* ”. Seção Brasil. Reportagem assinada por Lucas Figueiredo da Agência Estado de Minas. 16-07-2006.

CORREIO BRASILIENSE. “*Suspeito de abrigar mentores da ameaça de sabotagem na Cemig, MAB tem agido sob a inspiração de organizações internacionais.*” 17-07-2006. Reportagem assinada por Lucas Figueiredo da Agência Estado de Minas.

CORREIO DA CIDADANIA. “*Apenas nos próximos três anos, 100 mil novos atingidos pelas barragens*”. Entrevista de Gilberto Cervinski à edição especial do Jornal sobre Energia semana de 11 a 18 de junho de 2005.

COSTA, Sérgio. “*Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas bibliográficas sobre o conceito de Sociedade Civil*”. Cadernos de Pesquisa Nº 8, janeiro de 1997.

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: IX Plenária Nacional da CUT “Meio ambiente no meio sindical”. Agosto, 1999.

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: X Plenária Nacional da CUT: “Amazônia e a Questão Sócio Ambiental” 2002.

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: “Relatório do I Encontro dos Trabalhadores do Alumínio e Energia da Amazônia” . Setembro de 2005, Santarém- PA.

CUT - CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES. “Resoluções do 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUT”, 19 a 22 de maio de 1994. Disponível em www.cut.org.br, acesso em dezembro 2005.

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Relato de Reunião Direção Executiva Nacional, 15,16 de fevereiro de 2006.

DAGNINO, Evelina (org). “Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil”. São Paulo. Ed. Paz e Terra 2002.

DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto. J. PANFICH, Aldo (orgs.) “ A disputa pela construção democrática na América Latina ” São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DELEAGE, Jean Paul; HÉMERY, Daniel, DEBEIR, Jean Claude. “Uma história da Energia”. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario – “Social movements, an introduction”, Oxford, Blackwell. 1999.

DEAN, Warren . “A ferro e fogo”. 1995 Companhia da Letras, SP.2000.

DREIFFUS, Rène A. “1964, A Conquista do Estado.” Petrópolis, RJ: 3ª Ed.Vozes, 1981.

ELETRICITARIOS-SP. *Jornal do Eletricitário Nº 550, 2005*. Disponível em www.stieesp.org.br/frame.asp?page=Jornal/eletricitarios/jornal.htm. Acesso em dezembro de 2005.

FEARNSIDE, Philip. *“Impactos ambientais da barragem de Tucuruí: lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia”*. Instituto nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2002.

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Acesso em 25/08/2005 à página http://www.vitaecivilis.org.br/default.asp?site_Acao=mostraPagina&paginaId=1795

_____. *“Comentários do GT Energia sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006 - 2015”*. 28 de abril de 2006. disponível no sítio www.fboms.org.br, acesso em maio de 2006.

FIGUEIREDO, P.J.M; BOCUHY, C.H; MARTINS, G; VILELA R. A .G; *“Social Control on Environmental protection System in Brazil: the strategy of the environmental NGOs in São Paulo State”*. III Conferencia Salud Ocupacional y Ambiental en las Américas. Alajuela, Costa Rica. Fevereiro, 2005.

FNUCUT. Caderno de subsídios ao 6º Encontro da FNU/CUT, setembro de 2005. Disponível em www.fnucut.org.br.

FNUCUT. Resoluções 6º Encontro da FNU/CUT, dezembro de 2005. Disponível em www.fnucut.org.br.

FREITAG, Barbara. *“Receita para ler Habermas”*. FSP 30/04/1995 Caderno Mais!

FURTADO, Celso. *“O mito do desenvolvimento econômico”*. Ed. Paz e Terra, 1974.

GOLDSMITH, HILDYARD *“The social and environmental effects of large dams”*, The Sierra Club Books, San Francisco, CA, 1984.

GRAMSCI, Antonio. *“Maquiavel, a Política e o Estado moderno”*. 3ª Edição. Ed. Civilização Brasileira Rio de Janeiro, RJ, 1978.

GREAT COUNCIL OF THE CREE . Memorandum " *Employment Effects of Electricity Provision in Quebec: The Great Whale Hydroelectric Project and electricity Efficiency Alternative*", novembro de 2004.

GREENPEACE– Notícia - *“Greenpeace participa de reunião do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais”* Acesso em 07/09/2005 à página
<http://www.greenpeace.org.br/energia/?conteudo_id=1001&content=1>

GREENPEACE – Notícia – *“O governo Lula e a democracia da bomba nuclear”*. Acesso em 07/09/2005 à página
http://www.greenpeace.org.br/nuclear/?conteudo_id=2049&sub_campanha=0

HABERMAS, Jürgen, *“Theory of Communicative Action”* (2.v). Boston: Beacon Press, 1984.

HABERMAS, J. *“A reply”*, in A.Honneth & H.Joas (Eds) Communicative Action. "Essays on Jünger Habermas's. The theory of Communicative action" (Cambridge, Polity Press) 1991

HABERMAS, Juergen. *“A crise de legitimação no capitalismo tardio”*. 2ª edição. Biblioteca Tempo Universitário. Edições Tempo Brasileiro. RJ 1994

HEGEL, G.W.F. *“A Sociedade Civil”*. 2ª Seção de Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito natural e Ciência do Estado em Compêndio”. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº6 Tradução , introdução e notas de Marcos Lutz Muller. IFCH-Unicamp Campinas 2003.

HERNÁNDEZ, Francisco.D.M; GARCIA, Valéria. A; BERMANN, Célio. *“A responsabilidade social nos empreendimentos energéticos: reflexões metodológicas para identificação de agentes e de suas responsabilidades”*. Encontro Técnico-Científico da 6ª Ecolatina – Conferência Latino Americana sobre meio ambiente. 18 a 21 de setembro de 2006 - Belo Horizonte - MG.

HIGA, Willian. “A Compreensão da Ciência e da Tecnologia pelo Movimento Sindical Brasileiro”. Dissertação mestrado – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. 2000.

HIGA, Willian. “Posturas e temas sindicais Brasileiras em C&T” in DAGNINO, Renato. THOMAS, Hernán (orgs). Panorama dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade na América Latina. Cabral Editora e Livraria Universitária. Taubaté, SP 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Raízes do Brasil” 26^a ed – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HONNETH, Axel. “Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais.” São Paulo: Ed. 34, 2003.

JACOBI, P. “A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços públicos colegiados”. in COELHO, V.S e NOBRE, M (orgs) “Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo”. São Paulo. Ed.34, 2004.

KUKS, Stefan “The Evolution of the National Water Regime in the Netherlands”. University of Twente. Center for Clean Technology and Environmental Policy (CSTM) Abril, 2002.

LANG, A.B.S.G et al. “Reflexões sobre a pesquisa sociológica”. Textos CERU FFLCH/USP 2^a ed. 1999.

LEITE, Antonio Dias “A energia do Brasil”. Editora Nova Fronteira. 1997.

LESSA, Carlos. “Quinze anos de política econômica”. São Paulo: Brasiliense, 1975.

LIPIETZ, A. “Political ecology and the future of marxism”. *Ambient. Soc.* 2003, vl.6, no.1, p.9-22.

LIMA, José Luiz. “Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do código de águas à crise dos anos 80 (1934-1984)”. – Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

MARANHÃO, Ricardo. “Estado e Capital Privado na eletrificação de São Paulo”. in SZMRECSÁNYI, T & MARANHÃO, R. “História de Empresas e Desenvolvimento Econômico”. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

MC CULLY, Patrick. “Silenced Rivers. The Ecology and Politics of Large Dams”. Zed Books, London (in association with IRN, Berkeley, CA, and The Ecologist), London, 2001.

MARIANO, Maria Teresa. “Uma Análise da Participação da Sociedade Civil na Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo”. Dissertação (mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 1996

MARX, Karl. “Miséria de la filosofia”. Editorial Progresso. URSS. 1988.

MELO, José Antonio Feijó de “Chesf: memórias, registros e lembranças”. Ed. Bagaço. Recife, 2004.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. “A Eletrobrás e a História do Setor de Energia Elétrica no Brasil”. Publicação do Centro de Memória da Eletricidade Rio de Janeiro, RJ. Ed. Graphos. 1995 .

NEIVA BRITO, João Luiz; BRITO Hélio. Direção. “Tocantins, rio Afogado.” Documentário integrante do 2º concurso DOC TV. Brasil, 2005.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. Acesso a <http://www.observatoriosocial.org.br/portal> - Instituto Observatório Social, 9 de janeiro, 2006, 12:59hrs.

O’CONNOR, James. “Natural Causes. Essays in Ecological Marxism”. The Guilford Press New York, NY. 1998.

OFFE, Claus. WIESENTAL, Helmut. "Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e Forma Organizacional". in "*Problemas Estruturais do Estado Capitalista*". Biblioteca Tempo Universitário Nº 79. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. RONGE, Volker "Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista", pp 122-137. in "*Problemas Estruturais do Estado Capitalista*". Biblioteca Tempo Universitário Nº 79. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. "Legitimação Política por decisão Majoritária?". pp. 314-354 in "*Problemas Estruturais do Estado Capitalista*". Biblioteca tempo Universitário nº79, Ed. Tempo Brasileiro Rio de Janeiro –RJ– 1984.

O GLOBO. "Um plano arriscado". Artigo de autoria de Cláudio J. D. Sales publicado em 24 de junho de 2006.

OLIVEIRA, Francisco. "Planejamento e poder". Comunicação apresentada na 30ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo, 1978 (mimeo).

OLIVEIRA, Francisco. "Estado Sociedade, Movimentos sociais e políticas Públicas no Limiar do Séc XXI". FASE: Conferência –Debate. 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal". In: OLIVEIRA, Francisco de Oliveira e PAOLI, Maria Célia (orgs) – "*O sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*". Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. "Memórias do despotismo". Revista Estudos Avançados. Publicação quadrimestral do IEA-USP, Instituto de Estudos Avançados da USP14 (40): 59-63, 2000.

PÓLO SINDICAL DOS TRABALHADORES DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. "Ação Pró Itaparica". Nota Pública do pólo Sindical Paulo Afonso-BA. 11 de março de 1998.

POULANTZAS, Nicos. *“Poder político e classes sociais”*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

PINTO, L. F. *“Rios sem utopia”*. Artigo publicado em O Estado de São Paulo em 10 de dezembro de 2002.

PINTO, L. F. *“A energia da era Lula”* artigo publicado em O Estado de São Paulo em 29 de janeiro de 2003.

PROCHNOW, Míriam (Org). *“Barra Grande - A hidrelétrica que não viu a floresta”*. Rio do Sul-SC: APREMAVI, 2005.

QUEBEC, Gouvernement du. *“For an Energy Efficient Québec. Report of the Consultation Panel for the Public Debate on Energy”*. Direction des Relations Publiques Ministère de Ressources Naturelles Charlesbourg (Québec), 1996.

QUEBEC, Gouvernement du. *“Cahier d’information [la production D’Électricité]”*. Direction des Relations Publiques Ministère de Ressources Naturelles Charlesbourg (Québec), 1996.

RAPHALS, Philip. *“Energy Policy in Quebec — Electric Generation”*. Helios – Centre for Sustainable Energy Strategies. Maio de 2000. Artigo disponível em www.helioscentre.org. Acesso em 23 de julho de 2006.

RIBEIRO, Darcy. *“O Povo Brasileiro”*. Cia.das letras, S.P,1995.

ROSA, Luiz Pinguelli. SIGAUD, Lygia. MIELNIK, Otávio. *“Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares. Aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais”*. São Paulo: Editora Marco Zero. Co-edição CNPq. 1988.

SADER, Eder. *“Um rumor de botas. Ensaio sobre a militarização do Estado na América latina”*. São Paulo, SP. Editora Polis, 1982.

SADER, Eder. “Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980” . 2ª edição Ed Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ. 1995.

SAES, Décio. “Estado e Democracia: Ensaio Teóricos”. – 2Ed – Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências humanas, 1998 187 p. - Coleção Trajetória 1.

SANTOS, L e ANDRADE, L (orgs). “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, Comissão Pró-Índio de SP, São Paulo, 1988.

SAUER, I.L; ROSA L.P; D’ARAÚJO, R.P; CARVALHO, J.F; TERRY, L.A; PRADO, L.T.S; LOPES, J.E.G; “A reconstrução do setor elétrico brasileiro”. Campo Grande, MS: Ed.UFMS; São Paulo:Paz e Terra, 2003.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros, valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo”.Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.1987.

SEVA, Oswaldo . “Obras na volta grande do Xingu - Um Trauma Histórico Provável?” in SANTOS, L e ANDRADE,L (orgs) “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, Comissão Pró-Índio de SP, São Paulo, 1988. pp 25-41.

SEVA, A. Oswaldo Fo. “Tópicos de Energia e Ideologia no início do séc XXI : Desenvolvimento como panacéia? Sustentabilidade como guia de corporações Poluidoras ? Artigo apresentado ao Grupo temático “Energia e Meio Ambiente” do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP novembro de 2002.

SEVA, A . Oswaldo Fo. “Desfiguração do licenciamento ambiental de grandes investimentos (com comentário sobre as hidrelétricas projetadas no rio Xingu)”. Comunicação apresentada ao GT História, Sociedade e Meio Ambiente no Brasil, do 2º Encontro nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, maio de 2004.

SEVÁ, A. Oswaldo Fo . “Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais”. Comunicação apresentada ao GT Energia e Meio Ambiente, do 2º Encontro Nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, maio de 2004.

SEVÁ, A. Oswaldo Filho. “Meio Ambiente, energia e condições de trabalho no Brasil. Estudo retrospectivo 1991 - 2001 sobre algumas iniciativas sindicais”. Proceedings of IV Biennial International Workshop “Advances in Energy Studies”. UNICAMP, Campinas, SP, Brazil. June 16-19, 2004. Pages 111-126.

SEVÁ, A. Oswaldo Fº(org.).“Tenotã-Mõ Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu”. Publicação IRN - Internacional Rivers Network.1ª Edição 2005

SIGAUD, Lygia “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho” in ROSA, Luiz Pinguelli. SIGAUD, Lygia. MIELNIK, Otávio. “Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares. Aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais”. São Paulo: Editora Marco Zero. Co-edição CNPq. 1988.

SINDIELETRO-MG “Chave Geral - Jornal semanal do Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais” disponível em WWW.siondieletromg.org.br.

SINERGIA CUT . Resoluções do 3º Congresso do SINERGIA CUT, dezembro de 2005. Disponível em [www. sinergiacut.org.br](http://www.sinergiacut.org.br).

SKOLLERHORN, Erland. “Habermas and Nature: The Theory of Communicative Action for Studying Environment Policy”. Journal of Environment Planning and Management 41(5), 555-573, 1998.

TARROW, Sidney. “Power in movement, social movements and contentions politics”, Cambridge University Press, 1998.

TATAGIBA , Luciana. *“Os conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil”* in Dagnino, Evelina (org). *"Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil"*. 2002. São Paulo Ed. Paz e Terra 2002.

TEORIA & DEBATE –. *“Energia é estratégica para a soberania do país”*. Entrevista com Marco Antonio Trierveiler do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens. Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo Nº 60. Dezembro 2004.

THOMPSON, E. P. *“A formação da classe operária Inglesa”*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ. 1987.

TRINDADE, Rui *“Holanda 2030 –Uma reflexão prospectiva sobre o território”* Informação Internacional. Análise Econômica e Política, 1999 Vol. 2, págs.199-239. Publicação do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Departamento de Prospectiva e Planeamento de Portugal, 1999. Texto em formato eletrônico disponível em www.dpp.pt

VAINER, Carlos .B . *“O Conceito de Atingido. Uma revisão do debate e Diretrizes”*. 2003 (mimeo.)

WCD. *“Dams and Development. A new framework for decision making”*. Report of the World Commission on Dams. Earthscan publications, London and Sterling, VA. Novembro 2000.

ZEN, Eduardo.L. *“Ditadura na barranca dos rios brasileiros: perseguição e criminalização de militantes da luta contra as barragens”*. MAB, disponível em www.mabnacional.org.br último acesso em 06-02-2006.

INFORMATIVOS SINDICAIS CONSULTADOS

Boletim FNUCUT - 09/01/2006. Disponível no sítio eletrônico www.fnucut.org.br, acesso em janeiro de 2006.

Boletim TIETÊ Nº 33 - 04/02/2005. Disponível no sítio eletrônico www.sinergia.org.br, acesso em janeiro de 2006.

Boletim TIETÊ Nº 34 - 16/02/2005. Disponível no sítio eletrônico www.sinergia.org.br, acesso em janeiro de 2006.

Boletim EMAE N° 102 - 02/02/2005. Disponível no sítio eletrônico www.sinergia.org.br, acesso em janeiro de 2006.

Caderno de subsídios ao 6º FNU – Encontro Nacional dos Urbanitários. Setembro 2005. Disponível no sítio eletrônico www.fnucut.org.br, acesso em janeiro de 2006.

Jornal Chave Geral NÚM. 384 – 27/09 a 04/10/2004, (SINDIELETRO – MG).

Jornal Chave Geral NÚM. 395 – 28/12/2004 a 10/01/2005, (SINDIELETRO – MG).

Jornal Chave Geral NÚM. 405 – 05 a 11 de 04/2005, (SINDIELETRO – MG).

Jornal Chave Geral NÚM. 421 – 26/07 a 01 de 08/2005, (SINDIELETRO – MG).

Jornal Chave Geral NÚM. 427 – 08 a 12/Setembro/2005, (SINDIELETRO – MG).

Jornal Chave Geral – CUT/FNU 10 a 16 de janeiro de 2006.

Jornal do Eletricitário . Órgão de divulgação do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo
ANO 52 - N° 550 - Novembro / 2005.

SINERGIA CUT - Jornal 688, 22 a 28/08/2005.

SINERGIA CUT – Jornal 694, 19 a 24/09/2005.

SINERGIA CUT - Jornal 696, 26/09 a 02/10/2005.

SINERGIA CUT - Jornal 701, 31/10 a 06/11/2005.

SINERGIA CUT - Jornal 702, 07 a 13/11/2005.

SINERGIA CUT - Jornal 705 – 14 a 20/11/2005

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este roteiro foi pensado de modo a estabelecer um método coerente de entrevistas. As perguntas elaboradas devem ser direcionadas a todos os entrevistados. A repetição das mesmas perguntas visa facilitar a possibilidade de comparação do material final coletado. A última delas (pergunta #5) é um pouco mais ampla e permite a possibilidade de respostas não tão específicas como as primeiras e visa situar o campo de atuação do entrevistado (ou do movimento social ou agrupamento que representa) no debate sobre energia, se este assim o desejar.

Este roteiro parte de alguns pressupostos que devem ser observados e dizem respeito à desejável eficácia nesta coleta de depoimentos. Como primeira necessidade identifica-se o preparo prévio do entrevistador quanto à entidade, associação e perfil de atuação do(a) entrevistado(a). Esta preparação antecederá a entrevista e compreenderá a busca de conhecimentos de fatos, nomes e processos que digam respeito à trajetória da entidade ou da personalidade entrevistada.

A subjetividade, que certamente estará presente nos depoimentos, é um instrumento de conhecimento (LANG *et al*, 1999) logo deve ser preservada às últimas conseqüências (estamos interessados nas percepções dos entrevistados com respeito a temática sugerida na entrevista).

Não se deve mobilizar esforços no sentido de anular “interferências” da subjetividade mas sim conhecê-las e transformá-las em instrumento de conhecimento. A aquiescência do entrevistado não pode ser entendida como passividade ou subserviência ao entrevistador. Sua postura ativa deve ser o produto da abordagem. Temos como pretensão aprender com a visão e vivência do entrevistado. O recorte (seleção de trechos) sobre o depoimento coletado será o momento em que este esforço será colocado à prova.

A seqüência da entrevista foi pensada da forma que segue:

- 1) Breve apresentação sobre os propósitos do entrevistador, o interesse despertado pelo tema e seu com objeto pessoal de estudo. Esta apresentação deve ser sucinta tentando colocar o entrevistado como protagonista na conversa e tentando caracterizar a entrevista como um depoimento significativo e que ultrapasse lugares comuns.

- 2) Solicitação de apresentação e comentário sobre a trajetória de vida do entrevistado e de sua organização ou entidade/categoria social representada.

3) Pergunta # 1: Como o entrevistado entende que é elaborada a política energética no Brasil? Todos os interesses da sociedade são ouvidos? A política energética favorece a quem?

4) Pergunta # 2: Na sua opinião quais as possibilidades e caminhos para que as discussões do setor de energia possam ser ampliadas e tornadas mais públicas ?

5) Pergunta # 3: No seu campo de atuação (na sua entidade, ou na sua vida profissional) quais são os problemas enfrentados para discutir com o governo, com empreendedores a respeito de conflitos e interesses do grupo que representa ? O que precisa mudar ?

6) Pergunta # 4: O entrevistado imagina que as discussões na área de energia são favorecidas àqueles que tem o conhecimento técnico? Como fazer para obter os dados necessários e informações?

7) Pergunta # 5: Qual a sua opinião sobre a possibilidade dos movimentos sociais ou agrupamentos sociais, participarem com poder de decisão no planejamento e destinos da política energética? Esta possibilidade trabalha para aumentar a democracia no Brasil e nas políticas públicas? Como isto se daria, através de representantes, participação nos conselhos de governo?

8) Colocações finais do entrevistado a seu livre critério.

ANEXO B - ENTREVISTAS REALIZADAS

Adriana Ramos, Brasília, DF, 19-06-2006 (Coordenadora da área de política e direito do Instituto Sócio Ambiental – ISA).

Cláudio de Mauro, Rio Claro, SP (ex-prefeito de Rio Claro, professor aposentado de geografia da Unesp, campus Rio Claro e ex - presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Piracicaba, Capivari e Jundiaí).

Franklin Gonçalves, Belo Horizonte, MG, 13-01-2006 (Diretor do Sindieletro-MG e Diretor de Energia da Federação Nacional dos Urbanitários FNU-CUT).

Gilberto Cervinski, Curitiba, PR, 16-03-2006 (Coordenador Nacional do MAB). Entrevista realizada durante o II Encontro Nacional do MAB.

Glenn Switchkes, São Paulo, SP, 03-03-2006 (Diretor do programa na América latina da International Rivers Network – IRN).

Luiz Dalla Costa, Curitiba , PR, 16-03-2006 (Coordenador nacional do MAB)

Entrevista realizada durante o II Encontro Nacional do MAB.

Luiz Pinguelli Rosa, Rio de Janeiro, RJ, 03-10-2006 (Prof. Dr. da COPPE UFRJ, Ex-presidente da Eletrobrás)

Paulo Jorge Morais Figueiredo, Sta Bárbara D'Oeste, SP, 20-12-2004 (Professor da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP e representante das entidades ambientalistas no Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA)

Roberto Pereira D'Araújo, (Ex Diretor do Instituto Ilumina, funcionário aposentado de Furnas – Centrais Elétricas). Entrevista concedida por correio eletrônico

Temístocles Marcelos Neto, São Paulo, SP, 21-02-2006 (Coordenador da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores CNMA-CUT).

ANEXO C - QUADRO DE POSTURAS SINDICAIS.

SinergiaCUT/SP Posturas Sindicais 1

	Discurso	Proposição	Ação
precarização terceirização desemprego	Acidente na CNEE: Pode até parecer fatalidade mas.. O comerciante Ricardo do Carmo Battero, de 23 anos, morreu eletrocutado depois que um cabo da linha de transmissão, de 13,8 KV, de responsabilidade da Nacional, caiu sobre sua cabeça.(..) Uma maritaca pousou sobre o cabo, um curto-circuito foi provocado e houve o rompimento do cabo, que caiu sobre a vítima. é precarização Para a empresa, uma fatalidade. Para o Sinergia CUT é precarização e falta de investimentos em manutenção. Não foi por falta de aviso. Lamentável. SINERGIACUT Jornal # 705, 14 a 20/11/2005. Posicionamento crítico em relação ao NEOLIBERALISMO como aquele conjunto de idéias que procura acabar com as conquistas da classe trabalhadora. Este domínio se manifesta em várias esferas: econômica , cultural, militar e política. Quem capitaneia este processo é os EUA, põe em cheque a soberania das nações sob pretexto da defesa da democracia (resoluções 3º Congresso Sinergia , 2005). Identifica o processo de privatização , concentrado nos últimos 10 anos, como nocivo. As empresas privatizadas para conter custo: - fecham postos de atendimento - investem em tecnologia pára redução de postos de trabalho. Aceleração do processo de terceirização e conseqüente precarização das condições do serviço e das condições de trabalho dos empregados terceirizados. (resoluções 3º Congresso Sinergia , 2005) “O desemprego e os ataques aos direitos dificultam a organização dos trabalhadores e essa realidade impõe a necessidade de mais atividades para resistir a essa dinâmica(..) <i>As conseqüências do processo de privatizações são visíveis: queda na qualidade dos serviços e no atendimento ao público, aumento dos acidentes de trabalho e das tarifas..pg. 6.</i> (resoluções 3º Congresso Sinergia , 2005)		<i>“inovamos constantemente na negociação coletiva, ao propor e obter cláusulas como a de garantia de emprego nas empresas;”</i> <i>3º congresso Sinergia dezembro 2005, balanços.</i> SINERGIA SP Boletim FNUCUT 09/01/2006 Greve paralisa atividades da CTEEP em todo estado <i>“Nem mesmo o forte aparato policial utilizado pelo governo Alckmin conseguiu intimidar os trabalhadores da CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) que entraram em greve nesta segunda (09) em protesto contra a insistência do tucanato em privatizar a empresa”</i>

SinergiaCUT/SP Posturas Sindicais 2

	Discurso	Proposição	Ação
Coerção (Reprodução da relação de hegemonia)	SINERGIACUT Jornal # 702 07 a 13/11/2005 A CPFL e a SA 8000 Empresa, mantêm em 2005 o certificado de Responsabilidade Social auditado pela BVQI e ganha o PNQ. Conquistar prêmios e certificações virou mania entre as empresas energéticas de São Paulo. A CPFL não foge à regra [O sindicato reclama que foram impedidos de participar das auditorias. E relata que alguns pontos não coadunam com uma certificação de responsabilidade social] As transformações no mundo do trabalho São muitas as estratégias usadas com esse objetivo. As técnicas já estão tão disseminadas no cotidiano do trabalhador que é difícil diagnosticá-las, mas ao observá-las, detectamos uma espécie de “lavagem cerebral”. (...)Exploram além da força manual do trabalho, também, o seu caráter intelectual. Não basta a qualificação do trabalhador, é necessário moldar os seus pensamentos às necessidades da empresa, fazer a classe trabalhadora limitar-se a pensar dentro do universo das empresas gerando maior produção de ganhos(..)O resultado não é outro: o trabalhador esquece do mundo que o cerca e torna-se alvo fácil de manipulação. Sua vida passa a ser a vida da empresa e sua família acaba ficando em segundo plano. Se o grande objetivo das empresas fosse a saúde e o bem estar do trabalhador, tais práticas estariam inseridas dentro da jornada de trabalho, não é mesmo? SINERGIACUT Jornal # 688 22 a 28/08/2005	A ação propositiva quanto à organização no local de trabalho inclui a discussão deste tema nos acordos coletivos da categoria SINERGIACUT Jornal # 696 26/09 a 02/10/2005	Trabalho forçado: a empresa determina metas sobre a viabilidade e execução dentro do passo padrão; há registros de execução de tarefas diferentes daquelas para que o trabalhador está qualificado; Saúde e segurança: somente em 2005 já foram registrados mais de doze acidentes graves, incluindo um fatal. Todos no quadro próprio. A CPFL não considera a LER/DORT como doença ocupacional e, portanto, não fornece a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). Para aumentar a lista, a empresa investe na manutenção dos seus ativos. Liberdade e Autonomia Sindical: unilateralmente, a CPFL procedeu o corte da NDV e decidiu conceder o benefício a apenas parte dos trabalhadores, prejudicando o Sinergia CUT; a empresa não cumpre o acordo de horas extras; modificou sem discussão a cláusula do ACT referente ao pagamento do Vale Refeição, e ainda não cumpriu o ACT - Atividade dos Eletricistas - assinado em 11 de outubro de 2001. Mais: a empresa não reconhece o Sinergia CUT e abusa da prática da terceirização; SINERGIACUT Jornal # 702 07 a 13/11/2005

SinergiaCUT/SP Posturas Sindicais 3

	Discurso	Proposição	Ação
Consentimento	Postura frente a uma correlação de forças desfavorável no processo de privatização: <i>“É nesse contexto que o Sinergia CUT posiciona-se contra as privatizações das estatais do setor. Devemos lutar, até o último momento, para que essas sejam barradas. Caso a correlação de forças nos seja desfavorável nesse sentido e as privatizações se viabilizem, defendemos que esse processo de venda do patrimônio público seja acompanhado de forte controle social (uma das prioridades da CUT no próximo período)”.</i> (pp8 resoluções 3º Congresso Sinergia CUT, dezembro 2005) Leilão de energia Nova (250 empreendimentos hidrelétricas e térmicas). Segundo o Sindicato os empresários dizem que as regras mudam cada momento e o preço teto de R\$ 116 o MW. é afugentador hora (querem em toco de 140). Segundo o sindicato: a choradeira dos investidores não se justifica. Na verdade, o que eles querem é o lucro fácil sem a necessidade de investir. Na avaliação do Sinergia CUT, com raras exceções, se as atuais geradoras receberam de graça as empresas privatizadas, por que os novos empreendimentos têm que ser diferentes? Entre o desastre da privatização e a real necessidade de novos investimentos, existe um longo caminho. É nesse sentido que o governo deve pensar e apontar uma saída. SINERGIACUT Jornal # 705, 14 a 20/11/2005 [evidencia-se um alinhamento com posicionamentos da política governamental e as regras dos leilões]	Proposta para maior controle social e aumento da participação em ambientes de decisão: <i>“Nesse sentido, é fundamental conquistarmos espaços de intervenção efetiva na regulação do setor. Portanto, defendemos a participação dos trabalhadores dentro das Agências Reguladoras para que estas desempenhem efetivamente o seu papel de fiscalizadoras.”</i> (pp8 resoluções 3º Congresso Sinergia CUT, dezembro 2005) Considerações sobre a presença do capital privado <i>“É necessário esclarecer que o Sinergia CUT não é contrário ao capital privado no setor elétrico, como vem ocorrendo nos leilões de linhas de transmissão de energia elétrica promovidos pelo governo federal. Esse tipo de investimento privado, além de gerar novos postos de emprego, resulta na melhoria do sistema interligado e contribui para expansão e acesso à energia elétrica nas regiões menos favorecidas.”</i> (pp8 3º Congresso Sinergia CUT, dezembro 2005)	<i>Proposta presente nas resoluções do 3º Congresso do Sinergiacut</i> <i>“fazer a defesa dos investimentos para expansão em energia nova;”</i> [comente-se aqui que está ação é caracterizada como consentimento pois entende-se que se coaduna com uma diretriz da política energética vigente da expansão da oferta, principalmente de origem hidrelétrica]

SinergiaCUT/SP Posturas Sindicais 4

	Discurso	Proposição	Ação
Resistência Sindical	Especificamente no Estado de São Paulo e relacionado à conduta do atual governo, o documento denuncia o que chama de Política entreguista do Setor energético através da retomada do programa de desestatização. <i>“No caso de São Paulo, devemos, de imediato, impedir que o governo estadual tucano promova a venda de nosso patrimônio público. Além disso, devemos assumir o compromisso de intervir nas eleições gerais, buscando lutar contra qualquer candidatura e possível eleição de candidatos que perpetuem o projeto neoliberal, pois defendemos que o Brasil não está à venda! Portanto, nosso plano principal para o Estado é de lutar contra a imoralidade que vemos na política adotada pelo tucanato, derrotando sua política privatista”</i> (pg 5 resoluções 3º Congresso do Sinergiacut) O sindicato resiste reestruturação societária imposto pela nova lei do setor (desverticalização) <i>(..)”O Sinergia CUT é contra a separação das atividades e continua defendendo a verticalização já que “ao gerar, transmitir e distribuir energia em uma só empresa, ganha-se em escala para que a energia chegue aos consumidores com mais qualidade e menos tarifa”.</i> SINERGIACUT Jornal # 694 19 a 24/09/2005	Defende a proposição de extinção da empresa de referência Defende a proposição de extinção da Desverticalização (30 Congresso Sinergia e 6º congresso FNUCU).	Aneel desconversa e foge do debate O Sinergia CUT se dirigiu à sede da Aneel, em Brasília, na terça (18) para pedir correções em relação a pontos do processo de revisão tarifária, como a Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) , além do fim da ER (Empresa de Referência). Na ocasião, reiteramos nossas críticas em relação à CVA e à Empresa de Referência e anunciamos que tais pontos serão expostos no Fórum Forte Integração. Laconicamente, a Aneel disse que apenas cumpre a lei em relação à CVA. Sobre a Empresa de Referência, a Aneel desconversou. (..) Além da audiência na Aneel, o Sinergia CUT reiterou as irregularidades da revisão tarifária em audiência com a Comissão de Minas e Energia do Congresso Nacional, e na quarta (20) encaminhou denúncia sobre a CVA ao Ministério Público Federal. O Sinergia CUT espera que essas iniciativas tragam frutos e que os trabalhadores do setor e os consumidores não sejam prejudicados. SINERGIACUT. Jornal # 701 31/10 a 06/11/2005 SINERGIA SP Boletim FNUCUT 09/01/2006 Greve paralisa atividades da CTEEP em todo estado: <i>“Nem mesmo o forte aparato policial utilizado pelo governo Alckmin conseguiu intimidar os trabalhadores da CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) que entraram em greve nesta segunda (09) em protesto contra a insistência do tucanato em privatizar a empresa”</i>

SinergiaCUT/SP Posturas Sindicais 5

	Discurso	Proposição	Ação
Organização Sindical	<i>“A partir da compreensão do atual momento político que o Brasil atravessa, cabe a nós, energéticos de São Paulo, engrossar o movimento nacional liderado pela CUT para resistir não só ao processo de privatizações, em particular, a privatização da CTEEP, como também, resistirem aos ataques vociferantes da força da direita, em busca da garantia das liberdades democráticas e as transformações para o sucesso da mobilização sindical e popular.”</i> (texto base 3º congresso sinergia dezembro 2005). Impactos na base sindical: diminuição drástica do índice de sindicalização. <i>“Em 1993, o STIEEC possuía um grau de sindicalização em sua base legal da ordem de 85%, com cerca de 15.000 trabalhadores elétricos da ativa sindicalizados, e hoje somos pouco mais de 6.000 sindicalizados, com 71% de sindicalização. Ou seja, uma queda de 60%! As razões para essa situação são muitas. Além do aumento de desemprego no setor e a própria terceirização, cabe lembrar que houve mudanças na Lei de Previdência, sob a égide neoliberal de FHC, que extinguiram a Aposentadoria Especial para o Eletricista/Eletricitário, o que levou muitos trabalhadores a solicitar a aposentadoria proporcional, portanto, precoce.”</i> pp7 3º congresso do sinergia CUT, dezembro de 2005.		<i>“ousamos em aprofundar a presença do sindicato na base com a eleição de 128 dirigentes - entre representantes sindicais e da Comissão Sindical de Base (CSB) – um avanço fundamental na organização no local de trabalho; entre outras importantes iniciativas. pp 20 balanço de atividades”</i> (3º Congresso do Sinergia CUT) participação nos fórum, eleição das comissões sindicais de base: (..)São debates e decisões de extrema importância para o fortalecimento da luta da classe trabalhadora brasileira e dos energéticos paulistas em especial.. A unidade, o envolvimento e a participação de cada um é essencial para a resistência e a vitória da categoria no enfrentamento com as empresas e o governo Alckmin, nas eternas reestruturações que precarizam salários e emprego, na defesa do patrimônio público contra a privatização das estatais, nas revisões tarifárias das elétricas em 2007 e do gás em 2008, na possibilidade de um novo apagão... (..)Aí incluímos desde o voto para eleger os novos representantes sindicais e a inédita Comissão Sindical de Base até as eleições gerais do ano que vem SINERGIACUT Jornal # 696 26/09 a 02/10/2005

Sindieletro MG posturas Sindicais 1

	Discurso	Proposição	Ação
precarização terceirização desemprego	É inadmissível uma empresa como a Cemig ser co-responsável por tantos acidentes de trabalho, assim como é revoltante uma empresa pública não contribuir para a geração de emprego e renda no Estado. [Parte do discurso contra o processo de terceirização na Telemig, vinculado às discussões de renovação do acordo coletivo de trabalho 2004/2005] Jornal Chave Geral NÚM 384 – 27/09 a 04/10/2004 (SE MG, 2004).	Campanha pelo fim da terceirização em FURNAS e CEMIG conceituação mais clara do que é uma atividade fim das empresas do setor, oficinas de discussão sobre “A primarização”. Primarização A oficina sobre primarização teve como expositor o coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia, e discutiu os problemas gerados pela terceirização, a legislação relacionada ao tema e estratégias para esta Campanha Salarial. Entre as ações propostas, esta a definição do que é atividade fim e permanente, a mobilização contra o projeto do ex-presidente FHC a favor da terceirização, o debate no Fórum Nacional de Trabalho (FNT) sobre o tema, a organização e representação dos terceirizados, sistematização de informações e a intensificação das denúncias sobre os efeitos da terceirização. Para as próximas negociações com a Cemig, o grupo espera a construção de um Acordo Coletivo Específico com os itens de consenso no GT de Primarização, apresentando as áreas Jornal Chave Geral NÚM. 427 – 08 a 12/Setembro/2005	Histórico das mobilizações Dia 26/04 – Eletricitários de todo o país participam de audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, com a presença da ministra Dilma Rousseff e cobram a urgente instalação da CPI da Privatização do Setor Elétrico. Neste mesmo dia, membros do CNE e deputados federais do PT, vão ao Ministério do Planejamento para cobrar do ministro Paulo Bernardo o fim da CCE-09. O ministro se compromete a encaminhar a reivindicação ao setor de Recursos Humanos. Jornal Chave Geral NÚM. 395 – 28/12/2004 a 10/01/2005. Discussão com o Ministério Público Sobre ação Civil Pública contra a terceirização observada na CEMIG Jornal Chave Geral NÚM. 405 – 05 a 11 de Abril/2005. No último dia 18, o Ministério Público do Trabalho convocou a Cemig e o Sindieletro para uma reunião onde foram discutidos os termos da Ação Civil Pública que está sendo movida contra a empresa. A discussão teve como tema a terceirização, que é o objeto central da ação. Cada uma das atividades listadas no processo foi discutida sob o ponto de vista dos representantes da empresa e dos diretores do Sindieletro.

Sindieletro MG Posturas Sindicais 2

	Discurso	Proposição	Ação
Coerção (Reprodução da relação de hegemonia)	Com a greve dos eletricitários no ano de 2000, que resultou em dissídio coletivo, a Cemig impôs várias restrições à participação do Sindieletro na organização dos trabalhadores. Dentre elas, a limitação do acesso de dirigentes sindicais nos locais de trabalho, a redução no número de diretores comestabilidade e o direito de eleger um delegado sindical. [manifestação de coerção explícita e no local de trabalho e mesmo com utilização de força.] SE MG Jornal Chave Geral NÚM 384 – 27/09 a 04/10/2004. Outro efeito negativo é o aumento de horas-extras e o retrabalho, o que gera cansaço no trabalhador e aumenta as possibilidades de acidentes. Segundo dados da Cemig, em 2002 a média mensal foi de 285.758 horas extras. Somando-as aos sobreavisos, seria possível criar 1.299 novos postos de trabalho. Para o coordenador da Regional Metalúrgica, Lúcio Guterres, a Cemig possui uma orientação empresarial competitiva(..) A adoção de alterações gerenciais e tecnológicas no processo de trabalho sem um acompanhamento no que se refere à saúde e segurança é um outro fator principal dos acidentes. Essa é a opinião do coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia. Segundo ele, a única preocupação da empresa foi aumentar a produtividade. "Os trabalhadores passaram a receber ordens dos sistemas computacionais e muitos acidentes são causados por falhas nessas informações". http://www.observatoriosocial.org.br/portal - Instituto Observatório Social 10 de janeiro Janeiro, 2006, 12:16.		Um dos eixos da Campanha se refere às Relações Político-Sindicais, em que a categoria reivindica sobretudo, a independência, liberdade e autonomia sindicais, o direito do trabalhador de obter informações e argumentar com seus representantes legais. O diálogo aberto e democrático com a empresa e o respeito às normas da Organização Campanha deflagrada sobre relações Político - Sindicais na qual a categoria reivindica autonomia sindical cf. SE MG Jornal Chave Geral NÚM 384 – 27/09 a 04/10/2004.

Sindieletro MG Posturas Sindicais 3

	Discurso	Proposição	Ação
Consentimento	Segundo dados da Cemig, em 2002 a média mensal foi de 285.758 horas extras. Somando-as aos sobreavisos, seria possível criar 1.299 novos postos de trabalho. Para o coordenador da Regional Metalúrgica, Lúcio Guterres, a Cemig possui uma orientação empresarial competitiva(..). http://www.observatoriosocial.org.br/portal - Instituto Observatório Social 10 de janeiro Janeiro, 2006, 12:16. [o mesmo episódio que foi descrito no quadro anterior é repetido aqui. Entende-se que o consentimento e coerção podem ser relacionados: o primeiro pode anteceder e abrir caminho para a segunda. Este episódio parece evidenciar que um certo consentimento estimulado por recompensa salarial (hora extras) se propaga para uma coerção através do ritmo de trabalho e.. em breve acidentes e precarização de serviços. Caracteriza-se outro dilema sindical: aumento do ritmo de trabalho x consentimento x precarização].		Durante as reuniões do Grupo de Trabalho para a Primarização, realizadas na semana passada, os representantes do Sindieletro e da Cemig se aproximaram de um possível acordo para a primarização da atividade-fim. A expectativa do Sindieletro é encerrar o trabalho do Grupo ainda este ano, cumprindo o prazo previsto no ACT. Jornal Chave Geral Num 395 – 28/12/2004 a 10/01/2005. [Exemplo de negociação onde se observa algum grau de consentimento, expresso num acordo sobre o conceito de primarização. O movimento sindical passa a defender (já que é signatário do acordo) e reproduzir parte do discurso que combate. Isto não significa que este posicionamento seja uma derrota ou capitulação.]

Sindieletro-MG Posturas Sindicais 4

	Discurso	Proposição	Ação
Resistência Sindical		CEMIG- terceirização Jornal Chave Geral Sindieletro Num 421 – 26 de Julho a 01 de Agosto/2005 sede em Belo Horizonte. Os terceirizados já estão atuando na Usina de São Simão, o que tem gerado uma grande insatisfação e protestos dos trabalhadores. Uma assembléia dos empregados da usina de São Simão aprovou a paralisação das atividades no dia 15 último em protesto contra a terceirização. Apesar da intransigência da Cemig em barrar o acesso de diretores no local, o sindicato realizou, no dia 14, uma reunião com os trabalhadores O sindicato e os empregados saíram do encontro determinados a criar uma ampla mobilização nas outras 11 usinas do Triângulo, do CAP Uberlândia e da GT/LS, para reverter a medida.O coorde-	CEMIG- terceirização denúncia junto ao ministério público Jornal Chave Geral Sindieletro Num 421 – 26 de Julho a 01 de Agosto/2005. O Sindieletro já denunciou o contrato de terceirização irregular ao Ministério Público do Trabalho, mas é preciso que os trabalhadores se mobilizem contra mais este desrespeito da Cemig. “De forma alguma vamos aceitar esta terceirização. No aspecto legal tudo já foi feito. Os trabalhadores já reagiram e acredito que isso fará toda a diferença nesta luta”, avalia Carvalho. [a resistência se manifesta no próprio local de trabalho ao propor uma paralisação. No campo da ação isto se materializaria com a própria paralisação ou com algum desdobramento, no caso a denúncia ao MP].

Sindieletro MG Posturas Sindicais 5

	Discurso	Proposição	Ação
Organização Sindical	População revoltada lança movimento contra tarifa abusiva da Cemig CHAVE GERAL (2006) jornal do Sindieletro – CUT/FNU 10 a 16 de janeiro de 2006 Relação do MAB de Ponte Nova com o Sindieletro nas discussões sobre tarifas. MAB ampliará mobilizações em todo o estado para debater tarifação. Organização dos trabalhadores depende de boa relações político sindicais: Marcelo Correia, coordenador-geral do sindicato, lembra que várias normas da OIT confirmam que, <i>"no capitalismo, o lado do trabalho é o mais fraco"</i> e buscar o reforço em leis e regulamentos é a forma de manter o mínimo de civilidade. <i>"Se deixarmos as relações políticas e sindicais serem conduzidas como querem os capitalistas, nós vamos voltar a trabalhar 14 horas por dia, sem intervalo para almoço e ganhando uma renda mínima, suficiente apenas para a sobrevivência indigna"</i>, acrescenta. Sindieletro MG Jornal Chave Geral NÚM 384 – 27/09 a 04/10/2004.		

FNU CUT Sec. de Energia Posturas Sindicais 1

	Discurso	Proposição	Ação
precarização terceirização desemprego	“Intensificar a luta contra a privatização e pelo controle social, buscando garantir a continuidade do modelo de setor por nós defendido, a partir das seguintes: -desenvolver Campanha Nacional contra os abusos das tarifas do setor elétrico, envolvendo o movimento social -interferir junto ao MME e ANEEL para extinção da Empresa de Referência; -intervir na privatização das empresas do setor elétrico do estado de São Paulo, discutindo com o governo federal a federalização da CTEEP; -intervir junto ao governo federal pela manutenção dos companheiros que estão à frente das empresas do setor elétrico; -FNU apoiar o Sindicato na luta pela reestatização, abrindo discussão com as empresas que demonstraram interesse estratégico no controle dessa concessionária; -retirada das federalizadas do PND. [Estas resoluções evidenciam o posicionamento crítico à privatização e também um certo consentimento com aspectos da política energética vigente e condução de políticas do governo no setor]	“(..)estratégia geral: sob a coordenação da CUT, articulada com todos os ramos de atividade de enfrentamento dos problemas trazidos pela terceirização. Definidas as Diretrizes de Ação em 3 frentes de atuação: - a Organização e Representação dos trabalhadores(as) terceirizados, - a Negociação Coletiva da Terceirização e, - uma proposta de Legislação específica, visando a regulação do tema – legislação, inexistente hoje no Brasil. Ações: § Realizar Seminários por Ramo para aprofundar diagnóstico e estabelecer estratégias específicas; § O combate à terceirização passa pelo combate à precarização e para tal, é necessário uma ação intersindical envolvendo outras centrais, OIT e o governo;” (Caderno de subsídios ao 6º ENU – Encontro Nacional dos Urbanitários) [Aqui se revela uma ambigüidade no tratamento à terceirização: por um lado o combate à idéia de terceirização já que é tida como sinônimo de precarização, e por outro lado o movimento sindical trabalha no sentido de ampliar a sindicalização e representação junto às terceirizadas]	“O GT Terceirização com a participação das diversas secretarias da CUT, entidades (...) será o espaço para aprofundar e consolidar as propostas, a partir da estratégia e ações abaixo: A Estratégia Geral deverá basear-se numa visão clara de combate à terceirização, lutando em todas as frentes e articulando, nesse movimento, a luta concreta e imediata contra os efeitos deletérios da terceirização assim como a intervenção nos processos de terceirização” (Caderno de subsídios ao 6º ENU – Encontro Nacional dos Urbanitários)

FNU - CUT Sec. de Energia Posturas Sindicais 2

	Discurso	Proposição	Ação
Coerção (Reprodução da relação de hegemonia)	“Ficou apenas nas boas intenções a proposta do movimento sindical do setor elétrico da criação de Fórum Permanente de discussão com o Ministério de Minas e Energia para tratar da agenda de recuperação do setor. Ficaram de lado questões do dia a dia do setor tais como a elaboração de novo marco regulatório para as distribuidoras estaduais e o fim da lógica perversa das atuais revisões tarifárias que penaliza consumidores e trabalhadores, a retirada das distribuidoras federais do programa nacional de privatizações, a matriz energética, os sistemas isolados, a política para o gás natural, o desenvolvimento científico e tecnológico do setor com a reafirmação do papel do CEPEL, a nova NR10, o fim das amarras institucionais contra as empresas estatais, que impede de crescer e disputar em condições de igualdade com as empresas privadas as expansões do setor.” [enquadra-se aqui esta falta de encaminhamento como coerção: diante da não aplicação deste acordo tácito entre governo e trabalhadores. Aqui temos um exemplo do transicionamento entre consentimento e coerção].	Proposta de criação de um Fórum Permanente de Discussão (Caderno de subsídios ao 6º ENU – encontro nacional dos Urbanitários).	

FNU CUT Sec. de Energia Posturas Sindicais 3

	Discurso	Proposição	Ação
Consentimento	Co-responsabilidade no apoio a algumas medidas e diretrizes de governo e resguardo na autonomia sindical <i>“Manteve-se a combatividade das campanhas salariais e ao mesmo tempo aumentou-se a pressão pelas reformas político-institucional. Neste aspecto, contribuimos com quadros e idéias para implementação das políticas de energia e saneamento, de modo que poderemos nos considerar, hoje, co-responsáveis pela implementação do novo modelo do setor elétrico e produção do projeto de lei nacional de saneamento. Por outro lado, é importante reconhecer que a derrota do governo como consequência da crise, significará a derrota das nossas políticas e retrocesso marcado, certamente, por nova onda privatizantes e perda de tudo que foi conquistado até agora.”</i> <i>“O novo modelo do setor elétrico passará por mais um grande teste com o leilão de energia nova, previsto para o final do ano e o sucesso do leilão será fundamental para garantir a expansão do setor e evitar uma nova crise energética anunciada para depois de 2009.</i> <i>As mudanças nos ministérios e no grupo Eletrobrás, com a saída de companheiros que estiveram à frente da elaboração do novo modelo elétrico, pode paralisar o processo em curso de priorizar a competência técnica, moralizar e profissionalizar o gerenciamento na condução das empresas federais e a reciclagem de todo o setor.”</i> Resoluções 6º congresso dos Urbanitários da CUT. [A análise do caderno em várias passagens revelará a defesa do governo atual já que este último se manifesta como contrário ao processo de privatização bem como interrompeu o chamado PND].	ONS: mudança na composição dos conselhos associados ao órgão. Reestruturação da ANEEL para que ela possa dar conta de suas atribuições de regular e fiscalizar. Extinção da empresa de referência Resoluções 6º congresso dos Urbanitários da CUT. [Não há questionamento sobre a existência do órgão regulador, mas sim à respeito de sua estrutura e de algumas condutas. Há consentimento quanto ao formato institucional da regulação].	Cf. o citado documento o movimento sindical contribuiu com propostas e quadros técnicos. Participação na proposta do “novo modelo para o setor: <i>“a primeira coisa que podemos destacar no atual governo mudou muito, nós conseguimos pelo menos ser ouvidos na elaboração do novo modelo do setor elétrico, coisa que agente não conseguia no governo Fernando Henrique Cardoso.”</i> (entrevista com dirigente sindical FNUCUT)

FNU CUT Sec. de Energia Posturas Sindicais 4

	Discurso	Proposição	Ação
Resistência Sindical	“mesmo depois da reforma nós achamos que precisa criar espaços de participação popular na condução do setor .. eu dou exemplo na questão da regulação .. regulação tarifária que é feita pela ANEEL .., ou seja hoje o que é que acontece.. as empresas elas apresentam os seus custos, a agência em cima disso determina qual vai ser o reajuste tarifário, ou seja qual a receita que a empresa vai ter nos próximos quatro anos. Aí depois ela entra de novo com os custo, o que ela faz a agência.. ela pega um modelo que chama de empresa de referência ..é onde tem a empresa ideal do setor de energia elétrica é essa então, um padrão de modelo, aí chega e faz com que as distribuidoras de energia elétrica se encaixem dentro daquele padrão e aí começa a determinar quais são os custos possíveis ou não de existir.. (entrevista com Franklin Gonçalves)	Extinção da empresa de referência (Questionamentos encaminhados à ANEEL em audiência]	“(..) é um sindicato importante que no Brasil desenvolveu também uma ação muito importante no processo de privatização, aonde através de uma ação institucional junto à assembleia legislativa conseguiu reverter o processo de privatização da Cemig” (Entrevista com direção FNUCUT, 2006) “(..) no governo anterior no processo de privatização o movimento sindical foi um dos principais atores sociais que fez o processo reverter, nós tivemos o apoio de especialista prá poder mostrar que não era uma privatização qualquer dada a sua especificidade técnica, fizemos umas alianças políticas também regionais importantes .. pra ter a compreensão do que representa a energia pro desenvolvimento regional” (Entrevista com Dirigente sindical FNUCUT, 2006)

FNU CUT Sec. de Energia Posturas Sindicais 5

	Discurso	Proposição	Ação
Organização Sindical	Organização junto á sociedade civil: (...)e também participação no conselho de administração (...) na verdade, (...) estamos fazendo via assembléia legislativa e da organização de consumidores os próprios atingidos por barragens fazendo a discussão (...), deixar de, (...) se tem toda essa dificuldade hoje no relacionamento com as pessoas que são atingidas pelas barragens e sendo estas empresas públicas, (...) com as empresas privadas o relacionamento tende a piorar não só pelo interesse mais imediato pelo lucro que tem a empresa privada, mas também pela, (...) por não ter o controle público, dificulta também uma ação política destes movimentos pra poder (...) conseguir ser respeitados. (Entrevista com direção FNUCUT, 2006)	Fortalecer aliança com os movimentos sociais, especialmente na defesa do saneamento e energia com controle social (Resoluções 6º encontro dos Urbanitários da CUT).	Relações internacionais/ organização de debates <i>“o 6º ENU também privilegia o debate sobre a reorganização do ramo, considerando que a crise deverá impor novos prazos e rumos a Reforma Sindical. Nos encontros anteriores já tínhamos previsto esse debate, cuja realização neste momento recebeu apoio financeiro da Internacional de Serviços Públicos – ISP”</i> (Caderno de subsídios ao 6º ENU Encontro Nacional dos Urbanitários setembro 2005)

Eletricitários SP CGT Posturas Sindicais 1

	Discurso	Proposição	Ação
precarização terceirização desemprego	ROLO COMPRESSOR - GOVERNO ALCKMIN FORÇA A ENTREGA DA CTEEP “Se não bastasse o grande fiasco da privatização do segmento de distribuição de energia elétrica, que trouxe a demissão de milhares de trabalhadores, o aumento abusivo das tarifas, os apagões e a queda da qualidade do serviço, o governo estadual insiste agora em utilizar a CTEEP para pagar uma parte da dívida da CESP, ou seja querem acabar com o que está bom para tentar salvar o que está ruim”. ”O Governador do Estado tentou nesta terça feira aprovar o projeto de privatização da CTEEP em congresso de comissões na Assembléia Legislativa de São Paulo, em uma ação maquiavélica orientada pelo presidente da Assembléia. Tentou-se aprovar o referido projeto para a entrega desse patrimônio público”. Boletim TIETÊ N° 34 - 16/02/2005. É PRIVATIZAÇÃO E DEMISSÃO! Boletim EMAE N° 102 - 02/02/2005. “Após os momentos de segredinhos de alguns que conheciam as verdadeiras intenções do governo do Estado foi entregue ontem, pelo governador, projeto que visa a Privatização da CTEEP, mais um escândalo para o Estado de São Paulo. Já entramos em contato com vários deputados na Assembléia Legislativa e estaremos realizando manifestações nos locais de trabalho para barrar mais essa mazela do Estado de São Paulo”. Boletim EMAE N° 102 - 02/02/2005. Quais foram as principais conquistas de sua gestão? Um dos mais importantes resultados foi preservar as principais conquistas trabalhistas dos eletricitários. Na contramão do que tem acontecido no Brasil no mundo, em especial nos processos de privatização, mantivemos direitos e benefícios importantes do trabalhador. jornal do Eletricitário ANO 52 - N° 550 - Novembro / 2005.		Carta Aberta aos Deputados Estaduais de São Paulo Privatização da CTEEP, um risco para a população Boletim TIETÊ N° 33 - 04/02/2005. A direção do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e o Comitê "São Paulo não pode Apagar" entregaram, no dia 8 de dezembro de 2003, ao diretor da Área Financeira do BNDES, Roberto Timótheo da Costa esse relatório que define como ‘calamitoso’ o estado das instalações da Eletropaulo, principal ativo da AES no Brasil. Representantes do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e do interior reuniram-se em audiência pública no último dia 27 de outubro, na Assembléia Legislativa de São Paulo. Promovido pela Comissão de Serviços e Obras Públicas de São Paulo da Assembléia, contou com a presença do secretário de Energia, Mauro Arce, presidente da Companhia Energética de São Paulo (CESP), Guilherme Augusto de Toledo e deputados estaduais. jornal do Eletricitário ANO 52 - N° 550 - Novembro / 2005.

Eletricitários SP CGT Posturas Sindicais 2

	Discurso	Proposição	Ação
Organização Sindical			Encontro Sindical com entidades de outros Países para tratar assuntos comuns relativos à empresa AES: Participaram, além do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e as Federaluz representando o Brasil as seguintes representações sindicais: S.T.E. da Venezuela, S.I.E.S de El Salvador, S.I.T.I.E.S.P do Panamá e F.A.T.L.Y.F. da Argentina. Como encaminhamento, todos concordaram em criar uma aliança sindical de cunho internacional para tratar de assuntos que envolvam a atuação da AES Co., nas Américas, cuja finalidade será de iniciar gestões na multinacional visando firmar um acordo global sobre as condições de trabalho. Além da aliança, foram deliberadas as seguintes questões: 1- a UNI é parte integrante desta aliança na área sindical mundial e atuará na representação do setor elétrico internacional. 2 - Foram analisados os acordos coletivos, procedimentos de dispensa de trabalhadores, sanção da Empresa, estatística sobre absenteismos e suas causas, acidentes de trabalho, saúde, segurança e meio ambiente do trabalho entre outros. 3 -Será criada condição para intercâmbio de informações entre entidades sindicais e filiadas. 4 - Será criada uma rede solidária para dar rápida resposta às políticas aplicadas nos países onde opere a AES Co. 5- Será garantido o direito dos trabalhadores de organizar-se se filiar ao sindicato que negociará melhores condições de trabalho. (Boletim Eletrônico 30/9/2004).